UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

BEATRIZ JESUS DE ANDRADE ROSA

RELAÇÕES SINO-VENEZUELANAS NO SÉCULO XXI:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA GEOECONOMIA

Rio de Janeiro - RJ
2024

BEATRIZ JESUS DE ANDRADE ROSA

RELAÇÕES SINO-VENEZUELANAS NO SÉCULO XXI:

UMA ANÁLISE A PARTIR DA GEOECONOMIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Orientadora: Prof.ª Dra. Isabela Nogueira de Morais

Rio de Janeiro - RJ

2024

CIP - Catalogação na Publicação

R788r

Rosa, Beatriz Jesus de Andrade
Relações sino-venezuelanas no Século XXI: uma análise a partir da geoeconomia / Beatriz Jesus de Andrade Rosa. -- Rio de Janeiro, 2024.
160 f.

Orientadora: Isabela Nogueira de Morais.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2024.

1. China. 2. Venezuela. 3. Geoeconomia. 4. Parceria estratégica. I. Morais, Isabela Nogueira de, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

BEATRIZ JESUS DE ANDRADE ROSA

RELAÇÕES SINO-VENEZUELANAS NO SÉCULO XXI:

UMA ANÁLISE A PARTIR DA GEOECONOMIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Aprovado em: ____/08/2024.

Banca Examinadora:

_____

Orientadora: Prof.ª Dra. Isabela Nogueira de Morais
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

_____

Prof.ª Dra. Alana Camoça Gonçalves de Oliveira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

_____

Prof. Dr. Nicholas Miller Trebat
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Dessa forma, agradeço em primeiro lugar a CAPES pelo suporte fundamental que viabilizou esta pesquisa e pelo acesso a uma formação acadêmica de excelência.

Às duas grandes mulheres da minha vida, minha mãe e minha irmã, deixo meu mais profundo agradecimento pelo apoio e incentivo ao longo da escrita desta dissertação, que foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Obrigada, mãe, Marcia Jesus de Andrade, por sempre acreditar em mim e me incentivar a buscar o conhecimento. Agradeço pelas inúmeras madrugadas ao meu lado, pelas refeições preparadas para que eu pudesse me concentrar nas aulas, por assistir às minhas apresentações sobre temas com os quais você não tinha familiaridade, e por sempre enxergar em mim um potencial imenso. À minha irmã, Grazy, sou profundamente grata por todo o apoio ao longo da vida, sempre presente e acreditando nos caminhos que eu poderia trilhar. Você é meu maior exemplo de determinação e profissionalismo, além de ser minha maior referência de cumplicidade. Agradeço por todos os conselhos, pelos aprendizados e por celebrar cada uma das minhas conquistas como se fossem suas. Ao meu pai, Mario, que partiu no meu primeiro ano do mestrado, agradeço por ter investido na minha educação e nunca duvidado da minha capacidade. Sou imensamente grata por todos os incentivos ao longo da minha vida acadêmica e profissional e por você nunca medir esforços por mim. Aos demais familiares, agradeço por todo o amor, torcida e apoio durante esses anos, tornando esta jornada mais leve. Sem vocês, nada disso seria possível.

À minha orientadora, Dra. Isabela Nogueira de Morais, expresso meu mais sincero agradecimento. Sua orientação foi imprescindível em cada etapa deste percurso, e suas contribuições não apenas enriqueceram este trabalho, mas também me inspiraram profundamente com seu profissionalismo, dedicação e paixão pela docência. Agradeço imensamente pelo acolhimento durante o processo de escrita, pelas trocas no período de estágio docência, pelos ensinamentos compartilhados e, sobretudo, pela confiança depositada em mim. Entrego esta dissertação com a tranquilidade e a certeza de ter feito a escolha certa, desde a graduação, ao optar pelo PEPI e ser orientada por uma das maiores especialistas em China do Brasil.

Ao programa de Pós-Graduação ao qual estou vinculada e aos seus professores, expresso minha gratidão por todo o conhecimento adquirido. Cada aula, debate e incentivo foram fundamentais para a construção deste trabalho. À minha grande amiga que o mestrado me

proporcionou, Alba, deixo meu mais sincero agradecimento. Desde o início, ouvimos que o processo de escrita da dissertação seria solitário, mas juntas encontramos uma forma de torná-lo mais leve e acolhedor, mesmo estando em hemisférios diferentes. Foi um prazer compartilhar esse percurso de orientação com uma pesquisadora tão brilhante, talentosa e dedicada como você.

Ao meu companheiro, Lucas, e à minha melhor amiga, Amanda, agradeço profundamente pelo apoio incondicional, amor, carinho e cumplicidade que foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Aos amigos da vida, da faculdade, e aos colegas da rede Observa China 观中国 e do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, agradeço por todas as trocas, risadas, conselhos e apoio ao longo das diversas etapas deste processo. Obrigada!

RESUMO

Ao longo do século XXI, a China se consolidou como um dos principais parceiros comerciais e investidores na América Latina e no Caribe (ALC), estabelecendo parcerias estratégicas com vários países da região. A relação com a Venezuela, em particular, passou por uma transformação significativa a partir dos anos 2000, tornando o país a maior beneficiária de empréstimos chineses na ALC. A aliança sino-venezuelana se destaca como uma das mais dinâmicas estabelecidas pela China com um país latino-americano desde o início da estratégia chinesa *Going Global*. A convergência de interesses em política externa e a necessidade mútua de diversificar mercados de energia resultaram em um modelo único de cooperação, amplamente sustentado por altos fluxos de capital na forma de investimentos diretos e empréstimos se tornaram uma fonte essencial de financiamento para a economia venezuelana. No entanto, o relacionamento sino-venezuelano vem enfrentando desafios significativos, centrados em diversos fatores críticos. A queda drástica nos preços globais do petróleo, iniciada em 2014, o declínio na produção e exportação de hidrocarbonetos venezuelanos, agravados após as sanções unilaterais impostas pelos Estados Unidos, e a dívida significativa de petróleo com a China, que vem gerando perdas financeiras ao país asiático, são elementos que comprometem a estabilidade dessa parceria. Ainda assim, em 2023, os dois países reafirmaram os compromissos político-diplomáticos a fim de fortalecer a aliança, apesar dos baixos retornos econômicos dos empréstimos concedidos. Diante desse contexto, esta pesquisa visa identificar e analisar as dimensões da parceria estratégica entre China e Venezuela, com foco nos interesses geoeconômicos e geoestratégicos chineses. A hipótese central desta pesquisa é que os interesses da China na parceria estratégica com a Venezuela não se limitam ao acesso a recursos e segurança energética. Essa relação também se configura como um instrumento para expandir a influência geopolítica da China na região. Com base em uma extensa revisão bibliográfica de autores da geoeconomia e da economia política internacional, análise de documentos oficiais e na compilação de dados de comércio, empréstimos e investimentos entre os dois países, cobrindo até o final de 2023, a pesquisa realiza um panorama histórico da relação bilateral, investiga o caráter estratégico da parceria e as transformações recentes, considerando os fatores determinantes e os impactos na relação bilateral, visando compreender as atuais dimensões e o futuro da parceria estratégica entre China e Venezuela.

PALAVRAS-CHAVE: Geoeconomia; China; Venezuela; América Latina; Parceria Estratégica; Venezuela; Grande Caribe.

ABSTRACT

Throughout the 21st century, China has solidified its position as one of the main trade partners and investors in Latin America and the Caribbean (LAC), establishing strategic partnerships with several countries in the region. The relationship with Venezuela underwent significant transformation starting in the 2000s, making Venezuela the largest recipient of Chinese loans in LAC. The Sino-Venezuelan alliance stands out as one of the most dynamic partnerships China has forged with a Latin American country since the inception of China's Going Global strategy. The convergence of interests in foreign policy and the mutual need to diversify energy markets resulted in a unique model of cooperation, largely supported by substantial capital flows in the form of direct investments and loans, which became a critical source of financing for the Venezuelan economy. However, the Sino-Venezuelan relationship has faced significant challenges, centered around several critical factors. The drastic drop in global oil prices, beginning in 2014, the decline in Venezuelan hydrocarbon production and exports, exacerbated by unilateral sanctions imposed by the United States, and Venezuela's considerable oil debt to China, which has resulted in financial losses for the Asian country, are all elements that compromise the stability of this partnership. Nonetheless, in 2023, both countries reaffirmed their political and diplomatic commitments to strengthen the alliance, despite the low economic returns on the loans granted. In this context, this research seeks to identify and analyze the dimensions of the strategic partnership between China and Venezuela, focusing on China's geoeconomic and geostrategic interests. The central hypothesis of this research is that China's interests in the strategic partnership with Venezuela go beyond mere access to resources and energy security. This relationship also functions as an instrument to expand China's geopolitical influence in the region. Based on an extensive literature review of scholars in geoeconomics and international political economy, the analysis of official documents, and the compilation of trade, loan, and investment data between the two countries through the end of 2023, this research provides a historical overview of the bilateral relationship, investigates the strategic nature of the partnership and its recent transformations, and examines the determining factors and impacts on the bilateral relationship, aiming to understand the current dimensions and future prospects of the strategic partnership between China and Venezuela.

KEYWORDS: Geoeconomics; China; Venezuela; Latin America; Strategic Partnership; Venezuela; Greater Caribbean.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tipos de Parceria utilizadas pela China.....35
Figura 2 - Parcerias Estratégicas da China na América Latina e Caribe.....38
Figura 3 - Evolução Comércio China-Venezuela (2001/2012/2021) 85
Figura 4 - Exportações de petróleo bruto da Venezuela por destino (2001, 2012, 2021).....102
Figura 5 - Importações chinesas de petróleo bruto por origem (2001, 2012, 2021).....103
Figura 6 - Produção e consumo de petróleo na China, 1953-2009 (MPTa).....113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de acordos entre China e Venezuela (1974-2017).....67
Gráfico 2 - Número total de acordos de cooperação assinados no âmbito da Comissão Conjunta China-Venezuela (2001-2018).....70
Gráfico 3 - Troca comercial entre China e Venezuela (em milhões de dólares).....79
Gráfico 4 - Série histórica do comércio China-Venezuela, 2001-2021 (US$).....83
Gráfico 5 - Empréstimos dos bancos estatais chineses à Venezuela (2007-2023).....95
Gráfico 6 - Empréstimos China-ALC (2000-2023)).....97
Gráfico 7 - Empréstimos China-ALC-Venezuela (2000-2023).....98
Gráfico 8 - Produção e consumo anuais de petróleo bruto da Venezuela (MMb/d).....100
Gráfico 9 - Exportações de petróleo bruto da Venezuela (MMb/d).....101
Gráfico 10 - Importações de petróleo bruto na China por fonte (2022).....104
Gráfico 11 - Investimentos chineses na ALC (2000-2021).....106
Gráfico 12 - Investimentos China-Venezuela, 2000-2021 (por setor).....107
Gráfico 13 - Investimentos China-Venezuela, 2000-2021 (por concessionário).....108

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa Físico da Venezuela.....42
Mapa 2 - Sub-regiões da Colombia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.....44
Mapa 3 - Localização do Rio Orinoco.....46
Mapa 4 - Faixa Petrolífera do Orinoco (2022).....47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Empréstimos chineses na Venezuela (2007-2016).....94

LISTA DE SIGLAS

ABAE - Agência Bolivariana de Atividades Espaciais

AIIB - Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura

ALC - América Latina e Caribe

BANDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social

BPD – Barris por dia

BRI - Belt and Road Initiative

CDB - Banco Chinês de Desenvolvimento

CGGC - China Gezhouba Group International Engineering

Eximbank - Banco de Exportação e Importação da China

CITIC - China International Trust and Investment

CMAN - Comissão Mista de Alto Nível

CMEC - China Machinery Engineering Corporation

CNOOC - China National Offshore Oil Corporation

CNPC - China National Petroleum Corporation

CNUOC - China National United Oil Corporation

Corpoelec - Carta de Intenções entre a Corporación Eléctrica Nacional

FCCV - Fundo Conjunto China-Venezuela

FGVLP - Fondo de Gran Volumen a Largo Plazo

FMI - Fundo Monetário Internacional

FONDEN - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Venezuela

ICR - Iniciativa do Cinturão e Rota

IEA - Agência Internacional de Energia

KLP - Keeping a Low Profile

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MIPPCI - Ministerio del Poder Popular para la Comunicación e Información

MINCYT - Ministerio del Poder Popular para Ciencia y Tecnología

MINEC - Ministerio del Poder Popular para el Ecosocialismo

MPPRE - Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores

MOU - Memorando de Entendimento

NEC - Comissão Nacional de Energia

NOCs - Companhias petrolíferas nacionais

NRS - Nova Rota da Seda

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OEC - Observatório de Complexidade Econômica

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PCCh - Partido Comunista Chinês

PDVSA - Petróleo da Venezuela S.A.

PMDs - Países Menos Desenvolvidos

PowerChina - Power Construction Corp

RPC - República Popular da China

SFA - Striving for Achievement

Sinopec - China Petroleum & Chemical Corporation

Unocal - Union Oil Company of California

VRSS-1 - Satélite Venezuelano de Sensoriamento Remoto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO 1 – POLÍTICA EXTERNA CHINESA, TERRITÓRIO VENEZUELANO E GEOECONOMIA 19

1.1 ESTRATÉGIA DE POLÍTICA EXTERNA CHINESA E A DIPLOMACIA DE PARCERIA 20

1.1.2. O CONCEITO DE PARCERIA ESTRATÉGICA ABRANGENTE: O SEGUNDO NÍVEL MAIS ALTO DAS RELAÇÕES BILATERAIS 28

1.2. VOCAÇÃO GEOGRÁFICA DA VENEZUELA: ENTRE O CARIBE E A AMAZÔNIA 40

1.3. DA GEOECONOMIA DO PETRÓLEO À GUERRA DE POSIÇÕES 50

CAPÍTULO 2 - "AMIZADE DE LONGA DATA": A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE A CHINA E A VENEZUELA A PARTIR DE 1943 62

2.1. TRAJETÓRIA DOS ACORDOS DIPLOMÁTICOS E VISITAS OFICIAIS ENTRE CHINA-VENEZUELA 64

2.2. A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO BILATERAL SINO-VENEZUELANO 78

2.3. EMPRÉSTIMOS POR PETRÓLEO: "UM INSTRUMENTO FINANCEIRO SIMILAR A UM FUTURO" 87

2.4. PANORAMA DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO CHINÊS 105

CAPÍTULO 3 - OS INTERESSES GEOECONÔMICOS DA CHINA NA VENEZUELA 110

3.1. PETRÓLEO: A BUSCA CHINESA PELA SEGURANÇA ENERGÉTICA 111

3.2. EQUILÍBRIO DE PODER: A PRESENÇA CHINESA NO ENTORNO ESTRATÉGICO DOS ESTADOS UNIDOS 119

3.3. CONTINUIDADE NA RELAÇÃO EM MEIO ÀS DIFICULDADES VENEZUELANAS 128

CONCLUSÃO 136

ANEXOS 141

REFERÊNCIAS 149

INTRODUÇÃO

> **Milhares de montanhas e vastos mares não impedem amizades sinceras. A China e a América Latina nunca estiveram tão próximas como hoje. Amanhã, sem dúvida, estaremos ainda mais próximos.** Que possamos marchar de mãos dadas para abrir uma nova perspectiva das relações de amizade e cooperação sino-latino-americanas, beneficiar os povos sino-latino-americanos e contribuir para a sublime causa da paz e do desenvolvimento mundiais (Hu Jintao, 2004) [1].

A declaração acima integra o discurso proferido por Hu Jintao, ex-Presidente da República Popular da China e ex-Secretário-Geral do Partido Comunista da China (2003-2013), durante sua participação no Congresso Brasileiro em 12 de novembro de 2004. Intitulado "Que possamos juntos criar uma nova perspectiva de amizade entre a China e a América Latina e o Caribe", o discurso ocorreu em um momento de maior aproximação entre os países situados nos extremos do Oceano Pacífico.

No final do século XX e início do século XXI, observamos uma rápida expansão da literatura que versa sobre a inédita projeção da China na América Latina e Caribe, consolidando-se como o principal parceiro político e econômico de diversas economias latinas em apenas duas décadas. No entanto, os laços sino-latino-americanos possuem raízes que remontam ao século XVI. Durante os tempos coloniais na América Latina, existem registros de exportações significativas de prata da América Espanhola para a China, onde o metal era utilizado para comprar seda, chá e porcelana. A colônia portuguesa de Macau também se tornou um importante centro de comércio, e os portos brasileiros faziam parte da rota marítima da Europa para a Ásia. "De muitas maneiras, essa foi a primeira rede global real de comércio fora da Eurásia" (Santoro, 2020, p. 25).

Como destacado nas obras do escritor venezuelano Molina Medina (2016, 2018, 2021), em meados do século XVI, as colônias do império espanhol mantinham vínculos, ainda que limitados, com a China Imperial. Décadas antes de Mao Zedong proclamar a República Popular da China em 1º de outubro de 1949, o país asiático mantinha relações diplomáticas com quatorze países latino-americanos. Entre os países cujas conexões diplomáticas começaram durante a dinastia Qing (1644-1912), destacam-se Peru (1874), Brasil (1881), México (1899),

[1]Versão oficial em espanhol: "Miles de montañas e inmensos mares no impiden la amistad sincera. China y América Latina nunca se encuentran tan cerca como hoy. Mañana, sin duda alguna, nos acercaremos más aún. Que marchemos unidos de las manos para abrir una nueva perspectiva de las relaciones de amistad y cooperación entre China y América Latina, beneficiar a los pueblos sino-latinoamericanos y contribuir a la sublime causa de la paz y el desarrollo mundiales". Texto Íntegro del Discurso Pronunciado por Hu Jintao ante el Congreso de Brasil. Embajada de la República Popular China en la República Bolivariana de Venezuela. 14 de nov. de 2004. Disponível em: <http://ve.china-embassy.gov.cn/esp/xwdt/200411/t20041113_4543276.htm> Acesso em: 18/06/2023

Cuba (1902) e Panamá (1909). Posteriormente, a República da China, fundada em 1912, estabeleceu laços formais com Chile (1915), Bolívia (1916), Nicarágua (1930), Guatemala (1931), República Dominicana (1940), Venezuela (1943), Costa Rica (1944), Argentina (1947) e Equador (1949).

Após a derrota[2] do Partido Nacionalista na Revolução Comunista Chinesa e a subsequente fundação da República Popular da China, diversos países da região mantiveram relações diplomáticas com o regime recém instaurado em Taiwan (Xu, 2006). De acordo com Santoro (2020, p. 26), o regime de Mao Zedong (1949-1976) da China continental não era amplamente reconhecido pela maioria das nações sul-americanas, com exceção de Cuba e Chile. Nesse período, enquanto a China havia estabelecido relações com mais de quarenta países africanos, sua presença na América Latina permanecia fraca, contrastando com a União Soviética, que mantinha laços diplomáticos e comerciais com quase todo o continente (Molina Medina, 2018).

O grande divisor de águas no papel que a China continental viria a exercer na região ocorreu com sua entrada na Organização das Nações Unidas (ONU) em 25 de outubro de 1971, como parte dos 'cinco grandes' do Conselho de Segurança, apesar do voto negativo da Venezuela[3] (Molina Medina, 2018). Na ocasião, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução 2758[4], reconhecendo os representantes do Governo da República Popular da China (RPC) como os únicos representantes legítimos do povo chinês em todas as instâncias e organismos da ONU, e como um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. A resolução também determinou a expulsão imediata dos representantes de Chiang Kai-shek das Nações Unidas e de todas as organizações relacionadas. A reaproximação com os Estados Unidos e as mudanças no cenário político, marcadas pelo histórico aperto de mãos entre Richard Nixon e Mao Zedong em 21 de fevereiro de 1972, também contribuíram para a ruptura de relações da maioria das nações latino-americanas com Taipé e para o início de um processo gradual de normalização das relações com Pequim (Santoro, 2020; Molina Medina, 2018).

Durante as décadas de 1980 e 1990, a política externa chinesa passou por um reajuste gradual, com uma ênfase particular na América Latina. Nesse período, a China priorizou

[2] Após 22 anos, a guerra civil chinesa travada entre os partidos comunista e nacionalista (também conhecido como Kuomintang), chegou ao fim em janeiro de 1949 quando as forças comunistas assumiram o controle de Pequim. Em seguida, milhões de chineses leais e aliados políticos ao chefe nacionalista Chiang Kai-shek, derrotado pelas tropas de Mao Tse-Tung, refugiam-se na ilha de Taiwan.

[3] Segundo Piña (2019, p. 211, tradução nossa), à época, "o país sul-americano estava diversificando seus laços políticos e econômicos, com base em seu papel de exportador de petróleo, fundador da Opec e força motriz do diálogo Norte-Sul".

[4] U.N. Resolution 2758 - Oct. 25 1971. American Institute in Taiwan. Disponível em: <https://web-archive-2017.ait.org.tw/en/un-res-2758-voted-to-admit-communist-china.html>. Acesso em: 09/02/2023.

relações com países-chave da região, como Brasil, México, Argentina e Venezuela. Esse reajuste, aliado às mudanças nas políticas dos governos latino-americanos em relação à China, levou a um desenvolvimento significativo das relações bilaterais em diversos aspectos, como no aumento do número de países que mantinham relações diplomáticas com Pequim, um crescimento nas visitas mútuas de alto escalão e uma expansão contínua da cooperação comercial e econômica (Xu, 2006).

No mesmo período, a China experienciou um acelerado processo de desenvolvimento e expansão econômica, atrelados aos processos de urbanização e industrialização que, posteriormente, provocaram uma mudança relevante da estrutura produtiva e exportadora do país (Medeiros, Cintra, 2015; Hiratuka, 2018). Como resultado da política de "Reforma e Abertura", implementada por Deng Xiaoping no final da década de 1970, inaugurando não apenas um processo de transformação estrutural dos moldes econômicos e produtivos domésticos, o mundo testemunhou a transição da exportação de carvão para a produção de bens com maior valor agregado, juntamente com um aumento substancial na demanda por bens primários importados para abastecer seu mercado interno e o ritmo de crescimento da indústria. O extraordinário crescimento econômico chinês nos anos seguintes, acompanhado por um consumo maciço de energia e um aumento vertiginoso da demanda de petróleo, impulsionou a construção de laços com países fornecedores de petróleo e gás, transformando o país em um importante consumidor de matérias-primas latino-americanas no século XXI.

Simultaneamente, do outro lado do Pacífico, os países sul-americanos vivenciavam um fenômeno marcante e inédito. O fracasso da agenda do Consenso de Washington e das políticas de reformas de mercado adotadas na década de 1990, bem como a crise do modelo neoliberal, resultaram na ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda. Esses novos governos, críticos à agenda econômica e política de segurança dos Estados Unidos, provocaram um efeito dominó em diversos países da região, conhecido como *Marea Rosa* (ou *Pink Tide*) (Panizza, 2006; Pecequilo, 2013; Silva, 2014). Historicamente, os países sul-americanos "sempre oscilaram os pêndulos de suas relações com Washington entre momentos de alinhamento e períodos de orientações que tentavam dar um tom mais independente às suas diplomacias" (Monteiro, 2014, p. 177). Este fenômeno, portanto, impactou significativamente a região, levando ao desenvolvimento de uma "política interna e externa de alto perfil" (Pecequilo, 2013, p. 104).

Complementarmente, a convergência ideológica da China com países da América Latina impulsionou a valorização da agenda de cooperação Sul-Sul, viabilizando a construção de parcerias estratégicas com diversas nações latino-americanas. Essas parcerias foram

facilitadas, em grande parte, por investimentos estrangeiros diretos — na forma de fusões, aquisições e joint ventures — e empréstimos concedidos pelos principais bancos estatais chineses a países como Brasil, Argentina, Peru e Venezuela. Embora o processo de construção dessas parcerias estratégicas e o rápido desenvolvimento das relações diplomáticas não se limitem apenas ao fenômeno político observado na região com a ascensão da "Maré Rosa" (Jiang, 2019), reconhece-se que as "afinidades ideológicas e visões compartilhadas" desempenharam um papel significativo na "expansão e intensidade desses laços"[5].

Ao longo do século XXI, a República Popular da China consolidou-se como um dos principais parceiros comerciais e investidores na América Latina e no Caribe (ALC), firmando parcerias estratégicas com diversos países da região. Em particular, a relação com a República Bolivariana da Venezuela passou por uma transformação significativa na primeira década dos anos 2000, tornando-a a maior beneficiária dos empréstimos concedidos para a América Latina. Segundo o *Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores* (MPPRE)[6] da Venezuela, as relações sino-venezuelanas foram elevadas a um nível estratégico, especialmente após a eleição de Hugo Chávez em 1998, o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, e o lançamento da estratégia chinesa *Going Global*.

A relação entre a República Popular da China e a Venezuela destaca-se como uma das alianças mais dinâmicas que a nação asiática estabeleceu com um país latino-americano desde o início de sua estratégia de abertura global nos anos 2000. A convergência de visões de política externa, a necessidade mútua de diversificação dos mercados de energia e a oportunidade de intensificar as trocas comerciais em larga escala resultaram na criação de um modelo de cooperação único na América Latina (Piña, 2019).

Nos últimos 20 anos, observamos um aumento expressivo na parceria sino-venezuelana, com mais de 470 acordos bilaterais assinados e a negociação de empréstimos multimilionários. Neste período, a Venezuela recebeu aproximadamente US$ 64 bilhões da China, sendo 92% na forma de empréstimos. Esses acordos tornaram a China um dos principais destinos das exportações de petróleo bruto venezuelano e o principal credor do país andino, consolidando-se como um parceiro fundamental para os governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro.

Este cenário foi acompanhado por uma série de iniciativas de cooperação e investimento entre China e Venezuela, amplamente sustentadas por altos fluxos de capital na forma de

---

[5] De acordo com Sergio Cesarin (2006, p.124, apud Xu, 2006, p. 112): "En síntesis, simpatías ideológicas y visiones compartidas entre China y América Latina justifican la expansión de los vínculos y la intensidad por ellos alcanzada [...]".

[6] Venezuela y China profundizan inquebrantable asociación estratégica integral de cooperación. MPPRE. 17 jan. 2020. Disponível em: <https://mppre.gob.ve/2020/01/17/arreaza-asociacion-china-venezuela//>

investimentos diretos e financeiros concedidos pelos bancos estatais chineses. Desde a virada do século, esses investimentos se tornaram uma fonte crucial de capital para a economia venezuelana. Como será detalhado ao longo desta pesquisa, o estabelecimento de parcerias entre as empresas petrolíferas estatais chinesas e a Petróleo da Venezuela S.A. (PDVSA) exemplifica um mecanismo central nas interações sino-venezuelanas. Essas parcerias frequentemente envolvem empréstimos garantidos por petróleo ou gás de longo prazo, assegurando o fornecimento contínuo de commodities energéticas para a China.

Desde então, os dois países testemunharam um aumento significativo nos intercâmbios de alto nível e nos diálogos políticos, além de um desenvolvimento rápido e abrangente em comércio, investimento, finanças e outras áreas, bem como em intercâmbios culturais e interpessoais. Esses avanços consolidaram a parceria sino-venezuelana como uma aliança estratégica de longo prazo. A despeito das mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento econômico e das novas tendências nos fluxos de capital chinês para a região observada nos últimos anos, em 2014, o presidente chinês Xi Jinping e seu homólogo venezuelano Nicolás Maduro reforçaram a relação bilateral ao elevá-la ao status de "parceria estratégica integral" – uma das mais altas classificações diplomáticas concedidas pela China aos seus aliados. Em 2018, a Venezuela e outros países da América Latina e do Caribe (ALC) foram convidados oficialmente à Iniciativa Cinturão e Rota (ICR), também conhecida como *Belt and Road Initiative* (BRI), após o Ministro das Relações Exteriores Wang Yi declarar a região como uma "extensão natural da Rota Marítima da Seda do Século XXI"[7], no ano anterior.

No entanto, o relacionamento sino-venezuelano vem enfrentando desafios significativos, centrados em diversos fatores críticos. A queda drástica nos preços globais do petróleo iniciada em 2014, o declínio na produção e exportação de hidrocarbonetos venezuelanos, agravados após as sanções unilaterais impostas pelos Estados Unidos, e a dívida significativa de petróleo com a China, que vem gerando perdas financeiras ao país asiático, são elementos que comprometem a estabilidade dessa parceria. A despeito desses fatores, em 2023, os dois países elevaram suas relações a uma "associação estratégica para qualquer situação" — um status reservado a poucos parceiros diplomáticos da China, como a Rússia — reafirmando o compromisso de fortalecer a aliança, mesmo diante dos baixos retornos dos empréstimos maciços concedidos à Venezuela que não conseguiram garantir o fornecimento estável de

[7] Wang Yi: The Belt and Road Initiative Becomes New Opportunity for China-Latin America Cooperation. Embassy of the People's Republic of China in Seychelles. 18 set. 2017. Disponível em: <https://www.mfa.gov.cn/ce/cesc//eng/zgyw/t1494844.htm> Acesso em: 23/02/2024

energia à China e da crescente instabilidade política, econômica e social do país latino-americano.

Diante desse panorama, a presente pesquisa visa identificar e analisar as dimensões da parceria estratégica da China com a Venezuela, dando centralidade às considerações geoeconômicas e aos interesses geoestratégicos chineses. Para tanto, tomamos como ponto de partida o seguinte questionamento: Quais são os interesses geoeconômicos chineses que norteiam as relações com a Venezuela no século XXI? Para abordar essa questão, a pesquisa estabelece os seguintes objetivos específicos: 1) Traçar um panorama histórico da relação bilateral entre China e Venezuela, explorando aspectos diplomáticos, políticos, comerciais, de investimentos e empréstimos; 2) Analisar a percepção presente na literatura e em documentos oficiais chineses sobre os elementos essenciais do caráter estratégico da relação sino-venezuelana; 3) Investigar as transformações recentes na parceria estratégica, identificando os fatores determinantes, as mudanças de abordagem e seus impactos na relação bilateral. A análise deste trabalho abrange até o final de 2023, utilizando os dados disponíveis até essa data ou a data anterior mais próxima.

A hipótese central desta pesquisa é que os interesses da China na parceria estratégica com a Venezuela não se limitam ao acesso a recursos e segurança energética. Essa relação também se configura como um instrumento para expandir a influência geopolítica da China na região. Inicialmente, a estratégia chinesa focava na diversificação dos mercados de importação de petróleo e na redução da vulnerabilidade energética, o que se traduziu na concessão de elevados empréstimos destinados à exploração de recursos naturais na Venezuela, importantes para a manutenção do desenvolvimento econômico chinês e para garantir um posicionamento estratégico no setor de hidrocarbonetos do país. No entanto, a partir de meados dos anos 2010, observa-se retração dos aportes financeiros e empréstimos chineses ao regime, evidenciando um padrão muito mais cauteloso do ponto de vista dos retornos econômicos da parceria estratégica. Ainda assim, apesar dos desafios enfrentados na relação sino-venezuelana e da maior cautela econômica da China, o governo chinês continua a fortalecer e elevar os vínculos diplomáticos com a Venezuela a novos patamares. Diante desse cenário, a relevância geoestratégica da Venezuela no Caribe, e a possibilidade de ganho de espaço político e geoestratégico em uma área historicamente dominada pelos Estados Unidos, são considerados elementos explicativos essenciais para o aprofundamento da parceria do ponto de vista diplomático.

Do ponto de vista metodológico, serão utilizados dois métodos complementares: qualitativo e quantitativo. A pesquisa será fundamentada principalmente na revisão de fontes

primárias e na análise crítica da literatura existente, incluindo livros e artigos científicos relevantes ao tema, além de uma pesquisa documental com base em fontes primárias oficiais chinesas. O estudo dará um foco especial aos discursos presidenciais, documentos oficiais de acordos e memorandos oficiais de ambos os governos, em especial, ao "*China Policy Paper on Latin America and the Caribbean*" (2008 e 2016), e matérias da imprensa chinesa em inglês. A pesquisa utiliza o aporte teórico da economia política internacional e apresenta conceitos e formulações do campo da geoeconomia, que oferecem uma perspectiva renovada para a compreensão das disputas internacionais, à medida que os Estados têm cada vez mais recorrido a instrumentos econômicos para alcançar objetivos estratégicos. No mais, serão compilados dados de comércio bilateral, empréstimos e investimentos chineses divulgadas pelas principais bases internacionais: The Observatory of Economic Complexity (OEC); UN Comtrade Database; China-Latin America Finance (CLAF); China's Overseas Development Finance (CODF) Database; China's Global Energy Finance (CGEF); AidData's Global Chinese Development Finance Dataset, Version 2.0; AEI China Global Investment Tracker (CGIT); Monitor de la OFDI de China en América Latina y el Caribe (2022) - RED ALC-CHINA.

A pesquisa está organizada em três capítulos, cada um centrado em aspectos essenciais para uma compreensão aprofundada da parceria sino-venezuelana e de seu contexto geopolítico. O primeiro capítulo revisita os pilares da política externa chinesa, enfatizando a transição do modelo de Ascensão Pacífica para o Sonho Chinês, agora mais assertivo. Também oferece uma análise conceitual das parcerias estratégicas da China e sua evolução, com foco na América Latina, e explora a importância geopolítica da Venezuela, situada entre o Caribe e a Amazônia. Utilizamos conceitos da Geopolítica para examinar tanto a vulnerabilidade quanto a relevância estratégica desse território, especialmente em relação à presença chinesa, discutindo o papel do petróleo nessa relação. O capítulo ainda aborda a evolução do pensamento econômico e político sobre o uso do poder econômico como ferramenta estratégica, introduzindo o conceito de geoeconomia.

O segundo capítulo traça um panorama histórico da relação bilateral entre a República Popular da China e a República Bolivariana da Venezuela desde meados da década de 1970 até os dias atuais. Abrange aspectos diplomáticos, políticos, comerciais, de investimentos e empréstimos, e analisa como a parceria foi fundamentada nos interesses comerciais e energéticos, bem como nas afinidades políticas. O capítulo também explora as mudanças na relação sino-venezuelana à luz do novo modelo de desenvolvimento econômico chinês e dos desafios estruturais associados à política de empréstimos lastreados em petróleo.

O terceiro e último capítulo examina o impacto do rápido crescimento econômico e da urbanização acelerada nas últimas duas décadas na demanda energética da China, que gerou um consumo massivo de energia e um aumento vertiginoso na procura por petróleo. Este cenário levou o governo chinês e as companhias petrolíferas nacionais chinesas (NOCs) a adotar uma estratégia de diversificação das fontes de importação de petróleo e gás natural. Analisaremos os resultados dessa estratégia, que envolveu a assinatura de acordos de investimento em exploração de energia, a construção de oleodutos e o desenvolvimento de refinarias em diversas regiões do mundo, incluindo África e América Latina, com destaque para a Venezuela. Em seguida, exploraremos os interesses subjacentes ao crescente envolvimento da China na Venezuela, ressaltando a posição geográfica estratégica do país no Grande Caribe. Partimos do debate na literatura sobre as motivações e implicações do papel crescente de Pequim na América Latina, que pode ser compreendido no contexto do desafio à ordem regional dominada pelos EUA, além da busca por diversificação e fornecimento de petróleo, reconhecendo a complexidade e sobreposição de argumentos. Por fim, discutiremos os desafios enfrentados para manter a relação bilateral em meio às dificuldades internas da Venezuela, especialmente em um contexto de sanções internacionais e dificuldades econômicas internas, e os desdobramentos recentes da parceria estratégica sino-venezuelana.

CAPÍTULO 1 – POLÍTICA EXTERNA CHINESA, TERRITÓRIO VENEZUELANO E GEOECONOMIA

Para melhor entender as dimensões da parceria estratégica entre China e Venezuela e a importância da presença asiática no território venezuelano para a consolidação dos interesses chineses, o primeiro capítulo será estruturado em torno de três grandes temas: política externa, geopolítica e geoeconomia.

Em um primeiro momento, analisaremos as transformações da China ao longo das últimas décadas, destacando o papel crucial das políticas de reforma e abertura introduzidas por Deng Xiaoping e a subsequente evolução da política externa chinesa. Discutiremos os aspectos recentes da atuação internacional da China, com ênfase na reorientação de sua estratégia diplomática, marcada pela transição do modelo da Ascensão Pacífica de "*Keeping a Low Profile*" (KLP), que guiou a política externa por um quarto de século, para o modelo de "*Striving for Achievement*" (SFA), após a ascensão de Xi Jinping ao cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês e Presidente da China. Como veremos, essa mudança não apenas reflete a crescente projeção da China no cenário global, mas também sua estratégia de se posicionar como um líder emergente através de uma rede de parcerias estratégicas.

Em seguida, apresentaremos uma análise abrangente da evolução das parcerias estratégicas da China nas últimas duas décadas, destacando sua complexidade e importância no cenário global. Com base nesse panorama, busca-se compreender a estratégia de diversificação das parcerias chinesas, com um foco particular na América Latina e, mais especificamente, na Venezuela, e o papel central que estas poderão desempenhar na estruturação das relações externas da China nos próximos anos.

Num segundo momento, examinaremos a importância do território venezuelano, com suas projeções estratégicas para os eixos caribenho, atlântico, andino, amazônico e guianense. Analisaremos as particularidades do território venezuelano, abrangendo aspectos físicos e recursos naturais. Discutiremos a magnitude das reservas de hidrocarbonetos presentes no país e como o petróleo tem desempenhado um papel central na trajetória política, econômica e produtiva da Venezuela. Para enriquecer essa análise, incorporaremos também a dimensão geopolítica do território venezuelano. Este enfoque é especialmente relevante para compreender a importância da região para a segurança e interesses estratégicos de Washington, bem como o significado da crescente presença chinesa na Venezuela.

Por último, exploraremos a nova dimensão na utilização do poder econômico para a promoção de interesses geopolíticos e o fortalecimento do poder estatal. Para isso, resgataremos a história do pensamento econômico e político em relação ao uso do poder econômico para fins estratégicos, abordando o conceito de geoeconomia. Exploraremos as contribuições de Edward Luttwak, que cunhou o termo em 1990, e do livro "War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft", publicado por Robert D. Blackwill e Jennifer M. Harris em 2016, que se tornou a referência mais atualizada no tema. Analisaremos as visões sobre a geoeconomia, suas relações com a geopolítica e o emprego de "instrumentos geoeconômicos" pelas principais potências, como os Estados Unidos e a China, para promover seus interesses geopolíticos. Além disso, discutiremos o papel do petróleo na política internacional e na diplomacia das potências globais. Finalmente, exploraremos como as crescentes empreitadas da China em regiões chave do Grande Caribe, como a Venezuela, destacam uma nova etapa da guerra de posições com os Estados Unidos.

Com isso, objetiva-se estabelecer uma base sólida para compreender a complexa rede de parcerias estratégicas da China e sua implicação na relação sino-venezuelana, proporcionando uma visão abrangente e detalhada do contexto global e regional em que essas dinâmicas se desenrolam.

1.1 ESTRATÉGIA DE POLÍTICA EXTERNA CHINESA E A DIPLOMACIA DE PARCERIA

> **Para entender a política de parcerias estratégicas da China, primeiro é necessário analisar as mudanças na China e suas interações com o mundo** (Feng; Jing, 2014, p. 11, tradução nossa)

Nos últimos anos, a rápida ascensão econômica, o aumento significativo do poder e da influência global, bem como a ampliação da capacidade de projeção internacional da China têm capturado a atenção mundial. Para compreender melhor a trajetória de inserção internacional da China no século XXI e as características que moldam sua política externa contemporânea, primeiro é necessário analisar as mudanças do país e suas interações com o mundo (Feng; Jing, 2014, p. 11). Para tanto, resgatamos três marcos históricos fundamentais: a Revolução Chinesa e a Proclamação da República Popular da China em 1949, sob a liderança de Mao Tsé-tung; a ascensão de Deng Xiaoping à liderança do Partido Comunista Chinês, reconhecido como arquiteto das políticas de "Reforma e Abertura" implementadas em 1978; e a ascensão de Xi Jinping ao cargo de Secretário Geral do Partido Comunista Chinês e Presidente do país ao final

de 2012. Esses eventos não apenas configuraram a trajetória doméstica chinesa, mas também redefiniram sua posição e papel no cenário internacional.

Em 1949, durante a cerimônia de Proclamação que marcou a fundação da República Popular da China (RPC), Mao Zedong anunciava o nascimento da "Nova China" (Visentini, 2011). Logo após o rompimento com a antiga China, o Presidente Mao e o premiê Zhou Enlai declararam em diversas ocasiões a disposição da nação asiática em estabelecer relações diplomáticas com todos os países que estivessem dispostos a observar os princípios de igualdade, benefício mútuo e respeito mútuo pela soberania e integridade territorial[8] — conceitos fundamentais da política externa da China. Conforme o pronunciamento de Wen Jiabao (2004), primeiro-ministro chinês de 2003 a 2013,

> Há 50 anos, o falecido primeiro-ministro Zhou Enlai fez visitas separadas à Índia e a Mianmar, durante as quais foram emitidas declarações governamentais conjuntas para definir e iniciar o que hoje chamamos de **Cinco Princípios de Coexistência Pacífica**. Esses princípios são: **respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não agressão mútua, não interferência nos assuntos internos, igualdade e benefício mútuo e coexistência pacífica**. [...] Os Cinco Princípios surgiram como uma inevitabilidade histórica. Após o colapso do sistema colonial mundial depois da Segunda Guerra Mundial, surgiu um grande número de Estados-nação recém-independentes na Ásia e na África. Sua tarefa mais urgente era proteger a independência e a soberania, resistir à agressão e à interferência externa, cultivar relações de igualdade com outros países e garantir um ambiente internacional de paz para desenvolver suas economias nacionais. **A fundação da República Popular da China em 1949 foi um evento que marcou época na história da China.** A nova China prezou sua independência, buscou ativamente a coexistência pacífica com outros países do mundo e trabalhou arduamente para melhorar seu ambiente externo. (Wen Jiabao, 2004)[9]

Consagrados na Constituição da China, os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica fornecem um conjunto de diretrizes fundamentais para o estabelecimento e desenvolvimento de relações interestatais até os dias de hoje. Esses princípios constituem os elementos básicos do pensamento da política externa chinesa e da inserção internacional do país nas décadas seguintes, cuja adoção abriu espaço para uma nova fase na política externa chinesa.

Conforme descrito por Pini (2015, p. 22), o início da Era Maoísta "determinaria o início do último ciclo de fechamento do país, que findaria somente na década de 1970", seguida de transformações estruturais na economia, sociedade e política externa chinesa, culminando no

---

[8] China's Initiation of the Five Principles of Peaceful Co-Existence. Ministério de Relações Exteriores da China. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao_665539/3602_665543/3604_665547/200011/t20001117_697812.html> Acesso em 16/05/2024.

[9] Carrying Forward the Five Principles of Peaceful Coexistence in the Promotion of Peace and Development. Speech by Wen Jiabao Premier of the State Council of the People's Republic of China At Rally Commemorating the 50th Anniversary of The Five Principles of Peaceful Coexistence. Embassy of the People's Republic of China in the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, 28 jun. 2004). Disponível em: http://gb.china-embassy.gov.cn/eng/xntjgk/200406/t20040628_3312498.htm

desenvolvimento do modelo denominado ‘Socialismo de Mercado’, o qual implicava a modernização da economia chinesa e sua integração ao sistema produtivo global. A transformação decisiva da China se deu através da política de “Reforma e abertura” lançada por Deng Xiaoping, conhecido como o “arquiteto da China moderna”, ao final de 1978, que “abriu precisamente as portas de um país que estava à margem do sistema internacional há quase três décadas” (Molina Medina, 2018, p. 81). Sob a orientação da teoria diplomática do líder chinês Deng Xiaoping, a diplomacia chinesa redefiniu seu objetivo fundamental para priorizar a criação de um ambiente internacional e regional estável a longo prazo, propício à construção e ao desenvolvimento econômico do país. Esta política foi essencial não apenas para a criação de condições favoráveis para o crescimento econômico interno, mas também para legitimar os mecanismos de mercado na China e integração do país no sistema econômico mundial (Feng; Jing, 2014; Ge, 2015).

Além da transição de uma economia centralmente planificada para uma economia de mercado, o período entre a morte de Mao em 1976 e a ascensão de Deng em 1978 foi igualmente marcado por uma reorientação significativa da política externa chinesa (Ge, 2015; Chang-Liao, 2016; Nogueira; Fona, 2022). Isso se deve ao fato de que, sob a liderança de Mao Tsé-Tung, o governo chinês “nunca aplicou formalmente o conceito de ‘interesse nacional' para delinear seus objetivos estratégicos, mas suas estratégias internacionais eram claramente dominadas por interesses de segurança política e militar”, em resposta às agressões e invasões estrangeira do passado (Jisi, 2011).

Portanto, no lugar da política externa isolacionista e beligerante, baseada na iminente possibilidade de conflitos armados em escala global, a partir da década de 1980 a China adota uma política “baixo perfil” nos assuntos internacionais (*taoguang yanghui*) – “esconder suas capacidades e aguardar o momento certo” – (Zhao, 2010, p.357), evitando assumir liderança em questões globais controversas. Em termos de atuação internacional, a China mantinha uma postura pacífica e sem aparentes aspirações de reforma ou mudança do sistema internacional. Essa abordagem visava assegurar um ambiente internacional pacífico e favorável ao crescimento e desenvolvimento econômico doméstico, priorizando os interesses imediatos da China (Zhao, 2010; Ge, 2015; Kotz; Ouriques, 2020; Nogueira; Fona, 2022).

Nas décadas seguintes, os líderes chineses Jiang Zemin (1990-2002) e Hu Jintao (2002-2012), adotaram o “mantra da política externa” de Deng Xiaoping, mantendo os princípios estratégicos do modelo de inserção internacional de baixo perfil – *Keeping a Low Profile* (KLP), ao mesmo tempo em que se engajavam em iniciativas de desenvolvimento interno, concentrando-se em manter o crescimento e a estabilidade política (Chang-Liao, 2016, p. 83).

A renovação das gerações de líderes e a ascensão econômica da China, aliadas a novas demandas no cenário internacional, pressionaram o país a renovar e reafirmar seus princípios de política externa.

> De acordo com a interpretação mais comum do conhecido 'princípio orientador de vinte e quatro caracteres' de Deng, **Pequim deveria desempenhar um papel passivo na geopolítica global e, em vez disso, aproveitar a oportunidade de um período prolongado de relativa estabilidade global para promover o desenvolvimento econômico**. Porém, após a morte de Deng em 1997, a nova geração de líderes políticos da China enfrentou uma situação diferente (Xiang, 2008, p. 50, tradução e grifo nossos).

Desde então, a liderança chinesa procurou construir a imagem de uma potência ascendente, pacífica e responsável, promovendo conceitos como 'Ascensão/Desenvolvimento Pacífico da China', refletindo "os novos desafios incorporados à agenda internacional chinesa e o esforço das novas lideranças em contribuir para a reflexão sobre o novo momento", enquanto buscam apresentar uma "China não ameaçadora para os vizinhos e aberta aos novos tempos" (Pecequilo; Carmo, 2014, p. 42-43).

O conceito de "ascensão pacífica" introduzido por Zheng Bijian, um intelectual próximo ao então presidente Hu Jintao, no Fórum de Boao em 2003, e endossado pelo primeiro-ministro Wen Jiabao no mesmo ano, emergiu como uma resposta às preocupações globais sobre a possível ameaça do crescente poder econômico e político da China. Historicamente, a ascensão de uma nova grande potência tende a desestabilizar a ordem internacional estabelecida, gerando rivalidades entre grandes potências e, em casos extremos, conflitos armados (Zhang, 2015). No entanto, a retórica oficial chinesa buscava reafirmar que a ascensão da China seria distinta, uma vez que o país se propõe a seguir "um caminho único para alcançar seu status de grande potência de maneira pacífica" (Zhang, 2015, p. 4, tradução nossa). Este enfoque visava assegurar às demais nações que as intenções de Pequim eram pacíficas, destacando o compromisso da China em buscar uma integração harmoniosa e pacífica no sistema internacional, minimizando tensões e temores de hegemonia ou confronto (Zhao, 2010; Pecequilo & Carmo, 2014; Zhang, 2015; Nogueira & Fona, 2022).

Complementarmente, Nogueira e Fona (2022, p. 96), destacam que "a base desse discurso era a defesa do crescimento e desenvolvimento chinês como benéfico ao resto do mundo, portanto um jogo de soma positiva" ou 'ganha-ganha' (*shuangying*). Em linhas gerais, o discurso oficial chinês baseava-se na premissa de que "o desenvolvimento da China depende da paz mundial - uma paz que seu desenvolvimento, por sua vez, reforçará" (Zheng, 2005). Isso implicava que um ambiente internacional pacífico e harmonioso promoveria o desenvolvimento

econômico da China, enquanto o crescimento do país, por sua vez, beneficiaria a comunidade internacional em vez de representar uma ameaça.

Embora rapidamente endossado pelos líderes chineses, o termo "ascensão pacífica" foi logo substituído. A reformulação ocorreu devido às preocupações da comunidade acadêmica e das autoridades chinesas com a possível conotação de dominação e hegemonia associada à palavra "ascensão". Para mitigar essa percepção entre os países vizinhos e reiterar o compromisso da China com o crescimento e a modernização sem aspirações hegemônicas ou de predominância nos assuntos mundiais, a expressão "desenvolvimento pacífico" foi adotada nos discursos oficiais chineses (Zheng, 2005; Zhao, 2010; Jisi, 2011; Kotz; Ouriques, 2020; Nogueira; Fona, 2022).

Apesar da mudança terminológica, Zhao (2010) observa que as autoridades chinesas continuaram a assegurar tanto aos seus vizinhos quanto às grandes potências que a ascensão da China não se configurava como um jogo de soma zero, mas sim como uma oportunidade que traria benefícios em vez de ameaças à paz e à estabilidade. Além disso, como argumenta Zhang (2015), a política declarada de "ascensão pacífica/desenvolvimento pacífico", refletia essencialmente o reconhecimento de longa data pelos líderes chineses de que a reforma e o desenvolvimento interno da nação, bem como a restauração de seu status de grande potência, exigiam um ambiente externo pacífico e estável. Com base nessa premissa, a principal prioridade da política externa chinesa desde o início da década de 1990 tem sido aliviar as preocupações externas acerca da ameaça percebida de uma China em ascensão, de forma a manter um ambiente internacional que favoreça o desenvolvimento econômico contínuo do país (Zhang, 2015, p. 4).

Nesse contexto, sob a liderança do presidente Hu Jintao, Pequim manteve uma política de baixo perfil com ênfase no rápido desenvolvimento interno (Zhao, 2010; Jisi, 2011). No entanto, à medida que a China emergia como um ator proeminente no cenário global, aumentavam as expectativas para que o país assumisse uma maior responsabilidade internacional. Reflexo dessas transformações, Hu Jintao passou a abordar com frequência a necessidade de "*yousuo zuowei*" (literalmente, "fazer algo" ou "alcançar alguns sucessos") nos assuntos mundiais (Zhao, 2010, p. 364, tradução nossa). Essa mudança de discurso indicaria uma evolução na postura chinesa em relação à sua participação nos temas globais, sugerindo um papel mais ativo na promoção da estabilidade e no enfrentamento de desafios internacionais. Em relação à percepção de um maior envolvimento da China em questões que poderiam impactar o desenvolvimento e a estabilidade globais, Zhao (2010) argumenta que, na verdade, a política de baixo perfil promovida por Deng Xiaoping nunca foi simplesmente uma postura

passiva. Pelo contrário, refletia uma estratégia deliberada para fortalecer internamente o país enquanto se preparava para desempenhar um papel mais significativo e assertivo no cenário global.

> **Foi um processo dinâmico para esconder a ambição da China e aguardar o momento certo.** Para se preparar para o futuro, a liderança de Hu fez esforços ativos para **fortalecer a força nacional abrangente da China (*zhonghe guoli*)**, composta por poder duro e suave, pois a fraqueza da China frequentemente era citada como a razão fundamental pela qual a China não podia abandonar sua política de perfil baixo. **Acelerando seus esforços para fortalecer sua força nacional, a China estaria em uma posição melhor para realizar seu sonho de grande potência** (Zhao, 2010, p. 364)

Após duas décadas de crescimento econômico significativo, a China solidificou sua posição no sistema de investimento internacional e seu protagonismo na economia global. No entanto, os impactos diretos da crise financeira de 2008-2009 no país asiático, embora menores do que a recessão enfrentada por muitas potências ocidentais, evidenciaram a vulnerabilidade da economia chinesa à dependência da demanda externa e à suscetibilidade a choques e crises sistêmicas. Esse período impulsionou a China a adotar uma postura mais proativa na restauração do equilíbrio e da estabilidade na economia internacional, promovendo um engajamento ampliado em diversos fóruns de governança financeira global (Zhao, 1997; Cheng; Zhang, 1999; Zhao, 2010; Do, 2015; Zhang, 2015; Martins, 2017).

Diante deste cenário, o período pós-2008 representou um importante ponto de inflexão na postura da China, tornando a necessidade de uma postura mais proativa cada vez mais premente (Zhao, 2010; Ge, 2015; Chang-Liao, 2016). A percepção das vulnerabilidades do país reforçou seu engajamento com a governança financeira global, culminando na proposição de novas instituições multilaterais, alinhadas aos interesses chineses de estabilidade econômica e desenvolvimento sustentável (Martins, 2017, p. 16).

Como uma potência ascendente, a China não apenas se tornou mais segura e confiante, mas também adotou uma diplomacia mais ativa, visando influenciar a agenda global em consonância com seus interesses estratégicos (Zhao, 2010). Como resultado, a liderança chinesa redefiniu o objetivo da política externa da China, conforme anunciado por Hu Jintao em julho de 2009, destacando a necessidade de "salvaguardar os interesses da soberania, segurança e desenvolvimento" do país. Esses interesses centrais foram melhor definidos por Dai Bingguo, Conselheiro de Estado para Relações Externas, da seguinte forma: "Primeiro, a estabilidade política da China, ou seja, a estabilidade da liderança do PCCh [...]; Segundo, a segurança soberana, a integridade territorial e a unificação nacional; e terceiro, o desenvolvimento econômico e social sustentável da China (Jisi, 2011, tradução nossa).

A ascensão de Xi Jinping ao cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês e presidente da China, em novembro de 2012, representou um momento um ponto de inflexão na formulação da estratégia internacional e no posicionamento externo do país, com significativas alterações nos "princípios orientadores e na prática da diplomacia chinesa" (Zhang, 2015). Conforme destaca Chang-Liao (2016), à medida que a China rapidamente se consolidava como um ator relevante no cenário global, com o fortalecimento de seu poder e o aumento de sua influência tanto no sistema internacional quanto na economia mundial, muitos acadêmicos chineses questionavam se os formuladores de políticas estrangeiras deveriam continuar a aderir à tradicional diretriz de Deng Xiaoping. Embora uma variedade de opiniões divergentes tenha surgido sobre a continuidade dessa abordagem, foi apenas com a ascensão de Xi Jinping ao poder que se "pôde dizer que a diretriz de Deng havia finalmente seguido seu curso" (Chang-Liao, 2016, p. 83).

Com as mudanças perceptíveis no discurso oficial chinês sobre sua política externa e de segurança, alinhadas à busca por uma participação mais proativa na governança global e maior influência nas regras internacionais, especialmente desde que Xi Jinping apresentou sua visão do "Sonho Chinês", observa-se um distanciamento da tradicional retórica de baixo perfil. Sob o comando de Xi Jinping, essa nova abordagem de política externa marca uma nova fase na diplomacia chinesa, caracterizada por uma crescente assertividade em relação aos assuntos regionais e globais, à defesa dos interesses nacionais chineses e à soberania do país (Chang-Liao, 2016; Zhang, 2015; Nogueira; Fona, 2022).

Como pontuam as autoras Nogueira e Fona (2022, p. 97), a política externa assertiva, introduzida no contexto da criação da máxima do "Sonho Chinês" por Xi Jinping, constitui o modelo do SFA – Striving For Achievement ("buscando conquistas"). Esta máxima refere-se a iniciativa diplomática destinada a promover o grande rejuvenescimento da nação chinesa (Do, 2015; Pu, 2017), cujos objetivos específicos são de criar "uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos" até o centenário do PCCh em 2021, e um "país socialista moderno, afluente, forte, civilizado e harmonioso" até 2049, quando a RPC completará seu centenário (Poh; Li, 2017, p. 2).

A adoção de uma política externa mais assertiva pela China, conforme mencionado anteriormente, encontra respaldo na percepção chinesa pós-crise de 2008, momento em que se reconheceu um aumento significativo da influência chinesa no Sistema Internacional em relação às potências ocidentais. Alinhada à visão e aos objetivos do 'Sonho Chinês' de Xi Jinping, a nova estratégia diplomática chinesa não apenas promoveu um comportamento mais proativo no sistema internacional, assumindo maiores responsabilidades na governança global

(Nogueira; Fona, 2022), mas também revelou uma ambição crescente na articulação de metas de política externa. Esse novo posicionamento abandonou a abordagem conservadora e de baixo perfil que caracterizou o estágio inicial da era da reforma, em favor de uma postura mais assertiva e influente nos assuntos globais (Chang-Liao, 2016, p. 82).

Além de uma participação mais ativa na governança global e uma maior influência nos organismos internacionais, a visão era de que "juntamente com o rejuvenescimento nacional liderado pelo novo presidente", a política externa chinesa não deveria mais ser mais apenas uma mera reação às ações dos demais atores, mas sim fazer parte de uma estratégia global mais ampla e de longo prazo que englobe uma afirmação clara das prioridades internas e externas da China (Chang-Liao, 2016, p. 83). Essa estratégia deveria incluir uma afirmação clara das prioridades internas e externas da China, refletindo uma abordagem mais assertiva e proativa nos cenários regional e global.

Sendo assim, a nova retórica de Xi Jinping passou a revelar mais do que um "distanciamento em relação à de seus antecessores" (Poh; Li, 2017, p. 1). Na verdade, indica a "transformação da China de um receptor passivo das normas internacionais em um ator ativo em sua formulação, demonstrando a adoção de uma política externa de alto perfil" (Nogueira; Fona, 2022, p. 97). Essa transformação implica uma reorientação da estratégia diplomática chinesa, marcada pela transição do modelo da Ascensão Pacífica de *Keeping a Low Profile* (KLP), que guiou a política externa por um quarto de século, para o modelo de *Striving for Achievement* (SFA).

> Em seu primeiro fórum de trabalho sobre diplomacia periférica (zhoubian waijiao), em outubro de 2013, Xi definiu as prioridades planejadas para a política externa da RPC durante seu mandato. Diferentemente de seus antecessores, ele evitou mencionar o 'taoguang yanghui' e, em vez disso, **enfatizou que o país deveria 'lutar por conquistas" (fenfa youwei), que agora se tornou o tema principal da diplomacia chinesa**. A nova retórica de Xi pode representar mais do que uma pequena mudança, pois indica que a diretriz arraigada de manter um perfil internacional discreto que moldou a política externa chinesa desde o início da década de 1990 estava finalmente dando lugar a uma inclinação mais ativista (Chang-Liao, 2016, p. 83, tradução e grifo nossos)

Além da expansão de sua participação em instituições multilaterais estabelecidas, a China adotou uma nova abordagem em relação à governança global, lançando iniciativas e instituições de cooperação e integração multilateral significativas, como a Iniciativa do Cinturão e Rota (ICR), o Fundo da Rota da Seda e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB). Concomitantemente, a China tem realizado investimentos substanciais ao redor do mundo, especialmente na Ásia, Oriente Médio, África e Europa. Por outro lado, a China também "fortaleceu seu poder militar e intensificou as atividades em territórios

disputados através da construção agressiva de infraestrutura e pistas de pouso adequadas para uso militar". (Poh; Li, 2017, p. 10). Esses mecanismos não apenas ampliam a influência da China na governança global e regional, mas também impulsionam seu próprio desenvolvimento econômico e estratégico (Poh; Li, 2017; Nogueira; Fona, 2022).

Além da "promoção das visões políticas e morais de Pequim, a consolidação de sua liderança regional e a oferta de alternativas multilaterais para os países parceiros", conforme destacado pelo Ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, no Simpósio sobre o Desenvolvimento Internacional e a Diplomacia da China em dezembro de 2014, a nova diplomacia também envolve a construção de uma extensa rede global de parcerias. Como veremos a seguir, essa estratégia tornou-se um componente indispensável nas relações exteriores do país (Poh; Li, 2017; Yue, 2018; Tyushka; Czechowska, 2019).

O novo pensamento diplomático adotado por Pequim revisita perspectivas históricas chinesas consagradas sobre assuntos internacionais e aponta para uma transformação significativa, ainda que embrionária: "a China está começando a montar uma grande estratégia coordenada para garantir o status de grande potência do país" (Chang-Liao, 2016). Este esforço torna-se evidente através dos elementos inovadores da política externa de Xi Jinping, encapsulados em um conceito importante formulado durante seu primeiro mandato: "diplomacia de grande potência com características chinesas" (*zhonguo tese daguo waijiao*), que inclui o 'reconhecimento da China pela comunidade internacional [...] como uma grande potência pronta para assumir as responsabilidades correspondentes". Tais elementos marcam uma nova fase na diplomacia chinesa sob a liderança de Xi Jinping, claramente distinta da estratégia internacional de "baixo perfil", promovida por Deng Xiaoping e honrada por seus predecessores ao longo de várias décadas.

1.1.2. O CONCEITO DE PARCERIA ESTRATÉGICA ABRANGENTE: O SEGUNDO NÍVEL MAIS ALTO[10] DAS RELAÇÕES BILATERAIS

> Com o fim do sistema bipolar do período da Guerra Fria e com o pano de fundo de uma ordem internacional emergente que pode ser melhor descrita como policêntrica, espera-se que os Estados confiem menos na coerção e mais na negociação para gerenciar relações assimétricas. Nesse mundo "multinodal", o aumento das oportunidades de interação e a maior flexibilidade com relação à escolha de parceiros na política regional e global devem favorecer "estruturas cooperativas e regulatórias para promover interesses comuns e evitar crises". **A criação de parcerias estratégicas oferece uma possibilidade de estabelecer esses laços interestatais**

[10] Quick guide to China's diplomatic levels. South China Morning Post. 20 jan. 2016. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/1903455/quick-guide-chinas-diplomatic-levels> Acesso em: 27/12/2022.

> **flexíveis destinados a servir à busca de objetivos políticos, de segurança e econômicos em um mundo globalizado.** Com efeito, nas últimas duas décadas, muitos países têm adotado cada vez mais a diplomacia de parceria. (Strüver, 2016, p. 5, tradução nossa)

Em meio ao desmonte da ordem geopolítica bipolar e ao rearranjo do sistema internacional pós-Guerra Fria, a ascensão de uma era caracterizada pela multipolaridade fez com que as parcerias estratégicas emergissem como uma "nova forma e característica do sistema de relações internacionais em evolução", além de representarem um "novo princípio para organizar a vida internacional" (Tyushka & Czechowska, 2019, p. 8). A complexidade crescente das interações globais e a necessidade de novas formas de cooperação diante de um novo paradigma diplomático exigia a criação de novos instrumentos diplomáticos inovadores (Feng & Jing, 2014, p. 11).

Como retratam Song, Borquez e Muñoz (2020), o sistema internacional prevê o o surgimento de um novo tipo de alinhamento estratégico, que ultrapassa os objetivos tradicionais de manutenção da sobrevivência e segurança de um Estado. Neste novo cenário, as nações não apenas se alinham para se protegerem mutuamente ou competirem contra terceiros, mas também utilizam esses alinhamentos como dispositivos narrativos para promover uma agenda de interdependência econômica e comercial no contexto global. Esses novos formatos de associação bilateral buscam conciliar cooperação e concorrência, sugerindo que as relações estratégicas não são avaliadas apenas pela troca de recursos, mas também pela capacidade de influenciar resultados. Isso implica um novo conceito de "ser estratégico", no qual os Estados adotam papéis que se aproximam mais de um compromisso consensual (alinhamento "com") ou de uma dinâmica de barganha (alinhamento "com"), em vez de um papel coercitivo (alinhamento "sobre").

Segundo essa nova abordagem, o alinhamento estratégico desempenha um papel essencial na institucionalização da cooperação entre as nações e na criação de uma estrutura formal que articula as interações entre mercado e política. No plano operacional, o estabelecimento de parcerias estratégicas envolve não apenas instrumentos tradicionalmente ligados à segurança e à afinidade ideológica, mas também novas abordagens, como as parcerias estratégicas abrangentes. Esses novos instrumentos diplomáticos se caracterizam, dentre diversos fatores, pelo desenvolvimento de uma visão global compartilhada e a implementação de plataformas de desenvolvimento, que elevam o nível de benefício mútuo e fortalecem a interdependência no sistema internacional (Song; Borquez; Muñoz, 2020).

Ao observarmos a "mecânica interna" deste fenômeno e explorarmos suas funções distintas de política externa no contexto de um cenário geoestratégico em constante

transformação, torna-se evidente que as parcerias estratégicas representam uma resposta adaptativa às mudanças dinâmicas no cenário internacional. Desde o início dos anos 1990, a reconfiguração das relações internacionais tem demonstrado que "as parcerias estratégicas se tornaram a chave para enfrentar desafios internacionais sistêmicos e específicos" (Tyushka & Czechowska, 2019, p. 8).

Em linhas gerais, as parcerias estratégicas emergiram como uma opção política segura para potências secundárias em um cenário global cada vez mais complexo e interconectado consolidando-se como um instrumento diplomático alinhado à lógica pós-Guerra Fria, com foco na segurança e nas capacidades econômicas dos Estados (Song, Borquez & Muñoz, 2020). Ao contrário das alianças formais que frequentemente envolvem compromissos de defesa mútua e compartilhamento de riscos militares, as parcerias estratégicas representavamm um modelo de alinhamento interestatal com custos de entrada e saída relativamente baixos, e se baseiam principalmente em acordos orientados por objetivos, em vez de ameaças[11], promovendo a cooperação em áreas de interesse comum sem exigir um alinhamento total em termos de valores ou políticas internas ((Wilkins, 2008; Strüver, 2016; Yue, 2018; Song; Borquez; Muñoz, 2020).

Contudo, conforme argumentam Song, Borquez e Muñoz (2020), na última década, as parcerias estratégicas se transformaram em instrumentos mais complexos e sofisticados, respondendo às mudanças na dinâmica da cooperação internacional que respondem às mudanças na dinâmica da cooperação. Esses alinhamentos passaram a incluir aspectos mais formais e técnicos que podem convergir em alguns aspectos e divergir em outros, adaptando-se a um escopo de cooperação bilateral mais abrangente e multidimensional.

Nesse sentido, Tyushka e Czechowska (2019) destacam que essas parcerias estratégicas emergem como uma tendência cada vez mais relevante na política externa contemporânea, onde sua ausência na estratégia de um ator internacional pode ser tão significativa quanto sua presença. Essas alianças não apenas servem para avançar suas agendas de política externa, mas também funcionam como um mecanismo para evitar a percepção de isolamento ou

[11] No campo de estudos das relações internacionais, não há um consenso estabelecido sobre o conceito de "parceria estratégica". Portanto, o presente trabalho parte da conotação de que as parcerias estratégicas são orientadas por objetivos em vez de ameaças (Strüver, 2016). Partindo de uma "compreensão conceitual de alinhamento que tem a segurança como seu elemento central", alguns estudiosos partem do pressuposto de que "questões de segurança tradicionais, em vez de objetivos econômicos, são os principais impulsionadores de qualquer parceria estratégica significativa". Strüver (2016), ao se distanciar dessa suposição e adotar uma noção de alinhamentos "neutra em relação a valores" e "neutra em relação a conteúdo" como ponto de partida em seu estudo, nos permite uma melhor compreensão do tipo de relações de parceria vislumbrado pelo governo chinês. Isso se deve ao fato de que "deixar de lado a colaboração em segurança como uma condição necessária amplia o alcance de aplicabilidade do termo parceria para alinhamentos interestatais que carecem de um componente de segurança distinto" (Strüver, 2016, p. 7). Consulte também Nadkarni (2010); Wilkins (2008); Parameswaran (2014); Tyushka; Czechowska (2019) para um aprofundamento no debate acadêmico sobre o tema.

marginalização no cenário global, caracterizando-se, assim, como uma ferramenta essencial para manter relevância e influência nas relações internacionais.

Como instrumento diplomático, "a política de parcerias estratégicas reflete uma mudança mais ampla no desenvolvimento da China e no paradigma diplomático global" (Feng; Jing, 2014, p. 11). No caso da nação asiática, a desintegração da União Soviética, a reconfiguração significativa da estrutura de poder global, e a política doméstica de Reforma e Abertura impulsionaram a necessidade de estabelecer relações estáveis e cooperativas com uma gama maior de países ao redor do mundo (Ge, 2015; Li; Ye, 2019; Feng; Jing, 2014). Pequim, assim como outros atores de destaque no "mundo policêntrico" (Strüver, 2016), priorizou a formação de redes globais de parcerias estratégicas, optando por uma abordagem de engajamento bilateral flexível e colaborativo, com foco na cooperação em questões econômicas, tecnológicas e políticas sem a necessidade de compromissos militares diretos (Nadkarni, 2010). Em seu discurso na Conferência sobre Desarmamento em 1999, o ex-líder chinês Jiang Zemin (1989-2002) declarou:

> A história nos diz que o **antigo conceito de segurança baseado em alianças militares** e no acúmulo de armamentos não ajudará a garantir a segurança global e muito menos levará a uma paz mundial duradoura. Isso exige, portanto, o **cultivo de um novo conceito de segurança que atenda às necessidades da época e exija esforços vigorosos para explorar novas maneiras de proteger a paz e a segurança. Acreditamos que o cerne desse novo conceito de segurança deve ser a confiança mútua, o benefício mútuo, a igualdade e a cooperação.** Os cinco princípios de respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não agressão mútua, não interferência nos assuntos internos uns dos outros, igualdade, benefício mútuo e coexistência pacífica e outras normas universalmente reconhecidas que regem as relações internacionais constituem a base política que sustenta a paz mundial.

Historicamente, ao estabelecer a primeira parceria estratégica com o Brasil em 1993, a China deu início a um novo paradigma diplomático, denominado 'diplomacia multidimensional' (Feng & Jing, 2014; Strüver, 2016). No entanto, a verdadeira ênfase de Pequim durante esse período estava voltada para as parcerias estratégicas com potências globais, como a Rússia, com quem firmou um acordo em 1996, e os Estados Unidos, em 1997. Isso porque o Politburo chinês visava manter relações estáveis e amistosas com essas potências enquanto a nova ordem mundial se formava (Feng & Jing, 2014, p. 10).

Com a adesão do país à Organização Mundial do Comércio (OMC), em novembro de 2001, o governo chinês ampliou o escopo de suas parcerias estratégicas visando uma maior integração à comunidade internacional. Caracterizada como um "instrumento proeminente" em meio ao conjunto de aparatos diplomáticos chineses, Feng e Jing (2014, p. 7-11) argumentam que o *boom* de parcerias estratégicas observado nos anos seguintes, é um "produto do engajamento da China à globalização e à diplomacia multidimensional". Este processo reflete

seu próprio crescimento econômico, sua própria adaptação ao mundo e seus esforços para moldar uma ordem econômica e política mundial a seu favor, tornando a construção e a institucionalização de parcerias estratégicas uma das dimensões mais notáveis da diplomacia chinesa (Feng; Jing, 2014; Cunha, 2018). Nos anos seguintes, sob a liderança de Hu Jintao, a China "exibiu ativismo global na tentativa de construir uma rede de parcerias estratégicas, tanto bilateral quanto multilateral, com praticamente todas as principais potências e blocos regionais" (Zhao, 2010, p. 368).

> A rede de parcerias estratégicas era um instrumento para a China assegurar um mundo multipolar no qual as grandes potências se equilibrassem mutuamente para alcançar a estabilidade regional e global. O conceito de "parceria estratégica" era suficientemente vago para permitir que a China se engajasse com grandes potências, evitando a percepção de um confronto ou alinhamento anti-EUA. **Dentro do framework de parcerias, os líderes chineses apelaram aos seus homólogos para abandonar a mentalidade da Guerra Fria e identificar ativamente interesses comuns, com a esperança de que as diferenças e contradições nos sistemas políticos e valores não afetassem o desenvolvimento saudável das relações entre estados. A ideia de parceria estava em conformidade com os objetivos estratégicos da China de manter um ambiente internacional pacífico no qual a China pudesse se concentrar no desenvolvimento econômico e na manutenção da estabilidade política** (Zhao, 2010, p. 368, tradução e grifo nossos).

Com o contínuo e rápido crescimento da força econômica, política e militar da China, sua diplomacia tornou-se cada vez mais ativa e assertiva no cenário global. Essa transformação permitiu à China expandir significativamente sua influência em diversas regiões, incluindo a América Latina, África, Oriente Médio e Ásia (Zhao, 2010). Como observado por Li e Ye (2019, p. 68), de 1993 a 2003, a China estabeleceu apenas dez parcerias. Em contraste, a partir de meados dos anos 2000, esse número aumentou significativamente, atingindo um total de 50 países e regiões com os quais a China firmou parcerias.

Esse crescimento é particularmente notável durante a fase de transição de uma política externa de "baixo perfil" para uma postura de maior ativismo global, refletindo uma mudança estratégica na abordagem diplomática de Pequim. As parcerias estratégicas tornaram-se um mecanismo central para a China fortalecer suas relações internacionais e assegurar uma presença mais sólida e influente no cenário global. O líder chinês Xi Jinping, ao declarar: "Devemos fazer mais amigos, respeitando o princípio da não-alinhamento e construir uma rede global de parcerias" na Conferência Central de Trabalho Relacionado aos Assuntos Exteriores realizada em 2014, indicou uma mudança na abordagem do país em relação às alianças,

enfatizando a construção de uma ‘rede global de parcerias’[12]. No mesmo ano, o Ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, declarou:

> **A construção de parcerias é uma característica distintiva da diplomacia chinesa**. Após o fim da Guerra Fria, marcada pela confrontação entre alianças de nações,nós tiramos proveito da experiência e lições da história de forma oportuna e conseguimos desenvolver uma nova abordagem de formação de parceiros em vez de aliados. [...] **O chamado do presidente Xi Jinping para a construção de uma rede global de parcerias é um resumo incisivo e enriquecimento das práticas diplomáticas bem-sucedidas da China ao longo das últimas duas décadas e mais**. Isso aumentou a dimensão estratégica e global de nossos esforços para construir parcerias.[13]

Como resultado do crescente engajamento diplomático da China, Chang-Liao (2016) destaca que entre 2013 e 2014, Pequim elevou onze de suas parcerias para ‘parcerias estratégicas abrangentes’ e oito para ‘parcerias amistosas e cooperativas em todos os aspectos’, com o objetivo de aprofundar a cooperação mútua em questões políticas e militares (Chang-Liao, 2016, p. 88). Até o final de 2016, a China havia estabelecido parcerias com 78 países e cinco organizações regionais em todos os cinco continentes (União Africana, União Árabe, Associação de Nações do Sudeste Asiático, Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos e União Europeia), abrangendo 45% dos 174 países que mantêm laços diplomáticos formais com o país (Li; Ye, 2019, p. 67-68).

No campo das relações internacionais, o conceito de parcerias estratégicas carece de uma conotação universalmente definida, podendo variar consideravelmente conforme o contexto. Em cada cenário nacional, o termo “parceria” assume um significado particular, atribuído a um tipo específico de relacionamento. No caso da China, a definição mais clara e precisa foi articulada pelo ex-primeiro-ministro Wen Jiabao durante sua visita a Bruxelas, em maio de 2004 (Feng & Jing, 2014; Li & Ye, 2019; Ha, 2021). Em seu discurso no Fórum de Investimento e Comércio, patrocinado pelo Ministério do Comércio da China e a Direção-geral de Comércio da Comissão Europeia, o então premiê descreveu a Parceria Estratégica Abrangente (em inglês, *Comprehensive Strategic Partnership*) sino-europeia com as seguintes palavras:

---

[12] President Xi Jinping puts 'network of partners' on foreign policy agenda. South China Morning Post. 30 nov. 2014. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/article/1652296/xi-jinping-says-china-will-protect-its-sovereign-territory-amid-disputes> Acesso em: 20/01/2024.

[13] Full Text of Foreign Minister Wang Yi's Speech on China's Diplomacy in 2014. China Daily. 26 dez. 2014. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/china/2014-12/26/content_19173138_3.htm> Acesso em: 20/01/2024.

> Por **'abrangente'**, significa que a cooperação deve ser totalmente dimensional, ampla e multifacetada. Ela abrange os campos econômico, científico, tecnológico, político e cultural, contém níveis bilaterais e multilaterais e é conduzida tanto por governos quanto por grupos não governamentais. Por '**estratégica'**, significa que a cooperação deve ser de longo prazo e estável [...]. Por **'parceria'**, significa que a cooperação deve ser equitativa, mutuamente benéfica e vantajosa para ambas as partes. (Wen Jiabao, 2004, tradução e grifo nossos)[14]

De modo geral, as parcerias estratégicas da China são anunciadas publicamente pelo presidente ou pelo primeiro-ministro[15] durante visitas de Estado, sendo formalizadas por meio de declarações conjuntas realizadas em encontros de alto nível. Assim, diferentemente de acordos isolados, a construção dessas parcerias se fundamenta em "relações de amizade" e "relações de cooperação" preexistentes, que frequentemente são "atualizadas" para um nível mais estratégico anos após sua formalização (Feng; Jing, 2014; Ha, 2021). Essa atualização do status diplomático reflete a abrangência e as diversas estratificações no sistema de parcerias da China. Em sua pesquisa, Feng e Jing (2014) identificam 24 tipos diferentes de parceria utilizadas pela China, como ilustrado na Figura 1 abaixo.

[14] Versão oficial em inglês : "By 'comprehensive', it means that the cooperation should be all-dimensional, wide-ranging and multi-layered. It covers economic, scientific, technological, political and cultural fields, contains both bilateral and multilateral levels, and is conducted by both governments and non-governmental groups. By 'strategic', it means that the cooperation should be long-term and stable [...]. By 'partnership', it means that the cooperation should be equal-footed, mutually beneficial and win-win.". Speech by H.E. Wen Jiabao, Premier of the State Council of the People's Republic of China. Mission of the People's Republic of China to the European Union. 6 mai. 2004. Disponível em: <http://eu.china-mission.gov.cn/eng/more/Topics/200405/t20040512_8303627.htm> Acesso em: 20/11/2023.

[15] Exceções: Lançamento da parceria estratégica com a África do Sul pelo vice-Presidente Zeng Qinghong durante sua visita ao país em 2004; Lançamento da parceria estratégica com a Angola pelo vice-Presidente Xi Jinping durante sua visita em 2010 (Feng; Jing, 2014, p. 9).

Figura 1 - Tipos de Parceria utilizadas pela China

伙伴关系名称	Partnership title
全面战略协作伙伴关系	Comprehensive Strategic Partnership of Coordination
全天候战略合作伙伴关系	All-weather Strategic Cooperative Partnership
全方位战略伙伴关系	All-round Strategic Partnership
全球全面战略伙伴关系	Global Comprehensive Strategic Partnership for the 21st Century
全面战略合作伙伴关系	Comprehensive Strategic Cooperative Partnership
全面战略伙伴关系	Comprehensive Strategic Partnership
互惠战略伙伴关系	Mutually Beneficial Strategic Partnership
创新战略伙伴关系	Innovative Strategic Partnership
战略协作伙伴关系	Strategic Partnership of Coordination
战略合作伙伴关系	Strategic Cooperative Partnership
战略伙伴关系	Strategic Partnership
战略合作关系/战略性合作关系	Strategic Cooperation
更加紧密的发展伙伴关系	Closer Developmental Partnership
全方位友好合作伙伴关系	All-round Partnership of Friendship and Cooperation
全面友好合作伙伴关系	Comprehensive Partnership of Friendship and Cooperation
全方位合作伙伴关系	All-round Partnership of Cooperation
全面合作伙伴关系	Comprehensive Cooperative Partnership/Comprehensive Partnership of Cooperation
重要合作伙伴关系	Important Cooperative Partnership
友好合作伙伴关系	Partnership of Friendship and Cooperation/Friendly and Cooperative Partnership/Friendly Cooperative Partnership
共同发展的友好伙伴关系	Partnership of Friendship/Friendly Partnership for Common Development
长期友好合作伙伴关系	Long-term Friendly and Cooperative partnership
全面合作关系	Comprehensive Cooperation
睦邻互信伙伴关系	Partnership of good Neighborliness and Mutual Trust
新型伙伴关系	New Partnership

Fonte: Li; Ye, 2019, p. 68.

Com base na classificação apresentada pelo ex-primeiro-ministro Wen Jiabao, Li e Ye (2019) aprofundam o estudo dividindo os países e regiões parceiros em três categorias amplas: Parceria Estratégica Abrangente; Parceria Estratégica; e Parceria Regular. Para exemplificar as diferenças práticas entre esses tipos de parcerias, os autores analisaram anúncios oficiais da China ao firmar parcerias com seis países: Rússia, Paquistão, Irlanda, Qatar, Bélgica e Romênia – dois para cada categoria. A análise dos principais eixos temáticos desses documentos revelou que, apesar de possíveis alterações, as variáveis ‘cooperação econômica’ e ‘intercâmbio cultural’ aparecem sistematicamente em todas as parcerias. No entanto, os autores identificaram que, a “Parceria Estratégica Abrangente” indica uma relação significativamente mais estreita entre os países, sobretudo nas áreas de cooperação política e militar (Li; Ye, 2019, p. 71).

Complementarmente, Ha (2021, p. 3-4) observa que a ‘Parceria Estratégica Abrangente’ ocupa um dos níveis mais elevados na hierarquia das parcerias estratégicas da diplomacia chinesa. Este tipo de parceria é considerado o segundo nível mais alto de laços bilaterais empregados pela Chia, abaixo apenas da “Associação Estratégica para qualquer situação” (em inglês, *All-weather Strategic Cooperative Partnership*). O autor destaca que, em termos gerais, a Parceria Estratégica Abrangente representa um elevado grau de maturidade no relacionamento, “refletido na amplitude e profundidade da cooperação, estruturas normativas

compartilhadas, mecanismos de cooperação institucionalizados, e um compromisso político de alto nível" entre as partes (Ha, 2021, p. 4).

> A amplitude e profundidade de sua cooperação e intercâmbio em vários níveis - governamental, empresarial e interpessoal, bilateral e multilateral - não são meramente uma função da geografia, mas também o **resultado de décadas de construção de relações diplomáticas e econômicas**, através de visitas regulares de alto nível, mecanismos de diálogo e cooperação em vários setores, extensos acordos de livre comércio e participação profunda nas redes regionais de produção impulsionadas pelas cadeias de fornecimento globais. (Ha, 2021. p. 4, tradução e grifo nosso)

Como observa Yue (2018), países com parcerias estratégicas são esperados a compartilhar certas necessidades estratégicas, interesses e consensos, estando dispostos a cooperar com a China dentro de determinados parâmetros. Embora Ha (2012) sugira que a interpretação dos termos de parceria não deva ser feita de forma estritamente hierárquica, a ênfase na dimensão "estratégica" indica um modelo de cooperação de longo prazo e voltado para o futuro, refletindo preocupações estratégicas.

De acordo com Song, Borquez e Muñoz (2020), a China utiliza três tipos de rede de parcerias: parcerias estratégicas, parcerias estratégicas comerciais e parcerias estratégicas abrangentes, que se distinguem pelo nível de formalidade, vínculo, escopo e proximidade ideológica. Para os autores, as parcerias estratégicas são consideradas ferramentas de cooperação construtiva com baixo nível de formalidade, motivadas principalmente por objetivos específicos e pela convergência política ou por preferências diplomáticas semelhantes. Já as parcerias estratégicas comerciais são definidas como instrumentos que visam expandir o comércio, ao reduzir barreiras impostas por políticas, promovendo, ao mesmo tempo, diferentes níveis de integração em áreas como economia, finanças, política e ciência, entre outras. O termo "abrangente" indica uma cooperação ampla e multifacetada nas parcerias estratégicas abrangentes, que se distinguem por sua abordagem multidimensional e postura proativa em relação à globalização.

Song, Borquez e Muñoz (2020) destacam que a existência de três instrumentos de parceria permite à China adaptar-se às diversas orientações políticas de seus novos parceiros. Esse fenômeno pode ser parcialmente explicado pela política de não interferência e pela postura pragmática adotada por Pequim em suas interações internacionais. Tais resultados se aproximam da estrutura teórica e dos estudos de Wilkins e Parameswaran na literatura, que afirmam que os alinhamentos estratégicos são principalmente orientados por objetivos e nem sempre são sustentados por valores compartilhados, ao contrário das alianças estabelecidas durante a Guerra Fria. Por outro lado, os resultados também indicam que a maioria das parcerias

estratégicas e parcerias estratégicas abrangentes da China foi estabelecida com países que possuem orientações políticas semelhantes. Além disso, a pesquisa revela que, enquanto os alinhamentos estratégicos podem começar menos formais para priorizar a flexibilidade, à medida que a cooperação se aprofunda, o vínculo entre os países tende a se tornar cada vez mais robusto.

No que diz respeito às parcerias estratégicas abrangentes, o estudo de Song, Borquez e Muñoz (2020) destaca essas parcerias como um instrumento fundamental na nova dinâmica de globalização e governança global. Isso ajuda a explicar por que o modelo de cooperação chinês inclui uma maior capacidade de engajamento internacional para desenvolver alianças complexas. Esses resultados corroboram a crescente atividade da China nos últimos anos na conceituação de projetos com impacto inter-regional. Logo, na visão dos autores, não é coincidência que a maioria dos parceiros estratégicos abrangentes da China tenha optado por participar da Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI), que visa estabelecer uma série de plataformas internacionais interconectadas. Portanto, torna-se cada vez mais comum que os parceiros estratégicos da China se posicionem ou se envolvam no discurso de uma nova ordem geoeconômica liderada pelo gigante asiático.

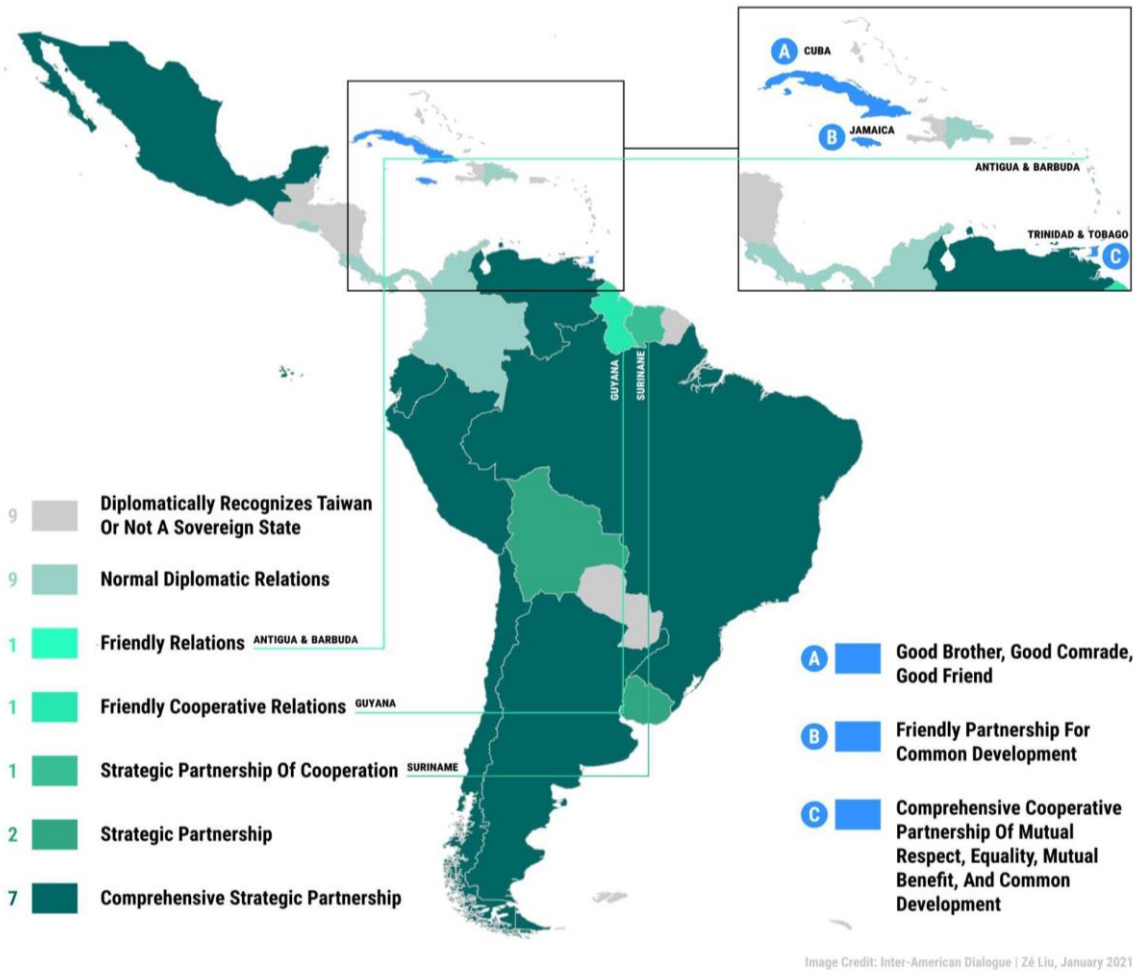
Nesse sentido, observa-se que países com orientação política de esquerda têm uma maior probabilidade de firmar parcerias estratégicas e parcerias estratégicas abrangentes, em comparação com parcerias estratégicas comerciais (Song; Borquez; Muñoz, 2020). Por exemplo, na América Latina, países como Argentina, Venezuela, Equador e Brasil aprofundaram sua aliança com a China nos últimos anos, coincidentemente em um período em que seus governos são predominantemente de esquerda.

Em relação aos níveis de parceria e articulação diplomática na América Latina e no Caribe (ALC), a Figura 2 abaixo demonstra o papel cada vez mais ativo da China na região (Jiang, 2006; 2015). Como destacam Song, Borquez e Muñoz (2020), a China estabeleceu associações estratégicas com esses países por meio de parcerias estratégicas abrangentes, baseadas principalmente em investimentos e empréstimos. Em 2021, Argentina, Brasil, Chile, Equador, México, Peru e Venezuela mantinham parcerias estratégicas abrangentes — uma das classificações diplomáticas mais elevadas concedidas pelo Ministério das Relações Exteriores da China a nações latino-americanas[16]. Embora as características dessas parcerias sejam difíceis de mensurar e carreguem uma conotação subjetiva, devido à ausência de critérios claros para

[16] How China Ranks Its Partners in LAC. The Inter-American Dialogue. 3 fev. 2021. Disponível em: <https://www.thedialogue.org/blogs/2021/02/how-china-ranks-its-partners-in-lac/>. Acesso em: 20/01/2023.

as diversas parcerias estabelecidas, a nomenclatura empregada continua sendo uma importante ferramenta para sinalizar o status e a profundidade da parceria.

Figura 2 - Parcerias Estratégicas da China na América Latina e Caribe



Fonte: The Inter-American Dialogue (2021)[17]

É importante ressaltar que, além de ser um "produto do abraço multidimensional da China em um mundo multipolar e globalizado", a diplomacia de parceria estratégica chinesa está intimamente ligada à visão de mundo tradicional chinesa[18], "não apenas em termos de relações, mas também como um conjunto de círculos concêntricos" (Zhongping & Jing, 2014,

[17] How China Ranks Its Partners in LAC. The Inter-American Dialogue. 3 fev. 2021. Disponível em: <https://www.thedialogue.org/blogs/2021/02/how-china-ranks-its-partners-in-lac/>. Acesso em: 20/01/2023.

[18] Historicamente, a autopercepção da China enquanto um sistema "Tudo sob o Céu" (Tianxia 天下) remonta a quatro mil anos. Institucionalizado em um período de disputas e conflito militar, o conceito de Tianxia tornou-se um sistema de governança no qual as nações estrangeiras eram avaliadas de acordo com sua 'proximidade' à China dentro da estrutura hierárquica internacional, garantindo que todas as nações envolvidas recebessem mais benefícios do que as nações independentes. Para uma noção mais detalhada do conceito de Tianxia, ver: ZHAO, Tingyang. The Tianxia system: An introduction to the philosophy of a world institution. **Nanjing: Jiangsu jiaoyu chubanshe**, 2005.

p. 15-17). Embora o mundo tenha mudado, resquícios dessa visão de mundo permanecem. Os parceiros estratégicos são considerados “amigos mais próximos” do que outros países e, entre esses parceiros, existe uma hierarquia implícita (Zhongping & Jing, 2014, p. 15).

De modo geral, a evolução das parcerias estratégicas da China ao longo das últimas décadas reflete tanto uma adaptação às dinâmicas da ordem internacional contemporânea, como uma estratégia deliberada de promover seus interesses nacionais de maneira eficaz. Desde a virada do século, observamos que Pequim não apenas ampliou sua base de parceiros, mas também desenvolveu uma nova abordagem na formação dessas parcerias, enfatizando a construção de vínculos estratégicos com grandes potências emergentes. Esse movimento não só fortalece sua posição global, mas também posiciona a China como o país com o maior número de alinhamentos desse tipo. No mais, ao ampliar sua rede de parcerias além das grandes potências para incluir países menores, em desenvolvimento e Países Menos Desenvolvidos (PMDs), a China demonstra um compromisso robusto em estabelecer vínculos estratégicos diversificados em várias regiões do mundo, como Ásia, África e América do Sul. Essa abordagem não é exclusiva da China, mas o que a diferencia é a centralidade que atribui à sua “rede de parcerias” na política externa e como Pequim vem articulando diferentes padrões de cooperação nos últimos anos (Li; Ye, 2019).

Como uma nação internacionalmente interconectada, essa evolução demonstra a adaptação da China às novas lógicas diplomáticas, utilizando instrumentos cada vez mais sofisticados e de natureza multidimensional. A forte ênfase na diplomacia de parcerias, frequentemente destacada nos discursos oficiais de Xi Jinping, sublinha a importância estratégica dessas práticas diplomáticas nas últimas duas décadas e o papel central que poderão desempenhar na estruturação das relações externas da China nos próximos anos. Como afirmou o Presidente Xi Jinping em 2014: “Aqueles que compartilham a mesma visão e seguem o mesmo caminho são parceiros. Aqueles que buscam pontos em comum e, ao mesmo tempo, deixam de lado as diferenças também podem ser parceiros”[19].

[19] Full Text of Foreign Minister Wang Yi's Speech on China's Diplomacy in 2014. China Daily, 26 dez. 2014. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/china/2014-12/26/content_19173138_3.htm>

1.2. VOCAÇÃO GEOGRÁFICA DA VENEZUELA: ENTRE O CARIBE E A AMAZÔNIA

Compreender a relevância estratégica de um território começa pela análise de três fatores geográficos essenciais: espaço, posição e localização. O espaço, na perspectiva geográfica, abrange o território e os recursos naturais que dele decorrem. Trata-se não apenas de uma área física delimitada, mas também como um conjunto de recursos que podem ser explorados e utilizados para atender às necessidades humanas e moldar as relações políticas e econômicas. Localização e posição têm um impacto mútuo. A localização refere-se ao lugar ocupado, como a América do Sul no hemisfério sul, enquanto a posição denota a disposição relativa em relação a outros continentes, mares e territórios, como a América Latina na fronteira sul dos Estados Unidos. A posição não se restringe apenas à coordenada geográfica, mas reflete a importância estratégica e as dinâmicas de interação entre as áreas vizinhas, podendo ser utilizada para avaliar a alavancagem ou o impacto pivotal nas relações internacionais (Kelly, 2017).

No século XIX, com a emancipação de diversas unidades geopolíticas das metrópoles coloniais na América do Sul, as características locais passaram a ser determinantes na configuração dos espaços geográficos do continente. Nesse contexto, Therezinha de Castro (1999) identifica quatro grandes regiões naturais integradas ao conjunto sul-americano: a Região do Caribe, a Região do Pacífico, a Região Interior e a Região Atlântica. A Venezuela, situada nos complexos dos Andes, da Amazônia, do Atlântico e do Caribe, possui uma geografia singular que influencia sua inserção no cenário regional e global.

Embora as elevadas montanhas andinas e a densa floresta amazônica tenham, historicamente, isolado a Venezuela e a Colômbia do restante da América do Sul, o acesso ao Mar do Caribe tem sido um fator crucial de integração com a América Central, o México, os Estados Unidos e outras regiões globais (Zamora, 1975). Nesse sentido, a classificação de Therezinha de Castro (1999) posiciona a Venezuela na Região do Caribe (ou Marginal do Caribe), ao contrário das nações da Região Andina propriamente dita— como Equador, Peru e Chile — que são predominantemente orientadas para o Oceano Pacífico.

> Os Andes envolvem dois países - a Colômbia e **Venezuela** bifurcando-se em vários ramos a partir do Nó de Pasto, para terminarem circundando o **Golfo ou Lago de Maracaibo, o maior da América do Sul (13.000km2) em zona de potencial petrolífero**. [...] Além da cordilheira, estendem-se os **llanos**, terras baixas pertencentes à Bacia do Orenoco. E a geografia llanera que vai distinguir geopoliticamente a Venezuela da Colômbia. [...] **Atualmente, o ecúmeno estatal venezuelano comandado por Caracas e secundado por Cumaná, Barcelona e Maracaibo se caracteriza por seu tráfico mais intenso voltado para o exterior e**

> **estreita dependência com o núcleo geohistórico do Orenoco/Caribe**. (Castro, 1999, tradução e grifo nossos)

Inserida no continente americano, ao extremo norte da América do Sul, a Venezuela possui fronteiras terrestres com a Colômbia a oeste, com o Brasil ao sul e com a Guiana a leste, incluindo a zona em litígio de Essequibo[20], e fronteiras marítimas no Oceano Atlântico a Noroeste e no Mar do Caribe ao Norte. Com extensas regiões costeiras, vales e suas planícies, o relevo dos Andes, a floresta tropical e a região do delta do Orinoco, a Venezuela encontra-se em situação geográfica privilegiada com abundantes recursos minerais e naturais. Com projeções continentais e marítimas, o país desfruta de uma posição singular no continente americano, próxima aos Estados Unidos, aos portos na faixa litorânea do Caribe, e com abertura para os espaços do Atlântico Centro-Norte, proporcionando acesso a rotas internacionais estratégicas, como o Canal do Panamá no istmo centro-americano (Codazzi, 1841; Cunill, 1990; Serbin, 2010; Barros; Padula; Severo, 2011; Pedroso, 2022).

[20] A disputa sobre o território de Essequibo, região rica em petróleo e recursos naturais e controlada pela Guiana a oeste do rio Essequibo, no norte da América do Sul, com a Venezuela remonta ao século XIX, com suas raízes formais estabelecidas em 1831. Naquele ano, quando os britânicos consolidaram as colônias de Demerara, Berbice e Essequibo na Guiana Inglesa, unilateralmente estabelecendo suas fronteiras com o Brasil, a Guiana Holandesa e a Venezuela. Os venezuelanos contestaram essa demarcação, argumentando que parte do território deveria pertencer à Venezuela devido à colonização espanhola anterior. A questão permaneceu inerte até 1885, quando a descoberta de ouro em Essequibo reacendeu o interesse das partes envolvidas na região. Em 1897, Venezuela e Inglaterra concordaram em submeter a disputa a uma arbitragem internacional, culminando em uma decisão em 1899. Pelo acordo arbitral, cada parte recebeu uma fração do território em litígio - a Venezuela recebeu uma porção de terra ao sul e a foz do rio Orinoco. Desde os anos 1980, houve esforços para reduzir as tensões, culminando em uma relação mais amistosa a partir de 2004, quando o presidente Chávez anunciou que a Venezuela não se oporia ao desenvolvimento de Essequibo e perdoaria a dívida contraída por Georgetown. No entanto, a descoberta de petróleo na Bacia Guiana-Suriname em 2015 reavivou a disputa, levando a Venezuela a intensificar suas reivindicações sobre Essequibo a partir de 2017. Em 2021, o governo venezuelano reafirmou sua soberania sobre o território, e no ano de 2023, Nicolás Maduro divulgou o novo mapa do país, no qual a área em disputa aparece anexada ao território venezuelano. Para uma maior compreensão sobre o tema, ler: PADULA, Raphael et al. Guiana: petróleo, disputas internas, EUA e Venezuela. **Contexto Internacional**, v. 45, 2023.

Mapa 1 - Mapa Físico da Venezuela

Fonte: Perry-Castañeda Library (Universidade do Texas)[21]

Em linhas gerais, o relevo do país é formado basicamente por cadeias montanhosas a oeste, planícies ao norte e planaltos ao centro e sudeste. Na região noroeste encontra-se a Cordilheira de Mérida, uma ramificação longitudinal da Cordilheira dos Andes, que se estende por cerca de 450 km de comprimento e 80 km de largura (Codazzi, 1841; Malagrida, 1919). Essa região apresenta um aclive que facilita o acesso às montanhas, especialmente em

[21] A despeito das denúncias feitas pela Venezuela em relação a Sentença Arbitral de Paris de 1899, que determinou as fronteiras do território conhecido, na época, como Guiana Britânica, os limites vigentes reconhecidos pela comunidade internacional continuam baseados nessa decisão. O presente estudo, portanto, usa como referência o mapa da Venezuela divulgado pela Perry-Castañeda Library (PCL) Map Collection, uma das mais extensas coleções de mapas disponíveis online, mantida pela Universidade do Texas, em Austin. Disponível em: <https://maps.lib.utexas.edu/maps/venezuela.html> Acesso em 14/7/2024

comparação com a face do Pacífico e o contraforte andino. Em contraste, a região sul da Venezuela é predominantemente ocupada pela Floresta Amazônica. Em relação à hidrografia na Região do Caribe, as correntes fluviais da Venezuela e da Colômbia desempenham um papel central na vida política e econômica de ambos os países. Dentre os principais rios do território venezuelano, tais como Orinoco, Caroni, Caura, Apure, Arauca e Ventuari, sendo Maracaibo, Bermudez e Valência os mais notáveis (Malagrida, 1919; Cunill, 1990, 2006, 2008).

Dessa forma, considerando as particularidades de seu território, natureza, habitantes e recursos naturais, a Venezuela pode ser dividida em cinco regiões distintas, cada uma com características climáticas, topográficas e econômicas específicas (Nogueira, 2015; Kelly, 2017; Grau, 2006):

I. **Planalto Costeiro** (*Coastal Highlands*): representa a área agrícola mais importante e o centro político e industrial da Venezuela, estendendo-se paralelamente à costa do Caribe, desde o Lago Maracaibo até a foz do Rio Orinoco. A região abrange apenas 9% do território nacional, no entanto, abriga 53% da população. A capital Caracas, bem como boa parte dos centros urbanos venezuelanos, está localizada nas terras altas e concentra um quinto da população total do país.
II. **Planalto Andino** (*Andean Highlands*): no extremo oeste, as Terras Altas Andinas fazem fronteira com a Colômbia e ocupam 3% do território nacional, abrigando 13% da população. Essas comunidades agrícolas dispersas e isoladas estão topograficamente mais orientadas à Colômbia do que à Venezuela, abrigando cerca de um milhão de imigrantes ilegais.
III. **Bacia do Lago Maracaibo** (*Lake Maracaibo Basin*): com apenas 7% da superfície terrestre do país, e 15% da população total, faz fronteira com a Colômbia e contém dois terços das reservas nacionais de petróleo, além de estar envolvida em uma disputa territorial com a Colômbia pela Península de Guajira. Ao Sul, o rio Orinoco que flui para o leste, separa esta região das duas áreas geográficas restantes.
IV. **Llanos (região equivalente às savanas ou pampas)**: planície extensa localizada ao norte do rio Orinoco e até à sua foz, na costa do Caribe, os llanos constituem cerca de um terço do território venezuelano e abrigam 18% da população. A região é caracterizada pela criação de gado, mas, principalmente, pela produção de cerca de 30% do petróleo venezuelano.
V. **Planalto da Guiana** (*Guiana Highlands*): situado ao sul do rio Orinoco, na metade sudeste da Venezuela, a região faz fronteira com o Brasil e a Guiana. Apesar de cobrir

uma vasta área, é a região menos populosa e explorada do país, com 1% da população venezuelana. A principal atividade econômica dessa região é a mineração de ferro em Ciudad Bolivar, mas as extensas descobertas de outros minerais aumentam a atratividade do planalto.

Mapa 2 - Sub-regiões da Colombia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa

Fonte: Kelly, 1997, p. 78

Dada as condições naturais de sua localização geográfica, observamos que a nação sul-americana desfruta de uma posição singular com projeções caribenha, andina e amazônica. Além das fronteiras terrestres, o acesso simultâneo ao Mar do Caribe, ao Oceano Atlântico e ao Amazônico-Guianense conferem à Venezuela uma vantagem geopolítica significativa (Castillo, 1981; Cunill, 1990; Pedroso, 2022). Ao longo das costas continentais e insulares, desde as altitudes andinas até a costa caribenha, destacamos três elementos principais sob os aspectos físicos venezuelanos. Em primeiro lugar, as terras férteis e ricas da região amazônica venezuelana que ocupam predominantemente nos estados mais extensos do país: Amazonas e Bolívar. A região destaca-se pela sua vasta biodiversidade e abundância de depósitos minerais, como ouro, prata, diamante, ferro e cobre. Como ressalta Ely (2017), “ao sul do rio Orinoco, em uma área maior do que [...] Cuba, estão as maiores riquezas minerais da Venezuela. Minérios como ouro e diamante descansam nas entranhas do Maciço de Guayanés por milhões de anos”.

Com 7 mil toneladas de ouro, 33,8 mil toneladas de diamantes, 3,6 milhões de toneladas de ferro e 200 milhões de toneladas de bauxita, a presença de minerais de alto valor estratégico

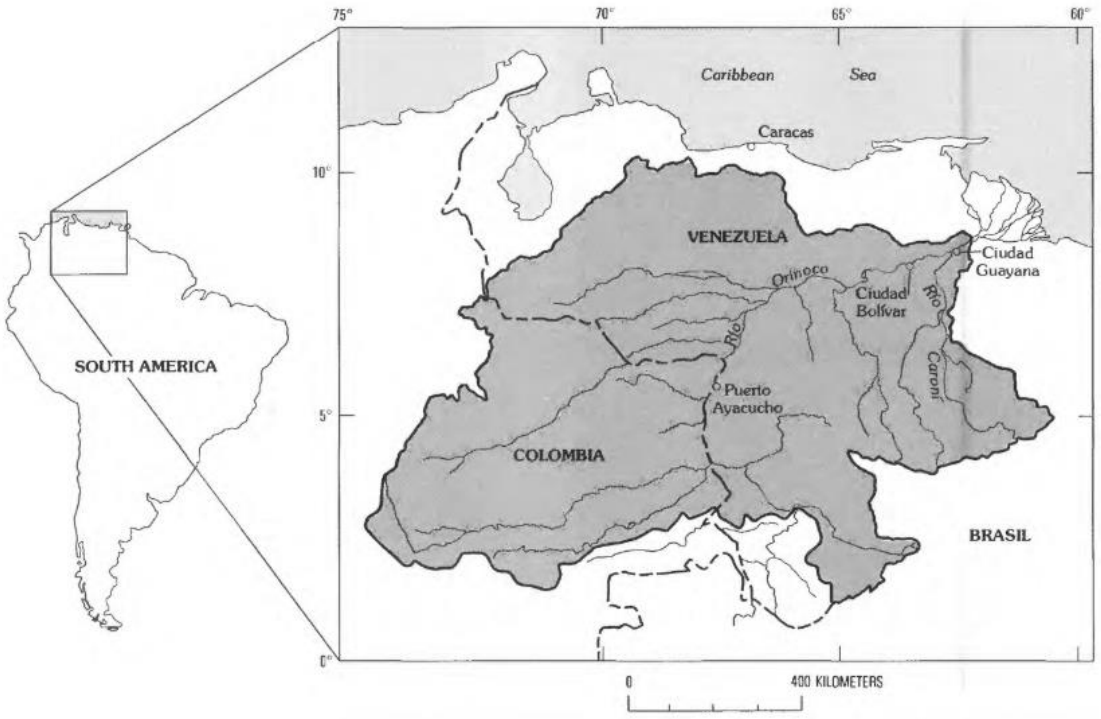
confere à região um significativo potencial estratégico como fonte de recursos naturais e matérias-primas, com um valor agregado crescente nos mercados internacionais. Adicionalmente, a presença de extensas bacias hidrográficas confere à região um potencial hidrelétrico considerável, destacando-se como um dos principais insumos estratégicos do país (Agulló, 2012; Ely, 2017; Pedroso, 2022).

O segundo é o Lago de Maracaibo, situado no estado de Zulia, a oeste do país. Reconhecido como um dos maiores lagos da América do Sul, a bacia de Maracaibo foi fundamental para o início da era da produção comercial de petróleo na Venezuela, estabelecendo as bases para o desenvolvimento subsequente da indústria petrolífera no país[22]. Além de sustentar a economia nacional por diversas gerações, a região representa uma fonte significativa de gás natural, importante para o setor energético venezuelano. Finalmente, a Bacia do Orinoco, que, ao ser considerada em sua totalidade, ocupa uma vasta área do território nacional. Os vales dos afluentes do Orinoco têm origem na Cordilheira de Mérida e no Planalto das Guianas, incluindo o rio principal. A planície aluvial da bacia está localizada entre esses dois elementos geológicos, enquanto sua foz, em forma de delta, deságua no Mar do Caribe, desempenhando um papel essencial na conectividade fluvial da região.

Ocupando uma área de cerca de 900.000km², a Bacia do rio Orinoco (ou Orenoco), que tem como principal rio o Orinoco, é cercada pelos Andes e Planalto das Guianas. Reconhecido como um dos rios mais importantes da América do Sul, esta forma a fronteira Colômbia-Venezuela ao longo de cerca de 300 quilômetros de seu curso (Nordin; Perez-Hernandez, 1999). Suas águas constituem, simultaneamente, a grande artéria entre cujos braços se unificou o território venezuelano e a fronteira natural que divide o espaço político com a Colômbia, ao mesmo tempo em que promove o contato e articula os territórios das duas repúblicas (Malagrida, 1919; Therezinha, 1999).

[22] No início do século XX, entre 1911 e 1916, a Venezuela empreendeu seu primeiro grande esforço de exploração na região norte do país, abrangendo desde a Península de Paria até a Serra de Perijá. Um resultado significativo desse empreendimento foi a perfuração do poço Zumaque 1 em 1914, situado na margem leste do Lago Maracaibo. Exploracíon. Colección Cuadernos de Soberanía Petrolera. PDVSA. Disponível em: <http://www.pdvsa.com/index.php?option=com_content&view=article&id=9075&Itemid=595&lang=es> Acesso em: 01/06/2024.

Mapa 3 - Localização do Rio Orinoco



Fonte: Nordin; Perez-Hernandez, 1989

Sendo a principal bacia hidrográfica da Venezuela e a terceira maior da América do Sul, a bacia do rio Orinoco desempenha um papel crucial na economia do país. Abundante em recursos naturais, ela abriga vastos campos de petróleo e gás natural, incluindo a maior reserva comprovada de óleo pesado do mundo, além de depósitos significativos de bauxita, minério de ferro, ouro, diamantes e outras riquezas minerais (Nordin; Perez-Hernandez, 1989).

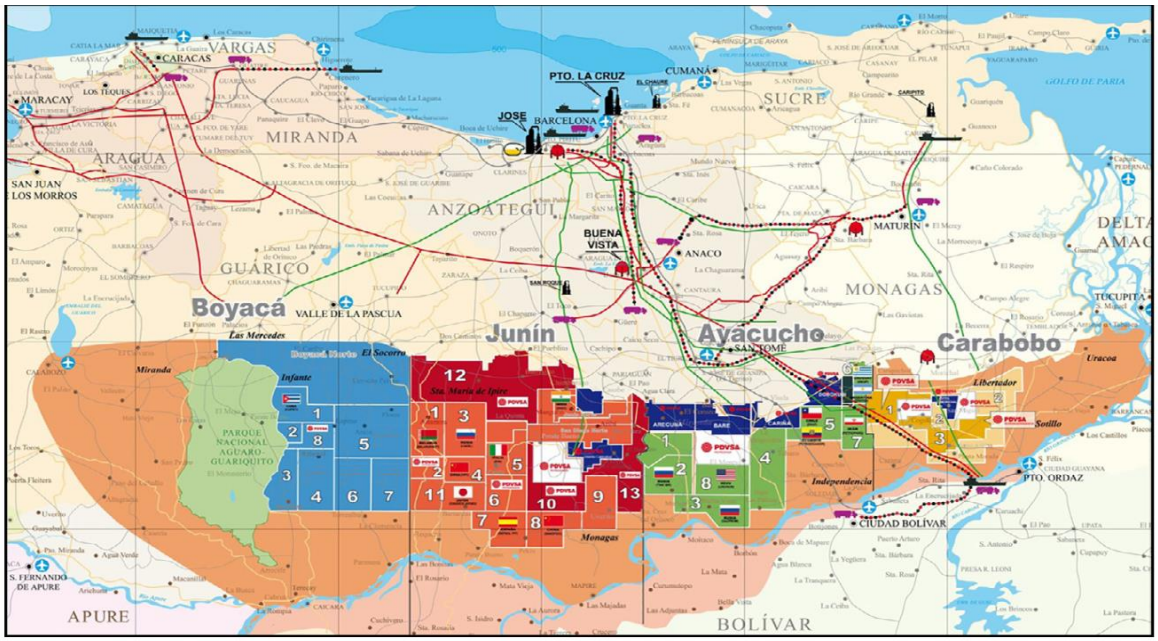
Ao norte do rio Orinoco encontra-se o Cinturão Petrolífero de Orinoco, localizado no chamado 'escudo das Guianas'. Com a primeira perfuração do poço Canoa-1, em 7 de janeiro de 1936, próximo a uma comunidade de origem indígena, chamada 'La Canoa', no estado de Anzoátegui, foram revelados grandes depósitos de petróleo bruto pesados e extrapesados, inicialmente classificados como betume[23]. Essa categorização foi dada pelas empresas petrolíferas estrangeiras em razão da composição desses hidrocarbonetos, que incluem uma matriz de areia impregnada por pedras porosas, nas quais se acumulam sedimentos de betume e óleo, tornando o processo tecnológico de extração e refino altamente complexo.

[23] Naquele período, as atividades de exploração na região foram cessadas pelas empresas transnacionais, que haviam direcionado seu foco para outras áreas, como o Lago de Maracaibo, localizado no estado de Zulia, no oeste do país. A região de Maracaibo se destacava pela produção de petróleo bruto leve e médio, que apresentava vantagens significativas em termos de facilidade de extração, refino e comercialização. Como resultado, toda a infraestrutura tecnológica da indústria nacional foi dedicada exclusivamente à exploração de petróleo leve.

> **Uma grande mudança ocorreu no século XX, com a descoberta e a exploração das reservas de petróleo da Venezuela. O papel do país sul-americano mudou rapidamente, tornando-se um grande exportador de petróleo e membro fundador da Organização dos Países Exportadores de Petróleo**. A importância do petróleo e de seus derivados para a economia global proporcionou à Venezuela um mercado global e um amplo espaço para o crescimento econômico. [...] **Do ponto de vista geopolítico, isso transformou a Venezuela em um alvo para os interesses hegemônicos dos EUA e de outras potências estrangeiras**, em um mundo no qual o controle da principal fonte de energia é um objetivo primordial na competição internacional (López, 2023, p. 227-228. tradução e grifo nossos)

A faixa que margeia a parte norte do rio Orinoco abrange aproximadamente 55 mil km² na área central da Venezuela, entre os estados de Apure, Barinas, Guárico, Anzoátegui, Monagas e Delta Amacuro, atravessando o território de leste a oeste e dividindo-o entre suas regiões norte e sul (Fiori; Vater; Padula, 2013; PDVSA, 2019[24]). Descoberta em 1936, sob esta faixa de terra encontram-se 280 milhões de barris de petróleo bruto pesado e extrapesado, o equivalente a 20% das reservas comprovadas do mundo, ou um quarto das reservas das nações que integram a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep)[25]. Atualmente, a exploração na Faixa Petrolífera do Orinoco é dividida em quatro grandes blocos, de oeste para leste:

Mapa 4 - Faixa Petrolífera do Orinoco (2022)



[24] FAJA PETROLÍFERA DEL ORINOCO: 83 AÑOS DE HISTORIA, PETRÓLEO Y REVOLUCIÓN. PDVSA, 7 jan. 2019. Disponível em: <http://www.pdvsa.com/index.php?option=com_content&view=article&id=9123:faja-petrolifera-del-orinoco-83-anos-de-historia-petroleo-y-revolucion&catid=10&Itemid=589&lang=es> Acesso em: 25/10/2023

[25] Cinturão de Orinoco: a região biodiversa que abriga enormes reservas de petróleo. China Dialogue, 7 out. 2022. Disponível em: https://dialogue.earth/pt-br/energia/59034-cinturao-de-orinoco-a-regiao-biodiversa-que-abriga-enormes-reservas-de-petroleo/> Acesso em: 29/05/2024

Fonte: PDVSA, 2022[26]

Embora a Venezuela detenha um dos recursos geológicos mais abundantes do mundo, suas reservas no Cinturão Petrolífero do Orinoco são predominantemente compostas por petróleo pesado e extrapesado, com gravidade inferior a 12° API[27]. Esses tipos de petróleo são qualitativamente distintos dos encontrados em outras regiões ricas em petróleo, como o Oriente Médio (Hernández; Monaldi, 2016). A extração de hidrocarbonetos não convencionais, como o petróleo pesado e extrapesado, envolve processos significativamente mais complexos e onerosos em comparação à extração de óleos leves. Essas operações demandam tecnologias avançadas e específicas, pois requer etapas adicionais para maximizar a produção de derivados de maior valor comercial, o que eleva substancialmente os custos de produção.

Ainda assim, dada a magnitude das reservas de hidrocarbonetos presentes no território venezuelano, especialmente nas regiões andina e caribenha, o petróleo tem desempenhado um papel central na trajetória política, econômica e produtiva do país desde sua descoberta no século XX e subsequente exploração na década de 1970. Por décadas, o petróleo serviu como uma fonte crucial de receita estatal e um instrumento estratégico para a promoção dos objetivos de política externa da Venezuela, equivalente a uma "viga mestra na formação da presença estratégica da Venezuela na geopolítica mundial" (Cunill, 1990, p. 62-63).

Segundo dados mais recentes da OPEP[28], a Venezuela detém as maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo, totalizando 24,4% do volume total das reservas dos membros da organização, equivalente a aproximadamente 302,81 bilhões de barris. Como destacado acima, grande parte das reservas estão alocadas na faixa do rio Orinoco (ver Mapa 4), resultando em uma concentração significativa de poços de petróleo na porção centro-norte do país. Essa localização estratégica proporcionou à Venezuela uma vantagem geográfica ao

[26] DESCUBRIMIENTO DE LA FAJA PETROLÍFERA DEL ORINOCO. PDVSA, 7 jan. 2022. Disponível em <https://www.ferrominera.com/publicaciones/descubrimiento-de-la-faja-petrolifera-del-orinoco/> Acesso em: 28/05/2024

[27] O petróleo é classificado com base na sua gravidade API, uma medida que indica a densidade relativa do óleo em comparação com a água. Essa classificação divide o petróleo em quatro categorias: leve (acima de 30° API), médio (entre 22° e 30° API), pesado (abaixo de 22° API) e extrapesado (inferior a 10° API). A gravidade API está diretamente relacionada à composição do petróleo, influenciando a concentração de seus subprodutos. Quanto maior o grau API, mais leve e de melhor qualidade é o petróleo, refletindo uma maior facilidade de refino e um maior rendimento de produtos valiosos, como gasolina e diesel. Por outro lado, petróleos com menor grau API são mais densos e exigem processos mais intensivos e complexos para refino, resultando em custos mais elevados. Faja Petrolera. Colección Cuadernos de Soberanía Petrolera. PDVSA. Disponível em: <http://www.pdvsa.com/images/pdf/cuadernos/Faja_petrolera.pdf> Acesso em: 01/06/2024.

[28] OPEC Members' proven crude oil reserves. Annual Statistical Bulletin 2024. Disponível em: <https://asb.opec.org/ASB_Charts.html?chapter=2202> Acesso em: 05/07/2024

estar próxima aos Estados Unidos, que se tornaram o principal parceiro comercial e refinador do petróleo venezuelano por décadas, através da extensa costa caribenha (Pedroso, 2022).

Além de abrigar as maiores reservas mundiais de hidrocarbonetos, a extensa região do Orinoco também possui um potencial significativo em termos de recursos naturais, especialmente água, terra e diversidade biológica. Conforme enfatizado por Fiori, Vater e Padula (2013), a Faixa do Orinoco e o sul da Venezuela destacam-se pelos seus potenciais em diversas áreas, incluindo transporte hidroviário através da Bacia/rio Orinoco, atividades agrícolas e industriais na região sul, além de recursos energéticos e projetos associados que englobam a Cinturão Petrolífero do Orinoco. "Esses fatores sustentam o interesse da Venezuela no desenvolvimento e na segurança dessa área, assim como seu caráter estratégico" (Fiori; Vater; Padula, 2013, p. 54).

> **A Venezuela tem uma primazia de recursos energéticos, tanto renováveis quanto não renováveis**, devido à sua produção substancial de petróleo, gás natural, hidroeletricidade e carvão, aos quais está sendo adicionada a orimulsão. Todas essas matérias-primas contêm reservas comprovadas de uma quantidade internacionalmente esperada, o que possibilita uma extraordinária gama de opções para seu uso direto e como matéria-prima para a fabricação de fertilizantes, produtos químicos, plásticos e outros para as indústrias petroquímicas (Cunill, 1990, tradução e grifo nossos)

Juntamente com seu enorme potencial de reservas de gás natural continentais e offshore, a presença extensiva de reservas de minério e petróleo distribuídas em seu território e o acesso aos recursos costeiros do Caribe, conferem à Venezuela uma "presença geopolítica de transcendência" (Cunill, 1990). Além disso, ao considerarmos a dimensão geopolítica, que envolve a contextualização do objeto de estudo dentro da complexa rede de relações de poder e interesses que conectam Estados e atores não estatais em um sistema multifacetado e interconectado que transcende as fronteiras políticas, acentuamos o argumento da posição estratégica ocupada pela Venezuela (López, 2023).

A localização dos países situados na Grande Bacia do Caribe, como a América Central e a porção setentrional da América do Sul - incluindo Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname - nas proximidades geográficas dos Estados Unidos, torna-se um ativo estratégico significativo, dada a importância da região para a segurança e interesses estratégicos de Washington. Historicamente uma zona de influência e 'domínio irrevogável' dos Estados Unidos, a região do grande Caribe (Kaplan, 2013; Padula, 2018) constitui um "palco para a competição de poder regional"[29], sobretudo entre as grandes potências americana e asiática.

[29] RUNDE, Daniel. Reimagining the U.S. Strategy in the Caribbean. Center for Strategic and International Studies. 08 abr. 2021. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/reimagining-us-strategy-caribbean>.

Diante do panorama exposto nesta seção, identificamos que a Venezuela desfruta de uma posição geográfica singular, relevante e estratégica, atuando como um ponto de interseção e transição entre a América do Norte e a América do Sul, bem como entre o Atlântico e o Pacífico. A singularidade geográfica e relevância estratégica do país sublinham a importância estratégica da Venezuela em função de sua posição privilegiada de conexão entre diversas regiões e seu papel na dinâmica geopolítica do hemisfério ocidental. Nas palavras do geógrafo Pedro Cunill Grau (1990),

> De fato, sua localização no centro do continente americano, onde penetra por mais de 1.270 quilômetros, **reforça seu papel como elo aéreo estratégico nas comunicações entre o sul, o centro e o norte do continente**, estando também conectada, por meio de seus aeroportos e portos, às principais redes de comércio internacional, devido à sua equidistância dos principais centros culturais, financeiros e produtivos do hemisfério ocidental, tanto na América do Norte quanto na Europa e na África, não estando desconectado do Hemisfério Oriental e dos polos dinâmicos do novo desenvolvimento no Sul da Ásia e no Extremo Oriente, por meio do Canal do Panamá (Cunill, 1990, p. 11, tradução e grifo nossos).

Portanto, a proeminência dos recursos energéticos, incluindo petróleo, gás natural, hidroeletricidade e carvão, combinada com a rica biodiversidade e os abundantes recursos naturais da região amazônica, reforça a singularidade da sua localização. Além disso, o acesso estratégico ao Mar do Caribe não só desempenha um papel crucial como elo entre as Américas do Sul e do Norte, como também desempenha um papel importante como rota de tráfego comercial marítimo. Esses fatores combinados sublinham a relevância e a singularidade da posição geográfica da Venezuela no contexto global.

1.3. DA GEOECONOMIA DO PETRÓLEO À GUERRA DE POSIÇÕES

A relação entre poder e economia tem sido uma constante nas dinâmicas das relações internacionais ao longo da história. Desde o final do século XX até o início do século XXI, o crescente uso de sanções econômicas e financeiras, embargos comerciais, bem como a concessão de empréstimos e investimentos diretos por grandes potências como os Estados Unidos, Rússia e China, evidencia uma nova dimensão na utilização do poder econômico para a promoção de interesses geopolíticos e o fortalecimento do poder estatal. Este fenômeno oferece uma perspectiva renovada para a compreensão das disputas internacionais, à medida que os Estados têm cada vez mais recorrido a instrumentos econômicos para alcançar objetivos estratégicos que, no passado, eram frequentemente objeto de coerção militar ou conquista (Blackwill & Harris, 2016). Assim, conforme as capacidades econômicas passam a ser

percebidas como recursos estratégicos de poder em si, uma nova agenda de pesquisa ganha atenção significativa nos estudos de relações internacionais e política externa: a geoeconomia.

O termo ‘geoeconomia’ foi utilizado pela primeira vez pelo cientista político Edward Luttwak no artigo seminal “From Geopolitics to GeoEconomics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce” (1990). No contexto global emergente pós-queda do Muro de Berlim, o autor observa que a lógica da competição entre Estados estaria sendo redefinida, com uma ênfase crescente no poder econômico em detrimento da força militar. Luttwak parte da premissa de que, no sistema pós-Guerra Fria, o capital, a inovação civil e a penetração de mercado substituiriam progressivamente o poder de fogo, o avanço técnico-militar e a presença militar como instrumentos centrais de poder e influência (Luttwak, 1990).

Neste cenário, seria possível identificar uma nova dinâmica na atuação dos Estados que transcenderia a tradicional lógica do conflito militar. Como perspectiva analítica, a transformação da ação estatal representada pelo surgimento da 'geoeconomia' seria mais bem descrita como uma “mistura da lógica do conflito com os métodos do comércio - ou, como Clausewitz teria escrito, a lógica da guerra na gramática do comércio” (Luttwak, 1990, p. 19). Em sua visão, certamente que, “sob qualquer nome, a ‘geoeconomia’ sempre foi um aspecto importante da vida internacional. No passado, no entanto, a superação de outros no campo do comércio era ofuscada por prioridades e modalidades estratégicas” (Ibid., p. 20).

Segundo Luttwak (1990), as relações internacionais continuariam a ser moldadas pela rivalidade entre Estados; no entanto, os meios preferidos para a busca de objetivos adversários estariam cada vez mais centrados na esfera econômica, e não militar. Partindo deste princípio, as relações internacionais seriam caracterizadas pela crescente instrumentalização de mecanismos econômicos pelos Estados para assegurar vantagens competitivas e promover seus interesses nacionais, substituindo progressivamente o uso da força militar como o principal meio de projeção de poder (Luttwak, 1990; Scholvin; Wigell, 2018a, 2018b; Jaeger; Brites, 2020; Kosinski; Barcellos, 2020). Com uma visão semelhante, Samuel Huntington observou que, em um contexto global onde o conflito militar entre as principais potências é cada vez mais improvável, o poder econômico se torna um fator crucial para definir a primazia ou a subordinação dos Estados.

> Os Estados se esforçam para obter o domínio global das empresas de seus respectivos países. **Eles apoiam setores específicos, desenvolvendo a capacidade e o potencial para os mercados doméstico e de exportação, com foco em segmentos de alto valor agregado das cadeias de valor. Essa estratégia, às vezes, inclui até mesmo investimentos em perdas com o objetivo de dominar um setor.** A intervenção nos mercados de câmbio para criar reservas de moeda estrangeira e restringir as importações são outros meios importantes para aumentar o poder econômico nacional (Scholvin; Wigell, 2018a, p. 75, tradução e grifo nossos).

Buscando aprofundar a compreensão sobre como os Estados estão atualmente aplicando instrumentos econômicos para promover fins geopolíticos - ou seja, geoeconômicos - e analisar as implicações das práticas geoeconômicas na condução das relações exteriores dos Estados Unidos, Blackwill e Harris (2016) apresentam uma estrutura conceitual, fundamentada em quatro questões centrais. Primeiramente, eles investigam o conceito de geoeconomia, sua crescente relevância e a forma como seu uso contemporâneo pode estar remodelando o sistema internacional. Em segundo lugar, analisam os instrumentos modernos da geoeconomia e os determinantes de sua eficácia. Em terceiro, exploram a aplicação desses instrumentos pela China, a integração histórica da geoeconomia na política externa dos Estados Unidos, e o uso atual dessas ferramentas pelos norte-americanos. Por fim, investigam como uma estratégia geoeconômica mais desenvolvida e eficaz dos Estados Unidos poderia ser concebida para defender e promover os interesses nacionais americanos, além dos requisitos necessários para a implementação de tal estratégia (Blackwill; Harris, 2016, p. 8).

De acordo com Blackwill e Harris (2016), desde o fim da Guerra Fria, o termo ‘geoeconomia’ tem sido alvo de diversas definições, sem que se tenha estabelecido uma concepção clara e precisa. Essa multiplicidade de interpretações evidenciaria uma lacuna no arcabouço conceitual existente, que, em grande medida, não seria capaz de capturar de forma abrangente o fenômeno que parece ser o principal responsável pelo ressurgimento do termo: a aplicação sistemática de práticas geoeconômicas por grandes potências como Rússia e China, e suas repercussões nos mercados globais e no sistema internacional. Partindo dessa premissa, Blackwill e Harris (2016, p. 20) definem preliminarmente a ‘geoeconomia’ como o “uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais e para gerar resultados geopolíticos vantajosos; e os efeitos das ações econômicas de outras nações sobre os objetivos geopolíticos de um país”.

Na visão dos autores, a geoeconomia “consiste em fornecer uma descrição paralela de como um Estado constrói e exerce o poder com base em fatores econômicos”. De forma crítica, compreender plenamente esse fenômeno requer uma apreciação das diferenças profundamente enraizadas nas premissas operacionais que distinguem a geopolítica da economia. Um aspecto fundamental dessa perspectiva é que, tradicionalmente, “o poder e a segurança não estão simplesmente associados ao controle físico do território, como na análise geopolítica clássica, mas também ao domínio e à manipulação dos laços econômicos que conectam os Estados” (Scholvin; Wigell, 2018b, p. 4). A geoeconomia, portanto, combina a lógica da geopolítica com as ferramentas da economia, integrando as ações e decisões econômicas de um Estado como

parte de um contexto mais amplo de poder estatal e influência internacional (Blackwill; Harris, 2016, p. 24).

De acordo com Blackwill e Harris (2016), a geoeconomia se estabelece tanto como um método de análise quanto uma forma de política, oferecendo uma perspectiva adicional sobre como um Estado constrói e exerce seu poder a partir de fatores econômicos. Para os autores, esse é o elemento central do conceito apresentado, permitindo uma compreensão mais profunda da interdependência crescente entre poder econômico e influência geopolítica, essencial na formulação das estratégias externas das principais potências mundiais.

Refletindo sobre a formulação da política externa americana nas últimas décadas, Blackwill e Harris (2016) argumentam que, no caso dos Estados Unidos, apesar de possuírem a economia mais poderosa do mundo, o país continua a priorizar o uso da força militar como um componente central para assegurar os interesses nacionais americanos, em detrimento do pleno aproveitamento de sua capacidade econômica na arena internacional[30]. Na visão dos autores, essa abordagem destaca a tendência persistente dos Estados Unidos ao longo das últimas décadas em favorecer o uso de instrumentos militares como uma opção imediata na formulação de sua política externa, especialmente a partir da década de 1960, com os fatores geopolíticos tornando-se "secundários, se não considerações terciárias" na sua elaboração.

Em contrapartida, se por um lado "as técnicas econômicas de política se tornaram uma arte perdida nos Estados Unidos", os autores observam que o resto do mundo seguiu na direção oposta (Blackwill; Harris, 2016, p. 1). Este fenômeno seria considerado um agravante, pelo fato de que potências rivais como a Rússia e a China agora utilizam meios geoeconômicos como seu primeiro recurso, muitas vezes com o objetivo de minar a capacidade dos Estados Unidos de exercer domínio unilateral em contextos regionais específicos. Como exemplos claros da estratégia geoeconômica adotada pela China nas últimas décadas para ampliar a sua influência geopolítica, os autores destacam "a criação do grupo BRICS, excluindo conscientemente os Estados Unidos", a promoção do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, "liderado pela China, para rivalizar com o Banco Mundial, sediado em Washington", a política de "assistência econômica" à África, privilegiando as nações que apoiam suas posições nas Nações Unidas, e os significativos empréstimos concedidos a países latino-americanos, que superam os

[30] Publicado em 2016, o livro não abrange o período da administração de Donald Trump, caracterizado por uma intensa pressão econômica coercitiva e pela imposição de mais do que o dobro de sanções em comparação ao primeiro mandato de Barack Obama, se valendo da posição hegemônica do dólar no sistema financeiro internacional. Ainda assim, a obra oferece uma contribuição teórica significativa sobre a geoeconomia e uma análise das práticas geoeconômicas atuais dos principais 'concorrentes estratégicos' dos EUA - China e Rússia - sendo, portanto, relevante para o presente estudo.

montantes disponibilizados pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) somados (Blackwill; Harris, 2016, p. 4).

Diante desse cenário, o ressurgimento moderno da geoeconomia é impulsionado, em grande parte, pelo fato de que, em comparação com épocas anteriores, potências emergentes, particularmente a China, estão cada vez mais utilizando instrumentos econômicos como meio preferencial para projetar influência e implementar estratégias geopolíticas no século XXI. Além disso, as mudanças nos mercados globais, cada vez mais rápidos e interconectados, exercem uma influência ampliada sobre as escolhas e resultados da política externa das nações, exigindo uma consideração mais profunda das forças econômicas ao longo do processo (Blackwill; Harris, 2016, p. 34-37). Esse fenômeno, agora praticado em uma escala globalmente significativa, traz consigo um conjunto de mudanças estruturais na própria lógica e operação da política externa, substituindo gradualmente o uso da força político-militar (Blackwill; Harris, 2016, p. 38-39).

No entanto, argumentar que os Estados estão cada vez mais recorrendo a métodos econômicos para promover seus objetivos geopolíticos não implica dizer que o poder militar deixou de ser um componente importante na maneira como muitos Estados buscam alcançar seus objetivos geopolíticos, e nem se tornará obsoleto, como evidencia o contínuo crescimento militar da China. Blackwill e Harris sugerem, portanto, que "especialmente para os atores geoeconômicos mais sofisticados da atualidade, as dimensões geoeconômicas e militares da política tendem a se reforçar mutuamente" (Blackwill; Harris, 2016, p. 9).

Qualquer entendimento eficaz da geoeconomia moderna, portanto, deve considerá-la "inextricavelmente entrelaçada com as vertentes militares e diplomáticas tradicionais da política externa" (Blackwill; Harris, 2016, p. 36). Sendo assim, ao contrário do que previa Luttwak (1990), a geoeconomia não substituiu totalmente os meios militares na política internacional. A lógica predominante ainda é a rivalidade e concorrência estratégica entre Estados, com a busca pela superioridade sobre outros países como objetivo central. No entanto, os imperativos estratégicos da política externa evoluíram desde a Guerra Fria. Conforme destacado por Scholvin e Wigell (2018a), o mundo contemporâneo não se enquadra mais no antigo modelo bipolar. Atualmente, o mundo é caracterizado por uma interdependência e interconexão sem precedentes na história, onde quase todos os Estados dependem de fluxos contínuos e seguros de capital, dados e mercadorias globais.

Sendo assim, "as vulnerabilidades e dependências assimétricas herdadas desse sistema internacional tornam o poder econômico um meio potente para a busca de objetivos estratégicos", oferecendo aos Estados maneiras de conduzir seu poder político que não sejam

predominantemente militares (Scholvin; Wigell, 2018a, p. 76-80). Isso não significa que instrumentos econômicos e militares não possam coexistir, sendo utilizados pelos Estados conforme considerem adequado aos desafios específicos que enfrentam. Contudo, a capacidade de exercer influência econômica representa cada vez mais um meio essencial de política de poder no mundo contemporâneo. Em termos práticos, "a direção do fluxo de investimentos, bem como o padrão de comércio, determina as relações de poder geopolítico adjacentes. Nesse sentido, há uma justaposição de aspectos econômicos que acabam por influenciar a geopolítica clássica" (Jaeger; Brites, 2020, p. 25).

Diante dessa conjuntura, o uso geoestratégico do poder econômico emerge como uma característica cada vez mais relevante no comportamento estratégico dos Estados, proporcionando novas oportunidades e espaços de manobra para os governos (Wigell, 2016). À medida que as ferramentas geoeconômicas ganham proeminência na reconfiguração da distribuição global de poder, elas ampliam o leque de opções disponíveis para os Estados alcançarem seus objetivos estratégicos.

Essas ferramentas frequentemente oferecem aos líderes uma gama mais ampla de opções políticas; por exemplo, a Venezuela, com o recente apoio de Pequim, tem sido mais capaz de desafiar as prerrogativas dos EUA na região. Em outras ocasiões, a geoeconomia contemporânea não apenas proporciona novas opções, mas também introduz novas ferramentas diplomáticas. Assim, em comparação com períodos anteriores, algumas das ferramentas geoeconômicas atuais, como a cibernética e a política energética, embora não sejam novas, operam em um contexto tão transformado que se tornam efetivamente novas (Blackwill; Harris, 2016). Para os autores, os instrumentos contemporâneos que exemplificam essa tendência são: política comercial, política de investimentos, sanções econômicas, ações na "ciberesfera", política monetária, política energética e política de commodities.

Essa abordagem geoeconômica, que inclui a criação de joint ventures, o financiamento de projetos energéticos e a assinatura de acordos de fornecimento de petróleo garantidos por commodities, permite que a China exerça influência sem recorrer à força militar tradicional e evidenciam que o palco da disputa global mudou. Esses instrumentos não apenas sublinham a capacidade dos Estados de utilizarem o poder econômico de forma estratégica para moldar a ordem mundial e alcançar vantagens geopolíticas significativas, mas também demonstram a complexidade da geoeconomia contemporânea, tornando-a uma característica cada vez mais importante do comportamento estratégico das potências (Wigell, 2016; Blackwill; Harris, 2016).

Tomando a China como a "melhor lente disponível" para compreender o funcionamento prático das ferramentas geoeconômicas, Blackwill e Harris (2016) examinam o uso estratégico da geoeconomia pela potência asiática como um meio eficaz para alcançar seus objetivos de política externa. Diferentemente da abordagem tradicional que privilegia o uso de recursos militares, a China tem se destacado por empregar políticas de comércio e investimentos em setores estratégicos para expandir sua influência global e obter vantagens geopolíticas significativas. Este enfoque inclui, por exemplo, a Iniciativa do Cinturão e Rota, que visa conectar economicamente a Ásia, Europa e África através de substanciais investimentos em infraestrutura (Blackwill; Harris, 2016).

Como sublinhado por Scholvin e Wigell (2018a), potências em ascensão, com destaque para a China, têm se consolidado como agentes geoeconômicos sofisticados. No caso da nação asiática, o emprego de instrumentos geoeconômicos para estabelecer relações comerciais e de investimento assimétricas com diversos países vizinhos, que podem ser utilizadas como alavancagem política, tornou-se uma prática cada vez mais recorrente. Além disso, sua assistência externa assegura uma significativa influência sobre países governados por regimes autoritários. O controle chinês sobre as terras raras também representa uma considerável base de poder em potenciais conflitos com o Ocidente, assim como a capacidade de internacionalizar o Renminbi (Scholvin; Wigell, 2018a, p. 75-76).

> **A China costuma ser corretamente descrita como a maior praticante de geoeconomia do mundo.** Esse também é o principal motivo pelo qual a projeção de poder regional e global se tornou um exercício [essencialmente] econômico (e não militar). '**Pequim tem jogado o novo jogo econômico em 'nível de maestro'**, como disse um observador, 'ficando fora de guerras e confrontos políticos e concentrando-se nos negócios - sua influência global excede em muita sua força econômica atual'. **As nações não temem o poderio militar da China; elas temem sua capacidade de oferecer ou reter comércio e investimentos** (Blackwill; Harris, 2016, p. 49, tradução e grifo nossos).

A surpreendente trajetória chinesa de consumo e busca pelo controle dos recursos energéticos em níveis equivalentes e, posteriormente, superiores[31] aos dos centros de poder econômico como os Estados Unidos e a Europa, para sustentar suas elevadas taxas de crescimento econômico, urbanização e desenvolvimento de infraestrutura no final dos anos

[31] Em 2010, a China se tornou o maior consumidor de energia do mundo, ultrapassando os EUA. Quatro anos depois, o país asiático havia se tornado o maior importador líquida de petróleo do mundo. Para mais informações, ler: China overtakes USA as top energy consumer as world demand grows strongly, says BP in 60th year of global energy. BP News and Insights, 8 jun. 2011. Disponível em: <https://www.bp.com/en/global/corporate/news-and-insights/press-releases/china-overtakes-usa-as-top-energy-consumer-as-world-demand-grows-strongly-says-bp-in-60th-year-of-global-energy.html>; China is now the world's largest net importer of petroleum and other liquid fuels. EIA. 14 mar. 2014 Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=15531> Acesso em 15/07/2024

1990 e anos 2000, evidencia o papel da energia como pivô nas disputas internacionais contemporâneas. A participação da China na demanda global por fontes primárias de energia e demais commodities minerais — minério de ferro, cobre e alumínio — para garantir a suficiência energética e melhorar sua posição competitiva em relação a outras potências, exemplifica o que Klare (2008) descreve como a 'nova ordem energética internacional'.

Nas palavras do autor, "um mundo de potências em ascensão e recursos cada vez menores está destinado a produzir uma intensa competição entre um grupo cada vez maior de nações consumidoras de energia pelo controle das reservas remanescentes" de hidrocarbonetos e demais minerais estratégicos (Klare, 2008, p. 7). Assim, em meio ao crescimento da demanda energética, à ascensão de novos poderes globais e à intensificação do debate sobre a escassez de recursos naturais e energéticos, Klare (2008) destaca o desafio imposto pelo surgimento da "Chindia" – um termo que se refere às potências econômicas combinadas da China e da Índia – como grandes consumidores de matérias-primas. Dentro do sistema de poder internacional emergente ao qual o autor se refere, potências em ascensão estariam cada vez mais dispostas a cruzar o "planeta em busca de novas oportunidades de investimento e fazendo ofertas por quaisquer ativos promissores que apareçam no mercado", além de procurar estabelecer alianças estratégicas com os principais países produtores de energia da África, América Latina e Oriente Médio (Klare, 2008, p. 64). Nesse contexto, países como a China e Índia têm adotado estratégias geoeconômicas para garantir o acesso a esses recursos, especialmente no setor de hidrocarbonetos. A China, por exemplo, tem utilizado sua influência econômica para firmar parcerias estratégicas, realizar investimentos em infraestrutura energética e estabelecer acordos de longo prazo com países ricos em recursos, como Venezuela.

No contexto da nova ordem internacional descrita por Klare (2008), cujos contornos começaram a se delinear em meados dos anos 2000, o caso da Union Oil Company of California (Unocal) emerge como um ponto de inflexão significativo nas relações entre os Estados Unidos e a China. Mais do que "divisor de águas crítico", Klare (2008, p. 6) descreve este evento como a "primeira janela para o medo global da escassez de recursos e para a nova geopolítica da energia que provavelmente o acompanhará". O episódio em questão refere-se à oferta da China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), uma das principais empresas estatais de petróleo da China, para adquirir a Unocal. Competindo com a Chevron Corporation, a disputa revelou as crescentes aspirações econômicas de Pequim, especialmente no setor de recursos energéticos, e expôs a "nova dinâmica" emergente nas relações internacionais. Na antiga ordem, a posição de uma nação na hierarquia global era avaliada com base em critérios como o número de ogivas nucleares, a quantidade de navios de guerra em operação e o contingente

de suas forças armadas. Na nova ordem, Klare (2008) argumenta que a posição de uma nação será cada vez mais determinada pela magnitude de suas reservas de petróleo e gás, ou por sua capacidade de mobilizar outras fontes de riqueza para adquirir (seja por compra ou outros meios) os recursos dos países ricos em energia.

Com uma abordagem marcadamente estratégica e geopolítica, Klare (2008) destaca o papel do petróleo na política internacional e na diplomacia das potências globais, além de abordar as crescentes tensões e desafios no campo da geopolítica energética em um contexto de disputa por redes de exploração, produção, transporte e comercialização de gás e petróleo. Apesar das mudanças significativas no padrão de desenvolvimento e consumo da China após a crise financeira internacional de 2007/2008, o autor destaca dois pontos cruciais: atuação das estatais chinesas por recursos energéticos e a perspectiva estratégica da liderança chinesa, especialmente a partir de 2002, no que tange à aquisição de ativos energéticos estrangeiros. Ao descrever os esforços da China para "estabelecer uma constelação de estados amigos" na Ásia Central por meio de investimentos substanciais e favores diplomáticos, visando obter acesso às reservas energéticas da região, e mesmo liderando a formação de um organismo político regional - a Organização de Cooperação de Xangai - para promover seus interesses geopolíticos na área, Klare (2008, p. 21) retrata uma abordagem estratégica que ilustra claramente o conceito de geoeconomia, conforme delineado por Blackwill e Harris (2016).

> Hu [Jiantao] não deu indícios de um interesse especial em questões energéticas antes de sua eleição como chefe do partido, mas, desde 2002, tem dedicado enorme atenção às necessidades energéticas da China. [...] em sua primeira viagem ao exterior como presidente, em junho de 2003, ele optou por visitar o Cazaquistão, um dos principais novos fornecedores de energia da China. Hu usou essa ocasião de peso simbólico para revitalizar o plano então adormecido de Pequim de construir um oleoduto dos campos de petróleo de propriedade chinesa no oeste do Cazaquistão até o território chinês. [...] O Presidente Hu e o Primeiro-Ministro Wen também viajaram pelo mundo em busca de ativos energéticos promissores, atuando como homens de confiança dos executivos das empresas chinesas. **Eles costumam exaltar as virtudes dos laços com a China - especialmente quando se dirigem aos líderes de nações em desenvolvimento - e distribuem favores e incentivos financeiros; além disso, convidam seus homólogos desses países para elaborar visitas de estado e reuniões de cúpula em Pequim. Esses encontros levaram à assinatura de inúmeros acordos de fornecimento e protocolos associados nos últimos anos** (Klare, 2008, p. 76, tradução e grifo nossos)

Como será detalhado no Capítulo 3, a estratégia chinesa de se estabelecer como parceiro estratégico, conceder empréstimos e financiamento direto em setores vinculados à infraestrutura, energia, transporte e tecnologia, reflete uma abordagem sofisticada que busca construir alianças e ampliar seu alcance geopolítico sem recorrer a confrontos militares diretos nos anos 2000. Essa estratégia permite à China consolidar sua influência global de maneira sutil, mas significativa, ultrapassando os limites do entorno asiático. Este fenômeno estende-se

em direção ao Ocidente, especialmente em países da América Latina, assegurando que suas ações econômicas resultem em benefícios geopolíticos duradouros (Blackwill & Harris, 2016; Wigell, 2016). Preocupada em preservar o acesso ao petróleo em caso de confronto com os Estados Unidos, por exemplo, a China buscou relações mais estreitas com governos como os da Venezuela, do Sudão e de Angola, que tem sido frequentemente marginalizados pelo Ocidente (Blackwill; Harris, 2016).

Através de acordos de compra de ativos ou financiamento de exploração de recursos naturais, a China assegura o fornecimento de recursos estratégicos a longo prazo, priorizando não o retorno financeiro imediato, mas a garantia de seus interesses estratégicos nacionais. Este é um exemplo claro da aplicação da geoeconomia — o uso geoestratégico do poder econômico — onde a segurança e os interesses estratégicos prevalecem sobre os ganhos econômicos imediatos (Blackwill; Harris, 2016). O caso da China exemplifica, ainda, como as ferramentas geoeconômicas podem ser utilizadas para reconfigurar o equilíbrio de poder global, conforme o país busca assegurar maior protagonismo no cenário econômico mundial. Como Visentini (2015), destaca:

> Os últimos anos têm revelado uma crescente aceleração das Relações Internacionais. Com o fim da Guerra Fria, [...] e a desintegração da União Soviética em 1991, houve espaço para uma **reacomodação de forças no sistema mundial**. **Quando o vácuo foi sendo ocupado por antigos e novos atores internacionais, passou-se para uma espécie de Guerra de Posições.** A China e as demais nações emergentes, especialmente as que integram o BRICS, puderam ocupar maior espaço. (Visentini, 2015, p. 164-167, grifo nosso).

Esse "precário equilíbrio", como descrito por Visentini (2015), foi significativamente afetado pela crise econômica nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a partir de 2008-2009. A difícil recuperação econômica enfrentada pelas potências norte-atlânticas, associada a efetiva participação dos BRICS nos mecanismos de recuperação financeira, foram acompanhadas por um "realinhamento geopolítico habilmente engendrado pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, visando articular um espaço geoeconômico Atlântico capaz de recuperar espaço frente ao Pacífico" (Visentini, 2015, p. 166). Descrito por Pecequilo (2016) como o "século dos desequilíbrios", este período é caracterizado como uma "era de sombras", que negligencia as fragmentações contemporâneas e simbólicas, os fracassos do século XXI, e "encobre uma guerra de posições". Essa disputa manifesta-se em escala global, com tentativas do eixo de poder dominante, representado pelos Estados Unidos e União Europeia, de impedir a ascensão dos países emergentes, sintetizados no acrônimo BRICS.

Diante desse cenário, Marinho (2019a, 2019b) observa que a ascensão contemporânea da China reconfigura a principal disputa de poder mundial. Um aspecto marcante dessa ascensão é o acúmulo de poder da China, que a posiciona como um ator essencial na reestruturação do sistema internacional, em contraste com o poder hegemônico norte-americano. Essa dinâmica favorece a "conformação de novos espaços de concertação para a ocupação e projeção de poder" (Marinho, 2019a, p. 192). Com características singulares, o autor ressalta que a estratégia de ascensão pacífica da China, por exemplo, demonstra-se mais vinculada à ideia de uma "guerra de posições", evocando de certa forma as contribuições gramscianas sobre a ocupação de espaços, fundamentais para os cálculos de poder das ações empreendidas (Marinho, 2019b, p. 234).

Como ressalta Pecequilo (2022), essa guerra abrange choques no campo da infraestrutura e tecnologia, como a guerra dos chips, que impõe restrições ao acesso da China, além das tensões em torno de Taiwan, do Mar do Sul da China, entre outras questões. A construção chinesa de uma "rede de parcerias" como forma de promover seu interesse nacional, a busca chinesa pelo controle da produção e distribuição de recursos energéticos, investimentos em zonas de produção de gás, petróleo do pré-sal e rotas de passagem estratégicas, bem como a criação de novos mecanismos financeiros, como o Novo Banco de Desenvolvimento e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, visando consolidar sua presença em regiões chave do Grande Caribe, destaca uma nova etapa da guerra de posições com os Estados Unidos.

Em suma, observamos que a geoeconomia está ressurgindo como uma forma preferida de disputa geopolítica para alguns dos Estados mais poderosos do mundo, moldando os resultados dos desafios estratégicos mais críticos da atualidade. Em decorrência da crescente competição econômica em curso (Visentini, 2015), esse fenômeno representa uma forma atualizada de ação estatal, na qual os Estados empregam suas capacidades econômicas para promover seus interesses geopolíticos e assegurar sua posição estratégica, sem a necessidade de recorrer ao confronto militar direto. Diante da disputa geoeconômica em curso e o realinhamento geopolítico global por parte das novas potências emergentes tais ferramentas, que vão desde políticas de comércio e investimento até a gestão de recursos estratégicos, permitem uma abordagem mais sutil e eficaz na expansão de influência dos Estados. Essa abordagem reflete uma mudança paradigmática na maneira como os atores percebem e exercem seu poder no cenário global, adaptando-se às novas realidades de interdependência econômica e complexidade política mundial.

Qualquer entendimento eficaz da forma como os países interagem no cenário internacional contemporâneo requer, portanto, uma compreensão de que a geoeconomia não

apenas impacta no modo de se formular e executar a política externa, mas também estabelece uma nova lógica de competição e cooperação entre os Estados, redefinindo as modalidades de poder e influência no mundo moderno. Enquanto uma agenda de pesquisa em construção, a geoeconomia permite uma análise mais abrangente das dinâmicas de poder contemporâneas, destacando como os instrumentos econômicos podem ser empregados na busca de objetivos estratégicos em um cenário global cada vez mais complexo e interconectado.

CAPÍTULO 2 - "AMIZADE DE LONGA DATA": A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE A CHINA E A VENEZUELA A PARTIR DE 1943

As relações diplomáticas entre a China e a Venezuela remontam ao século XIX. No entanto, os laços formais foram estabelecidos apenas em meados da década de 1970. Desde então, essas relações podem ser divididas em três períodos distintos: Relação Binacional (1974-1999), Parceria Estratégica para o Desenvolvimento Compartilhado (2001-2013) e Parceria Estratégica Abrangente (2014-2023). Esses períodos são marcados por eventos que ilustram os diferentes estágios de desenvolvimento das relações diplomáticas, econômicas, comerciais, sociais e culturais entre as duas nações.

Neste capítulo, analisaremos como a convergência das visões de política externa e a necessidade mútua de diversificar os mercados de energia resultaram na aproximação e fortalecimento da parceria entre China e Venezuela desde o início do século XXI. Durante a "Era Chávez", a Venezuela buscou diversificar suas relações comerciais e reduzir a dependência das exportações de petróleo para o mercado norte-americano, resultando em uma reorientação de suas relações internacionais e aproximação com países do eixo Sul-Sul. À época, o presidente Chávez viu a China como um valioso aliado político e uma fonte de novos financiamentos. Assim, como parte de sua agenda política, o governo venezuelano esforçou-se para construir um relacionamento sólido com Pequim, visando reduzir a dependência de Washington, elevar o status da Venezuela no cenário internacional, implementar a Revolução Bolivariana, financiar programas sociais internos e garantir o acesso à fundos alternativos de capital.

Embora as distâncias envolvidas sejam consideráveis, as vastas reservas de petróleo, gás e minério da Venezuela atraíram a atenção da China, que simultaneamente vivenciava um período de crescimento econômico, produção industrial e urbanização acelerados, acompanhados por um consumo maciço de energia e um aumento vertiginoso da demanda de petróleo. Ao mesmo tempo, as autoridades chinesas estavam em busca de mercados internacionais para expandir as exportações das empresas domésticas e implementar o novo projeto de exportação de capital da China. Nesse cenário, Pequim se mostrou receptiva às propostas de Chávez, uma vez que estavam alinhadas com a estratégia de política externa chinesa que buscava reduzir sua vulnerabilidade energética, acessar novos mercados de commodities e ampliar sua presença global.

Com esse pano de fundo, o segundo capítulo se propõe a apresentar um grande panorama histórico da relação bilateral entre a República Popular da China e a República

Bolivariana da Venezuela desde meados da década de 1970 até os tempos atuais. Para melhor entender as dimensões dessa parceria estratégica, as seções seguintes serão estruturadas em torno de quatro grandes pilares: diplomacia, comércio, empréstimo e investimento.

Em um primeiro momento analisaremos a trajetória das relações diplomáticas, destacando os principais acordos assinados nas áreas de tecnologia, ciência, cultura e energia, visitas oficiais de alto nível e os principais instrumentos de cooperação e financiamento bilaterais criados entre 1974 e 2021. Num segundo momento, examinaremos a evolução do comércio bilateral, analisando as trocas comerciais entre os dois países ao longo dos anos, os principais destinos das exportações da Venezuela e a produção média anual de petróleo bruto venezuelano. Em seguida, exploraremos os empréstimos concedidos pelos bancos estatais chineses, como o Banco Chinês de Desenvolvimento (CDB) e o Banco de Exportação e Importação da China (China EximBank), o qual conferiu à China um papel estratégico na Venezuela. Por fim, apresentaremos um panorama do investimento estrangeiro direto chinês na Venezuela, dominado pelas três empresas estatais de petróleo da China (NOCs): China National Petroleum Corporation (CNPC), Sinopec e China National Offshore Oil Corporation (CNOOC).

Por meio de uma análise quantitativa, com a compilação de dados de comércio e financiamentos, e qualitativa, identificando acordos bilaterais, formação de fundos conjuntos, além de outras políticas-chave entre os países, o capítulo dialoga com um dos objetivos específicos da pesquisa: traçar um panorama histórico da relação bilateral entre China e Venezuela, abrangendo aspectos diplomáticos, políticos, comerciais, de investimentos e empréstimos. Esta abordagem estruturada e abrangente visa oferecer uma visão clara e detalhada das complexas e multifacetadas relações entre China e Venezuela, destacando a evolução, os desafios e as conquistas ao longo de décadas de cooperação mútua.

É importante destacar que, uma vez que a relação sino-venezuelana foi elevada a um nível estratégico apenas no início do século XXI, os dados concretos referentes à cooperação comercial e financeira serão analisados a partir desse período. A análise deste trabalho se estende até o final de 2023, utilizando os dados disponíveis até essa data ou a data anterior mais próxima.

2.1. TRAJETÓRIA DOS ACORDOS DIPLOMÁTICOS E VISITAS OFICIAIS ENTRE CHINA-VENEZUELA

As relações diplomáticas entre a China e a Venezuela foram oficialmente firmadas durante o primeiro ano[32] do mandato de Carlos Andrés Pérez (1974-1979) — momento em que o país caribenho optou por cessar imediatamente as relações com a "China nacionalista"[33] (Castillo, 2020; Piña, 2019). A despeito da oficialização dos laços diplomáticos em meados dos anos 1970, Molina Medina (2015; 2016; 2018; 2021) rastreia indícios de que as relações entre os dois países datam do início dos anos quarenta do século XX, com um precedente central:

> **a criação do Consulado Geral em Xangai (1936)** sob a presidência do General Eleazar López Contreras (1935-1941), para o qual o poeta José Miguel Ferrer foi nomeado Cônsul Geral dos Estados Unidos da Venezuela[34] em 22 de julho de 1936. Entretanto, foi somente no dia **13 de abril de 1943** que o primeiro funcionário diplomático chinês, Li Dijun, apresentou as Cartas de Credenciamento ao Presidente Isaías Medina Angarita (1941-1945) credenciando-o como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da China na Venezuela, que procedeu à **instalação da Delegação Chinesa em Caracas**, **formalizando assim as relações entre os dois países**. (Molina Medina, 2018, p. 80, tradução nossa)

De acordo com o autor, este período ficou caracterizado como a "primeira etapa de diálogos e intercâmbios" (Molina Medina, 2018, p. 80). Em 28 de junho de 1974, o Governo da República da Venezuela e o Governo da República Popular da China, "animados pelo desejo de promover a amizade, a cooperação e o entendimento mútuo entre os dois povos"[35], estabeleceram relações diplomáticas em nível de Embaixadores. A assinatura do Comunicado Conjunto, pelo chanceler venezuelano Efraín Schacht Aristeguieta e pelo vice-ministro do Comércio da China, Tsai Su-Fan, marcou o início da segunda etapa das relações sino-venezuelanas.

Prontamente, a Venezuela reconheceu o governo da República Popular da China como o único governo legítimo da China, reafirmando Taiwan como uma parte inalienável do território chinês. Com este gesto, o governo venezuelano expressou seu apoio ao princípio de

---

[32] Segundo Castillo (2020, p. 414, tradução nossa), "a embaixada chinesa em Caracas começou oficialmente a operar em 1974, após o governo de Zhou Enlai e Carlos Andrés Pérez ter formalizado as relações diplomáticas entre os dois países".

[33] De acordo com Molina Medina (2018), as negociações que levaram a esta decisão do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela já haviam sido iniciadas na administração do Presidente Rafael Caldera (1969-1974) e foram concluídas sob a presidência de Carlos Andrés Pérez (1974-1979).

[34] Nome oficial da Venezuela, adotado na constituição de 1864.

[35] Comunicado conjunto Sobre el establecimiento de relaciones diplomáticas entre la República Popular China y la República de Venezuela. Humania del Sur. Año 4, nº 7. Julio-diciembre, pp. 195-196,2009. Disponível em: <http://www.saber.ula.ve/bitstream/handle/123456789/30229/articulo_12.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em 10/02/2023.

"Uma Só China", um pilar fundamental da política externa chinesa. Após o estabelecimento formal das relações diplomáticas, as embaixadas da China em Caracas e da Venezuela em Pequim iniciaram suas atividades nos meses de setembro e novembro de 1974, respectivamente, marcando o início de uma nova era de diálogo político e cooperação bilateral. Esse período de intensificação das relações foi particularmente destacado pela primeira visita oficial de um Chefe de Estado venezuelano à China, ocorrida entre 27 de outubro e 2 de novembro de 1981. Ao longo do período entre 1974 e 1999, foram realizadas dezoito visitas oficiais, refletindo o compromisso mútuo em fortalecer laços diplomáticos e expandir a colaboração em diversas áreas estratégicas (ver Anexo 1).

Em novembro de 1981, em Pequim, foram celebrados aproximadamente 20 acordos[36] de cooperação que abrangiam diversos setores, como tecnologia, ciência, cultura e energia. Dentre eles, o Acordo Básico sobre Cooperação Científica e Técnica e o Acordo de Cooperação Cultural, desempenharam um papel central na promoção do intercâmbio cultural bilateral e no diálogo em diferentes áreas de cooperação. Ademais, a abertura de caminhos para programas de cooperação na área petrolífera deu-se a partir do Acordo de Cooperação Científica e Técnica no campo da Exploração e Produção de Petróleo[37], assinado em 12 de novembro de 1985, durante a primeira visita de um chefe de governo chinês à Venezuela. O acordo visava impulsionar o processo de aproximação no campo de suas indústrias petrolíferas, abrindo o caminho para programas de cooperação em diversas áreas de interesse mútuo. Tal acordo, firmado em Caracas durante a visita de Zhao Ziyang, ex-primeiro-ministro da RPC, estipulava para os cinco anos seguintes:

> 1. **Realização de projetos conjuntos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico no campo do petróleo**. [...] 3. Realização de programas de treinamento de pessoal técnico nas diversas atividades da indústria do petróleo. [...] 5. **Troca informações técnicas sobre assuntos petrolíferos**. [...] 8. Fornecer instalações, de acordo com as respectivas leis em vigor, para a entrada e permanência no país de pessoal profissional que participe de projetos de cooperação. (AVECH, 1985, tradução e grifo nossos)[38]

[36] China y Venezuela: Una Asociación Estratégica Integral. Informe de Relaciones Bilaterales 2018-2019. Centro Venezolano de Estudios sobre China, jul. 2019. p. 04. Disponível em: <https://cvechina.files.wordpress.com/2019/07/china-venezuela-una-asociacic3b3n-estratc3a9gica-integral.pdf>

[37] O seguinte acordo sucede e complementa o Acordo de Cooperação Científica e Técnica, assinado em 1º de novembro de 1981, durante o governo de Luis Herrera Campins, presidente da Venezuela entre 1979-1984.

[38] Acuerdo de Cooperación Científica y Técnica en el Terreno de la Exploración y Explotación Petroleras entre el Ministerio de Energía y Minas de la República de Venezuela y el Ministerio de la Industria Petrolera de la República Popular China. **Asociación Venezolana de Estudios sobre China**, nov. 1985. Documentos Observatório Disponível em: <https://avech.org/acuerdo-de-cooperacion-cientifica-y-tecnica-en-el-terreno-de-la-exploracion-y-explotacion-petroleras-entre-el-ministerio-de-energia-y-minas-de-la-republica-de-venezuela-y-el-ministerio-de-la-industria/>. Acesso em: 10/02/2023

Em decorrência da nacionalização em massa do setor de hidrocarbonetos na década de 1970[39], sob o comando do presidente Carlos Andrés Perez, e abertura do setor de hidrocarbonetos da Venezuela ao investimento estrangeiro nos anos 1990, conhecido como *Apertura Petrolera*, promovendo a reativação de campos antigos e investimento em várias joint ventures petroquímicas (Grau, 2008; Pascal, 2009; Xu, 2015), demais acordos sobre exploração e a produção de petróleo, em especial, o Acordo de Compra-Venda de Orimulsíon[40] e o Acordo para o Desenvolvimento Conjunto de Cooperação no Campo de Hidrocarbonetos, foram assinados em Caracas durante a visita de Estado do Primeiro-Ministro Li Peng, entre 12 e 14 de novembro de 1996. Como resultado, em 1997, através da assinatura do acordo bilateral para a exploração conjunta de petróleo, a China National Petroleum Corporation (CNPC) obteve o direito de explorar dois campos antigos na Venezuela, com um investimento de US$ 358 milhões, iniciando os primeiros projetos no país no ano seguinte[41] (Xu, 2015). Na época, esse foi o maior projeto de investimento chinês na América Latina, destacando-se como um dos grandes marcos nas relações sino-venezuelanas desde 1974 até a "Era Chávez".

Embora o período entre 1974 e 1998 tenha sido marcado por relações relativamente superficiais em comparação com a década de 2000 (Gráfico 1), caracterizada pela assinatura de centenas de acordos e uma substancial alocação de recursos financeiros chineses para promover sua diplomacia petroleira na Venezuela, é importante reconhecer que as primeiras aproximações e os esforços diplomáticos nesta fase inicial desempenharam um papel fundamental no avanço das relações bilaterais nas décadas seguintes. Como argumenta Castillo (2020),

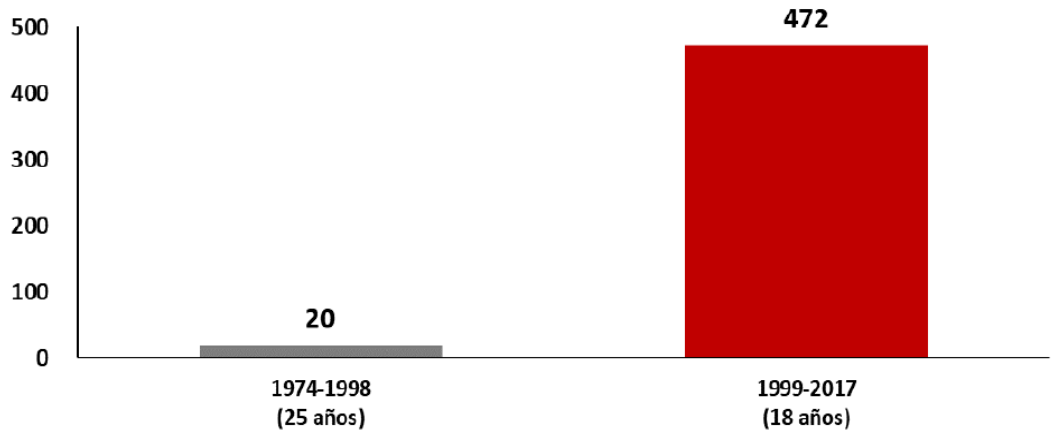
> A aproximação inicial baseou-se essencialmente na busca de identificar interesses comuns e promover benefícios mútuos. [Portanto] se, **em termos de comércio** [e demais acordos diplomáticos]**, os números não representassem um volume avassalador que indicasse um potencial importante para um elo asiático-caribenho**, **nesta fase inicial as relações foram construídas com base na amizade e na cordialidade mútua.** Do **lado chinês,** esta superficialidade foi determinada pela distância geográfica, sendo uma região que despertou muito pouco interesse, que **tradicionalmente estava inscrita na esfera de influência dos Estados Unidos - que historicamente a consideravam seu "quintal"** (Castillo, 2020, p. 414, tradução e grifo nosso)

[39] Em 1975, a Venezuela promulgou a lei de nacionalização, que entrou em vigor em janeiro de 1976.

[40] "Combustível derivado do betume que ocorre naturalmente em grandes reservas na faixa de óleo Orinoco, na Venezuela, com 700 km de extensão." ORIMULSION AND POWER STATIONS. Post Note 84, out. 1996. Disponível em: <https://researchbriefings.files.parliament.uk/documents/POST-PN-84/POST-PN-84.pdf> Acesso em: 10/02/2023

[41] China y Venezuela: Una Asociación Estratégica Integral. Informe de Relaciones Bilaterales 2018-2019. Centro Venezolano de Estudios sobre China, jul. 2019. Disponível em: <https://cvechina.files.wordpress.com/2019/07/china-venezuela-una-asociacic3b3n-estratc3a9gica-integral.pdf>

Gráfico 1 - Número de acordos entre China e Venezuela (1974-2017)



Fonte: Centro Venezolano de Estudio sobre China (2019)

Conforme ilustrado, a intensificação dos vínculos políticos bilaterais e o diálogo entre China e Venezuela tornaram-se mais evidentes a partir de meados dos anos 1990, e no início do século XXI a cooperação entre sino-latino-americana se aprofundou rapidamente. Esse período foi marcado por frequentes visitas oficiais de alto nível, como as de líderes chineses Jiang Zemin e Hu Jintao à Venezuela, evidenciando um esforço mútuo para estreitar as relações diplomáticas e construir laços sólidos entre os dois países. As relações de Estado para Estado desempenharam um papel crucial na evolução das relações sino-venezuelanas observada nos anos seguintes. A discrepância observada no número de acordos celebrados entre os dois períodos revela que, com o início do novo século, as relações sino-venezuelanas ingressaram em uma fase inédita.

Em dezembro de 1998, o ex-tenente-coronel Hugo Chávez Frias venceu as eleições na Venezuela, marcando um divisor de águas significativo no cenário político doméstico e externo do país, como veremos adiante. Após sua posse em 1999, Chávez visitou a China pela primeira vez como parte de sua turnê pela Ásia em outubro (Medina; Oraa, 2024). Durante seu mandato, Chávez visitou a China em seis ocasiões (1999, 2001, 2004, 2006, 2008 e 2009), encontrando-se com líderes chineses de alto escalão como Hu Jintao, Wen Jiabao e Xi Jinping. Entre as visitas de lideranças chinesas à Venezuela durante o "Era Chávez" (1999-2013), destacam-se as Jiang Zemin (abril de 2001), Zeng Qinghong (janeiro de 2005) e Xi Jinping (fevereiro de 2009). Embora Hu Jintao não tenha visitado a Venezuela, suas visitas à região em 2004 (Brasil, Chile, Argentina e Cuba), 2005 (México) e 2009 (Costa Rica, Cuba e Peru) indicaram uma estratégia deliberada de fortalecimento dos laços regionais.

Como marco da sua primeira visita oficial à Shangai, em outubro de 1999, a convite do presidente chinês, Jiang Zemin, foram assinados sete Memorandos de Entendimento que incluíam o "estabelecimento de uma comissão conjunta de energia, um acordo de proteção mútua de investimentos bilaterais, a concessão de uma linha de crédito para a Venezuela pelo Banco da China no valor de US$ 30 milhões"[42]. Foi assinada, ainda, uma carta de intenções para o fornecimento a longo prazo de produtos de Orimulsão entre a China National Petroleum Corporation (CNPC) e a Corporación Venezolana de Petróleo (CVP), filial de PDVSA[43].

Como destacado por Piña (2019), as primeiras visitas de Estado realizadas por Chávez tinham como propósito firmar o "Memorando de Entendimento sobre Cooperação Energética Decenal, 2001-2011" e criar a "Comissão Mista de Alto Nível" (High Level Mixed Commission). Tais objetivos foram exitosamente atingidos durante a inédita visita de Estado do mandatário Jiang Zemin à Caracas, no dia 17 de abril de 2001, com a assinatura de um Memorando de Entendimento para o estabelecimento da Comissão Mista de Alto Nível (CMAN) China-Venezuela (*High Level Mixed Commission*, em inglês), tornando-se o principal órgão bilateral de tomada de decisões para os projetos de integração econômica, comercial, política e tecnológica acordados nos próximos 16 anos (ver Anexo 1).

Além disso, durante a visita de Jiang Zemin à Venezuela em 2001, último país visitado durante sua turnê de 12 dias pela América Latina[44], foram assinados oito acordos de cooperação política, comercial, científica e tecnológica, consolidando a "Parceria Estratégica para o Desenvolvimento Compartilhado" no novo século (*Asociación Estratégica para el Desarrollo Compartido en el nuevo siglo*, em espanhol). No mês seguinte, a recém-lançada CMAN e toda a estrutura de cooperação foram reforçadas pela visita de Chávez à Beijing para a realização da 1ª Comissão Mista de Alto Nível[45]. Composta por representantes do Ministério do Poder Popular para Planejamento e Desenvolvimento da Venezuela, pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China, além de órgãos governamentais de nível inferior para

---

[42] China y Venezuela: Una Asociación Estratégica Integral. Informe de Relaciones Bilaterales 2018-2019. Centro Venezolano de Estudios sobre China, jul. 2019. p. 09. Disponível em: <https://cvechina.files.wordpress.com/2019/07/china-venezuela-una-asociacic3b3n-estratc3a9gica-integral.pdf>

[43] PRIMER viaje de Chávez a China empezó a levantar la verdad de Venezuela en el mundo. Partido Socialista Unido de Venezuela, 10 out. 2014. Disponível em: <http://www.psuv.org.ve/temas/noticias/primer-viaje-chavez-a-china-empezo-a-levantar-verdad-venezuela-mundo/#.YeQhCv7MLrd>

[44] Em 2001, o então presidente chinês, Jiang Zemin, realizou uma turnê de 12 dias pela América Latina com o intuito de aprofundar os laços econômicos e comerciais com a região. O roteiro incluiu visitas ao Chile (5-7 de abril), Argentina (7-9 de abril), Uruguai (10-11 de abril), Brasil (11-12 de abril), Cuba (12-15 de abril), e por último, à Venezuela (15-17 de abril). **Jiang Zemin to Start Latin America Tour**. China.org. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/2001/Apr/9917.htm>. Acesso em: 15/02/2023.

[45] China y Venezuela: Una Asociación Estratégica Integral. Informe de Relaciones Bilaterales 2018-2019. Centro Venezolano de Estudios sobre China, jul. 2019. p. 24. Disponível em: <https://cvechina.files.wordpress.com/2019/07/china-venezuela-una-asociacic3b3n-estratc3a9gica-integral.pdf>

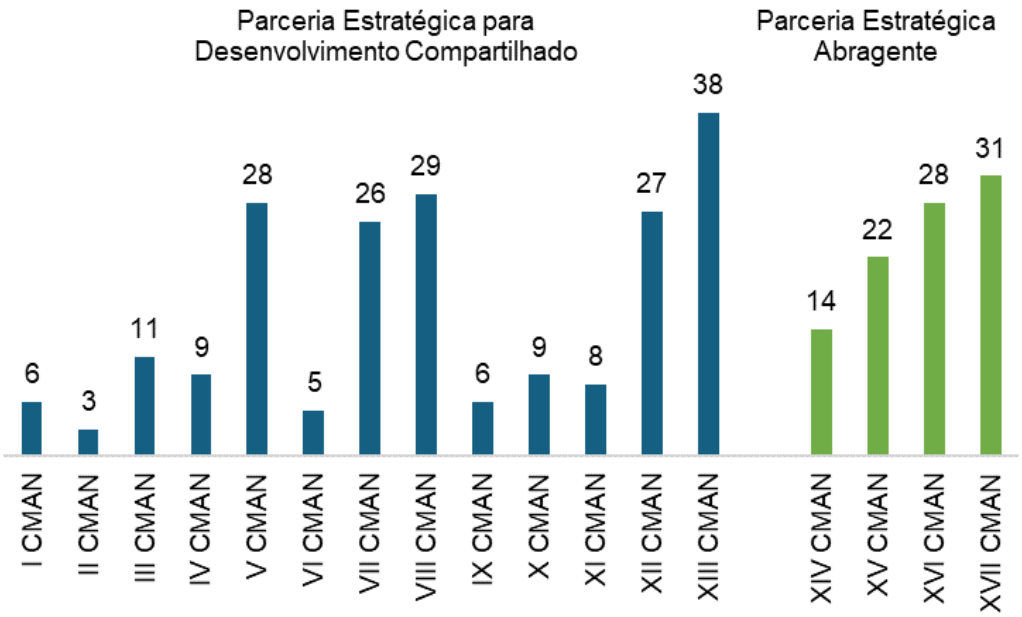
cobrir uma série de áreas, incluindo energia, defesa, saúde, infraestrutura, comércio bilateral e apoio científico e tecnológico", a CMAN foi reconhecida como o "instrumento legal por excelência para regulamentar a cooperação em matéria energética, constituindo o marco legal de grande parte de todos os assuntos bilaterais" (Castillo, 2020, p. 414-5).

> Nesse sentido, **a relação bilateral baseia-se basicamente nas orientações provenientes das visitas de alto nível trocadas pelos presidentes de cada país**, que resultam em ações e programas estratégicos de instituições como o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BANDES), o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FONDEN), o Fundo Chinês, o Banco de Desenvolvimento da China, a Agência Bolivariana de Atividades Espaciais (ABAE), bem como algumas empresas petrolíferas (CNPC e SINOPEC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FONDEN), cujas diretorias estabelecem seus próprios termos de referência fora da CIAN. Em outras palavras, **embora esse órgão coordene muitas áreas centrais de cooperação,** ele depende de decisões no mais alto nível do governo para assuntos estratégicos, ou seja, **ele é mais responsável por preparar a agenda para reuniões bilaterais** (Castillo, 2020, p. 415, tradução nossa).

Como principal autoridade intergovernamental de decisões políticas e cooperação, a Comissão Mista de Alto Nível (CMAN) se tornou responsável por conduzir as relações bilaterais entre China e Venezuela em diversas áreas, incluindo política, diplomacia, economia, energia, comércio, cultura e educação. Além de promover o fortalecimento do diálogo político entre os países, a CMAN desempenha um papel crucial na coordenação de visitas de alto nível e na cooperação em assuntos internacionais, constituindo um importante eixo da relação sino-venezuelana. Seu objetivo é centralizar a tomada de decisões políticas e estratégicas para a cooperação bilateral, sendo composta por representantes do Ministério do Poder Popular para Planejamento e Desenvolvimento da Venezuela e da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China (Ríos, 2009; Cardona, 2016)

Desde sua criação em 2001 até 2018, a Comissão Mista de Alto Nível (CMAN) realizou um total de 16 sessões, conforme ilustrado no Gráfico 2, durante as quais revisou e aprovou novos acordos com o objetivo de impulsionar projetos estratégicos e fortalecer a parceria entre China e Venezuela. Nesse período, foram assinados mais de 790 projetos e cerca de 400 acordos, abrangendo diversas áreas, como infraestrutura, concessão de créditos, cooperação técnica e o desenvolvimento econômico do setor de hidrocarbonetos. Esses acordos refletem a profundidade e a amplitude da cooperação sino-venezuelana, fomentando a construção de uma parceria multifacetada entre as duas nações.

Gráfico 2 - Número total de acordos de cooperação assinados no âmbito da Comissão Conjunta China-Venezuela (2001-2023)



Fonte: Elaborado pela autora com dados do Centro Venezolano de Estudio sobre China e Ministerio del Poder Popular para Ciencia y Tecnología (MINCYT).

Durante a Primeira Comissão Mista de Alto Nível (CMAN), o principal tópico discutido foi a produção de petróleo, culminando na assinatura do "Memorando de Entendimento sobre Cooperação Energética Decenal, 2001-2011". Este memorando estabeleceu diretrizes fundamentais para a cooperação bilateral no setor de hidrocarbonetos, abrindo caminho para acordos significativos, como a perfuração do campo Zumano, a promoção de parcerias no desenvolvimento da Orimulsão, e a exploração de mecanismos visando ampliar a colaboração entre as empresas de ambos os países em áreas como carvão, eletricidade e novas fontes de energia.

Nos anos seguintes, a cooperação entre China e Venezuela se desenvolveu e expandiu significativamente, abrangendo diversos setores como agricultura, infraestrutura, economia, mineração e cooperação técnica. Um marco importante desse período ocorreu em janeiro de 2005, durante a visita do Vice-Presidente chinês Zeng Qinghong, quando foi assinado um Memorando de Entendimento[46] sobre o fortalecimento dos trabalhos da CMAN. Este acordo,

[46]Acuerdos Suscritos entre la Republica Bolivariana de Venezuela y la Republica Popular China. Gobierno Bolivariano de Venezuela. Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores. 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/7624453/ACUERD_SUSCRITOS_ENTRE_LA_REPUBLICA_BOLIVARIANA_DE_VENEZUELA_Y_LA_REPUBLICA_POPULAR_CHINA_REGISTRADOS_POR_LA_EMBAJADA_EN_BEIJING_AL_25_DE_MARZO_2010>

firmado entre o Ministério do Planejamento e Desenvolvimento da Venezuela e o governo chinês, visava impulsionar a cooperação bilateral em áreas cruciais como economia e tecnologia, agricultura, petróleo e gás natural, infraestrutura, telecomunicações e informação[47].

Em 2006, a V CMAN se destacou pelo grande número de acordos firmados, registrando um dos maiores números do período. Na ocasião, "a PDVSA avançou em importantes projetos de expansão com a assinatura de 12 acordos energéticos, que fortalecem os laços de integração e desenvolvimento socioeconômico"[48] entre as duas nações. Os acordos foram firmados após a cerimônia de encerramento da 5ª Reunião da Comissão Mista de Alto Nível China-Venezuela, em Pequim, onde foi ratificado o compromisso das empresas petrolíferas de ambos os países com o desenvolvimento conjunto de atividades de exploração e produção de petróleo no território venezuelano, além das atividades de transporte, comercialização e refino de petróleo.

Em 2007, ao final da VI Comissão Mista de Alto Nível, foi criado o Fundo Conjunto China-Venezuela (*Fondo Conjunto Chino-Venezolano* (FCCV) ou *China-Venezuelan Joint Fund*, em inglês), responsável pelo financiamento e implementação de projetos conjuntos, operando como um consórcio financeiro com amplo crédito entre as nações, como veremos com mais detalhes na Seção 2.3. No mesmo ano, para além da criação de um dos mais importantes instrumentos de cooperação e financiamento da cooperação bilateral sino-venezuelana, foram estabelecidas diversas outras iniciativas voltadas, sobretudo, para a "execução de estudos de quantificação e certificação de reservas; constituição de empresas mistas para explorar e produzir petróleo, assim como para produzir bens e prestar serviços para a indústria petrolífera" (Barros; Pinto, 2012, p. 105).

Em 2008, durante a VII CMAN China-Venezuela, foram assinados sete dos 26 acordos de cooperação bilateral alcançados entre as duas partes, entre eles a ampliação do FCCV para 12 mil milhões de dólares. Em novembro do mesmo ano, o governo chinês publicou o primeiro Livro Branco sobre a América Latina e Caribe, (em inglês, *Policy Paper on Latin America and Caribbean)*[49]. Divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores da China, o primeiro documento político para a região reconheceu explicitamente que a China vê seu envolvimento com a ALC como parte de um "plano estratégico", destacando os princípios orientadores para

---

[47] China y Venezuela: Una Asociación Estratégica Integral. Informe de Relaciones Bilaterales 2018-2019. Centro Venezolano de Estudios sobre China, jul. 2019. p. 10. Disponível em: <https://cvechina.files.wordpress.com/2019/07/china-venezuela-una-asociacic3b3n-estratc3a9gica-integral.pdf>

[48] Venezuela y China concretan proyectos energéticos para el desarrollo de sus pueblos. PDVSA, 24 ago 2006. Disponível em: <http://www.pdvsa.com/index.php?option=com_content&view=article&id=1747:2935&catid=10&Itemid=589&lang=es> Acesso em: 23/12/2023

[49] Primeiro livro de diretrizes para a América Latina, lançado após os da União Européia (2003) e da África (2006).

a futura cooperação em diversas áreas por meio de comércio, investimento e financiamento e a importância que o país atribui à região[50]. O governo chinês ressaltou marcos históricos da relação bilateral e declarou oficialmente que adotaria uma abordagem mais estratégica para a região, apresentando a meta de estabelecer uma parceria abrangente e cooperativa com igualdade, benefício mútuo e desenvolvimento comum.

> Embora a China e a América Latina e o Caribe estejam distantes uma da outra, os dois povos desfrutam de uma amizade consagrada pelo tempo. [...] Durante os cerca de vinte anos após a fundação da Nova China em 1949, a China e a América Latina e o Caribe realizaram principalmente intercâmbios entre pessoas. Nas décadas de 1970 e 1980, a China estabeleceu laços diplomáticos com a maioria dos países da região. A cooperação amigável entre os dois lados em vários campos registrou um crescimento significativo na década de 1990. Desde o início do século XXI, os dois lados têm desfrutado de intercâmbios de alto nível mais frequentes, maior confiança política mútua e cooperação mais estreita em economia, comércio, ciência e tecnologia, cultura e educação, além de apoio mútuo e coordenação estreita em assuntos internacionais (Policy Paper on Latin America and Caribbean, 2008).

Em 2009, durante a VIII CMAN, foram abordados diversos aspectos de cooperação econômica, agrícola, financeira, cultural, energética, mineira, assuntos bilaterais e tecnologia espacial, culminando na assinatura de 29 acordos de cooperação bilateral. Entre esses acordos, destaca-se o acordo de exportação de 500 mil barris de petróleo bruto e outros derivados para a China, firmado entre a Petróleos de Venezuela, S.A. e a Petrochina. Além disso, foram discutidos os aspectos técnicos da construção da linha ferroviária Tinaco-Anaco, localizada na região central da Venezuela. Lançada neste ano, a linha de 466,7 km resultou de um contrato assinado entre a *China Railway Engineering Corporation* e a Venezuela, no valor de US$ 7,5 bilhões, cujo financiamento seria fornecido pelo FCCV[51]. No mesmo encontro, estabeleceu-se o aumento do número de projetos de cooperação bilateral financiados pelo FCCV e o uso da moeda chinesa como moeda para empréstimos e operações de câmbio, formando assim o Fundo de Longo Prazo para Grandes Volumes (FGVLP) com um montante de 20 bilhões de dólares, com a Venezuela recebendo 50% em dólares americanos e 50% em renminbi[52]. Conjuntamente, o FCCV e o FGVLP tornaram-se os principais instrumentos de cooperação e financiamento entre China e Venezuela.

Em 2011, durante a X Comissão, foram assinados oito acordos de cooperação em setores energético, agrícola, científico-tecnológico, industrial, aeroespacial, cultural e social,

---

[50] Full text: China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean (2008). Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/china/2008-11/06/content_7179488_7.htm> Acesso em: 18/12/2023

[51] Mais informações sobre a Linha Ferroviária Tinaco-Anaco em: <https://www.railway-technology.com/projects/tinaco-anaco-railway-line-venezuela/?cf-view>. Acesso em: 15/12/2023.

[52] China y Venezuela: Una Asociación Estratégica Integral. Informe de Relaciones Bilaterales 2018-2019. Centro Venezolano de Estudios sobre China, jul. 2019. p. 27. Disponível em: <https://cvechina.files.wordpress.com/2019/07/china-venezuela-una-asociacic3b3n-estratc3a9gica-integral.pdf>

totalizando 318 acordos bilaterais. Entre eles: a Carta de Intenções entre a Corporación Eléctrica Nacional (Corpoelec) e a China Electric Power, China Gezhouba Group International Engineering (CGGC) e China Camc Engineering Co. para o Projeto do Sistema de Transmissão Tocoma-Uribante. O projeto consistia na construção de uma linha de transmissão elétrica com extensão de 1.300 quilômetros, interconectando as centrais hidrelétricas de Tocoma, em Bolívar, e Uribante-Caparo, em Táchira, com um investimento de 1.315 milhões de dólares. Além disso, foi firmado um crédito no valor de 4 bilhões de dólares para financiar o Plano de Expansão da Produção da Sinovensa, prevendo a construção de uma usina de 900 megawatts no Condomínio Industrial de Junín, uma usina de 300 megawatts no Complexo Industrial José Antonio Anzoátegui e uma usina de 300 megawatts no complexo de refino de Paraguaná, com conclusão prevista para junho de 2016.

Em 2013, ao final da XII Comissão Mista de Alto Nível entre China e Venezuela, o total de documentos de cooperação firmados entre os dois países alcançou a marca de 390. Entre os acordos mais relevantes assinados nesse ano, destaca-se a renovação das parcelas do Fundo Conjunto China-Venezuela (FCCV), no valor de US$ 5 bilhões, elevando o valor total dos empréstimos para US$ 40 bilhões. Além disso, foi estabelecido um Acordo para a criação de uma joint venture no setor petrolífero entre a PDVSA e a Sinopec, com foco na exploração do Bloco Junín 1, localizado no Cinturão Petrolífero do Orinoco.

No ano seguinte, em uma iniciativa semelhante à de Jiang Zeminm no início dos anos 2000, o presidente chinês Xi Jinping iniciou uma viagem pela América Latina, durante a qual visitou Argentina, Brasil, Cuba e Venezuela (Hiratuka, 2018). Em julho deste ano, as delegações da Venezuela e da China participaram da cerimônia de encerramento da XIII Comissão Mista de Alto Nível, a qual resultou na assinatura de 38 acordos de cooperação nas áreas de energia, finanças, construção de infraestrutura, mineração, agricultura e tecnologia avançada. Além de se destacar como a edição da CMAN com o maior número de acordos firmados, esta comissão foi marcada pela divulgação da "Declaração Conjunta da República Popular da China e da República Bolivariana da Venezuela sobre o Estabelecimento da Parceria Estratégica Abrangente".

Na ocasião, Xi Jinping afirmou que "valorizava as contribuições feitas pelo falecido presidente venezuelano Hugo Chávez para o desenvolvimento de laços bilaterais, e apreciava Maduro por sua herança da política amistosa da antiga liderança em relação à China"[53]. Ainda,

[53] China, Venezuela lift ties to comprehensive strategic partnership. Embassy of the People's Republic of China in Nepal. 24 jul. 2014. Disponível em: <https://www.mfa.gov.cn/ce/cenp//eng/News/t1176441.htm> Acesso em 25/01/2022.

no âmbito das comemorações do 40º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e a Venezuela, Xi anunciou uma proposta para elevar as relações China-Venezuela a uma parceria calcada na "confiança mútua estratégica, [...], benefícios mútuos e resultados vantajosos para ambas as partes, bem como um desenvolvimento comum"[54], segundo a retórica oficial.

Neste mesmo encontro, o Presidente Nicolás Maduro reconheceu que "a chegada de Hugo Chávez ao poder [em 1999] foi um fator determinante para marcar o início de uma agenda renovada de intercâmbios e fluxos de capital que permitiu a expansão desses fluxos" (Castillo, 2020, p. 408, tradução nossa). Em seguida, afirmou que "herdaria a vontade de Chávez e fortaleceria a cooperação com a China em todas as suas vertentes", e que a Venezuela daria "boas-vindas às empresas chinesas para expandir os investimentos em seu país, particularmente na indústria petroquímica e na construção de suas zonas econômicas especiais."[55]

Em janeiro de 2015, durante sua segunda visita de Estado à China, o Presidente Nicolás Maduro participou da primeira Reunião Ministerial do Fórum China-CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), juntamente com seu homólogo chinês, Xi Jinping, e o diretor dos assuntos latino-americanos do Ministério das Relações Exteriores da China, Zhu Qingqiao. A reunião marcou o lançamento oficial do Fórum China-CELAC[56], uma nova plataforma para a cooperação entre as partes, o qual foi inaugurado em 17 de julho de 2014 durante o encontro entre líderes da China e da CELAC em Brasília. Na ocasião, foi aprovado o Plano de Cooperação China-LAC 2015-2019 (Hiratuka, 2018), com a finalidade de reforçar os laços entre a China e a América Latina e Caribe, para além dos laços econômicos já existentes (Niu, 2015, p. 40).

Em agosto de 2015, durante a XIV Comissão Mista de Alto Nível, foram assinados 14 acordos nas áreas de cooperação industrial, agroindustrial, agrícola e de desenvolvimento tecnológico. Na ocasião, ambas as delegações haviam elaborado um Plano de Desenvolvimento

---

[54] China, Venezuela lift ties to comprehensive strategic partnership. Embassy of the People's Republic of China in Nepal. 24 jul. 2014. Disponível em: <https://www.mfa.gov.cn/ce/cenp//eng/News/t1176441.htm>

[55] China, Venezuela lift ties to comprehensive strategic partnership. Embassy of the People's Republic of China in Nepal. 24 jul. 2014. Disponível em: <https://www.mfa.gov.cn/ce/cenp//eng/News/t1176441.htm>

[56] Sua criação foi estabelecida através da Declaração Conjunta sobre a Cúpula China-América Latina e Caribe, na qual as partes declararam o estabelecimento de uma parceria de cooperação integral para benefício mútuo e desenvolvimento comum. Participaram do encontro Chefes de Estado e de Governo, bem como Representantes Especiais do Brasil, China, Costa Rica, Cuba, Equador, Antígua e Barbuda, membros do Quarteto CELAC, além de Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Guiana, México, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, totalizando 33 países neste bloco regional intergovernamental. **Declaração conjunta da Cúpula de Brasília de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe.** Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Brasília, 17 jul. de 2014. Disponivel em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-da-cupula-de-brasilia-de-lideres-da-china-e-de-paises-da-america-latina-e-caribe-brasilia-17-de-julho-de-2014> Acesso em: 26/11/2023

Conjunto para os próximos 10 anos (2015-2025)[57]. Dentre os acordos firmados neste ano, destacam-se: o Programa Especial para um empréstimo de 5 bilhões de dólares para o setor petrolífero nacional venezuelano, o Acordo-Quadro para a Cooperação em Zonas Econômicas Especiais na Venezuela, o Acordo para a instalação do Instituto Confúcio no país andino e o Acordo Bilateral visando a transferência de tecnologia na área de telecomunicações e o desenvolvimento econômico de ambos as partes. Esse acordo inclui a criação de uma indústria de tecnologia avançada e a expansão da joint venture Orinoquia, apoiada pela multinacional chinesa Huawei desde sua fundação.

Em 24 de novembro de 2016, o Ministério das Relações Exteriores da China lançou uma atualização do Livro Branco sobre a América Latina e Caribe (*Policy Paper on Latin America and Caribbean*)[58], publicado pela primeira vez em 2008. Marcando um novo estágio de cooperação abrangente, o documento destacou a visão estratégica da China para a região, alinhada com seu plano geral de desenvolvimento econômico e ampliação de sua projeção global (Hiratuka, 2018). O novo *white paper* não apenas reconheceu que o envolvimento da China com a América Latina e o Caribe é estrategicamente importante para o desenvolvimento da economia chinesa, mas também se referiu explicitamente ao objetivo de promover a "multipolarização", a "reforma da governança global" e o multilateralismo regional (Wigell; Landivar, 2018).

O documento reforça que, desde 2014, as relações sino-latino-americanas têm evoluído para um estágio de cooperação ainda mais abrangente. Esse período tem sido caracterizado por frequentes intercâmbios de alto nível e diálogos políticos intensificados, resultando em um desenvolvimento rápido e diversificado em comércio, investimento, finanças, inovação técnico-científica e outras áreas-chave para a cooperação bilateral. Os intercâmbios culturais e interpessoais também se tornaram cada vez mais próximos, reforçando os laços entre as sociedades. As autoridades chinesas reconhecem que os dois lados também têm se apoiado e coordenado estreitamente em assuntos internacionais. O estabelecimento do Fórum da China e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Fórum China-CELAC), por exemplo, proporcionou uma nova plataforma para a cooperação, facilitando um diálogo contínuo e colaborativo e promovendo iniciativas conjuntas em múltiplos setores.

---

[57] Venezuela y China consolidan alianzas con Plan de Desarrollo Conjunto 2015-2025. Embajada República Bolivariana de Venezuela, . Disponível em: <https://www.venez.pl/venezuela-y-china-consolidan-alianzas-con-plan-de-desarrollo-conjunto-2015-2025/>. Acesso em: 15/01/2024

[58] Full text: China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean (2016). Disponível em: <https://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2016/11/24/content_281475499069158.htm> Acesso em: 18/12/2023

Além de reafirmar princípios fundamentais do documento de 2008—baseados em ‘cooperação’, ‘convivência pacífica’ e ‘benefício mútuo’— o novo *white paper* faz declarações explícitas sobre o princípio de “Uma Só China” como base para firmar e desenvolver relações com os países da região, e apresenta novas propostas e iniciativas que visam modernizar e expandir a política chinesa para a nova era (Wigell; Landivar, 2018; Yang; Lee, 2020). Uma inovação significativa introduzida no novo Livro Branco é a ênfase na cooperação para o desenvolvimento de capacidades produtivas, promovendo uma colaboração mais integrada entre empresas, sociedade e governo. Além disso, o documento propõe o financiamento de projetos por meio de fundos, empréstimos e seguros, com o objetivo de acelerar a cooperação e fortalecer os laços entre os países da região e a China (Bello, 2020).

Manifestando o objetivo chinês de elevar a parceria abrangente e cooperativa a um novo patamar, o governo chinês reafirmou seus compromissos com a estrutura de cooperação nova estrutura de cooperação “1+3+6” (um plano, três motores e seis áreas), apresentada pela primeira vez durante a viagem de Xi Jinping ao Brasil para a Cúpula dos BRICs, em 2014. Esta estrutura utiliza o comércio, os investimentos e a cooperação financeira como forças motrizes endógenas para o avanço das relações entre as nações, ao mesmo tempo em que identifica a energia e recursos, a construção de infraestrutura, a agricultura, a manufatura, a inovação científica e tecnológica, e a tecnologia da informação como prioridades de cooperação (China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean, 2016).

> O **“1” refere-se a “um programa”**, ou seja, elaborar o Programa de Cooperação China-América Latina e Caribe para o período 2015-2019 com a realização de um crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável como objetivo. O **“3” consiste em “três grandes motores”**; utilizando o comércio, investimento e cooperação financeira como motores para promover o desenvolvimento integral da cooperação pragmática entre China e América Latina e Caribe. O **“6” abrange as “seis áreas”, energia e recursos naturais, construção de infraestrutura, agricultura, manufatura, inovação científica e tecnológica, e tecnologia da informação** como áreas prioritárias de cooperação para promover o acoplamento industrial entre China e América Latina e Caribe (Gerdel, 2017b, p. 20, tradução e grifo nossos).

Ao mesmo tempo, o governo chinês prometeu explorar um novo modelo de cooperação “3x3”, apresentado pelo Primeiro-Ministro Li Keqiang durante a Cúpula Empresarial China-Brasil, em maio de 2015. Este modelo está relacionado às áreas de foco acima, referindo-se à construção de conexões de logística, eletricidade e dados para impulsionar a demanda doméstica na região, bem como na expansão dos três canais de financiamento de fundos, empréstimos de crédito e seguros, visando aprimorar o financiamento de projetos bilaterais e a cooperação entre a China e a América Latina e o Caribe como um todo (Wigell; Landivar, 2018;

Wang; Lee, 2020). Como destaca Hiratuka (2018), algumas mudanças são percebidas ao longo do segundo documento, tais como:

> i) a referência no campo das relações comerciais ao estímulo ao intercâmbio de produtos de alto valor adicionado e alta tecnologia; ii) a **menção mais detalhada aos mecanismo de cooperação financeira como o Fundo de Cooperação China-ALC, o Fundo de Investimento para Cooperação Industrial China ALC e os empréstimos voltados para infraestrutura**; iii) na área de cooperação em recursos e energia a referência à necessidade de envolver mais elos da cadeia produtiva como logística e equipamentos, de maneira a melhorar o valor adicionado dos produtos; iv) o **reconhecimento dos projetos de infraestrutura, recursos e energia como base para aumentar as atividades industriais** e de serviços locais (em materiais de construção, produtos metalúrgicos, máquinas e equipamentos, equipamentos ferroviários, equipamentos elétricos e de energia renovável, equipamentos de telecomunicações, indústria automotiva e química) para aumentar o grau de industrialização, o nível de emprego promover o desenvolvimento econômico e social da região; e v) **a inclusão da cooperação na área de tecnologia e inovaçã**o, com referência à indústria de tecnologia de informação, aviação, energia nuclear e novas fontes de energia, além da busca por parcerias em centros de P&D e parques tecnológicos. (Hiratuka, 2018, p. 15-16, grifo nosso)

Em 22 de janeiro de 2018, os países da ALC foram convidados a participar oficialmente da *Belt and Road Initiative* (BRI), ao lado de diversos países da Ásia, Europa e África, após o Ministro das Relações Exteriores Wang Yi declarar a região como uma "extensão natural da Rota Marítima da Seda do Século XXI". Inaugurada em 2013, a BRI foi projetada como projeto transcontinental de política e investimentos de longo prazo que congrega e consolida uma visão abrangente sobre o posicionamento internacional e estratégia chinesa de desenvolvimento para as próximas décadas (Kotz; Ouriques, 2020). Com foco na integração econômica e em investimentos globais para a construção de instalações de infraestrutura na Rota da Seda Marítima (*Maritime Silk Road*) e no Cinturão da Rota da Seda (*Silk Economic Belt*), a iniciativa logo se ramificou para diversas áreas (Kotz; Ouriques, 2020; De Conti; Mozias, 2020).

Em setembro do mesmo ano, durante a XVI Comissão Mista de Alto Nível[59], Nicolás Maduro, sucessor de Hugo Chávez, realizou sua quarta visita de Estado ao país asiático, onde foi recepcionado pelo seu homólogo Xi Jinping no Grande Palácio do Povo Chinês. Na ocasião, foram firmados 28 acordos bilaterais com o objetivo de fortalecer os campos comercial, econômico, agrícola, educacional e cultural de ambas as nações. O encontro também resultou na assinatura de 14 Memorandos de Entendimento, dentre eles, o Memorando de Entendimento sobre a promoção conjunta da construção da Rota da Seda Marítima do Século XXI, além de uma carta de boas-vindas, na qual o Secretário Geral do PCCh enfatizou que a construção

[59]China and Venezuela signed the remaining 14 agreements of the 28 agreed during the High Level Committee. MPPRE, 14 set. 2018. Disponível em: <https://mppre.gob.ve/2018/09/14/china-venezuela-signed-14-agreements-28-high-level-commission/> Acesso em: 15/01/2024

conjunta dessa empreitada iria “contribuir para a definição de um caminho para a cooperação trans pacífica, com o qual os países da CELAC e a China se conectarão progressivamente” (Wenze; Hui, 2020, p. 62).

Em 2023, foi realizada a XVII Comissão Mista de Alto Nível, em solo chinês, com a presença do presidente venezuelano Nicolás Maduro. Ao lado do presidente Xi Jinping, os dois líderes anunciaram, por meio de uma declaração conjunta, que elevariam as relações de seus países para uma “parceria estratégica para qualquer situação” (*all-weather strategic partnership*, em inglês). Essa categoria elevada é reservada pelo governo chinês para parceiros diplomáticos importantes e a Venezuela se torna o primeiro país latino-americano a atingir esse nível, indicando o início a uma nova era de relações bilaterais.

Como demonstrado ao longo desta seção, por meio de visitas oficiais, reuniões de alto nível e a assinatura de projetos e acordos de cooperação, a parceria entre as nações avançou em diversas áreas, incluindo agricultura, infraestrutura, cooperação técnica e, notadamente, no setor de energia, com foco em hidrocarbonetos. Essa colaboração resultou em um aumento significativo dos fluxos comerciais bilaterais entre a China e a Venezuela, além da concessão de empréstimos e investimentos por parte de instituições financeiras chinesas, principalmente durante a primeira década do século XXI, como veremos nas seções seguintes.

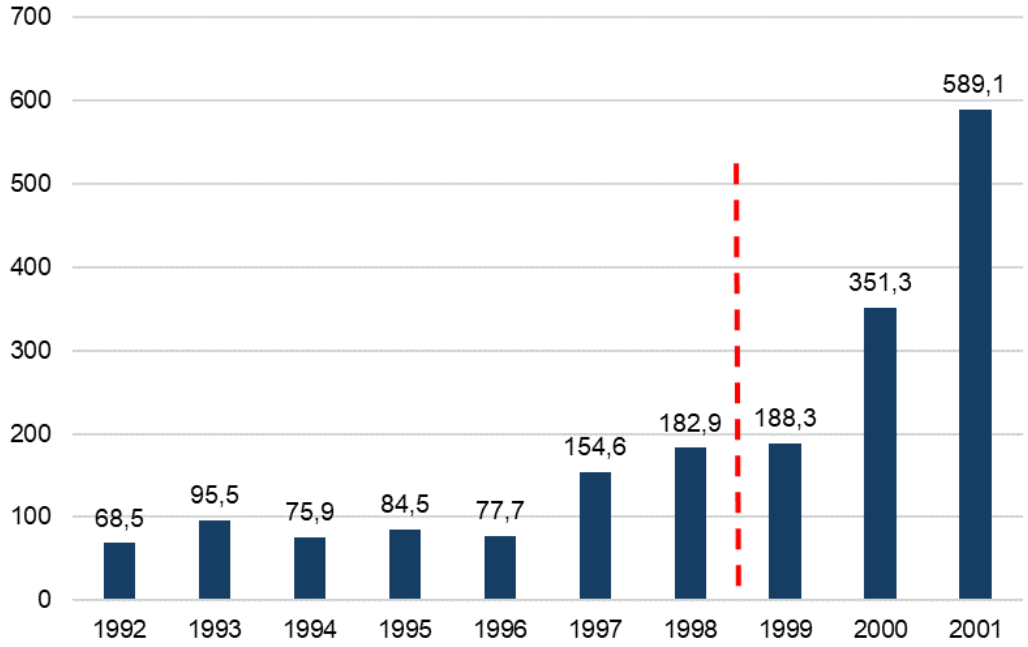
2.2. A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO BILATERAL SINO-VENEZUELANO

Como vimos na seção anterior, do estabelecimento de relações diplomáticas sino-venezuelanas nos anos 1970 até o início do século XXI, as relações da China com a Venezuela permaneceram superficiais, com intercâmbios políticos e comerciais de baixa intensidade, comparativamente à década seguinte (Xu, 2015; To; Acuña, 2018).

Os dados evidenciam uma considerável expansão das relações econômicas sino-venezuelanas após a virada do século. Antes de 1999, o comércio total entre os dois países era inferior a US$ 200 milhões por ano. O ponto mais alto do comércio bilateral no século XX foi em 1998, com um total de US$ 182,8 milhões, resultando em um montante acumulado de US$ 1,279 bilhões entre 1992 e 1999. De 1999 a 2001, houve um aumento de 213% na troca comercial, com superávit na balança comercial para a China e déficit[60] para a Venezuela.

[60] Ressaltamos que as estatísticas oficiais venezuelanas, sobretudo de 1970 até o final do século XX, não incluem registros de exportações de petróleo para a China. China y Venezuela: Una Asociación Estratégica Integral. Informe de Relaciones Bilaterales 2018-2019. Centro Venezolano de Estudios sobre China, jul. 2019. p. 05. Disponível em: <https://cvechina.files.wordpress.com/2019/07/china-venezuela-una-asociacic3b3n-estratc3a9gica-integral.pdf>

Gráfico 3 - Troca comercial entre China e Venezuela (em milhões de dólares)



Fonte: Elaborado pela autora com dados do Centro Venezolano de Estudios sobre China (2019)

O desenvolvimento da relação econômica bilateral entre China e Venezuela pode ser caracterizado em três estágios distintos: um crescimento tênue e constante de 1974 até o início do novo milênio, uma expansão exponencial de 2006 a 2014, e um declínio e estagnação a partir de 2015. Esse crescimento nas relações comerciais e o aumento expressivo no volume de comércio desde a virada do século podem ser atribuídos a vários fatores políticos e econômicos. Como veremos com mais detalhes no Capítulo 3, a estratégia de segurança energética da China associada à diversificação dos suprimentos de energia, fomentou uma maior aproximação com a Venezuela para promover interesses comerciais no setor petrolífero doméstico, marcando um ponto de virada no relacionamento sino-venezuelano.

No início da primeira década do século XXI, a China lançou a política de *Going Out*. Iniciada em 1998, a estratégia visava promover a expansão e internacionalização de empresas chinesas por meio de uma política de investimentos no exterior, visando o acesso a recursos naturais estratégicos e a diversificação de suas fontes de energia. Em 2001, essa política foi incorporada no 10º Plano Quinquenal correspondente ao período 2001-2005 (Rodrigues, 2020; Kotz; Ouriques, 2020; Medina, Oraa, 2024). Em 2002, com a chegada de novos dirigentes ao Politburo, representados por Hu Jintao e pelo primeiro-ministro Wen Jiabao, a estratégia foi formalmente registrada no relatório do 16º Congresso do Partido Comunista Chinês,

inaugurando oficialmente a estratégia *Going Out* ou *Going Global* (Zhang, 2005; Vadell; Brutto; Leite, 2020). Como descreve Vasquez (2019),

> A estratégia *Going Out* foi a consolidação de uma abordagem que vinha sendo desenvolvida há décadas na China. **No caso dos hidrocarbonetos, as autoridades chinesas perceberam que a lacuna interna entre o consumo e a produção era insustentável a longo prazo e, portanto, a busca por novas fontes de petróleo e gás em todo o mundo tornou-se uma prioridade central.** Após [seu] lançamento, as empresas petrolíferas estatais chinesas iniciaram uma campanha agressiva para adquirir áreas de petróleo e gás no exterior (Vasquez, 2019, tradução e grifo nossos).

Com o lançamento da estratégia *Going Global* e a subsequente adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, o país se firmou como um ator central no comércio internacional, exercendo influência significativa na oferta e demanda globais de commodities (Castillo, 2020). Essa crescente demanda chinesa impactou diretamente o aumento dos fluxos comerciais com a América Latina, além de impulsionar os preços internacionais das commodities primárias, consolidando a China como um "polo autônomo de demanda" para os países da região (Medeiros; Cintra, 2015, p. 41).

Enquanto isso, na Venezuela, em fevereiro de 1999, Hugo Chávez assumia a presidência, pondo fim a quarenta anos de regime puntofijista[61]. O novo governo venezuelano marcou uma transição significativa na política econômica e no posicionamento diplomático do país, que até então mantinha relações preferenciais com a Europa e os Estados Unidos (Castillo, 2020). Inicialmente, houve uma certa continuidade na política externa tradicional da Venezuela, mas as mudanças implementadas por Chávez tornaram-se progressivamente mais evidentes, especialmente com a promoção da cooperação e integração regional, além da diversificação das relações com nações não-tradicionais. Além das mudanças de concepção das políticas petrolífera e externa adotadas, dentre elas a internacionalização da PDVSA e à utilização do petróleo como fonte de barganha (Senhoras; Gama Neto, 2009; Weber, 2020) Chávez buscou diversificar as exportações de petróleo, reduzindo a dependência estrutural e histórica em relação a Washington (Piña, 2019; Castillo, 2020). Observamos, assim, a reorientação das relações com os Estados Unidos e a posterior aproximação com países do eixo Sul-Sul, em particular com a China (Barros, 2006; De Souza, 2015). Diante desse cenário, os dados evidenciam mudanças significativas no volume de comércio entre a Venezuela e a China.

Nos primeiros anos da década de 2000, os laços econômicos e comerciais entre China e Venezuela avançaram significativamente, especialmente após a terceira visita de Hugo Chávez

[61]Assinado em 1958, após a queda do ditador Marcos Pérez Jiménez (1952-1958), o Pacto de Punto Fijo consistia em um acordo de alternância de poder entre os principais grupos políticos do país: a Ação Democrática (AD), o Comitê de Participação Política Eleitoral Independente (Copei) e a União Republicana Democrática - que não disputava efetivamente o poder. (De Souza, 2015)

à Pequim em dezembro de 2004, comemorando o 30º aniversário das relações diplomáticas entre as duas nações. Durante essa visita de Estado, o presidente venezuelano e o líder chinês Hu Jintao assinaram oito acordos de cooperação econômica e tecnológica, construção de infraestrutura, energia e agricultura. Chávez também declarou publicamente o reconhecimento da China como economia de mercado[62] e reiterou sua adesão à política de "uma só China"[63]. Este posicionamento tornou-se uma força motriz nas relações bilaterais, essencial para a cooperação energética a longo prazo, iniciando projetos de exploração mineral e grandes projetos de infraestrutura nos setores agrário, energético e de mineração.

> **A PDVSA declarou, em agosto de 2005, que as exportações venezuelanas para a China provavelmente atingiriam 300.000 barris por dia de petróleo bruto e produtos petrolíferos em um futuro próximo e que ambos os governos estavam trabalhando para atingir essa meta**. Essa era uma meta agressiva. De acordo com relatórios da PDVSA, as exportações de petróleo da Venezuela para a China atingiram 12.300 barris por dia em 2004 e uma média de 68.800 barris por dia no primeiro semestre de 2005 (Palacios, 2008, p. 182, tradução e grifo nossos).

A partir de 2006, observamos uma rápida e notável expansão do comércio bilateral, impulsionada principalmente pelo aumento nos preços do petróleo. Neste ano, durante a quarta visita oficial do presidente Chávez à China, após a assinatura de 12 acordos energéticos, o presidente venezuelano destacou: "a China é um dos maiores consumidores de petróleo do mundo, enquanto a Venezuela é um dos maiores produtores, portanto, os dois países são absolutamente complementares"[64]. Em relação a complementariedade de recursos naturais baseada no petróleo, o assessor do Banco de Desenvolvimento da China para a Venezuela, Li Kegu, resumiu a lógica das relações quando disse: "Nós (China) temos muito capital e faltam recursos, eles têm muitos recursos e faltam capital, então é complementar"[65].

O ano de 2007 marcou um "ponto de virada no relacionamento econômico bilateral" (Reyes Vázquez, 2020), após a nacionalização do Cinturão do Orinoco[66], principal reserva

---

[62] Venezuela Recognizes China's Full Market Economy Status. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. 24 dez. 2024. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/eng/gjhdq_665435/3447_665449/3538_665158/3539_665160/202406/t20240612_11429034.html>

[63] Hu, Chavez see deals inked. Embassy of the People's Republic of China in the Kingdom of Lesotho. 24 dez. 2024. Disponível em: <http://ls.china-embassy.gov.cn/eng/sgdt/200412/t20041224_6671450.htm>

[64] VENEZUELA Y CHINA CONCRETAN PROYECTOS ENERGÉTICOS PARA EL DESARROLLO DE SUS PUEBLOS. PDVSA, 24 ago. 2006. Disponível em:<http://www.pdvsa.com/index.php?option=com_content&view=article&id=1747:2935&catid=10&Itemid=589&lang=es> Acesso em 22/03/2024

[65] Charlie Devereux, "China Bankrolling Chavez's Re-Election Bid with Oil Loans," Bloomberg, 26 set. 2012. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2012-09-25/china-bankrolling-chavez-s-re-election-bid-with-oil-loans>. Acesso em: 23/12/2023

[66] Em 2007, Hugo Chávez decretou a nacionalização do cinturão de petróleo do Orinoco, região que detém as maiores reservas de hidrocarbonetos líquidos do mundo. A medido pôs fim ao processo de privatização da empresa estatal venezuelana, ao estabelecer que 60% do capital social deveria ser mantido nas mãos do Estado, "ratificando

petrolífera venezuelana, e a assinatura do primeiro "empréstimo por petróleo", que será detalhado na seção 2.3. Em 2008, o volume total de comércio bilateral atingiu US$ 9,85 bilhões, representando um aumento de quase 70% em relação ao ano anterior, com um superávit de US$ 3,2 bilhões para a Venezuela.

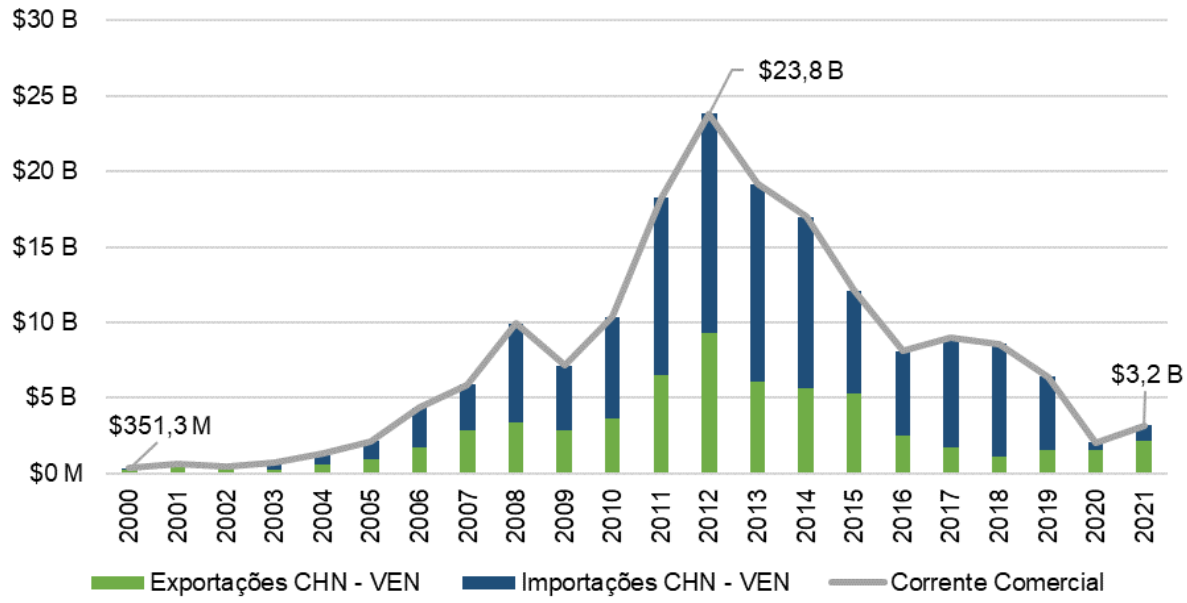
No entanto, diante da queda nos preços do petróleo, que despencaram de mais de US$ 147 por barril[67] (em junho de 2008) para US$ 33,36 por barril[68] (em dezembro de 2009), como resultado da crise financeira internacional, a economia venezuelana enfrentou uma forte recessão. Apesar das adversidades, o comércio bilateral entre China e Venezuela retomou o crescimento no ano seguinte e, em 2012, o comércio total (exportação + importação) ultrapassou a marca histórica de US$ 20 bilhões, representando o ápice das trocas comerciais entre os dois países. Nesse ano, as exportações chinesas para a Venezuela totalizaram US$ 9,3 bilhões, enquanto as importações chinesas de produtos primários venezuelanos somaram US$ 14,5 bilhões, dos quais US$ 12 bilhões eram provenientes das exportações de petróleo (ver Gráfico 4). Em termos percentuais, esse valor representava 95% das importações chinesas da Venezuela em 2012.

o caráter soberano da política petrolífera implementada pelo Governo Revolucionário"[#], dado que antes de sua promulgação, empresas transnacionais possuíam maioria acionária nas operações localizadas no maior reservatório de petróleo do mundo. Ministerio del Poder Popular del Petróleo. Notícias. Disponível em: <http://www.minpet.gob.ve/index.php/es-es/comunicaciones/noticias-comunicaciones/49-noticias-del-ano-2020/1250-decreto-5-200-trece-anos-de-la-materializacion-de-la-nacionalizacion-de-la-faja-petrolifera-del-orinoco-hugo-chavez-1> Acesso em: 21/12/2023

[67] https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/10/081015_venezuela_petroleo_pib_cj_cq

[68] https://exame.com/economia/precos-do-petroleo-se-aproximam-do-fundo-do-poco-de-2008/

Gráfico 4 - Série histórica do comércio China-Venezuela, 2001-2021 (US$)



Fonte: Elaborado pela autora com dados da UN Comtrade

Nos anos seguintes, a desaceleração do comércio global e do crescimento econômico chinês em 2012-2013 contribuiu para uma queda substancial no preço das commodities importadas da América Latina e do Caribe. Como resultado, as trocas comerciais entre China e Venezuela começaram a estagnar. A partir de 2014[69], o fim do boom das commodities impactou negativamente as exportações venezuelanas, tanto em quantidade quanto em valor. A relação comercial sino-venezuelana entrou então em seu terceiro estágio, caracterizado por um declínio acentuado no comércio e uma redução significativa nas exportações de petróleo nos anos subsequentes. Os dados mostram que o volume de comércio em 2019 totalizou US$ 6,4 bilhões, dos quais US$ 4,9 bilhões foram exportações venezuelanas e US$ 1,5 bilhão foram importações chinesas. Em 2021, o comércio total diminuiu para cerca de US$ 3,2 bilhões[70], com US$ 997 milhões em exportações venezuelanas e US$ 2,2 bilhões em importações, registrando um déficit comercial para a Venezuela pelo segundo ano consecutivo.

[69] "Durante a década de 2000, e especialmente a partir de 2003, os países latino-americanos enfrentaram um ambiente externo muito positivo. Primeiro, [...] os preços reais das commodities tiveram um aumento acentuado entre 2003 e 2008. Após uma queda durante a crise do Atlântico Norte, eles atingiram um novo pico em 2011. Embora o índice tenha caído entre 2012 e 2016 para as commodities não petrolíferas e entre 2014 e 2016 para o petróleo, os níveis de 2016 ainda estavam acima daqueles alcançados entre meados da década de 1980 e o início dos anos 2000 (Ocampo; Bastin; Reis, 2018)

[70] Os dados do OEC indicam que, em 2021, a Venezuela exportou US$ 843 milhões para a China. No entanto, a base de dados da UN Comtrade indica que, no mesmo ano, o valor corresponde a US$ 997,8 milhões.

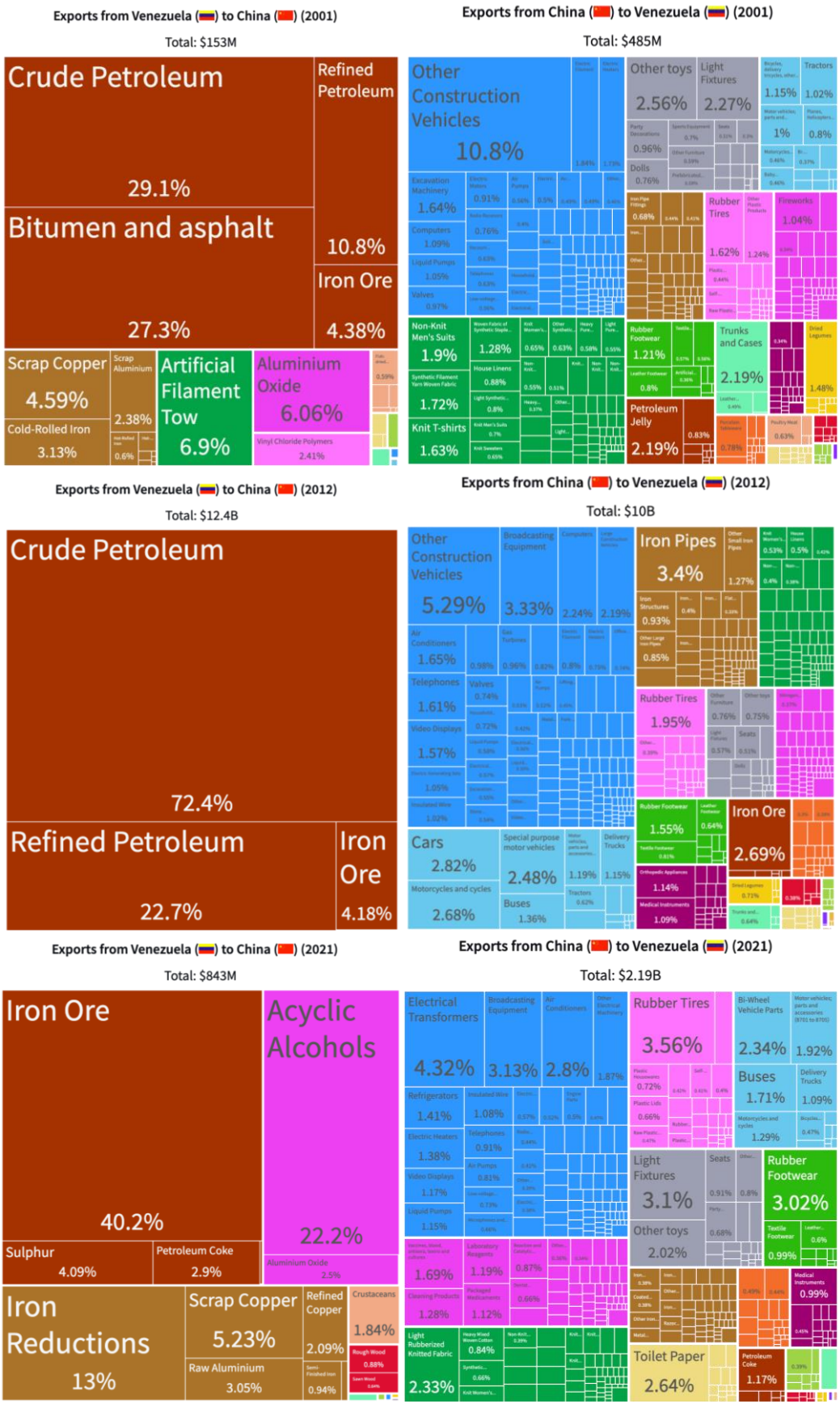
Observamos, portanto, que o interesse da China na Venezuela coincidiu com a ambição venezuelana de diversificar seus mercados de exportação de petróleo. O boom e o potencial energético da nação caribenha, associados a uma política externa baseada tanto na retórica anti-imperialista quanto na expansão das relações comerciais com países e regiões do Sul global, destacaram-se como fatores-chave na aproximação entre os dois países.

> Um dos aspectos mais relevantes da presença da China na América Latina tem sido o seu interesse nas matérias-primas e na produção de alimentos da região, por um lado, e como um mercado potencial para seus produtos e mercadorias, por outro. No caso da Venezuela, por ser um país produtor de petróleo e gás, rico em minerais estratégicos e terras férteis para a agricultura, a direção do intercâmbio já estava bem definida, especialmente no setor energético (Molina Media, 2018, p. 91, tradução nossa).

Esse contexto resultou em um crescimento expressivo do comércio sino-venezuelano. No período entre 2000 e 2021, as exportações venezuelanas para a China totalizaram aproximadamente US$ 110 bilhões, enquanto as importações venezuelanas provenientes da China atingiram US$ 60,6 bilhões, gerando um volume total de comércio de cerca de US$ 170 bilhões. Até 2019, a balança comercial permaneceu favorável à Venezuela, devido ao superávit gerado principalmente pelas exportações de petróleo.

No que diz respeito ao padrão de especialização das exportações venezuelanas desde a virada do século, uma análise dos dados fornecidos pelo *The Observatory of Economic Complexity* (OEC) evidencia que, a China conseguiu diversificar amplamente sua pauta exportadora ao longo do tempo, fortalecendo sua presença global com produtos manufaturados e tecnológicos, enquanto a Venezuela passou por um processo de acentuada “primarização” da sua pauta exportadora. Esse fenômeno se caracteriza pela dependência crescente de exportações de produtos primários, especialmente petróleo e seus derivados, sem uma correspondente diversificação em outras áreas da economia. Para uma compreensão mais precisa dessa trajetória, destacamos três marcos temporais: 2001, 2012 e 2021.

Figura 3 - Evolução do comércio bilateral China-Venezuela (2001, 2012, 2021)



Fonte: The Observatory of Economic Complexity

Ao comparar os perfis de exportação de Venezuela e China, os dados revelam um padrão de especialização bastante assimétrico. Enquanto a pauta exportadora venezuelana é amplamente dominada por commodities energéticas e minerais, a China se destaca pela diversificação de suas exportações, majoritariamente compostas por produtos industriais e tecnológicos. Durante o boom das commodities, a relação comercial sino-venezuelana proporcionou ganhos econômicos para ambas as partes: a China assegurou o acesso a um mercado-chave para o petróleo, essencial para sustentar seu acelerado crescimento econômico e suprir a crescente demanda interna, e a Venezuela conseguiu diversificar seus destinos de exportação, reduzindo sua dependência do mercado dos Estados Unidos e garantir linhas de crédito e financiamento em grande parte garantidos por suas exportações de petróleo.

No entanto, a médio e longo prazo é possível observar a reprodução de um "padrão de comércio tipicamente inter-industrial" (Hiratuka, 2018), em que a Venezuela se especializa na exportação de recursos naturais, enquanto importa bens manufaturados de maior valor agregado da China. Esse cenário evidencia a intensificação do processo de primarização da economia venezuelana, tornando-a extremamente sensível às oscilações nos preços globais de commodities, em especial do petróleo. Como argumenta Xiang (2008), apesar da retórica oficial do governo chinês enfatizar a ideia de cooperação Sul-Sul em suas relações com a América Latina, a dinâmica comercial entre a China e a região revela um padrão que se assemelha mais a um modelo de relações Norte-Sul. Nesse modelo, o comércio e os investimentos chineses são amplamente direcionados para setores de energia e recursos naturais, reforçando a especialização primária das economias latino-americanas e perpetuando sua dependência de exportações de baixo valor.

Os dados também indicam que, até 2012, as exportações de petróleo bruto e refinado ocupavam a posição central na pauta exportadora da Venezuela para a China. No entanto, em 2021, houve uma mudança significativa, com o aumento das exportações venezuelanas de minério de ferro para o mercado chinês. Como veremos, esse cenário é resultado de uma confluência de fatores que serão analisados com maior profundidade na próxima seção.

2.3. EMPRÉSTIMOS POR PETRÓLEO: "UM INSTRUMENTO FINANCEIRO SIMILAR A UM FUTURO"[71]

Como abordado na seção anterior, uma das dimensões fundamentais da relação sino-venezuelana é o comércio exterior, amplamente pautado pelas exportações de petróleo venezuelano para a China. Inicialmente, esse aspecto foi impulsionado pelo interesse venezuelano em diversificar suas exportações de petróleo e reduzir sua dependência histórica de Washington, enquanto a China buscava diversificar suas fontes de fornecimento de energia, garantindo um suprimento constante de petróleo para reduzir sua vulnerabilidade energética. Conforme a Venezuela reorientava suas relações com Washington e se aproximava de países do eixo Sul-Sul, especialmente a China, surgiram múltiplos incentivos para que as companhias estatais chinesas atuassem no mercado de hidrocarbonetos venezuelano. Esse movimento atendia ao objetivo central da política externa chinesa de garantir uma presença estratégica em áreas promissoras de petróleo e gás na América Latina (Ríos, 2009; Vasquez, 2019; Castillo, 2020; Nunes, 2020). Outra dimensão crucial da relação sino-venezuelana é a exportação de capital, principalmente por meio de empréstimos, conforme será detalhado nesta seção.

A chegada do financiamento chinês à América Latina coincidiu com a crise financeira global de 2007-2008, que afetou profundamente economias ocidentais. Nesse cenário, a China se posicionou estrategicamente como uma alternativa viável de recursos para países latino-americanos, que se encontravam vulneráveis devido à sua dependência das instituições financeiras ocidentais. Este movimento não só consolidou a presença chinesa na região, mas também redefiniu os termos de engajamento econômico e político. No caso venezuelano, essa dinâmica foi ainda mais acentuada. Entre 2006 e 2007, o governo venezuelano tomou medidas decisivas para se desvincular dos organismos multilaterais de financiamento, buscando reduzir sua dependência de fontes tradicionais de crédito. A entrada de capital chinês nesse momento foi crucial, permitindo à Venezuela manter suas políticas internas enquanto estreitava laços com uma potência emergente no cenário global (Piña, 2019).

Diante desse cenário, outra dimensão crucial da relação sino-venezuelana é a exportação de capital, principalmente por meio de empréstimos, conforme será detalhado nesta seção. Esta estrutura financeira envolve a criação de dois mecanismos financeiros chave: o Fundo Conjunto de Cooperação China-Venezuela (FCCV) e o Fundo de Longo Prazo para Grandes Volumes

[71] "The figure of loan-for-oil was meant to be a financial instrument similar to a future" (Reyes Vázquez, 2020, p. 37, tradução nossa).

(FGVLP). Além disso, destaca-se a parceria entre empresas petrolíferas estatais chinesas, como a China National Petroleum Corporation (CNPC) e a China Petroleum & Chemical Corporation (Sinopec)[72], e a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), principal entidade da diplomacia petrolífera venezuelana.

Como mencionado na seção 2.1, as empresas chinesas do setor de energia estão presentes na Venezuela desde meados da década de 1990, assegurando ativos de petróleo e gás e operando em diversos campos petrolíferos. Em 1997, através da assinatura de um acordo bilateral para a exploração conjunta de petróleo, a CNPC se envolveu no desenvolvimento dos campos petrolíferos de Caracoles, na bacia do leste da Venezuela, e de Intercampo, localizado no Lago Maracaibo, com um investimento inicial de US$ 358 milhões. Este acordo marcou o início dos primeiros projetos da empresa chinesa no país. Nos anos seguintes, as duas gigantes chinesas do setor de energia, CNPC e Sinopec, ampliaram seus investimentos na Venezuela, firmando novas *joint ventures* para a exploração e produção de petróleo (Blanchard, 2016; Xu, 2015).

A cooperação energética entre a Venezuela e a China teve início em 2001, com a assinatura do "Memorando de Entendimento sobre Cooperação Energética Decenal, 2001-2011". Nesse mesmo ano, foram firmados os primeiros acordos de cooperação de crédito entre os dois países, quando a China National Petroleum Corporation (CNPC) e a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) firmaram um acordo para a produção de "Orimulsão"[73]. Esse acordo representou uma nova fase nas relações bilaterais, baseada não apenas no intercâmbio comercial, mas também por meio de acordos para a concessão de linhas de crédito em troca de petróleo e derivado caracterizada não apenas pelo intercâmbio comercial, mas também pela implementação de acordos de crédito vinculados ao fornecimento de petróleo e seus derivados. Essas iniciativas marcaram o início de uma cooperação que viria a moldar a dinâmica econômica e energética entre a China e a Venezuela ao longo das décadas seguintes (Palacios, 2008; Cardona, 2016; Piña, 2019).

> Segundo os acordos assinados em Pequim**, em dezembro de 2004, e em Caracas, em janeiro de 2005, a China se comprometeu a desenvolver quinze campos**

[72] Cabe destacar que, no cerne da relação com a China, estão as grandes companhias estatais, como a Sinopec, China National Petroleum Corp (CNPC) e Petrochina - que controlam em grande medida as decisões de investimentos externos no setor energético -, e os grandes bancos de desenvolvimento públicos, especialmente o Banco de Desenvolvimento Chinês do Banco de Exportação e Importação da China, responsáveis por grande parte dos investimentos e financiamentos concedidos à Venezuela (Kaplan; Penfold, 2019).

[73] Orimulsão é um combustível derivado do betume, uma forma extremamente viscosa de petróleo extra-pesado encontrado principalmente na Faixa Petrolífera do Orinoco, na Venezuela, e seu nome é uma combinação de "Orinoco" e "emulsão", refletindo seu processo de produção. Este combustível foi desenvolvido pela PDVSA (Petróleos de Venezuela S.A.) como uma maneira de comercializar as reservas de petróleo do país, que são difíceis de refinar e mais caras em relação aos demais tipos de petróleo no mercado internacional.

> **petrolíferos em declínio em Zumano, no leste da Venezuela** (as reservas são estimadas em 400 milhões de barris de petróleo bruto e 3 trilhões de pés cúbicos de gás natural), a comprar 120.000 barris de petróleo por mês e a construir uma fábrica na Venezuela para produzir o combustível de caldeira usado nas usinas elétricas chinesas (Cheng; Shi, 2008, p. 108, tradução e grifo nossos).

Em agosto de 2006, durante o encontro do presidente venezuelano Hugo Chávez com seu homólogo chinês Hu Jintao e o vice-presidente chinês Xi Jinping, a CNPC e a Sinopec assinaram uma série de acordos de cooperação energética para a constituição de *joint venture* em campos localizados na área de Zumano, distrito operacional de San Tomé, Estado de Anzoátegui. Tais empresas, "concordaram em investir conjuntamente US$5 bilhões em projetos de exploração e produção de petróleo na Venezuela", com o objetivo de aumentar as exportações de hidrocarbonetos para a China (Cheng; Shi, 2008, p. 110). Em seguida, foi firmado um acordo de desenvolvimento conjunto entre a subsidiária da PDVSA, Corporación Venezolana de Petróleo (CVP), e a CNPC para desenvolver o bloco de petróleo bruto pesado Junin-4 no cinturão petrolífero de Orinoco74, região que detém as maiores reservas de hidrocarbonetos líquidos do mundo75 (Xu, 2015). Neste ano, o país caribenho "tornou-se o nono maior fornecedor de petróleo à China, com uma exportação diária de 90.100 barris de petróleo cru, um aumento de 311% em relação aos 21.900 barris por dia (bpd) exportados em 2005" (Cheng; Shi, 2008, p. 108-9, tradução nossa).

> A CNPC já havia assinado um memorando de entendimento com a Venezuela para esse bloco para a certificação de reservas no início de 2005. [...] A CNPC também obteve direitos de produção de petróleo mais convencional nos campos de Caracoles e Intercampo, que são anteriores à era Chávez, pois foram atribuídos durante a terceira rodada de leilões de 1997. A Venezuela estima que a produção nos campos de Intercampo e Caracoles seja de 25.000 barris por dia, o que dá à CNPC 1% da produção de petróleo da Venezuela em 2005. Como outros investidores na Venezuela, os chineses tiveram que converter esses direitos operacionais em empresas conjuntas com a PDVSA em 2006. Em setembro de 2005, foi assinado um acordo entre a PDVSA e a CNPC para expandir as operações de petróleo convencional. O acordo se concentrou no desenvolvimento do campo de Zumano, que a PDVSA estima que poderia produzir até 50.000 barris por dia, mas esse acordo ainda está em fase de definição. A Sinopec também assinou seu primeiro contrato em agosto de 2006 para a produção de petróleo no campo de Posa, no Golfo de Paria. (Palacios, 2008, p. 184-185)

Por sua vez, o Ministro de Energia e Petróleo e Presidente da PDVSA, Rafael Ramírez, afirmou que assinatura de tais acordos com a China reitera os importantes investimentos realizados na Venezuela e consolida os esforços do país para a diversificação de mercados,

---

74 *Oil & Gas Journal.* 2007. Disponível em: <https://www.ogj.com/exploration-development/article/17286254/cnpc-pdvsa-reach-jv-deal-for-orinoco-exploration> Acesso em: 01/03/2022.

75 *Oil & Gas Journal.* 2007. Disponível em: <https://www.ogj.com/exploration-development/article/17286254/cnpc-pdvsa-reach-jv-deal-for-orinoco-exploration> Acesso em: 01/11/2022

cooperação integracionista e posicionamento geoestratégico[76]. Dentre os acordos assinados, destaca-se o acordo comercial entre a CNPC e a PDVSA para a aquisição de 13 plataformas de perfuração de poços, fortalecendo a exploração e produção no país. Esse acordo também incluiu o treinamento de 195 venezuelanos na China, com o objetivo de apoiar a fabricação de sondas de perfuração no território venezuelano sob licença chinesa. Com a disposição de ambas as nações de aumentar as entregas de hidrocarbonetos para o país asiático de 150.000 para 300.000 barris por dia, a PDVSA e a China National United Oil Corporation (CNUOC) assinaram um contrato para o fornecimento de 8 milhões de barris de petróleo bruto ao país asiático entre setembro e dezembro de 2006.

> **Em termos de exploração e produção, a Corporación Venezolana de Petróleo (CVP), uma subsidiária da PDVSA, assinou um acordo de cooperação com a CNPC para o desenvolvimento conjunto do Bloco Junín 4 no Cinturão Petrolífero do Orinoco**, que atualmente está em processo de quantificação e certificação de reservas. As perfurações de avaliação nesse bloco começarão em outubro de 2006 e serão concluídas no segundo trimestre de 2007. Espera-se que a produção atinja 200.000 barris por dia até 2010. A **PDVSA e a CNPC também assinaram os respectivos Memorandos de Entendimento para a formação de Joint Ventures** com o objetivo de operar os campos de Caracoles e Intercampo Norte; desenvolver o campo de Zumano e promover a criação de equipes de serviços de engenharia e a adaptação de poços de petróleo, incluindo o treinamento de pessoal venezuelano (PDVSA, 2016)[77].

Em novembro de 2007, durante a 6ª Comissão Conjunta de Alto Nível realizada em Caracas, foi assinado o acordo para a criação do Fundo Conjunto China-Venezuela (FCCV), envolvendo importantes instituições financeiras, como o Banco Chinês de Desenvolvimento (CDB), o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social da Venezuela (BANDES) e o Fundo de Desenvolvimento Nacional (FONDEN), e duas empresas responsáveis pela comercialização de petróleo, a China National Petroleum Corporation (CNPC) e a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA). Convencionado como o principal mecanismo financeiro das relações econômicas e comerciais entre as duas nações[78], o FCCV institucionalizou o investimento chinês no país e consolidou as bases para o desenvolvimento a longo prazo da aliança estratégica sino-venezuelana. Como ressalta Reyes Vázquez (2020, p. 36-37, tradução nossa), o Fundo Conjunto

---

[76] VENEZUELA Y CHINA CONCRETAN PROYECTOS ENERGÉTICOS PARA EL DESARROLLO DE SUS PUEBLOS. PDVSA, 24 ago. 2006. Disponível em:<http://www.pdvsa.com/index.php?option=com_content&view=article&id=1747:2935&catid=10&Itemid=589&lang=es> Acesso em 22/03/2024

[77] VENEZUELA Y CHINA CONCRETAN PROYECTOS ENERGÉTICOS PARA EL DESARROLLO DE SUS PUEBLOS. PDVSA, 24 ago. 2006. Disponível em:<http://www.pdvsa.com/index.php?option=com_content&view=article&id=1747:2935&catid=10&Itemid=589&lang=es> Acesso em 22/03/2024

[78] China y Venezuela: Una Asociación Estratégica Integral. Informe de Relaciones Bilaterales 2018-2019. Centro Venezolano de Estudios sobre China, jul. 2019. p. 11. Disponível em: <https://cvechina.files.wordpress.com/2019/07/china-venezuela-una-asociacic3b3n-estratc3a9gica-integral.pdf>

fomentou um crescimento expressivo da cooperação bilateral e marcou um "ponto de virada" em termos de volume e escopo do investimento chinês no país andino.

Ambos os governos estabeleceram um mecanismo contínuo de financiamento voltado para o suporte de curto prazo em questões produtivas e sociais. Um dos principais instrumentos nesse contexto é o Fundo de Desenvolvimento China-Venezuela, inicialmente criado com uma contribuição de 60% do Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e 40% do Banco Nacional de Desenvolvimento da Venezuela (BANDES). Conhecido também como *Fondo Pesado*, este fundo foi concebido como um mecanismo de empréstimo dividido em três faixas, ou "tranches"[79], renováveis (Xu, 2015).

Para assegurar o acesso aos recursos petrolíferos no exterior e sustentar sua economia em rápida expansão, a China desenvolveu um novo mecanismo financeiro bilateral. Nesse arranjo, os bancos estatais chineses concediam empréstimos multimilionários de longo prazo em troca da garantia de fornecimento de uma quantidade específica de barris de petróleo dos países exportadores de hidrocarbonetos (Wang; Li, 2016). Na análise das condicionalidades vinculadas aos empréstimos chineses, Cardona (2016) observou que os contratos especificavam que parte dos recursos deveria ser destinada ao desenvolvimento de projetos conjuntos, o que resultou na criação de diversas empresas petrolíferas sino-venezuelanas e na entrada de outras empresas chinesas no mercado venezuelano. Esses projetos abrangeram áreas como agricultura, infraestrutura e telecomunicações, além do fornecimento de insumos essenciais para a produção de petróleo. Dentre as demais condicionalidades desses empréstimos, exigia-se a garantia de contratos para empresas chinesas, o uso de tecnologia chinesa – incluindo máquinas e equipamentos para perfuração – e a compra de matérias-primas provenientes da China, promovendo a expansão da influência econômica e tecnológica da China na Venezuela[80].

Em relação às joint ventures, embora os acordos tenham possibilitado a entrada das NOCs chinesas no mercado venezuelano de hidrocarbonetos, Cardona (2016) relata que a política de Soberania Total do Petróleo na Venezuela impõe um grande obstáculo ao controle direto da China sobre os recursos. De acordo com a Constituição da Venezuela[81], todas as ações da Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) são de propriedade estatal, em conformidade com a

[79] No contexto de investimentos e empréstimos, "tranche" refere-se a uma parcela ou segmento específico de um empréstimo ou investimento que faz parte de uma série maior de pagamentos ou financiamentos. Por exemplo, um empréstimo pode ser concedido em várias "tranches", onde cada tranche é liberada em um momento diferente, dependendo de certas condições ou metas serem cumpridas.

[80] The China Deals: Agreements that have undermined Venezuelan democracy. Transparencia Venezuela, ago. 2020. Disponível em: https://transparenciave.org/wp-content/uploads/2020/10/The-China-Deals-Transparencia-Venezuela-oct-2020.pdf

[81] LEY ORGÁNICA DE HIDROCARBUROS. PDVSA. Disponível em: <http://www.pdvsa.com/images/pdf/marcolegal/LEY_ORGANICA_DE_HIDROCARBUROS.pdf>

estratégia nacional. Assim, a PDVSA opera sob a supervisão do Estado venezuelano e segue as diretrizes estabelecidas em Planos Nacionais de Desenvolvimento e nas políticas e estratégias para o setor de hidrocarbonetos emitidas pelo Ministério de Energia e Petróleo. Esta regulamentação impede que empresas estrangeiras possuam participação majoritária. No entanto, apesar dessas restrições, o governo chinês conseguiu inserir suas empresas no mercado venezuelano, condicionando o desenvolvimento de muitos projetos à sua participação e aos termos estabelecidos pelos contratos.

No que se refere à troca de pagamentos, o fluxo de transações ocorria da seguinte maneira: Banco Chinês de Desenvolvimento (CDB) transferia fundos para o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social da Venezuela (BANDES), responsável pela administração do fundo. A Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) vendia petróleo para a China National Petroleum Corporation (CNPC), que então depositava o pagamento pelo petróleo bruto nas contas do BANDES no CDB, a fim de cobrir o principal do empréstimo, os juros e outros valores devidos.

> A Lei nº 39.511 que aprova acordo entre a Venezuela e a China sobre a "Cooperação para Financiamento de Longo Prazo" foi assinada em 2010, estabelecendo que o CDB garantisse ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social da Venezuela (Bandes) linha de crédito de US$ 10 bilhões e mais RMB$ 70 bilhões, com duração é de até dez anos e pagamento em venda de barris de petróleo da Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA) para a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) Nesse contexto, a Venezuela comprometeu-se, através da PDVSA, a vender petróleo como contrapartida aos financiamentos da CNOOC. O volume de vendas varia dependendo do preço da cesta de petróleo venezuelana, ou seja, quanto maior o preço, menor será a quota de fornecimento. [...] O governo da Venezuela não costuma divulgar os detalhes dos acordos em que o país fornece barris de petróleo em troca de empréstimos e financiamentos. Contudo, entende-se que esses acordos seriam feitos em termos mais vantajosos do que pelas instituições financeiras ocidentais justificando-se, sobretudo, em razão da necessidade de fornecimento ininterrupto para a China (Nunes, 2020).

Ao final da 7ª Comissão Mista de Alto Nível em 2008, as duas nações assinaram um acordo para ampliar o Fundo Conjunto para um total de US$ 12 bilhões. Esse aumento foi viabilizado por um empréstimo adicional de US$ 4 bilhões concedido pelo CDB e um adicional de US$ 2 bilhões fornecido pelo FONDEN. Conforme relatado por Wang e Li (2016), a PDVSA se comprometeu a pagar o empréstimo vendendo 130 mil barris de petróleo bruto por dia (bpd) para a China durante três anos consecutivos. No mesmo ano, além do âmbito do FCCV, a China National Petroleum Corporation (CNPC) assinou dois acordos-quadro com a PDVSA para aprofundar a cooperação nos negócios de petróleo entre os dois países. Esses acordos representaram um avanço significativo nas operações integradas de *upstream* e *downstream*, culminando com a formalização de uma joint venture no bloco Junin-4 em 2010 (Xu, 2015).

Além do FCCV, foi criado em 2010 o Fundo de Longo Prazo para Grandes Volumes (FGVLP) durante a 9ª Comissão Mista de Alto Nível. Esse fundo envolveu transferências de montantes semelhantes do CDB, tanto em dólares americanos quanto em renminbis chineses, ao longo de 10 anos, destinados a projetos de infraestrutura e habitação. Seguindo o modelo do FCCV, o fundo de longo prazo foi estruturado como um mecanismo apoiado por commodities, sendo pago com exportações de petróleo. Até 2015, a Venezuela possuía o maior empréstimo denominado em renminbis fora da esfera de influência geopolítica chinesa, utilizando-o para importar maciçamente produtos manufaturados chineses. Entre outros programas, o FGVLP permitiu que o governo venezuelano "criasse um mecanismo de distribuição de aparelhos elétricos acessíveis, desde máquinas de lavar até TVs e DVDs, para as famílias mais pobres, sob a iniciativa 'Mi casa bien equipada'" (Xu, 2015, p. 70).

> **Além disso, em 2010, a Venezuela concedeu vários compromissos para desenvolver o bloco Junín-4 na bacia do rio Orinoco, onde estão localizados os maiores depósitos de petróleo do mundo**. Esses vários compromissos foram concedidos à China National Offshore Development Company (CNODC), em troca de US$ 900 milhões em pagamentos adiantados e um compromisso de investir US$ 16,3 bilhões no desenvolvimento do campo, em conjunto com a PDVSA. Embora o acordo seja o maior compromisso de investimento individual de uma empresa chinesa na Venezuela até o momento, as empresas chinesas têm contribuído de forma importante para a produção de petróleo venezuelana desde que entraram nos campos de Intercampo e Caracol, em Maracaibo, em 1997. A presença chinesa também inclui a operação de quinze campos de petróleo maduros na província de Anzoátegui pela empresa chinesa CNPC (Xu, 2015, p. 70, tradução e grifo nossos)

Antes da criação do Fundo Conjunto, diversos tratados foram firmados no âmbito da cooperação energética, abrangendo também setores como agricultura, mineração, construção de moradias e educação. No entanto, desde a criação do fundo no final de 2007, as ferramentas financeiras adquiriram um novo impacto, permitindo à China expandir sua presença no mercado venezuelano de hidrocarbonetos, atendendo à demanda por bens e serviços necessários ao desenvolvimento dos projetos (Cardona, 2016). Além disso, durante o período de alta dos preços do petróleo na segunda metade dos anos 2000 e início dos anos 2010, esse modelo de financiamento possibilitou à Venezuela utilizar suas vastas reservas petrolíferas como garantia para atrair investimentos chineses.

Os dados do *China-Latin America Finance Database* revelam que, após a criação do Fundo Conjunto de Cooperação China-Venezuela (FCCV) e o Fundo de Longo Prazo para Grandes Volumes (FGVLP), a Venezuela recebeu um total de dezessete empréstimos, majoritariamente provenientes do Banco Chinês de Desenvolvimento (CDB), somando aproximadamente US$ 60 bilhões (ver tabela 1). A "Tranche A" foi lançada em 2007, com uma contribuição de US$ 4 bilhões pelo Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e US$ 2

bilhões pelo FONDEN, sendo o montante liberado no início de 2008. Em 2009, foi acordada a "Tranche B", adicionando mais US$ 4 bilhões do CDB, e em 2013, a "Tranche C" foi estabelecida com um aporte de US$ 5 bilhões. Todos esses empréstimos foram garantidos por commodities, sendo pagos por meio de exportações de petróleo, caracterizando o modelo de empréstimo garantido por petróleo (loan-for-oil deals).

Tabela 1 - Empréstimos chineses na Venezuela (2007-2016)

Ano	Setor	Destino	Credor	Valor
2007	Energia	FCCV - Tranche A I	CDB	$ 4B
2009	Energia	FCCV - Tranche B I	CDB	$ 4B
2009	Mineração	CVG Ferrominera Orinoco	CDB	$ 1B
2009	Energia	Não especificado	CDB	$ 500 M
2010	Outro	Linha de crédito relacionada ao comércio	CDB	$ 589 M
2010	Energia	FGVLP – Tranche I (USD)	CDB	$ 10B
2010	Energia	FGVLP – Tranche II (RMB)	CDB	$ 10B
2011	Energia	FCCV - Tranche A II	CDB	$ 4B
2012	Energia	FCCV - Tranche B II	CDB	$ 4B
2012	Energia	Compra de produtos relacionados ao petróleo	CDB	$ 500M
2013	Energia	Produção da Sinovensa no Orinoco	CDB	$ 4B
2013	Energia	FCCV - Tranche C	CDB	$ 5B
2013	Mineração	Mina de ouro Las Cristinas	CDB	$ 700M
2013	Infraestrutura	Terminal marítimo de Pequiven (Morón, Porto de Carabobo)	EximBank	$ 391M
2014	Infraestrutura	FCCV - Tranche A III	EximBank	$ 4B
2014	Energia	Capital de giro, PDVSA	CDB	$ 1,5B
2015	Energia	FCCV - Tranche B III	CDB	$ 5B

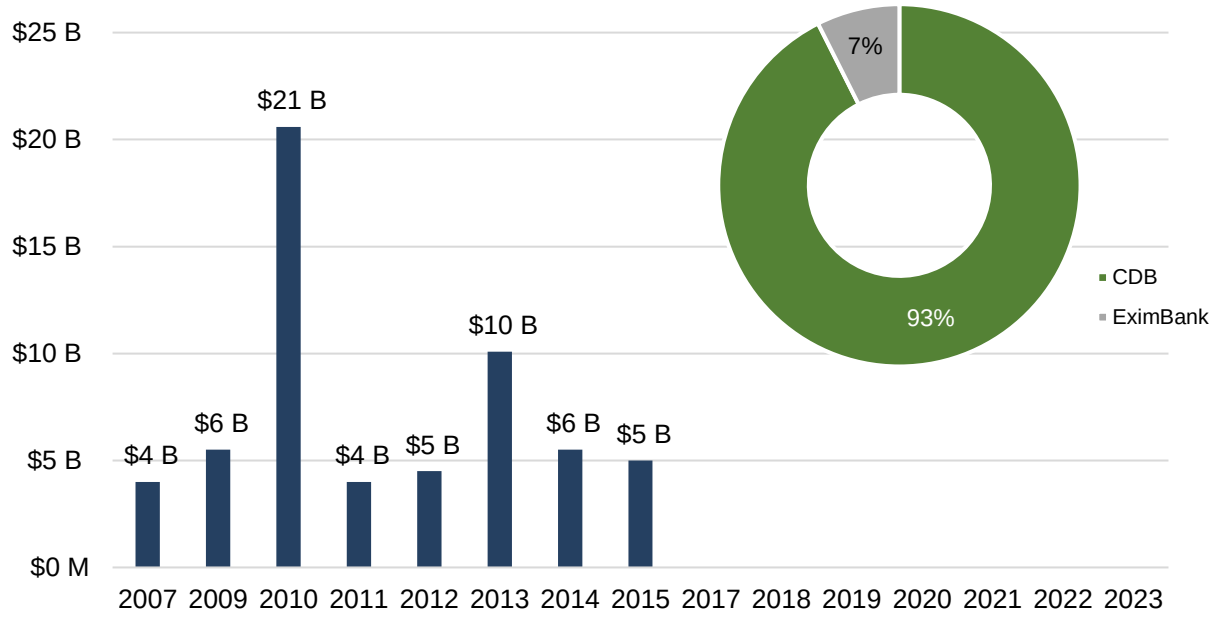
Fonte: Elaborado pela autora com dados do China-Latin America Finance Database

A tabela acima evidencia que, desde meados dos anos 2000, o Fundo Conjunto Venezuelano-Chinês (FCCV) e o Fundo de Longo Prazo de Grande Volume (FGVLP) desempenharam papéis estratégicos na expansão da presença da China no mercado venezuelano

de hidrocarbonetos, totalizando US$ 50 bilhões em recursos, dos quais aproximadamente 84% foram concedidos na forma de empréstimos. Os US$ 9,18 bilhões restantes (16%) foram alocados por meio de operações de crédito entre instituições financeiras chinesas e a Petróleos de Venezuela, S.A. (PDVSA), além de transações diretas entre os governos dos dois países.

Em termos gerais, o FCCV, caracterizado por empréstimos de curto prazo com duração de três anos, taxas de juros variáveis e a possibilidade de renovação das parcelas conforme o cumprimento dos pagamentos, se diferencia do FGVLP, que adota um esquema de crédito com prazos de pagamento de dez anos, taxas de juros fixas e desembolsos em dólares americanos e Yuan-Renminbi (moeda chinesa)[82]. Esses fundos refletem abordagens distintas para o financiamento de projetos e transações, destacando a complexidade e flexibilidade dos mecanismos financeiros estabelecidos entre China e Venezuela. Além disso, os dados abaixo mostram que um dos principais atores na cooperação energética sino-venezuelana é o Banco de Desenvolvimento da China (CDB). Juntamente com o FONDEN, o CDB foi responsável pelo financiamento do Fundo Conjunto Sino-Venezuelano, concedendo um montante de aproximadamente US$ 55 bilhões.

Gráfico 5 - Empréstimos dos bancos estatais chineses à Venezuela (2007-2023)



Fonte: Elaborado pela autora com dados do China-Latin America Finance Database [83]

[82] MILCOTA, M. C.; PIÑA, C.. SEGUIMIENTO DE LOS FONDOS CONJUNTOS CHINO VENEZOLANOS. **Fundación Andrés Bello – Centro de Investigación Chino Latinoamericano**, 2023. Disponível em: https://fundacionandresbello.org/fondos-china-venezuela/

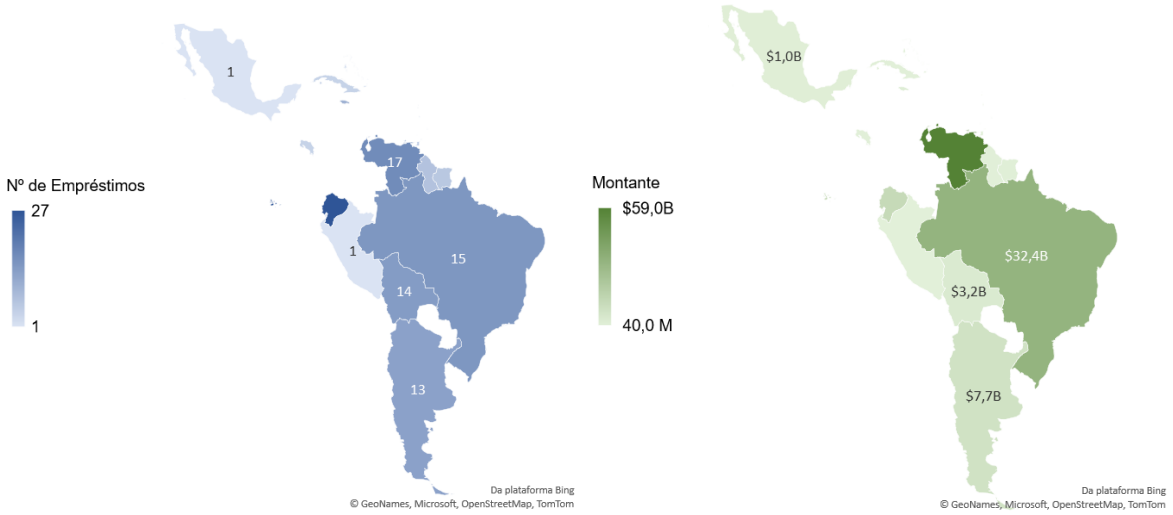
[83] A pesquisa optou por utilizar somente dados disponibilizados pelo China-Latin America Finance Database devido à sua maior confiabilidade e menor número de incompatibilidades com as demais fontes. Para mais detalhes, consultar Anexo 3.

No entanto, a partir de 2015, é possível constatar uma mudança significativa na dinâmica dos empréstimos chineses à Venezuela, contrastando com o cenário que vinha sendo observado. Durante esse período inicial, a Venezuela se destacou como o maior receptor de empréstimos chineses na América Latina (ver gráfico 6). No entanto, a partir de 2016, tanto CDB quanto o Banco de Exportação e Importação da China não concederam novos financiamentos ao país. Essa interrupção reflete a crescente preocupação com a capacidade da indústria petrolífera venezuelana em cumprir suas obrigações. O substancial aumento no volume de empréstimos durante os anos anteriores havia ampliado consideravelmente as exigências em termos de exportação diária de barris de petróleo para a China, criando uma lacuna crescente entre as expectativas de quitação da dívida e a real capacidade produtiva da Venezuela.

> Em 2013, quando Chávez faleceu, o valor emprestado em empréstimos por petróleo atingiu um volume tão grande que a China precisou de mais de 485.000 barris por dia (BPD). No entanto, o segundo semestre de 2014 pioraria muito a situação da Venezuela. Quando os preços do petróleo começaram a cair abaixo de US$ 70/barril, em outubro, o presidente Maduro pediu à China uma pausa na exigência de exportação mínima. Em 2015, os preços do petróleo caíram para US$ 49,49/barril. (Reyes Vázquez, 2020, p. 37, tradução nossa).

Em comparação com outros países da América Latina e do Caribe, a Venezuela se destacou como o maior destinatário dos empréstimos chineses na região. Entre 2000 e 2023, o CDB e o ExIm Bank alocaram conjuntamente mais de US$ 120 bilhões para a América Latina, como parte de uma estratégia de política externa voltada para setores estratégicos como energia, infraestrutura e mineração. Para colocar a situação em perspectiva, no período de 2007 a 2023, o CDB foi responsável por mais de 80% dos empréstimos concedidos pela China à região, com a Venezuela figurando como o principal beneficiário desses recursos.

Gráfico 6. Empréstimos China-ALC (2000-2023)

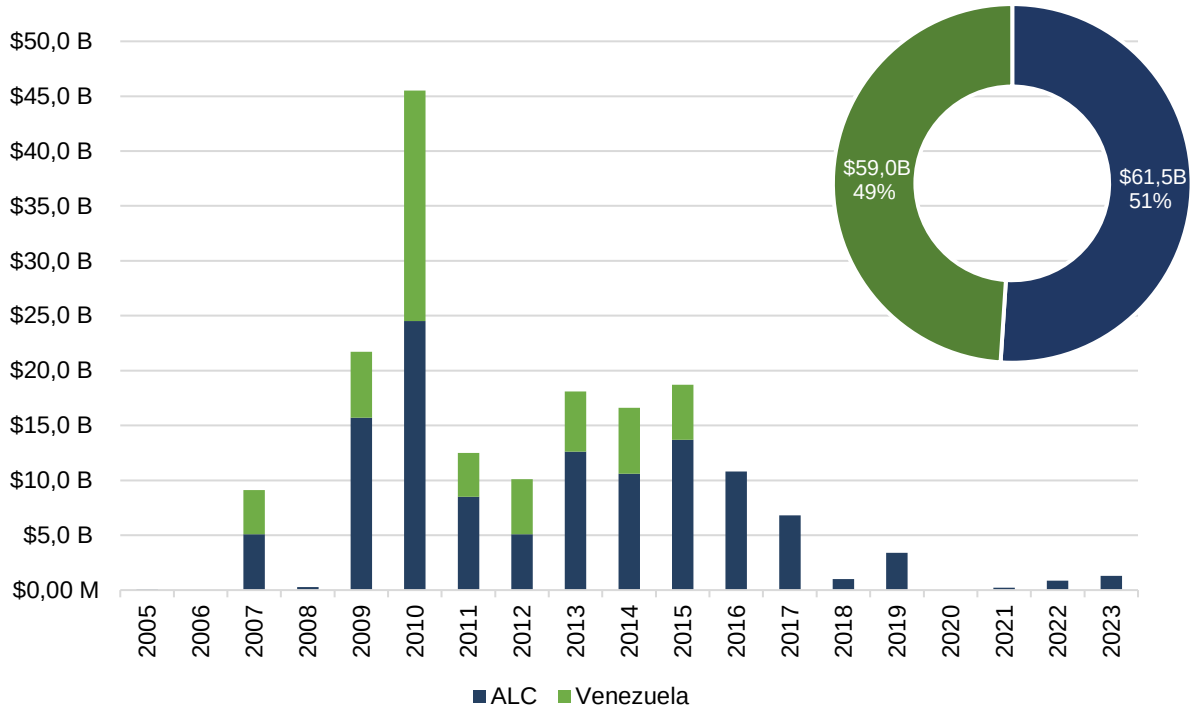


Fonte: Elaborado pela autora com dados do China-Latin America Finance Database[84]

Em termos percentuais, “no auge, entre 2010 e 2013, a Venezuela representou uma média de 64% das novas linhas de crédito aprovadas pela China para a América Latina. No entanto, entre 2014 e 2017, a Venezuela representou apenas 18% do total das novas linhas de crédito para a região” (Kaplan; Penfold, 2019, p. 3). Apesar dessa redução, o montante recebido pela Venezuela ao longo de quase uma década representa 49% do total de empréstimos concedidos pela China na região, refletindo a profundidade e a complexidade da parceria estratégica entre os dois países. Esse fluxo de capital ilustra a importância estratégica que a China atribuiu à Venezuela, mesmo que os empréstimos chineses tenham cessado em 2016.

[84] Gallagher, Kevin P. and Margaret Myers (2021) "China-Latin America Finance Database," Washington: Inter-American Dialogue. Disponível em: <https://www.thedialogue.org/map_list/> Acesso em: 20/02/2022.

Gráfico 7 - Empréstimos China-ALC-Venezuela (2000-2023)[85]



Fonte: Elaborado pela autora com dados do China-Latin America Finance Database[86]

Diante das preocupações persistentes com a má gestão econômica na Venezuela, a China tem gradualmente reduzido seus laços financeiros com o país. A ausência marcante da Venezuela nos relatórios recentes de financiamento ilustra uma parte significativa da queda no crédito chinês destinado à América Latina e ao Caribe desde meados da década de 2010 (Gallagher; Myers, 2018; Myers; Gallagher, 2019). Durante esses anos, a China emergiu como uma fonte crucial de financiamento para a região, especialmente para nações como Venezuela, Equador, Brasil e Argentina, que enfrentavam dificuldades para acessar os mercados internacionais de capitais, dado que as condições estabelecidas pelos bancos chineses estiveram em nítido contraste com as exigências típicas dos bancos multilaterais ocidentais, como o Banco Mundial, com condições de transparência menos rigorosas.

[85] Para criar este gráfico, subtraímos o valor dos empréstimos destinados à Venezuela do valor total de empréstimos para a América Latina e o Caribe no período. Os países da América Latina e do Caribe considerados para este gráfico são: Brasil, Equador, Argentina, Bolívia, Jamaica, México, Suriname, República Dominicana, Trindade e Tobago, Costa Rica, Cuba, Guiana, Barbados, Antígua e Barbuda, Bahamas, Grenada, Peru e Dominica.

[86] Gallagher, Kevin P. and Margaret Myers (2021) “China-Latin America Finance Database” Washington: Inter-American Dialogue. Disponível em: <https://www.thedialogue.org/map_list/> Acesso em: 20/02/2022.

> **Os bancos estatais chineses surgiram como uma alternativa importante aos credores tradicionais para os países que tiveram dificuldades em tomar empréstimos nos mercados de capital globais devido ao alto risco**. Isso significa que eles forneceram financiamento a um conjunto significativamente diferente de países da região em relação às fontes convencionais de capital, como o Banco Mundial, o BID e os bancos ocidentais. [...] os credores chineses são caracterizados pela tolerância ao risco, evitando condições políticas severas ou que o crédito dependa do desempenho macroeconômico de um país. No entanto, ressalta que muitas vezes eles exigem acordos de venda de petróleo ou compra de equipamentos dos governos do país. Vários países latino-americanos têm avaliado seus futuros ativos petrolíferos e sua lucratividade para atrair empréstimos chineses (Yang; Lee, 2000, p. 599, tradução nossa).

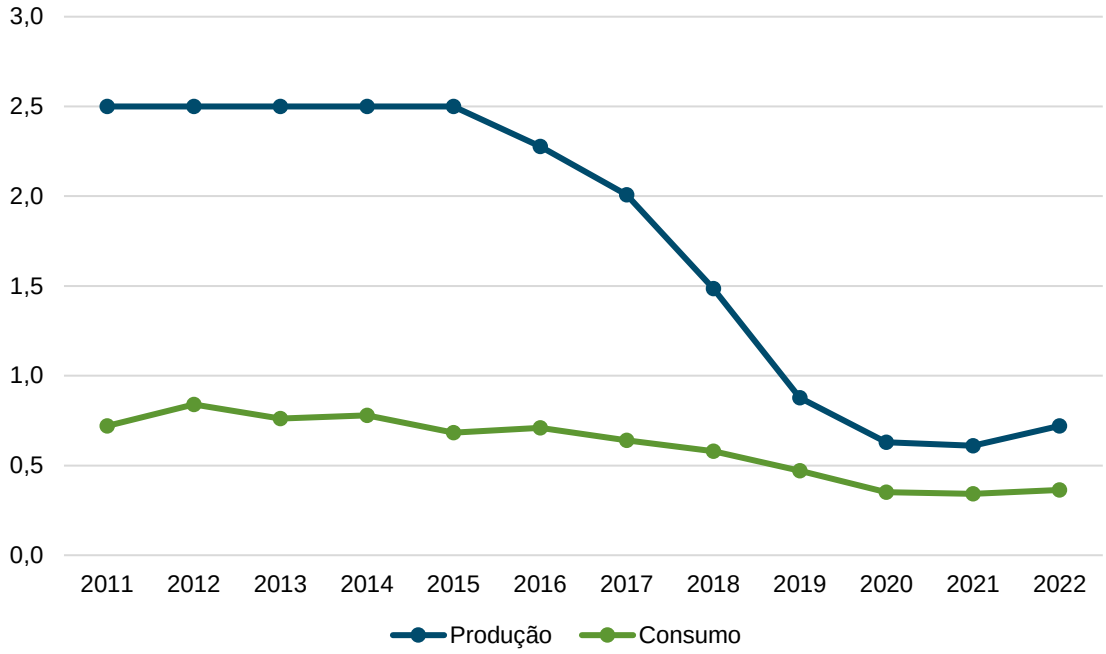
No início dessa relação econômica, os bancos chineses apostaram na capacidade de produção de petróleo da Venezuela como garantia para o pagamento das dívidas, visando estabelecer uma posição estratégica no setor energético. De fato, nos primeiros anos de sua investida econômica na Venezuela, o financiamento chinês resultou em alguns êxitos comerciais em projetos de mineração e energia, além de investimentos em indústrias como a Huawei e a Chery Automobile (Kaplan; Penfold, 2019). Contudo, à medida que as dificuldades econômicas venezuelanas se aprofundaram, a China optou por uma desvinculação gradual, refletindo sua cautela diante das crescentes incertezas no cenário venezuelano, como será detalhado no Capítulo 3.

O sucesso da estratégia chinesa de mitigar o risco associado aos altíssimos empréstimos por meio de garantias petrolíferas esteve profundamente condicionado à capacidade da PDVSA em manter níveis sustentáveis de produção. No entanto, a partir de 2015, a Venezuela enfrentou graves dificuldades para sustentar sua produção, o que comprometeu não apenas suas exportações, mas também o cumprimento dos pagamentos e prazos acordados com as instituições financeiras chinesas, levando a China a conceder períodos de carência nos pagamentos principais. Conforme destacado por Wang e Li (2016), em um cenário de acentuada queda nos preços do petróleo entre 2014 e 2016, as exportações venezuelanas para a China teriam que triplicar ou até quadruplicar para que o país conseguisse honrar suas obrigações financeiras. Contudo, o que se observou foi uma redução drástica na produção de petróleo venezuelano à níveis próximos aos do consumo doméstico (ver gráfico 8). Esse cenário revelou não apenas os desafios econômicos e de segurança inerentes ao contínuo comprometimento da China, mas também a vulnerabilidade de uma estratégia que dependia exclusivamente da capacidade produtiva da Venezuela, expondo assim as limitações de uma abordagem pautada em garantias petrolíferas que se tornaram inviáveis diante da crise venezuelana.

> **Apesar dos fortes laços bilaterais, a Venezuela continuou a testar a extensão da tolerância dos bancos chineses ao risco.** A China optou por fornecer financiamento adicional ao governo de Maduro em 2018, com a opção de pagar em petróleo. Mas

> Pequim simultaneamente encerrou um período de carência para a Venezuela em seus principais pagamentos à China, indicando um limite para a boa vontade chinesa em relação ao governo atual. **Esta decisão, juntamente com o declínio da produção de petróleo, poderia colocar a Venezuela ainda mais perto da inadimplência da dívida chinesa** e de outras obrigações (Myers; Gallagher, 2019, p. 3, tradução e grifo nossos)

Gráfico 8 – Produção e consumo anuais de petróleo bruto da Venezuela (MMb/d)

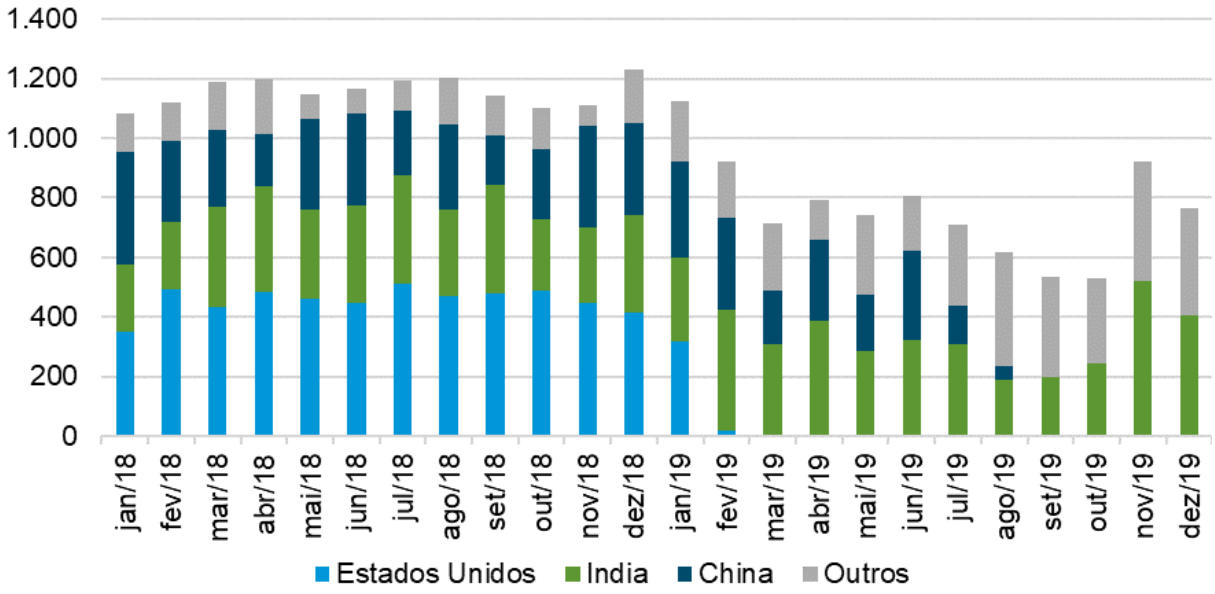


Fonte: Elaborado pela autora com dados do U.S Energy Information Administration.

Como observado, a produção média de petróleo no país diminuiu de 2,5 milhões de barris por dia em 2010 para aproximadamente 600 mil barris por dia dez anos depois. Entre os diversos fatores que contribuíram para o gradual declínio da produção e a redução da capacidade de exportação petrolífera da Venezuela, destacam-se a deterioração das refinarias, a má gestão e os déficits de investimento na indústria, além das complexas questões econômicas e políticas internas. Contudo, também devem ser considerados os impactos da desaceleração do comércio global e do crescimento chinês e, especialmente, as sanções financeiras impostas unilateralmente pelos Estados Unidos a partir de 2017. Em relação às questões domésticas, como a deterioração das refinarias, redução de investimentos em infraestrutura e queda na capacidade produtiva da PDVSA, Wang e Li (2016, p. 819) destacam que, ao invés de investir os ganhos na produção futura, grande parte da "receita do petróleo durante o período de alta dos preços do petróleo de 2003 a 2014 foi utilizada [...] para financiar principalmente os programas desenvolvidos a partir do Socialismo do século XXI". Tais fatores associados, explicam a queda de mais de um milhão de barris por dia nos últimos anos, contribuindo para

a deterioração do fluxo comercial com a China e tornando os acordos de empréstimos por petróleo com a Venezuela “uma aposta de alto risco” ao país asiático.

Gráfico 9 - Exportações de petróleo bruto da Venezuela (MMb/d)



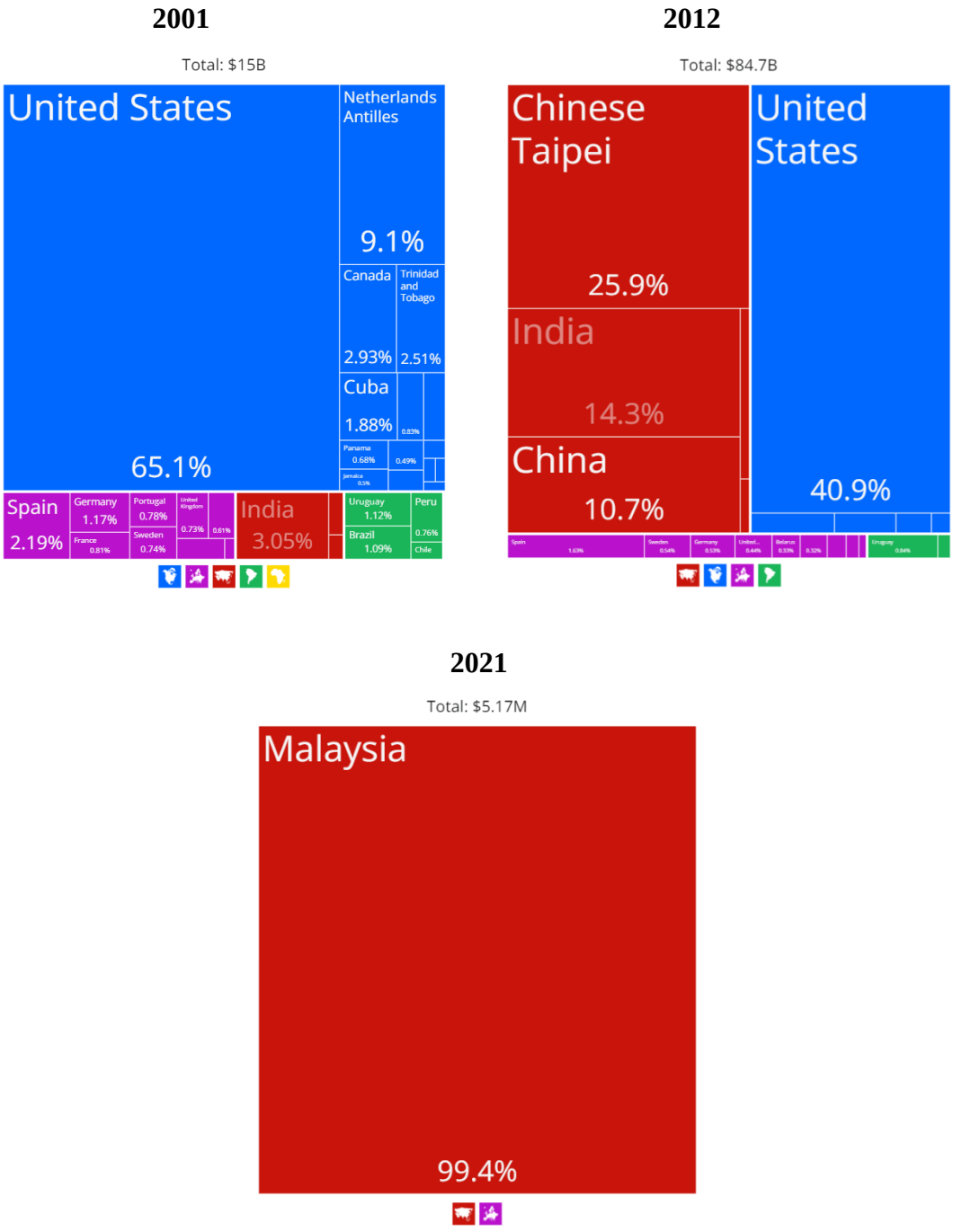
Fonte: Elaborado pela autora com dados da Agência Internacional de Energia (2023).

A intensificação dessas sanções, culminando na proibição do comércio de petróleo bruto venezuelano no exterior em janeiro de 2019, obrigou a Venezuela a buscar alternativas para continuar a exportar seu petróleo. A partir desse período, o petróleo bruto venezuelano começou a ser importado pela China sob a forma de mistura betuminosa através da Malásia, uma prática que contribuiu para o aumento das exportações de minério de ferro e para a queda do petróleo como principal produto exportado diretamente para o país asiático[87].

Entre 2020 e 2021, cerca de US$ 3,5 bilhões de petróleo bruto venezuelano foram para a China, muitas vezes fazendo escalas em países terceiros, como a Malásia, para refino prévio. Essa reconfiguração também explica a crescente importância de um país do sudeste asiático como um dos principais destinos de exportação da commodity venezuelana entre janeiro de 2018 e dezembro de 2019, evidenciando as estratégias adaptativas de ambos os países diante das restrições impostas pelo cenário internacional.

[87] Desde que a grande estatal China National Petroleum Corp (CNPC) parou de importar petróleo venezuelano em agosto de 2019, após o endurecimento das sanções dos EUA, a China tem recebido petróleo venezuelano por meio de comerciantes que os marcaram como da Malásia. HAYLEY, Andrew. China’s oil trade and investment in Venezuela. Reuters, 23 set. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/chinas-oil-trade-investment-venezuela-2023-09-12/> Acesso em: 01/06/2024

Figura 4 - Exportações de petróleo bruto da Venezuela por destino (2001, 2012, 2021)

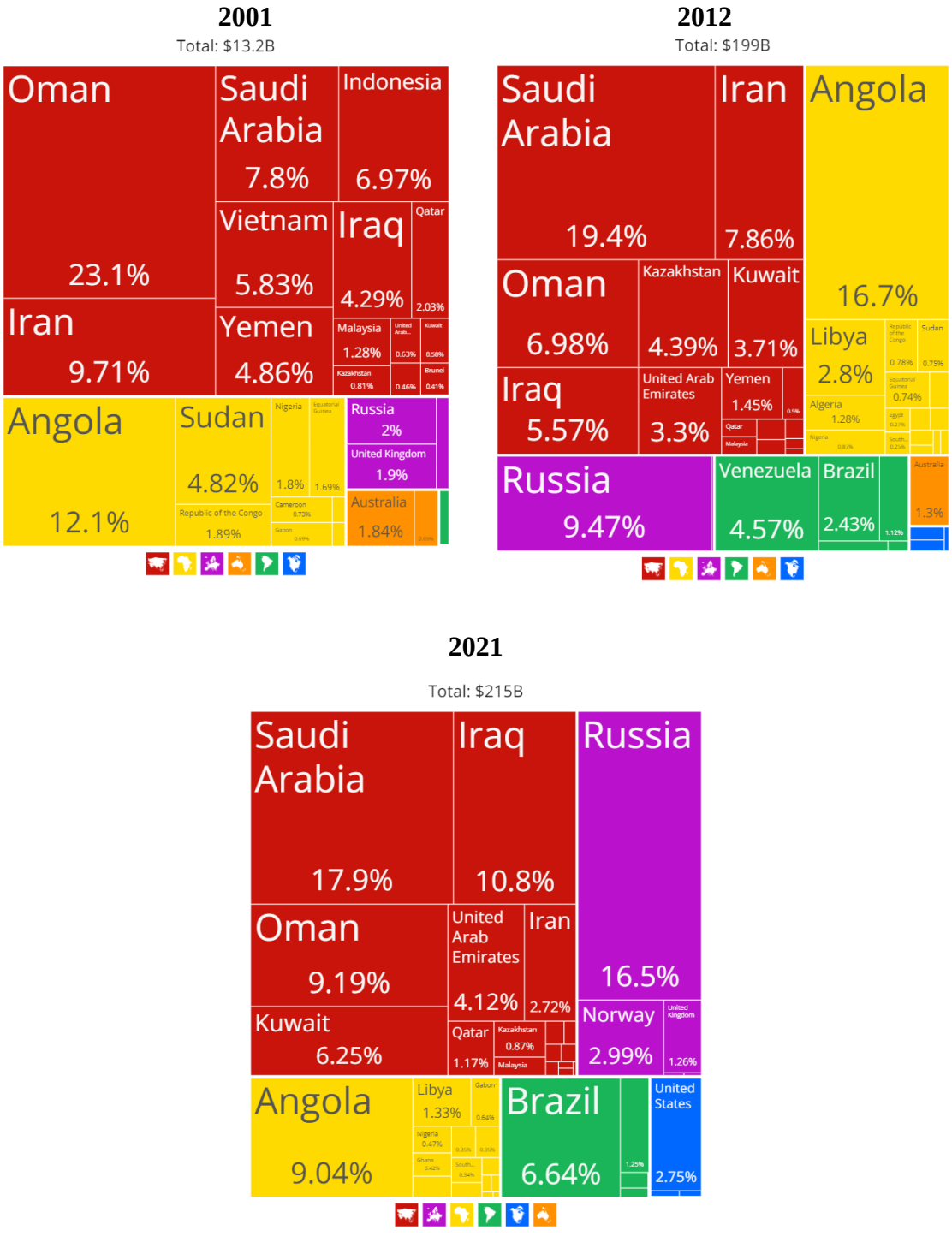


Fonte: The Observatory of Economic Complexity

Por fim, ao comparar a dependência chinesa das importações de petróleo venezuelano com a de outros fornecedores globais, observa-se que a Venezuela ocupa uma posição relativamente modesta, especialmente em relação a alguns países membros da OPEP. A complexidade das reservas de petróleo pesado e extrapesado na Bacia do Orinoco, que apresentam desafios significativos tanto no acesso quanto nos elevados custos de exploração,

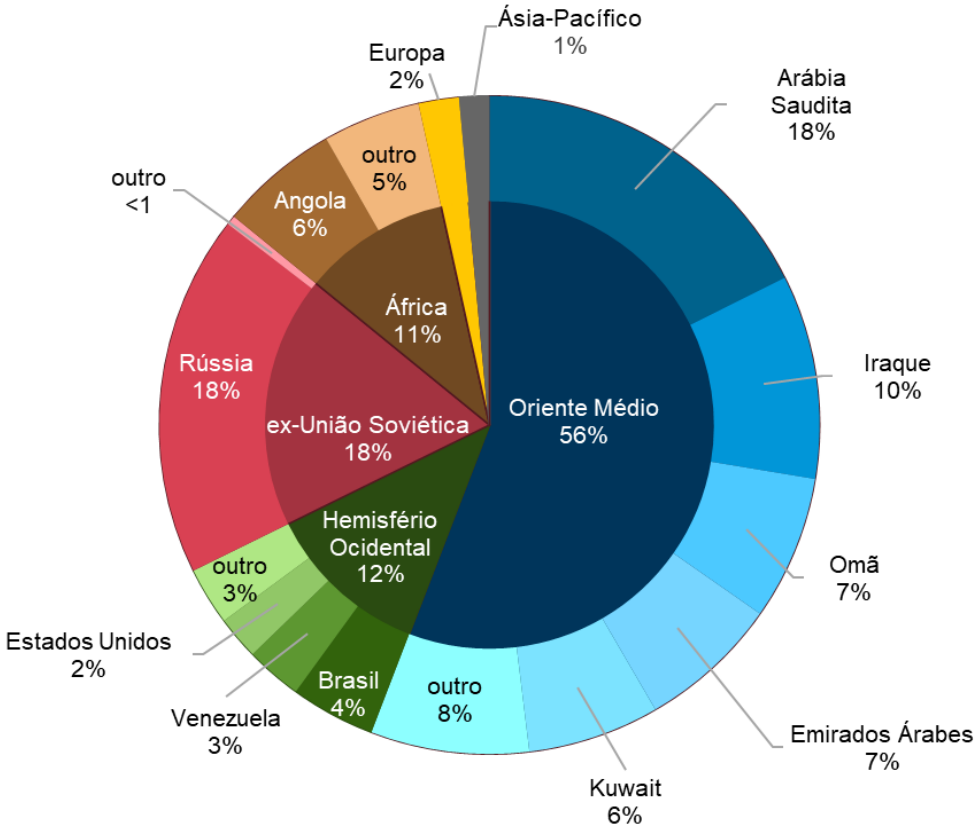
contribui para essa situação. Em 2022, a Venezuela responde por apenas 3% das importações globais de petróleo da China, embora seja a segunda maior fornecedora do Hemisfério Ocidental, atrás apenas do Brasil.

Figura 5 - Importações chinesas de petróleo bruto por origem (2001, 2012, 2021)



Fonte: The Observatory of Economic Complexity

Gráfico 10 - Importações de petróleo bruto na China por fonte (2022)



Fonte: Traduzido e adaptado de U.S. Energy Information Administration.

Como vimos, a presença da China nos setores de hidrocarbonetos da América Latina antecede o novo milênio. Na Venezuela, as empresas petrolíferas chinesas souberam aproveitar as oportunidades econômicas e políticas em três momentos cruciais da história: durante as privatizações do setor na década de 1990; durante a nacionalização do cinturão petrolífero do Orinoco em 2007, que abriga as maiores reservas de hidrocarbonetos líquidos do mundo; e após a crise financeira internacional de 2008 (Vasquez, 2019). Como resultado, a China estabeleceu acordos de empréstimos mais robustos e estrategicamente alinhados, ampliando gradualmente seus interesses petrolíferos na América Latina em consonância com a política de *Going Out* do governo chinês. No entanto, nos últimos anos, a desaceleração do crescimento econômico chinês, aliada aos desafios estruturais na produção e exportação de petróleo venezuelano e demais questões econômicas e sociais mencionadas ao longo da seção, tem levado os bancos e empresas chinesas a adotarem uma postura mais cautelosa. Essa cautela é especialmente evidente quando os bancos chineses enfrentam perdas financeiras na Venezuela. No próximo capítulo, exploraremos em maior detalhe os desafios inerentes à relação petrolífera.

2.4. PANORAMA DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO CHINÊS

Como abordado na seção anterior, a entrada dos empréstimos chineses na América Latina e no Caribe coincidiu com o início da crise financeira global de 2007-2008. Da mesma forma, o investimento estrangeiro direto (IED) da China na região emergiu como um pilar crucial para o crescimento econômico de diversos países ao longo das últimas duas décadas. As Companhias Nacionais de Petróleo (NOCs) chinesas desempenharam um papel central nesse processo, investindo substancialmente em setores de petróleo e gás. Esse investimento incluiu a aquisição de ativos estratégicos, a formação de joint ventures para o desenvolvimento de áreas específicas e o financiamento de atividades relacionadas ao transporte, comercialização e refino de petróleo e seus derivados (Vasquez, 2019).

Conforme destacado por Hiratuka (2018), a China reforçou um modelo de crescimento impulsionado por investimentos que sustentou um processo de mudança estrutural intensa, associado à urbanização. Esse modelo articulou a oferta de infraestrutura com uma forte expansão da capacidade e desenvolvimento industrial, especialmente em setores da indústria pesada, como parte de uma estratégia para sustentar suas elevadas taxas de crescimento econômico. Essa abordagem, segundo o autor, “surtiu efeito, evitando uma redução drástica no crescimento do país, contribuindo ainda para a sustentação dos preços das commodities nos anos imediatamente posteriores à crise” (Hiratuka, 2018, p. 4).

Nesse contexto, os investimentos chineses em petróleo e gás tornaram-se fundamentais para os países da América Latina e do Caribe, particularmente a partir de 2010. A queda nos preços do petróleo e os impactos prolongados da crise financeira global nas principais economias criaram um ambiente de retração nos investimentos regionais. Este cenário adverso ofereceu à China uma oportunidade estratégica para expandir sua presença na região, fortalecer sua posição geopolítica e assegurar um papel central nas dinâmicas econômicas e energéticas de áreas cruciais para o desenvolvimento econômico regional.

> Uma análise mais detalhada dos maiores investimentos chineses em petróleo e gás durante as duas primeiras décadas do novo milênio mostra que, na América Latina, um grande número deles foi na forma de fusões e aquisições (M&A), enquanto na África eles também envolveram vários projetos greenfield. As NOCs chinesas formaram joint ventures com algumas das maiores e mais experientes empresas petrolíferas ocidentais e estatais em ambos os continentes, provavelmente para adquirir conhecimento técnico e gerencial, uma intenção inerente à política de Going Out (Vasquez, 2019)

Em comparação com outros países da América Latina e Caribe, os fluxos de capital chineses na forma de investimento estrangeiro direto (IED) para a Venezuela têm sido modestos, especialmente se contrastados com os substanciais empréstimos concedidos ao país e os significativos investimentos direcionados a outras nações da região. Enquanto o Brasil emergiu como o principal beneficiário dos investimentos chineses no setor de petróleo e gás, recebendo aproximadamente US$ 61 bilhões entre 2000 e 2021, a Venezuela, no mesmo período, atraiu apenas US$ 3,2 bilhões.

Gráfico 11 - Investimentos chineses na ALC (2000-2021)

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China y Monitor de la OFDI de China en América Latina y el Caribe (2022)

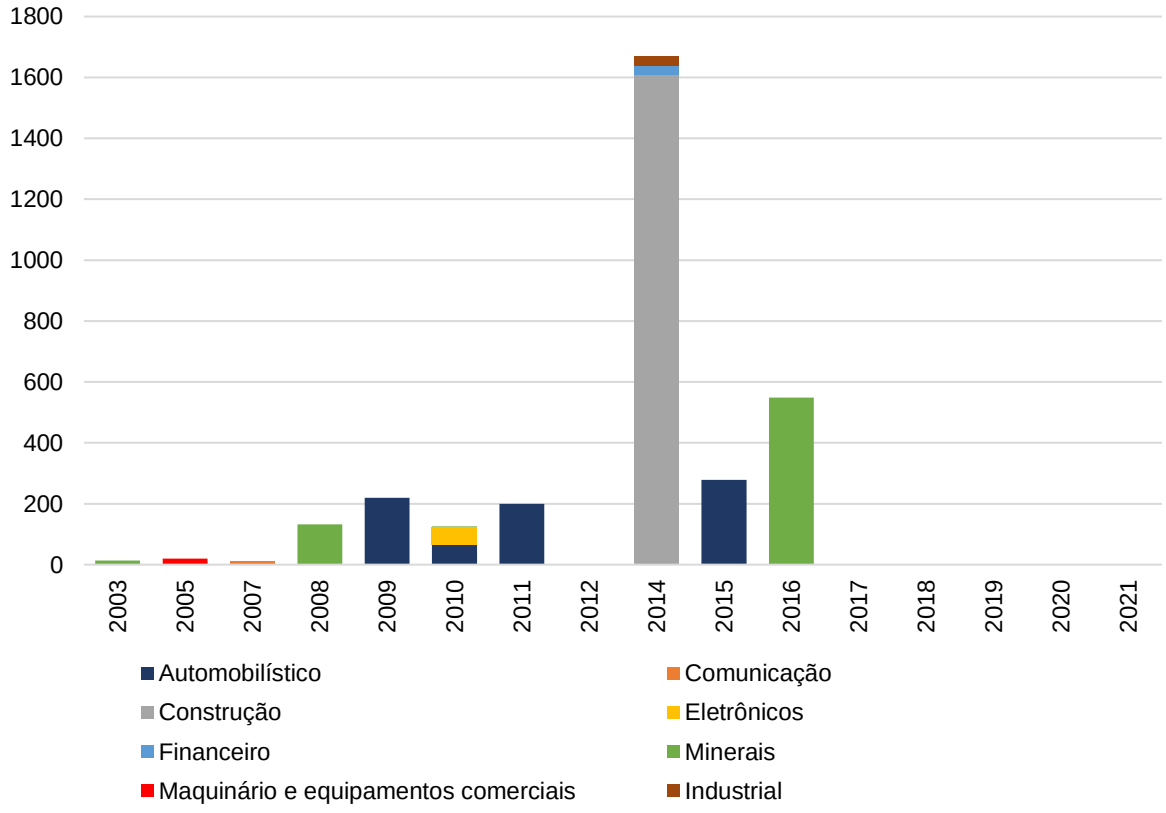
Em pouco mais de duas décadas, foram identificados 16 acordos de investimento na Venezuela, abrangendo novos projetos, joint ventures, fusões e aquisições, principalmente por empresas estatais chinesas. O período de maior intensidade de investimentos ocorreu entre 2010 e 2014, quando nove transações representaram aproximadamente 59% do total recebido pelo país. Esses números revelam uma tendência de baixo engajamento chinês no setor produtivo venezuelano em comparação com outros países da América Latina, indicando uma abordagem mais cautelosa por parte da China em relação à Venezuela.

A maioria dos investimentos chineses no país foi direcionada para a formação de *joint ventures*, predominantemente no setor de petróleo, que absorveu mais de 60% do capital chinês. Esses investimentos visavam não apenas garantir o fornecimento contínuo de petróleo à China,

mas também assegurar uma posição estratégica para as empresas petrolíferas chinesas na região. Além do setor de petróleo, as corporações nacionais chinesas desempenharam um papel significativo em outros setores da economia venezuelana. Entre as mais representativas estão a CITIC, CNPC, Chery (automóveis), Haier Plant (eletrodomésticos) e Zhengzhou Yutong Bus (veículos automotores), além da China National Petroleum Corp (minerais), e do Banco Chinês de Desenvolvimento (CDB), que injetou US$ 31 milhões em investimentos. Um dos maiores projetos de investimento foi liderado pelo CITIC Group, que firmou um contrato com o governo venezuelano para a construção de complexos residenciais no âmbito do programa de habitação social *Gran Misión Vivienda Venezuela*.

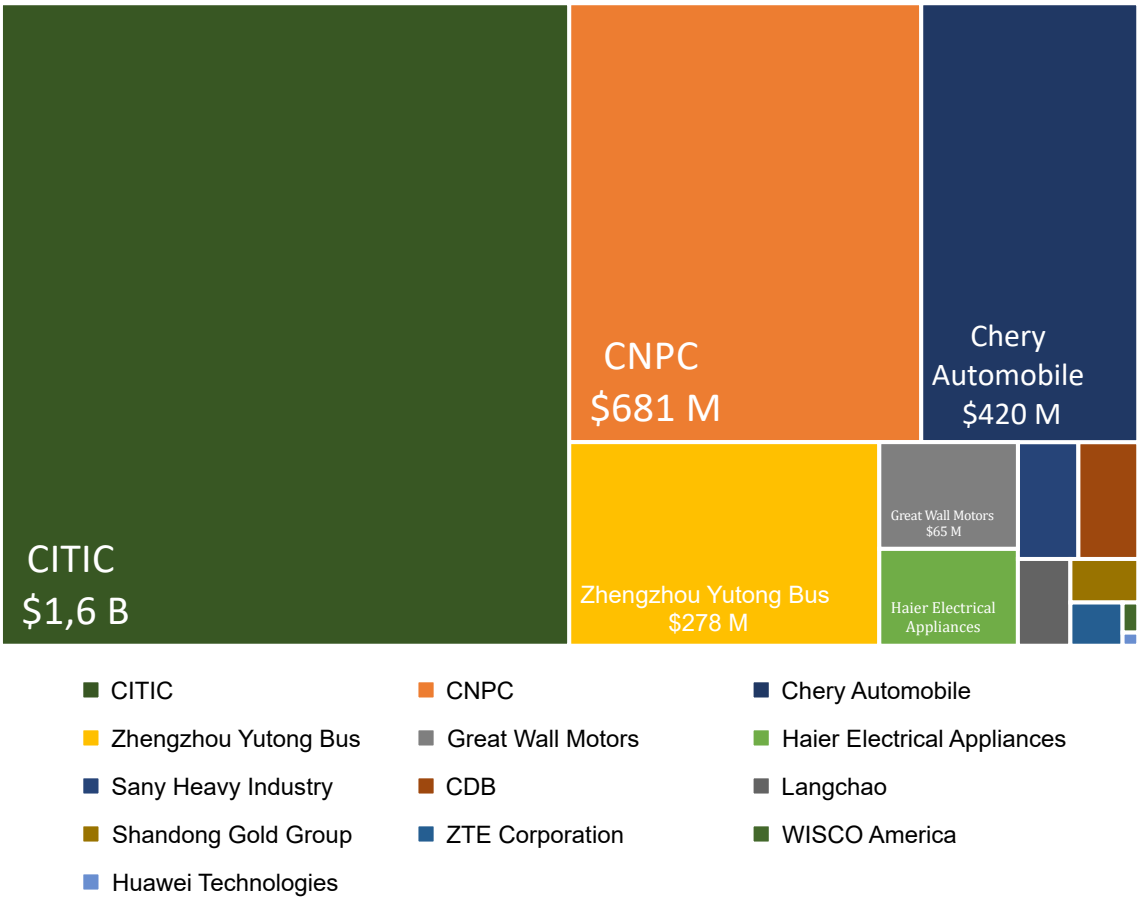
> Esse programa foi criado em 2011, durante o governo Chávez, e em 2014, com o apoio chinês, a construção de mais de 600.000 casas sociais já havia sido realizada. Foi por meio da **China International Trust Investment Corporation Constructions Co Ltd (CITIC)** que o governo venezuelano conseguiu fazer um progresso vertiginoso nesses megaprojetos de construção de moradias sociais desde 2011 [...] Desde 2011, o grupo CITIC construiu cerca de 13.000 imóveis em diferentes regiões do país, e uma parte considerável deles (5.700) foi para o projeto da Cidade Socialista Tiuna, cuja primeira entrega foi feita pessoalmente pelo presidente Xi Jinping em 2014, em Caracas (Castillo, 2020, p. 421, tradução e grifo nossos).

Gráfico 12 - Investimentos China-Venezuela, 2000-2021 (por setor)



Fonte: Elaborado pela autora com dados da RED ALC-CHINA (2022)

Gráfico 13 - Investimentos China-Venezuela, 2000-2021 (por concessionário)



Fonte: Elaborado pela autora com dados da RED ALC-CHINA (2022)

Além dos setores de minerais e programas de construção de moradias sociais, um foco importante dos investimentos chineses na Venezuela tem sido o setor de transporte e infraestrutura rodoviária, voltados para construção de ferrovias e construção e extensão de linhas de metrô em cidades como Valência e Maracaibo. Como resultado, a China se beneficiou do projeto do sistema ferroviário central Ezequiel Zamora, assim como dos projetos Tuy I e II, ambos concluídos. No campo da inovação tecnológica, a Venezuela lançou vários satélites em colaboração com a corporação chinesa Great Wall Industries, incluindo os satélites Simón Bolívar (2008), Miranda (2012), Sucre (2017) e o Guaicaipuro, que ainda está em desenvolvimento. Outras iniciativas incluem a construção de uma fábrica de perfuratrizes China-Venezuela, a expansão da fábrica de telefones celulares da Huawei em Paraguaná, no estado de Falcón, e a instalação de um segundo módulo pela empresa de telecomunicações e tecnologia ZTE para modernizar o sistema nacional de telecomunicações (Castillo, 2020).

O relatório mais recente de Myers, Melguizo e Wang (2024), até o presente momento, revela uma tendência significativa de declínio nos anúncios de projetos de Investimento

Estrangeiro Direto (IED) chinês na América Latina e no Caribe nos últimos anos. Essa redução pode ser atribuída a uma série de fatores, entre os quais se destaca uma recalibração nas prioridades de investimento do governo chinês e de suas empresas. Apesar de manterem o interesse na região, as empresas chinesas têm direcionado seus investimentos para projetos menores, alinhados com setores inovadores e de alta tecnologia, como telecomunicações, fintech e transição energética, que vem se tornando cada vez mais estratégicos para o crescimento econômico de Pequim.

Assim como observamos uma diminuição abrupta nos empréstimos das principais instituições financeiras de desenvolvimento da China, como o CDB e o Eximbank, a "recalibração do envolvimento chinês" no exterior também afeta a esfera financeira (Myers; Melguizo; Wang, 2024, p. 5). Essa mudança reflete um ajuste estratégico no foco da China, que nos últimos anos vem priorizando investimentos mais alinhados com suas metas de inovação e desenvolvimento econômico.

Para compreender plenamente a dinâmica da parceria estratégica entre a China e a Venezuela, é essencial adotar uma perspectiva abrangente que leve em consideração todas as dimensões envolvidas. Portanto, este capítulo buscou integrar não apenas os aspectos financeiros e econômicos, mas também as implicações políticas e estratégicas que moldam as relações bilaterais, além de analisar os impactos das recentes mudanças na postura econômica e financeira da China em relação à Venezuela. Em vez de detalhar cada acordo individualmente, as seções têm como objetivo proporcionar uma visão panorâmica das relações desde o início do século, proporcionando uma base sólida para as discussões subsequentes sobre os desafios enfrentados na manutenção dessa parceria. Isso abrange as discussões sobre as dificuldades internas da Venezuela, particularmente em um contexto de sanções internacionais e crises econômicas, bem como os desdobramentos recentes da parceria estratégica sino-venezuelana, que serão abordados a seguir.

CAPÍTULO 3 - OS INTERESSES GEOECONÔMICOS DA CHINA NA VENEZUELA

> Desde a fundação da República Popular da China (RPC) em 1949, a percepção da China sobre a América Latina tem tido três dimensões distintas: geopolítica, de desenvolvimento e econômica (Xiang, 2008, p. 45, tradução nossa)

Ao longo do século XXI, a capacidade de um Estado em assegurar e controlar fluxos energéticos tem se mostrado fundamental não apenas para garantir sua segurança energética, mas também para fortalecer sua posição no cenário internacional. Compreender essas transformações é crucial para analisar as estratégias adotadas por potências emergentes, como a China, em suas interações com países ricos em recursos estratégicos.

Para tanto, este capítulo começa com uma análise da complexidade da política energética chinesa, que evoluiu de uma ênfase na autossuficiência para uma estratégia de segurança energética global. Examinaremos como a busca intensiva da China por reservas de petróleo e gás, necessária para sustentar suas altas taxas de crescimento, tem moldado sua política externa nos últimos anos. Discutiremos os resultados dessa estratégia, que incluem a assinatura de acordos de investimento em exploração de energia, a construção de oleodutos e o desenvolvimento de refinarias em diversas regiões do mundo, com um foco especial na América Latina e, particularmente, na Venezuela.

Na seção seguinte, exploraremos os interesses subjacentes ao crescente envolvimento da China na Venezuela, destacando a posição geográfica estratégica do país no Grande Caribe. Partiremos do debate na literatura sobre as motivações e implicações do papel crescente de Pequim na América Latina, considerando como essa dinâmica se insere no desafio à ordem regional dominada pelos EUA, para além da busca por diversificação e fornecimento de petróleo, levando em consideração a complexidade e a sobreposição desses argumentos.

Por fim, analisaremos as circunstâncias sociais, políticas e econômicas recentes na Venezuela e como estas têm gerado impactos diretos nas relações bilaterais com a China, identificando os fatores determinantes, as mudanças de abordagem e seus impactos na relação bilateral. Observaremos a continuidade do apoio diplomático da China, mesmo diante das adversidades enfrentadas pelo país latino-americano. Este capítulo visa, portanto, proporcionar uma análise abrangente das dinâmicas energéticas e geoestratégicas que fundamentam a relação entre China e Venezuela, destacando os elementos essenciais que configuram essa complexa interação no cenário internacional contemporâneo.

3.1. PETRÓLEO: A BUSCA CHINESA PELA SEGURANÇA ENERGÉTICA

> A estreita ligação entre energia e geopolítica caracterizou a política de poder do Império Britânico no século XVIII e a ascensão da Alemanha no século XIX, com sua capacidade de usar e controlar amplamente o carvão. Os EUA, que se beneficiaram do petróleo para alimentar seu crescimento e controlaram os campos de petróleo para sustentar seu poder, dominaram o século XX. [...] Dentro dessa perspectiva, a **energia aparece como o mais recente gerador da geopolítica espacial, trazendo de volta a importância do território e das localizações relativas em termos de recursos de hidrocarbonetos e instalações de transporte** (Arıboğan; Bilgin, 2019, p. 110, tradução e grifo nossos).

A crescente demanda global de energia primária e busca pelo controle dos recursos energéticos nas últimas décadas alterou profundamente a dinâmica central dos assuntos mundiais, provocando transformações significativas na percepção do que constitui 'poder' e 'influência' no sistema internacional. Além de representar uma base fundamental para o desenvolvimento econômico, o progresso social e a modernização, a energia configura-se como um componente essencial da segurança nacional, vinculando-se intrinsecamente às políticas de segurança doméstica e externa de um país (Cao; Bluth, 2013).

Conforme apresentado no Capítulo 1, Klare (2008) argumenta que, diante do surgimento dos grandes consumidores de petróleo - China e Índia - e das crescentes necessidades energéticas globais, a disputa pela energia tende a se sobrepor a todas as outras considerações, com os Estados intervindo cada vez mais nos mercados na tentativa de assegurar a suficiência energética de seus países. Consequentemente, a autoridade do Estado sobre os assuntos energéticos, tanto nacionais quanto internacionais, tende a se expandir. Nessa lógica, o petróleo deixa de ser "primordialmente uma mercadoria comercial" para se tornar "o recurso estratégico mais importante do planeta, cuja aquisição, produção e distribuição absorverão cada vez mais o tempo, o esforço e o foco dos altos funcionários militares e do governo" (Klare, 2008, p. 6-7). Diante desse cenário, os países com escassez e/ou demandas crescentes por recursos energéticos apostam em parcerias estratégicas com nações que possuem reservas abundantes de petróleo, gás natural e demais fontes de energia primária para melhorar suas posições competitivas em relação aos outros. Muitas vezes, esses acordos são consolidados por meio de investimentos em infraestrutura, financiamentos diretos, transferências maciças de armas, alianças militares e envio de tropas para regiões instáveis de produção de energia (Klare, 2008).

Como observado por Cao e Bluth (2013, p. 382), "a dependência de importações de energia em larga escala é um fator comum nas políticas econômicas externas das duas maiores economias do mundo". No caso da China, o rápido crescimento econômico e a urbanização

acelerada nas últimas duas décadas foram acompanhados por um consumo maciço de energia e um aumento vertiginoso da demanda de petróleo (Palacios, 2008; Ouriques, 2015; Li, 2022).

Nos últimos trinta anos, a China experimentou um crescimento econômico significativo, emergindo como a segunda maior economia do mundo em 2010. Esse crescimento robusto, no entanto, exigiu uma grande quantidade de matérias-primas e infraestrutura com alto consumo de energia para atender tanto à crescente demanda dos consumidores chineses quanto à demanda global por produtos manufaturados da China. Esse cenário estimulou a produção no setor pesado, que também foi impulsionada pelos recentes gastos de estímulo do país em infraestrutura e edificações energeticamente intensivas (IEA, 2011). Conforme destacado por Klare (2008), a notável expansão industrial e o desenvolvimento de infraestrutura chinesa a partir de meados da década de 2000, constituem indicadores concretos do extraordinário crescimento econômico do país.

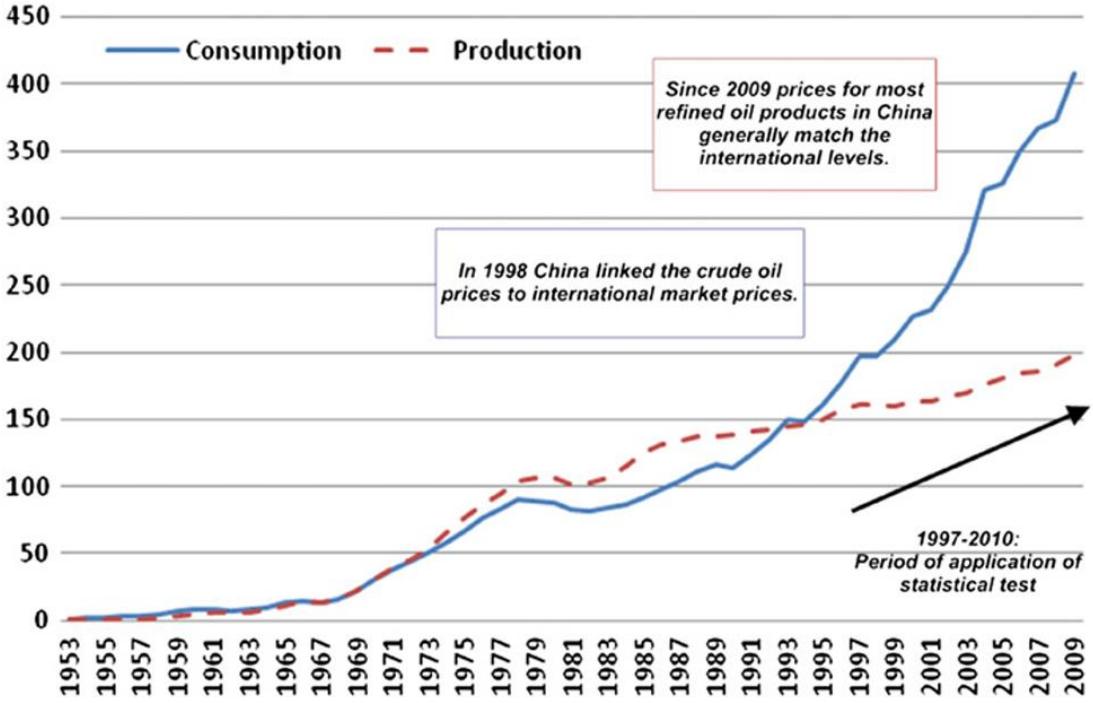
> Novas fábricas, refinarias, usinas de energia, rodovias, pontes, represas, portos, aeroportos, linhas ferroviárias, shopping centers, escolas, hospitais, hotéis, estádios e conjuntos habitacionais surgiram quase da noite para o dia. Pequenos vilarejos foram transformados em cidades e cidades em metrópoles gigantescas. [...] **Todos esses objetos - arranha-céus, rodovias, ferrovias, metrôs, pontes, aeroportos, aviões, automóveis e eletrodomésticos - têm uma coisa em comum: eles dependem de uma quantidade colossal de matérias-primas e de infusões maciças de energia para sua construção, operação e manutenção.** (Klare, 2008, p. 68-71, tradução e grifo nossos)

Como mencionado no primeiro capítulo, a China deu início a um importante processo de crescimento e industrialização a partir do "período de reforma e abertura", empreendido por Deng Xiaoping no final de 1978. Como resultado, a comunidade internacional testemunhou um fenômeno sem precedentes: Em 40 anos, a China passou de uma economia periférica à posição de segunda potência mundial, promovendo efetivamente um processo de transformação das estruturas produtiva, econômica, política e social de maior escala e velocidade na história do capitalismo (Cao; Bluth, 2013; Nunes, 2020; Nogueira, 2021). Consequentemente, a partir da década de 1980, o país observou um aumento significativo na produção e na aquisição de recursos primários, especialmente petróleo, carvão, gás natural, minério de ferro, cobre, alumínio e carvão, para as necessidades domésticas e industriais.

A questão do suprimento de energia tornou-se um ponto central na política chinesa a partir de meados da década de 1990, quando o déficit energético crescente começou a comprometer os esforços domésticos para sustentar o crescimento econômico (Zhao, 2008; Vasquez, 2019). "Devido à combinação extraordinária entre o tamanho de sua população e sua capacidade de produção industrial", o acelerado processo de urbanização e modernização chinês resultaram em um aumento intensivo em matéria-prima e energia, especialmente para os

setores de transporte e industrial (Nunes, 2020). Assim, com o crescente descompasso entre a oferta e a demanda doméstica (ver figura 6), Pequim enfrentou o desafio de complementar sua produção interna de energia com recursos importados, a fim de atender à demanda adicional por petróleo. Acompanhado o ritmo da economia em rápida expansão, com taxas anuais de crescimento entre 8% e 14% de 2001 a 2010 (Zou; Chau, 2006), observamos a expansão das necessidades energéticas chinesas.

Figura 6 - Produção e consumo de petróleo na China, 1953-2009 (MPTa)



Fonte: Li; Leung, 2011

Como efeito, em 1993, a China passou de exportador líquido de petróleo a importador líquido, marcando uma mudança significativa em sua política energética (Zhao, 2008; Klare, 2008; Li; Leung, 2011). Apesar dessa mudança, na década de 1990, Pequim ainda demonstrava uma aversão significativa ao status de importador líquido de petróleo. Em 1994 e 1998, por exemplo, o governo chinês proibiu a importação de petróleo, na tentativa de evitar a dependência de petróleo estrangeiro. Todavia, essas medidas foram eficazes apenas nas fases iniciais e os líderes chineses foram gradualmente forçados a reconhecer a importância das importações de petróleo para o crescimento econômico do país e a necessidade de adotar novas estratégias para garantir a segurança energética, ao invés de rejeitá-las completamente.

> Embora o nono plano quinquenal da China, de 1995 a 2000, tenha exigido, entre outras coisas, a melhoria da eficiência energética em 5% ao ano, em parte por meio

> da aquisição de tecnologia moderna, **o décimo plano quinquenal, de 2001 a 2005, acrescentou uma exigência de busca de fontes internacionais de petróleo e gás**. Como um indicador desse novo movimento estratégico, todas as três principais empresas petrolíferas chinesas - CNPC, SINOPEC e CNOOC - agiram rapidamente para internacionalizar suas operações e se expandiram para uma gama diversificada de empreendimentos internacionais, que vão da **Venezuela** ao Sudão e ao Cazaquistão (Zhao, 2008, p. 209-210, tradução e grifo nossos).

Outra dimensão da integração da China no mercado mundial de petróleo, portanto, está relacionada à internacionalização das companhias petrolíferas nacionais chinesas (NOCs). Devido à contínua estagnação do fornecimento interno de petróleo no final da década de 1980, as NOCs chinesas voltaram-se para a aquisição de ativos de petróleo estrangeiro na década seguinte, aprimorando seu conhecimento técnico e participando ativamente do mercado global de energia, com o objetivo de se tornarem empresas de energia integradas internacionalmente (Li; Leung, 2011, p. 5161-62).

Para atender às crescentes demandas energéticas domésticas, as autoridades chinesas realizaram investimentos substanciais no acesso a rotas de suprimentos e em reservas promissoras de petróleo e gás no exterior. Essa campanha global contou com a atuação das três principais empresas petrolíferas nacionais chinesas: a China National Petroleum Corporation (CNPC), a China National Petrochemical Corporation (Sinopec) e a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC)[88] (Zhao; 2008; Klare, 2008; Palacios, 2008; Li; Leung, 2011). Em 1992, a CNPC fez seu primeiro investimento no exterior no setor de areias petrolíferas no Canadá, marcando o início da expansão internacional das NOCs chinesas (Li; Leung, 2011, p. 5162). Desde então, as corporações estatais de petróleo têm aumentado significativamente suas participações em fusões e aquisições globais no setor de petróleo e gás natural e suas atividades de investimento em *upstream* em diversos países ricos em recursos.

> **Os objetivos mais citados pelas NOCs para investir internacionalmente são o aumento das reservas de petróleo e gás, a expansão da produção e a diversificação das fontes de suprimento**. Essas metas agora são apoiadas nos níveis mais altos do governo; quando a Comissão Nacional de Energia (NEC; autorizada em 2008 e formada em janeiro de 2010), em nível de Conselho de Estado, se reuniu pela primeira vez em abril de 2010, **'garantir o fornecimento de energia por meio da cooperação internacional'** foi declarada como uma de suas seis principais áreas de foco. Essa é a expressão mais recente da política de **'Going Out'** (IEA, 2011, p. 12, tradução e grifo nossos).

[88] "O Ministério da Energia, criado em 1988, foi reorganizado em três grandes corporações estatais de petróleo e gás em 1990. A China National Petroleum Corporation (CNPC) tem mais de dois terços da capacidade de produção de petróleo bruto da China e tem responsabilidades atribuídas principalmente no norte e no oeste do país. A China Petroleum and Chemical Corporation (SINOPEC) controla mais da metade da capacidade de refino da China, é a principal empresa importadora de petróleo bruto e recebeu responsabilidades no sul do país. A China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) lida com a exploração e a produção offshore" (Zhao, 2008, p. 209).

Conforme analisado no segundo capítulo, mudanças significativas nos mercados globais de petróleo e gás no início dos anos 2000 abriram uma oportunidade para a estratégia chinesa *Going Out*. Após a sua implementação, as NOCs chinesas iniciaram uma campanha assertiva para adquirir ativos de petróleo e gás no exterior, particularmente na África e na América Latina. Essa iniciativa resultou na "consolidação e expansão das operações das empresas chinesas de petróleo e gás que haviam começado de maneira exploratória em meados da década de 1990" (Vasquez, 2019). A aquisição de novos blocos e reservas de hidrocarbonetos no exterior, portanto, fez parte do esforço conjunto do governo chinês para diversificar suas fontes de importação de petróleo e gás natural. Esse esforço foi implementado pelas NOCs por meio de uma abordagem baseada em acordos bilaterais com países ricos em recursos energéticos, como parte da política de investimento em países estrangeiros.

Cabe ressaltar que, a guerra no Iraque em 2003 marcou uma mudança significativa na perspectiva chinesa sobre o mapa energético global. No início dos anos 2000, a diplomacia energética da China estava predominantemente focada no Oriente Médio, especialmente no Iraque, um país politicamente volátil, mas com alto potencial de produção de petróleo, capaz de suprir mais de 10% da demanda doméstica chinesa (Zhao, 2008; Holslag, 2016; Grinsztejn; Teixeira, 2019). Entretanto, com a invasão do Iraque em 2003, os Estados Unidos passaram a exercer maior influência sobre o petróleo do Oriente Médio, tornando-o um fornecedor instável e inseguro para a China.

Em resposta, o governo chinês atribuiu grande importância à estratégia diversificação do abastecimento a várias regiões, que envolvia a garantia de acordos de investimento em exploração de energia, construção de oleodutos e desenvolvimento de instalações de refinarias de petróleo e gás em outras regiões do mundo, incluindo a África, a América Latina e países asiáticos vizinhos. Consequentemente, esta mudança estratégica também contribuiu para a aproximação entre China e Venezuela (Zhao, 2008; Cheng; Shi, 2008; Cao; Bluth, 2013).

As subsequentes intervenções dos EUA no Oriente Médio desviaram sua atenção e recursos para o outro lado do Hemisfério, criando uma lacuna de influência na América Latina, enquanto diversos países da região reavaliaram suas relações com os EUA, buscando maior autonomia. Nesse contexto, a China, com vastos recursos e poder de mercado, intensificou seus investimentos e operações, aumentando sua participação nos assuntos internos da região, preenchendo gradualmente a lacuna deixada pelos EUA (Yang; Lee, 2020).

Durante o mandato de Hu Jintao (2003-2013), houve, portanto, uma ênfase significativa nas necessidades energéticas da China. Com o objetivo de aumentar a competitividade das empresas chinesas e mitigar o risco político, o líder chinês, juntamente com o primeiro-ministro

Wen Jiabao, visitou países produtores de hidrocarbonetos para além de seu entorno estratégico em busca de ativos energéticos promissores, facilitando a aquisição de acordos por parte das empresas chinesas (Klare, 2008; Zhao, 2008).

Atuando como "homens de confiança" dos representantes das NOCs, os líderes chineses frequentemente exaltavam as vantagens dos laços com a China, especialmente ao se dirigir a líderes de nações em desenvolvimento, e utilizavam a posição da China em organizações internacionais para promover a cooperação energética. Os diplomatas chineses também convidavam seus homólogos para visitas de Estado e reuniões de cúpula em Pequim, que resultaram na assinatura de inúmeros acordos de fornecimento e protocolos associados nos últimos anos (Klare, 2008; Zhao, 2008).

> Ao buscar esses laços, os **líderes chineses demonstraram uma preferência distinta pela formação de alianças entre suas próprias empresas controladas pelo Estado e as empresas nacionais de petróleo dos principais países fornecedores**, como a Saudi Aramco, a Nigerian National Petroleum Corporation, a Gazprom da Rússia e a **PDVSA da Venezuela**. Essas alianças estabelecem vínculos políticos entre os dois países e permitem a máxima participação de funcionários do governo na definição das diretrizes para futuros acordos. [...] Em todos os casos, a assinatura desses acordos foi acompanhada por uma enxurrada de atividades diplomáticas e promessas de cooperação em uma ampla gama de outros empreendimentos (Klare, 2008, p. 76-77, tradução e grifo nossos)

Diante do fortalecimento da cooperação internacional e da diversificação do fornecimento de energia, as relações econômicas entre a China e a América Latina passaram por uma notável expansão nos primeiros 15 anos do século XXI. "Relativamente recém-chegada à América Latina" (Zhao, 2008, p. 212), a projeção chinesa na região iniciou gradualmente na esfera econômica. Em poucos anos, a China consolidou-se como o principal parceiro comercial de diversas economias latino-americanas, além de se tornar uma fonte significativa de investimentos e crédito para a região. A rede de parcerias estabelecida por Pequim emergiu como um mecanismo central para fortalecer suas relações internacionais e garantir um papel mais sólido e ativo na América Latina, conforme discutido no Capítulo 1. Como parte da estratégia chinesa de diversificação de mercados de exportação e fornecimento de recursos naturais e commodities estratégicas, essas parcerias diplomáticas tornaram-se fundamentais para o estabelecimento de acordos estratégicos abrangentes com países como Argentina, Brasil, Chile, Equador, México, Peru e Venezuela, reforçando a inserção geopolítica e econômica da China na região.

Em janeiro de 2005, o vice-presidente chinês Zheng Qinghong realizou uma viagem histórica por três países latino-americanos, onde foram assinados acordos multibilionários para investimentos em petróleo, gás e outros projetos. Um dos principais resultados dessa turnê foi

a formalização de uma série de acordos de exploração e compra de petróleo com a Venezuela, durante a administração do então presidente Hugo Chávez. Como mencionado no capítulo anterior, o interesse da China no país andino coincidiu com a ambição venezuelana em diversificar os mercados de exportação de petróleo do país e reduzir sua dependência do mercado norte-americano como destino das exportações de petróleo, destino de 60% de suas exportações de petróleo. Nesse contexto, a CNPC, que já operava em dois campos de petróleo venezuelanos, comprometeu-se a investir mais de US$ 400 milhões no desenvolvimento das vastas reservas de gás e petróleo pesado no cinturão do Orinoco. Esse movimento estratégico visava redirecionar parte do petróleo destinado aos Estados Unidos para o mercado chinês (Zhao, 2008; Palacios, 2008).

Nos anos seguintes, o petróleo tornou-se o principal item do comércio bilateral sino-venezuelano. Como observado nos dados apresentados no Capítulo 2, o comércio bilateral, que totalizava 589,12 milhões de dólares em 2001, atingiu cerca de 24 bilhões em 2012, marcando um recorde histórico. Em 2012, a Venezuela tornou-se o principal exportador de petróleo da América Latina para a China. Entre 2007 e 2015, houve uma transferência maciça de capital chinês para a Venezuela. Nesse período, os bancos estatais chineses concederam cerca de 60 bilhões de dólares em empréstimos para a Venezuela, dos quais a maior parte – aproximadamente 55 bilhões de dólares – foi destinada ao setor de energia. Conforme destacamos, o pagamento seria realizado por meio de envios de barris de petróleo da Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA). No mais, embora o Fundo Conjunto de Financiamento China-Venezuela (FCCV) tenha sido o principal mecanismo para a transferência de recursos, as empresas chinesas investiram cerca de 3,2 bilhões de dólares na Venezuela entre 2005 e 2013, com o pico de investimentos em 2014, quando os aportes nas áreas de construção, maquinário e finanças somaram 1,7 bilhão de dólares.

Como resultado, a China permitiu à Venezuela diversificar seus parceiros comerciais no setor de energia, reduzindo a dependência das exportações para os Estados Unidos, possibilitou o acesso a fundos de investimento e linhas de crédito, e levou a uma balança comercial favorável para a Venezuela entre 2000 e 2018. O caso da Venezuela se torna ainda mais relevante considerando que nenhum outro país da América Latina e Caribe recebeu um fluxo tão grande de empréstimos chineses quanto o país andino.

Ademais, conforme discutido no Capítulo 2, os bancos de desenvolvimento chineses desempenharam um papel central na concessão de empréstimos e investimentos aos governos dos países produtores de petróleo em troca de pagamentos futuros em petróleo. Esse papel foi particularmente significativo na Venezuela, considerando os efeitos da crise econômica que

afetou o país nos últimos anos, sua exclusão dos fluxos internacionais de capital, exacerbada pela política externa dos Estados Unidos (Nunes, 2020). Segundo Vasquez (2019), as NOCs chinesas investiram substancialmente em campos de petróleo e gás natural na região, mesmo quando outros investidores se afastaram devido aos baixos preços do petróleo, às dificuldades políticas e econômicas internas dos países anfitriões ou em decorrência da crise financeira global de 2008. Ademais, ao contrário das instituições financeiras ocidentais, "os chineses não se concentram em direitos humanos, combate à corrupção ou reforma econômica como requisitos para seu apoio" (Zhao, 2008, p. 212).

Segundo descrito por Zhao (2008), a "abordagem holística" da China — que integra exploração, desenvolvimento e financiamento — emergiu como uma alternativa atraente para países interessados em transformar seu potencial energético em uma vantagem política. A estratégia chinesa de diversificação energética foi amplamente aceita por muitos países latino-americanos, que possuíam recursos energéticos abundantes, mas careciam de uma infraestrutura sólida. De acordo com a retórica oficial chinesa, essa abordagem permitiria a exploração de recursos anteriormente inexplorados e o estabelecimento de seus próprios setores de energia, promovendo uma "situação de ganho mútuo, onde ambos poderiam compartilhar os benefícios" (Zhao, 2008, p. 212).

Como resultado da presença financeira da China nos países produtores de petróleo, em 2010, as NOCs chinesas atuavam no setor de *upstream* em 31 países e detinham participações acionárias em 20 deles, com notáveis concentrações no Cazaquistão, Sudão, Venezuela e Angola. Relatórios subsequentes de 2011 da Agência Internacional de Energia (IEA) indicam que as NOCs ampliaram seus investimentos na Bolívia, Brasil, Equador, Cazaquistão, Turcomenistão e Venezuela. Essas expansões foram estrategicamente direcionadas para garantir o fornecimento de commodities energéticas a longo prazo por meio de acordos de empréstimo por petróleo ou gás, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de campos de petróleo e gás na África e América Latina (IEA, 2011).

Além da significativa expansão das operações das NOCs chinesas no exterior, a busca global da China por suprimentos de energia no exterior resultou em um aumento contínuo nas importações líquidas de petróleo do país, que passaram de 11,1 Mt em 1993 para 218,4 Mt em 2009. A participação da China no total mundial de petróleo importado subiu de 0,6% em 1993 para 8,3% em 2009 (Li; Leung, 2011, p. 5159). Ademais, entre 1993 e 2009, a dependência líquida de importações de petróleo da China aumentou de 7,5% para 53,5% (Leung, 2010). Esse aumento na dependência foi acompanhado por um crescimento expressivo nas necessidades

diárias de petróleo, refletindo em um aumento considerável da quantidade absoluta de importações do insumo (Zhao, 2008; Nunes, 2020).

Em 1997, o consumo de petróleo do país era de aproximadamente 4 milhões de barris por dia (bpd), subindo para 7,8 milhões de barris por dia em 2007, e alcançando 12,8 milhões de barris por dia em 2017. Em abril de 2019, a China atingiu um recorde de importação de petróleo, totalizando 10,64 milhões de barris por dia (Grinsztejn; Teixeira, 2019, p. 38-39). Trinta anos após se tornar importadora líquida de petróleo, a China emergiu como o maior consumidor e importador de petróleo bruto do mundo, ultrapassando os Estados Unidos em 2017. De acordo com dados da *U.S. Energy Information Administration*, em 2023, o país importou 11,3 milhões de barris por dia de petróleo bruto[89].

Os dados ilustram a transformação da China em um importante ator no cenário energético internacional e como a busca por segurança energética têm desempenhado uma questão central na política externa chinesa, assim como para o resto do mundo. A crescente demanda por recursos energéticos e minerais na primeira década do novo milênio influenciou profundamente as políticas econômicas e de segurança da China, levando o país a buscar parcerias estratégicas e investimentos internacionais para sustentar o ritmo de crescimento das indústrias. Embora a aquisição de novos ativos e reservas de petróleo pelas empresas estatais chinesas na América Latina represente apenas uma "peça no grande quebra-cabeça da busca da China por fontes de energia em todo o mundo" (Palacios, 2008), tais vínculos energéticos e diplomáticos estabelecidos representam um desafio significativo para as potências ocidentais, especialmente aos Estados Unidos. Sendo assim, esse desafio transcende a esfera econômica, afetando também as esferas geopolíticas e geoestratégica, como veremos a seguir.

3.2. EQUILÍBRIO DE PODER: A PRESENÇA CHINESA NO ENTORNO ESTRATÉGICO DOS ESTADOS UNIDOS

Na seção anterior, analisamos o rápido crescimento das relações econômicas entre a China e a América Latina no início do século XXI, com ênfase na dimensão comercial e nas demandas energéticas chinesas do período. No que diz respeito à aproximação entre China e Venezuela, Nunes (2020) argumenta que essa relação possui um forte caráter geopolítico, estando intrinsecamente vinculada à busca da China por garantir sua segurança energética. Como parte dessa estratégia de longo prazo, a Venezuela se destaca como um parceiro

[89] China imported record amounts of crude oil in 2023. U.S. Energy Information Administration (EIA), 16 abr. 2024. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=61843#> Acesso em: 24/07/2024

relevante, tanto por sua localização geográfica quanto por seu papel nos esforços chineses de diversificação das fontes de fornecimento de petróleo. Além disso, as vastas reservas de petróleo e gás no território venezuelano são um fator crucial na manutenção dessas relações bilaterais. No mais, o distanciamento político entre a Venezuela e os Estados Unidos, sobretudo após a chegada de Hugo Chávez ao poder[90], também representaria um fator importante para a consolidação dessa parceria estratégica.

Em relação aos principais componentes da parceria estratégica sino-venezuelana, destaca-se, do lado chinês, o interesse em conceder empréstimos e realizar investimentos nos setores envolvidos na produção e escoamento de petróleo. Do lado venezuelano, a parceria se beneficiou dos altos preços do barril de petróleo e da crescente demanda chinesa por esse recurso na primeira década dos anos 2000. À medida que essa conjuntura se esgota, como observado ao longo do capítulo 2, e o país é cada vez mais excluído dos fluxos financeiros internacionais dominados pelos EUA, agravando sua crise econômica devido à dependência estrutural em relação ao petróleo, a China permanece como um parceiro econômico de grande valor estratégico para a Venezuela (Nunes, 2020).

No mais, o apoio chinês à Venezuela também pode ser interpretado como um posicionamento estratégico. O governo venezuelano, ao se opor à presença dos EUA na região, alinha-se aos interesses estratégicos da China, que busca evitar que Washington estabeleça um controle inquestionável sobre as instituições financeiras e políticas da América Latina. Ainda assim, "foi petróleo venezuelano que inicialmente impulsionou essas relações bilaterais" (Nunes, 2020).

De forma geral, a autora afirma que o eixo central das relações bilaterais entre a China e a Venezuela reside no fornecimento de petróleo. Este pilar não se limita apenas ao comércio de petróleo bruto, mas também engloba uma série de investimentos significativos no setor petrolífero e em áreas correlatas, como infraestrutura e tecnologia. Ademais, a relação inclui a concessão de substanciais montantes de crédito, frequentemente pagos em barris de petróleo, e a criação de fundos bilaterais destinados a estimular o setor petrolífero (Nunes, 2020).

Similarmente, Xu (2015) argumenta que o principal interesse da China em estabelecer relações bilaterais com a Venezuela é, sem dúvida, a energia. Segundo o autor, o fortalecimento

[90] Em 1998, a chegada de Chávez ao poder representou um momento de transição significativo em termos de posicionamento diplomático, marcando o início de um longo (e atual) período atritos com os EUA. Após o fracassado golpe de Estado em abril de 2002, Chávez acusou o governo norte-americano de ter participado ativamente de sua tentativa de derrubada e de continuar conspirando contra seu mandato. Desde então, as tensões diplomáticas se intensificaram. A política externa venezuelana passou a enfatizar a redução da dependência histórica dos EUA, estreitando laços com Cuba, Irã e China. Simultaneamente, Chávez intensificou seu discurso anti-imperialista e antiamericano (Media; Oraa, 2024)

das relações bilaterais foi impulsionado pelas vastas reservas de petróleo do Cinturão do Orinoco e pela agenda política do ex-presidente Chávez. Esses dois fatores, ambos relacionados aos acordos de empréstimo por petróleo, estão no cerne da relação bilateral. Retoricamente, a política externa da Venezuela durante a "Era Chávez" também apresentava fortes semelhanças com a política externa chinesa, fundamentando-se nos mesmos princípios de respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, igualdade e benefícios mútuos, coexistência pacífica e não interferência em assuntos internos (Xu, 2015).

> Para a China, tanto os empréstimos por petróleo quanto os acordos de investimento entre a China e a Venezuela servem ao objetivo final da política energética chinesa de garantir o controle do petróleo no exterior. Dessa forma, acredita-se que **a diplomacia petrolífera da China na Venezuela, assim como em outras nações aparentemente arriscadas, faz parte dos esforços de Pequim para reduzir a incerteza do fornecimento**. Ao comprar antecipadamente o petróleo da Venezuela e fornecer os investimentos necessários para a futura extração, a China está assegurando o controle de partes significativas das reservas de petróleo massivas da bacia do Orinoco (Xu, 2015, p. 73).

Nesse sentido, Castillo (2020, p. 406) argumenta que, apesar de opiniões contrárias, há evidências robustas que confirmam o papel crucial da Venezuela como aliado estratégico da China, "seja em termos de afinidades políticas ou disponibilidade de recursos naturais, seja por seu papel como o principal destino na região latino-americana do capital concedido na forma de empréstimos por suas instituições financeiras".

De uma perspectiva complementar, Castillo (2020) observa que a cooperação entre os dois países evoluiu rapidamente, expandindo-se do comércio para dimensões políticas e estratégicas. Os vínculos promovidos estão profundamente entrelaçados com as tensões existentes entre a China e os Estados Unidos, configurando Caracas não apenas como um parceiro comercial, mas também como uma ponte para a implementação de projetos de maior relevância na região do Caribe. Assim, a Venezuela emerge como um pivô geopolítico dentro da esfera de influência geoeconômica da China, estabelecendo-se como um aliado estratégico em potencial. Neste contexto, Blanchard (2016) enfatiza que o relacionamento sino-venezuelano supera o âmbito puramente econômico e comercial. A cooperação entre China e Venezuela abrange esferas política, militar e tecnológica. No entanto, o autor ressalta ser crucial considerar diversos fatores que têm limitado a expansão e a profundidade das relações bilaterais nos últimos anos.

> Primeiro, **a Venezuela não é tão importante para a China quanto muitos outros países da América Latina** e de outros lugares. Em segundo lugar, em uma observação relacionada, **há muitos outros fornecedores de energia que são muito mais importantes para a China do que a Venezuela**. Terceiro, a China entende que a Venezuela é uma questão delicada para Washington. Em quarto lugar, o radicalismo venezuelano não se encaixa nas necessidades da China, dada a estreita ligação da

> China com a ordem econômica "ocidental" dominante. Quinto, o estado instável do cenário político interno da Venezuela torna a China cautelosa (Blanchard, 2016, p. 40).

No que diz respeito ao argumento de que existem muitos outros fornecedores de energia que são mais importantes para a China, os dados apresentados no Capítulo 2 evidenciam que, embora Pequim seja um dos principais destinos das exportações de petróleo bruto venezuelano, a participação da Venezuela nas importações totais de petróleo da China é relativamente pequena (ver gráfico 10). Além disso, as dificuldades enfrentadas pela Venezuela em manter níveis consistentes de produção, transporte e pagamento de empréstimos à China — que, por sua vez, tem aceitado retornos inferiores aos acordados — sugerem uma possível redução na participação do país caribenho no mercado petrolífero chinês nos próximos anos.

Em relação a percepção de que "a China entende que a Venezuela é uma questão delicada para Washington", cabe destacar que, antes do período de maior tensão entre a Venezuela e os Estados Unidos, Cheng e Shi (2008) argumentavam que o estabelecimento de uma parceria estratégica com o país andino poderia ser visto como um desafio direto aos interesses norte-americanos em sua própria esfera de influência. Essa visão enfatiza o caráter geopolítico da relação sino-venezuelana e sua relevância para a dinâmica das relações internacionais na região.

Conforme relatam Xing e Vadell (2024), nos últimos anos, as discussões sobre a mudança da 'ordem internacional' desencadeada pela rivalidade entre China e Estados Unidos se intensificaram. Desde meados dos anos 2000, a ascensão da China e seu impacto global geraram um debate acadêmico intenso sobre como interpretar a ascensão chinesa, as motivações e políticas externas da China, e os efeitos desta ascensão nas relações internacionais, na economia política internacional, na segurança, entre outros aspectos.

A transição para uma política externa chinesa mais assertiva tem gerado conflitos com o Ocidente e com seus vizinhos asiáticos. Embora muitas dessas tensões estejam concentradas no Mar do Sul da China e no Himalaia, elas também são perceptíveis na América Latina, particularmente na Venezuela, que historicamente esteve inserida na esfera de influência norte-americana. Portanto, como lidar com a potência asiática tornou-se uma das principais questões da política externa dos Estados Unidos (Santoro, 2020).

> Nesse cenário, **cada vez mais o Hemisfério Americano se torna palco da disputa geoestratégica. Na região, o caso mais sensível e ilustrativo de um engajamento mais assertivo por parte dos Estados Unidos é a Venezuela.** Ademais, com o agravamento da crise venezuelana, a dependência de Caracas de seus parceiros sino-russos aumentou consideravelmente, amplificando as possibilidades de conversão do espaço latino-americano como **tabuleiro geoestratégico na disputa**

> **geopolítica entre os Estados Unidos, China e Rússia** (Júnior, 2020, p. 13-14, grifo nosso).

A literatura sobre as motivações e implicações do crescente papel de Pequim na América Latina apresenta argumentos diversos e muitas vezes sobrepostos. Além da busca pela diversificação e fornecimento de petróleo como elemento central da parceria estratégica sino-venezuelana, muitos estudiosos apontam que o engajamento da China na região deve ser compreendido no contexto do desafio que representa à ordem regional liderada pelos EUA (Xiang, 2008; Stallings, 2008; Yang; Lee, 2020). Portanto, esta seção busca oferecer uma análise abrangente dos interesses subjacentes ao crescente interesse da China na Venezuela, destacando a posição geográfica singular do país no Grande Caribe.

Desde o início do século XIX, os Estados Unidos têm implementado políticas e ações visando garantir o controle exclusivo de qualquer passagem terrestre ou marítima interoceânica existente ou futura em seu entorno estratégico. A presença de outras potências na região da América Central, mesmo que aliadas, sempre foi vista como uma ameaça à hegemonia estadunidense (Bello, 2020). Inicialmente, a busca da China por reservas de petróleo e gás na região não constituía necessariamente uma ameaça aos interesses de Washington, que "não via o envolvimento econômico chinês na região como conflitante às suas prioridades" (Pires; Nascimento, 2020, p. 2).

No entanto, o rápido fortalecimento das relações sino-latino-americanas e a crescente presença econômica e política notável na América Latina, particularmente desde a primeira década do século XXI, têm levantado preocupações das autoridades norte-americanas sobre a possível reconfiguração das dinâmicas geopolíticas no Hemisfério Ocidental (Xiang, 2008; De Stange, 2021). A ascensão econômica, o aumento significativo do poder e da influência global, bem como a ampliação da capacidade de projeção internacional da China, portanto, tem desafiado os Estados Unidos não apenas em nível global, mas também na América Latina, uma região historicamente considerada como estando sob a influência preponderante norte-americana (Li, 2007; Stallings, 2008; Santoro, 2020; Yang; Lee, 2020).

O sucesso da China em expandir sua influência na região, portanto, tem provocado inquietação nos Estados Unidos, que veem os esforços da China como um potencial desafio aos interesses americanos na região, reforçando a percepção de que a China está contestando a tradicional esfera de influência dos EUA (Stallings, 2008). Essa percepção torna-se especialmente evidente no caso venezuelano, considerando que as relações energéticas sino-

latino-americanas e norte-americanas assumem uma complexa configuração triangular[91] (Palacios, 2008).

Diante desse cenário, os Estados Unidos têm cada vez mais percebido a China como um concorrente estratégico e uma potência revisionista, cuja crescente presença é vista como uma ameaça à sua hegemonia regional, dado que o poder e a influência relativa norte-americana na região poderiam diminuir proporcionalmente (Li, 2007; Bello, 2020; Santoro, 2020). Conforme destacado por Medina e Oraa (2024), embora a Venezuela não seja a causa primordial da disputa entre essas duas grandes potências, ela emergiu nos últimos anos como a questão mais sensível dessa controvérsia no Hemisfério.

Sob a liderança de Xi Jinping, a China adotou uma postura mais ativa em relação aos países latino-americanos, enquanto as relações entre os EUA e a América Latina se deterioraram significativamente desde a posse do presidente Donald Trump. Esse contraste é evidente, considerando que os Estados Unidos, tradicionalmente articuladores de propostas para a região, concentraram-se no Oriente Médio neste século, com a luta contra o terrorismo como eixo central de sua política externa (Bello, 2020).

O desengajamento crescente dos EUA na região sob a administração Trump foi marcado por ações como a retirada da Parceria Transpacífico, a redução da ajuda externa, a imposição de sanções e embargos econômicos, e medidas intervencionistas que invocavam explicitamente a Doutrina Monroe. Essa postura isolacionista e o vácuo de liderança norte-americana na região não apenas criaram um espaço estratégico, mas também aceleraram a tendência de maior envolvimento da China na região, que aproveitou essa oportunidade para promover seus interesses (Wigell; Landivar, 2018; Yang; Lee, 2020).

Diante desse cenário, com o advento do governo Biden, criou-se um "consenso bipartidário" no Congresso dos EUA de que a China representa um "rival sistêmico revisionista movido por suas ambições globais" (Xing; Vadell, 2024, p. 2), o qual estaria gradualmente colocando em questão os principais interesses estratégicos americanos na América Latina (Berg; Brands, 2022). Em 2020, o Comandante do Comando Sul dos EUA destacou que "tendências recentes ilustram que o Hemisfério Ocidental - nossa vizinhança compartilhada - é um espaço fundamental na competição global - e nos desafios globais - impostos pela República Popular da China (RPC) e pela Rússia". O Comandante também enfatizou a importância

[91]O relacionamento moderno entre a China e a Venezuela, especialmente após 1999, não pode ser compreendido sem considerar a influência dos Estados Unidos, dada a dependência histórica, política, social e econômica da Venezuela em relação a Washington (Vázquez, 2021).

estratégica da América Latina, que reside em seu "potencial único como uma vulnerabilidade e uma oportunidade" para a segurança norte-americana (Faller, 2020).

Em 2022, a Estratégia de Segurança Nacional do governo Biden enfatizou a China "o único concorrente com a intenção de remodelar a ordem internacional e, cada vez mais, com o poder econômico, diplomático, militar e tecnológico para avançar nesse objetivo"[92]. A retórica que coloca a China como o principal rival da ordem liberal vigente, entretanto, já estava presente na estratégia de Segurança Nacional lançada em 2021, destacando que "a China passou a ser considerada pelo governo norte-americano como um 'competidor estratégico' ao lado da Rússia, Irã e Coreia do Norte" (Paulino; Pires, 2021, p. 57).

> A China, em particular, tornou-se rapidamente mais assertiva. Ela é a única concorrente potencialmente capaz de combinar seu poder econômico, diplomático, militar e tecnológico para montar um desafio sustentado a um sistema internacional estável e aberto. [...] **Como os interesses nacionais vitais dos Estados Unidos estão inextricavelmente ligados à fortuna de nossos vizinhos mais próximos nas Américas, vamos expandir nosso engajamento e parcerias em todo o Hemisfério Ocidental** [...] (Biden Administration's Interim National Security Strategic Guidance, 2021, p. 7-10, tradução nossa)

Historicamente, da perspectiva dos Estados Unidos, a presença de atores extrarregionais, sobretudo, nos países banhados pelo Mar do Caribe (como o caso da Venezuela), representa uma ameaça à segurança nacional e um desafio estratégico direto aos seus interesses estratégicos. Assim, a despeito das discussões sobre o impacto da ascensão da China e seu desafio à ordem internacional liberal, bem como sua crescente influência no Sul Global, desde que iniciou sua estratégia *Going Out*, o governo chinês tem buscado atenuar as preocupações sobre o impacto de longo prazo de sua expansão global. Como observado no Capítulo 1, no início dos anos 2000, as lideranças chinesas procuraram construir a imagem de uma potência ascendente, pacífica e responsável em resposta às preocupações globais sobre a possível ameaça do crescente poder econômico e político da China. Para isso, estratégia de ascensão pacífica da China foi promovido sob o mandato de Jiang Zemin (1990-2002). Posteriormente, para mitigar a percepção de ameaças entre os países vizinhos e reiterar seu compromisso com o crescimento e a modernização sem aspirações hegemônicas, a China substituiu o termo "Ascensão Pacífica" por "Desenvolvimento Pacífico" como a lógica central que sustenta seu envolvimento comercial e diplomático com países em desenvolvimento ricos em recursos, especialmente durante o mandato de Hu Jintao (2002-2012) (Kotz; Ouriques, 2020; Ferchen, 2020). Na América Latina, o governo chinês enfatizou que sua presença na

[92] NATIONAL SECURITY STRATEGY OCTOBER 2022. The White House, 12 out. 2022. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/10/Biden-Harris-Administrations-National-Security-Strategy-10.2022.pdf> Acesso em: 25/07/2024

região não era motivada por fatores ideológicos e não tinha a intenção de afetar terceiros, especialmente os Estados Unidos (Xiang, 2008).

Colocando a retórica oficial de lado, Xiang (2008) argumenta que "não há dúvida de que a decisão de Pequim, no final do século XX, de intensificar seu envolvimento com a América Latina foi motivada, em grande parte, pela questão premente da segurança energética". Como discutido no segundo capítulo, o aumento das visitas oficiais de alto nível e a implementação de instrumentos bilaterais de cooperação e financiamento durante a primeira década do século XXI, por exemplo, ajudaram a solidificar os laços com os principais países da região, incluindo a Venezuela. No entanto, o novo interesse da China na América Latina levanta um importante dilema de política externa: as relações com os Estados Unidos. Para o autor, esse é o "principal motivo pelo qual seria enganoso argumentar que as preocupações geopolíticas não são um fator importante nas relações sino-latino-americanas" (Xiang, 2008, p. 49-50).

Assim, contrapondo a visão oficial do governo chinês sobre suas prioridades políticas no Hemisfério Ocidental, as quais seriam "compatíveis com um padrão universal de globalização econômica e que outras preocupações tradicionais, especialmente a dimensão geopolítica, tornaram-se menos relevantes", Xiang (2008), contesta a alegação de que a China está seguindo apenas uma estratégia de "globalização". Em vez disso, o autor argumenta que as "antigas preocupações - fatores geopolíticos em particular - ainda são os principais motivadores da política chinesa em relação à América Latina, embora em um novo contexto" (Xiang, 2008, p. 45).

> A maioria dos observadores concorda que a **segurança energética e de recursos** é o principal motivo do interesse da China no desenvolvimento de infraestrutura na região. As ricas reservas de petróleo e minerais da América Latina, juntamente com os vastos recursos agrícolas, estão se tornando uma fonte essencial para satisfazer o crescente apetite da China por essas commodities. **[No entanto,] a China não pode evitar as implicações geopolíticas de seus laços econômicos com a América Latina. A Venezuela é um caso em questão**. [...] Em pouco tempo, a China demonstrou sua capacidade e perspicácia para se tornar um dos principais investidores e parceiros comerciais da América Latina. Querendo ou não, a China está desempenhando os papéis tradicionais dos Estados Unidos no comércio e dos europeus no investimento. Essa é, potencialmente, uma mudança radical na geopolítica do Hemisfério Ocidental e, **ao assumir esse novo papel, a China também deve arcar com as consequências geopolíticas** e as responsabilidades que vêm com ela (Xiang, 2008, p. 55-57).

Politicamente, a diplomacia chinesa tem se esforçado para ganhar influência na região através de ações estratégicas, incluindo uma participação ativa em cenários multilaterais, como o Fórum de Cooperação China-América Latina, além de promover diversas iniciativas de entendimento bilateral. Economicamente, o país asiático tem focado em garantir o acesso a

commodities essenciais para seu crescimento e explorar oportunidades para promover o comércio exterior e os investimentos (Medina; Oraa, 2024). Geoestrategicamente, Yu (2015) destaca que a China pretende exercer o *soft power* em conjunto com sua crescente influência econômica e política, visando subir na hierarquia do poder global. Geopoliticamente, a Venezuela se tornou de grande interesse devido à sua posição geográfica singular, servindo como um ponto de interseção entre a América do Norte e a América do Sul, bem como entre o Atlântico e o Pacífico. Conforme observado no Capítulo 1, essa peculiaridade geográfica confere à Venezuela uma relevância estratégica significativa. Do ponto de vista dos Estados Unidos, a América Central e o Caribe são considerados sua "terceira fronteira" e, portanto, o perímetro de sua segurança (Bello; Suárez, Sáez, 2024, p. 88).

Dentre os diversos fatores que explicam o envolvimento da China na América Latina, Wigell e Landivar (2018) destacam que a região tem um significado estratégico mais amplo para Pequim, por meio da "garantia de alianças políticas em apoio à sua ascensão como superpotência emergente e como contrapeso às tentativas dos EUA de contê-la". Nesse sentido, observamos que cada vez mais a expansão da influência econômica e política da China no Hemisfério Ocidental tem "implicações inter-relacionadas para a intensificação da competição estratégica entre os EUA e a China" (Yang; Lee, 2020, p. 609).

Por mais de duas décadas, a China tem desenvolvido laços econômicos e de segurança estreitos com muitos países latino-americanos, levantando preocupações sobre sua crescente influência na região. Desde a virada do século, o país asiático se tornou o segundo maior destino das exportações da América Latina e uma das principais fontes de investimento estrangeiro direto e financiamento para a região. Embora os documentos oficiais de políticas chinesas e as declarações públicas de alto nível não revelem todas as intenções estratégicas do país em relação à América Latina, procurando apresentá-las da maneira mais moderada possível e enfatizando os interesses mútuos, é notável a forma aberta com que transmitem as considerações geoeconômicas chinesas. Isso é especialmente evidente nos dois *white papers* oficiais que a China publicou sobre sua política para a América Latina e o Caribe, em 2008 e 2016, respectivamente, reconhecendo cada vez mais que o envolvimento com os países da região é estrategicamente importante para o desenvolvimento da economia chinesa (Wigell; Landivar, 2018) Nesse contexto, ainda que Pequim não tenha a intenção de confrontar diretamente os Estados Unidos, "seu envolvimento na região recentemente transbordou para domínios estratégicos e geopolíticos, desafiando o domínio hegemônico" norte-americano (Yang; Lee, 2020, p. 587), conforme evidenciado nos documentos oficiais da administração

Biden, que explicitam as preocupações norte-americanas em relação às atividades da China na região.

Em apenas vinte anos, o governo chinês concedeu um número significativos de empréstimos, subsídios, acordos de reestruturação de dívidas, bolsas de estudo, e as empresas estatais chinesas se tornaram grandes investidoras nos setores de energia, infraestrutura, transporte e tecnologia da América Latina. Complementarmente, Pequim empreendeu esforços robustos para a melhoria das relações diplomáticas entre os dois lados, expandindo sua presença diplomática, cultural e militar em diversos países. Tais estratégias são identificadas por Yang e Lee (2020) como os principais meios de atrair os países latino-americanos para a órbita chinesa, com grandes implicações para a influência dos EUA.

> Em geral, o envolvimento econômico da China com a região dá aos países latino-americanos a oportunidade de buscar maior autonomia em relação aos Estados Unidos e às instituições ocidentais. O exemplo mais óbvio é a forma como os investimentos, os empréstimos e as receitas de exportação chineses para os países da ALBA os ajudaram a traçar um caminho independente dos esforços dos Estados Unidos para seguir sua agenda política na região. **A Venezuela é o exemplo mais óbvio**, mas também países como a Bolívia e o Equador, tradicionalmente grandes receptores da ajuda dos EUA, não puderam ser persuadidos pelos Estados Unidos a aceitar suas condições para a continuação da ajuda (Wigell; Landivar, 2018, tradução e grifo nossos).

No entanto, com o fim da era marcada por empréstimos multimilionários concedidos pelos principais bancos estatais chineses, que anteriormente caracterizavam o envolvimento financeiro de Pequim na região, especialmente na Venezuela (ver gráfico 7), observamos um novo paradigma nas relações sino-venezuelanas. Assim, dada a sua importância geográfica singular, a Venezuela se posiciona como uma peça central na guerra de posições entre as grandes potências, refletindo a complexa dinâmica geopolítica do século XXI. Este cenário não apenas sublinha a importância estratégica da Venezuela, mas também ilustra como a intersecção de interesses econômicos e geopolíticos molda as relações internacionais contemporâneas, evidenciando a crescente assertividade da política externa chinesa nos últimos anos.

3.3. CONTINUIDADE NA RELAÇÃO EM MEIO ÀS DIFICULDADES VENEZUELANAS

As relações sino-venezuelanas foram caracterizadas desde o início por “superlativos” (Ferchen, 2020). A China emergiu como o maior importador de petróleo do mundo, enquanto a Venezuela descobriu as maiores reservas comprovadas de petróleo em seu território. Por décadas, o relacionamento sino-venezuelano baseou-se em um elemento central: o comércio de

petróleo. No início dos anos 2000, a China encontrou na Venezuela um parceiro disposto a aumentar suas exportações de petróleo para países não ocidentais. Como destacamos ao longo da pesquisa, devido à crescente demanda energética chinesa e à necessidade de diversificação das fontes externas de fornecimento de petróleo, a China construiu parcerias com diversos países latino-americanos, incluindo o Brasil, a Argentina, o Peru e a Venezuela, através da concessão de investimentos e financiamentos, expandindo consideravelmente sua influência econômica e geopolítica na região.

O vertiginoso crescimento dos laços comerciais baseados em commodities entre a América Latina e o Caribe (ALC) e a China, iniciado por volta de 2003-2004, forneceu a base para uma "onda de diplomacia de alto nível" (Ferchen, 2020, p. 4). Especificamente na Venezuela, os interesses petrolíferos, financeiros e diplomáticos chineses alcançaram uma forma, escala e importância sem precedentes, superando as relações energéticas e interestatais da China com outras partes da América Latina e, sem dúvidas, com qualquer outra região do mundo. No entanto, como observado ao longo da pesquisa, desde meados dos anos 2010, as relações sino-venezuelanas têm passado por mudanças significativas que refletem transformações tanto na estratégia de desenvolvimento e inserção internacional da China quanto, nos desafios internos enfrentados pela Venezuela. Essas mudanças são uma resposta às novas dinâmicas econômicas e políticas que surgiram, impactando diretamente o perfil de engajamento e cooperação entre os dois países.

A demanda chinesa por commodities da América Latina e os altos fluxos de comércio, investimento e financiamento entre os países estiveram vinculados a uma fase específica do desenvolvimento chinês. Com as mudanças recentes na estratégia de desenvolvimento da China e o novo ritmo de crescimento econômico, que difere dos padrões observados nas últimas duas décadas, reconfiguração nas relações com países ricos em recursos e uma retração nos empréstimos concedidos à região como um todo. A despeito desse cenário, uma compreensão mais ampla da dinâmica das relações sino-venezuelanas nos últimos anos requer considerar também as circunstâncias sociais, políticas e econômicas recentes na Venezuela, que têm gerado impactos diretos nas relações bilaterais.

Como destaca Ferchen (2020), sinais de problemas na Venezuela e nas relações sino-venezuelanas começaram a emergir durante o auge do poder de Chávez, antes mesmo da crise financeira global, apesar do fortalecimento dos laços diplomáticos entre China e Venezuela nos anos subsequentes. Em 2012, à medida que cresciam as preocupações com a saúde de Chávez e os resultados das eleições presidenciais daquele ano, analistas chineses começaram a demonstrar um desconforto crescente com a estabilidade de suas parcerias, fortemente baseadas

na figura do líder chavista. No entanto, nos primeiros anos após a morte de Chávez, a China continuou a emprestar bilhões para a Venezuela, apesar das incertezas políticas e econômicas que pairavam sobre o país sul-americano.

> Como a China havia se tornado um importador líquido de petróleo já em 1994 e tinha a intenção de aumentar e diversificar suas fontes de parceiros de importação de petróleo, o interesse da China na Venezuela como parceiro petrolífero se encaixava logicamente nos objetivos de segurança energética do país. **Quaisquer que fossem as preocupações que as empresas, os bancos e as autoridades de política externa chineses pudessem ter em relação às políticas internas e externas radicais de Chávez, eles seguiram em frente**, insistindo que a demanda chinesa por petróleo e o fornecimento venezuelano de petróleo proporcionariam a estabilidade necessária no relacionamento (Ferchen, 2020, p. 8, tradução e grifo nossos).

Em 2012, Hugo Chávez foi reeleito para seu terceiro mandato presidencial. Contudo, após seu falecimento no ano seguinte, novas eleições foram convocadas, e Nicolás Maduro (PSUV), membro do Movimento Quinta República, ex-presidente da Assembleia Nacional Venezuelana (2005-2006) e Ministro das Relações Exteriores (2006-2013), foi escolhido como representante do chavismo, disputando as eleições novamente com o candidato antichavista Henrique Capriles (MUD). Maduro conquistou 50,75% dos votos e foi eleito mandatário da Venezuela, com o intuito de dar continuidade ao legado da Era Chávez. O resultado apertado do processo eleitoral, embora favorável ao sucessor de Hugo Chávez, expressou o legado de um país dividido em que grupos opositores ganham maior força e legitimidade. Os meses seguintes foram particularmente turbulentos para Maduro, cuja legitimidade foi questionada pela oposição (Rosa; Nunes Junior, 2019).

No mesmo ano, com a chegada de Xi Jinping ao poder, observamos a transição de uma política externa de baixo perfil para uma política assertiva, caracterizada por uma postura mais propositiva no âmbito regional, sob os motes da busca pela realização (*striving for achievement*) e o rejuvenescimento da nação chinesa (Kotz; Ouriques, 2020; Nogueira; Fona, 2022). Nesse contexto, como relata Piña (2024), o novo líder chinês recebeu, em um intervalo de quatro meses, o então presidente da Assembleia Nacional Diosdado Cabello, o vice-presidente Jorge Arreaza e o presidente Nicolás Maduro. Em 2014, durante a XIII CMAN, além de atualizar a relação bilateral para uma Parceria Estratégica Abrangente, Xi Jinping renovou o Fundo Conjunto China-Venezuela (FCCV) para os dois anos seguintes, fornecendo ao regime venezuelano mais 14 bilhões de dólares.

Como mencionam Kaplan e Penfold (2019, p. 20), a sucessão de Maduro "coincidiu com o fim da maior colheita de petróleo da história moderna da Venezuela, bem como com o início da mais dramática depressão econômica do passado recente da América Latina". Assim, enquanto o governo de Chávez (1999-2012) foi caracterizado por uma década de prosperidade

petrolífera, apesar da volatilidade dos preços das commodities, o governo de Maduro (2013-atual) experimentou uma reversão drástica dessa tendência. Isso se deve, em grande parte, à uma economia profundamente enraizada na exploração petrolífera e uma ausência de estratégias eficazes para diversificação da estrutura produtiva venezuelana.

A partir de 2015, o declínio no preço internacional do barril de petróleo, associado à deterioração das refinarias, má gestão e déficits de investimento na indústria petrolífera venezuelana, acentuados pelas sanções unilaterais impostas pelos Estados Unidos, resultou em uma redução significativa na produção e exportação de petróleo bruto, que caiu para níveis historicamente baixos (ver gráfico 8). Essa situação comprometeu a capacidade da Venezuela de manter os elevados índices de exportação e pagamento previamente acordados. Nos meses seguintes, o CDB estendeu os vencimentos dos empréstimos e facilitou os prazos de reembolso, permitindo que o país enviasse quantidades menores de petróleo do que o acordado originalmente (Nunes, 2020).

Esse cenário criou desafios para os investimentos chineses no *upstream*, que há muito tempo incluem as "regras restritivas das joint ventures da PDVSA e os altos custos de acesso e processamento do petróleo bruto do Orinoco" (Ferchen, 2020, p.10). Em relação aos altos custos associados à extração de petróleo extrapesado na Venezuela, diversos analistas destacaram, à época, os impedimentos técnicos para transferir uma parte significativa dos fluxos de petróleo para a China. Entre esses impedimentos estavam os custos de transporte e a capacidade das refinarias chinesas de processar o petróleo bruto pesado venezuelano. No entanto, talvez mais do que qualquer outro fator, a necessidade de adaptação das refinarias chinesas para processar esse tipo de petróleo tornou a meta da Venezuela de aumentar suas exportações de petróleo para a China em cerca de 500.000 barris por dia até 2009 um objetivo ambicioso, ainda que não impossível (Palacios, 2008, p. 182-183).

No entanto, como destacado por Ferchen (2020), o volume real de petróleo venezuelano exportado para a China sempre foi inferior às promessas, raramente atingindo meio milhão de barris por dia, o que equivale a menos de 5% das importações de petróleo da China em um determinado ano. Com a drástica queda dos preços globais do petróleo em 2014, a Venezuela foi forçada a renegociar os termos de suas dívidas com a China.

> Apesar da desaceleração do financiamento e da crise interna pela qual a Venezuela estava começando a passar, **Pequim continuou apoiando politicamente o governo bolivariano**. Em 2016, a China concordou em renegociar parte da dívida bilateral, concedendo à Venezuela um período de carência de dois anos para interromper os pagamentos do principal e dos juros. Esse acordo permitiu que Caracas manobrasse financeiramente até que as sanções dos EUA em 2017 e 2019 tornaram a situação difícil novamente (Piña, 2024, tradução nossa).

Nas eleições presidenciais de 2018, Nicolás Maduro foi reeleito para um segundo mandato. Todavia, o processo eleitoral, assim como as eleições estaduais e municipais de 2017, foi marcado pela ausência da principal força oposicionista, numerosas denúncias de fraude, tentativas de boicote e contestações por partidos de oposição, além de críticas por parte de organismos internacionais e países vizinhos (Weber, 2020; Coelho; Rosa; Mendes, 2021). Além da desconfiança internacional gerada pelas denúncias de ilegitimidade das eleições presidenciais, a suspensão da Venezuela do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a formação de cúpulas multilaterais, como o Grupo de Lima[93], resultaram em um isolamento diplomático significativo, com uma perda considerável de legitimidade e apoio regional e internacional para o país. Mesmo assim, "a China decidiu lançar uma nova tábua de salvação para seu aliado" e foi um dos primeiros países a parabenizar Maduro, ao lado de um pequeno grupo de 14 países (Piña, 2024).

No ano seguinte, o então presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, do partido *Voluntad Popular*, se declarou chefe de Estado interino da Venezuela. Alinhado à oposição, Guaidó se recusou a aceitar a legitimidade da reeleição de Maduro em 2018. Diante das tensões diplomáticas entre a Venezuela e os Estados Unidos, acentuadas após o retorno dos Republicanos ao poder em Washington em 2017, com um discurso e uma política mais ostensiva contra Nicolás Maduro, a declaração de Guaidó foi prontamente apoiada pelos Estados Unidos, reconhecendo-o como chefe de Estado da Venezuela. Em seguida, mais de cinquenta países reconheceram o governo interino venezuelano e Juan Guaidó como o presidente legítimo do país, dentre eles, Argentina, Brasil, Chile, Canadá, Colômbia e Peru. Nesse contexto, a administração Trump aprovou uma série de novas sanções financeiras que conduziram ao isolamento significativo da Venezuela dos fluxos de capital internacional, além de reforçar os embargos econômicos unilaterais à estatal petrolífera PDVSA, bloqueando todos os bens e interesses sob jurisdição dos EUA (Kaplan; Penfold, 2019; Rosa; Nunes; Junior, 2019).

Em contrapartida, a China e a Rússia, importantes aliados da Venezuela, se opuseram à ação de Guaidó e apoiaram a permanência do presidente eleito Nicolás Maduro no poder. Em julho do mesmo ano, durante uma coletiva de imprensa conjunta com o Ministro das Relações Exteriores do México, Marcelo Ebrard Casaubón, em Pequim, o Conselheiro de Estado e

[93] Criado em 2017, na capital do Peru, como um fórum de articulação política para discutir e propor uma solução pacífica para a crise econômica-política na Venezuela, foi composto inicialmente por: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Luzia (Rosa; Nunes Junior, 2019).

Ministro das Relações Exteriores, Wang Yi, enfatizou que a comunidade internacional deve defender firmemente os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, bem como as regras básicas das relações internacionais. O ministro chinês declarou publicamente o apoio ao governo venezuelano na luta pela defesa da soberania nacional e independência, posicionando-se contra a interferência externa nos assuntos internos e as sanções unilaterais[94]. Além disso, conforme relatado por Piña (2024), "Pequim usou seu poder de veto no Conselho de Segurança da ONU para bloquear uma resolução que reconhecia Guaidó como o presidente legítimo da Venezuela". Em março do mesmo ano, a China bloqueou a nomeação do economista Ricardo Hausmann como representante venezuelano no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que havia sido proposta por Guaidó.

> Sempre se acreditou que o governo venezuelano conseguiu se manter no poder graças ao apoio de Cuba, Rússia ou Irã. Embora esses governos tenham sido fundamentais no fornecimento de apoio político, diplomático e militar ao regime venezuelano, **nenhum deles foi tão decisivo quanto a China para garantir a continuidade de Hugo Chávez e Nicolás Maduro no poder.** Pequim não apenas forneceu apoio econômico no último quarto de século, mas também ofereceu apoio **político-diplomático** quando a sobrevivência da chamada Revolução Bolivariana foi ameaçada (Piña, 2024).

Nesse contexto, a Venezuela procurou ativamente novos acordos de empréstimo e petróleo com países que, nas últimas décadas, se destacaram como importantes alternativas comerciais e diplomáticas para o regime chavista-madurista, como Rússia e China. Apesar do contínuo apoio diplomático de Pequim ao governo venezuelano, o agravamento da crise política, a grave crise econômica e a deterioração socioeconômica do país têm dificultado a concretização de acordos de grande porte. A ajuda econômica chinesa permaneceu constante até que a crise venezuelana, fortemente associada ao colapso do setor petrolífero doméstico, levou a China a adotar uma postura mais cética quanto à concessão de novos empréstimos e investimentos (Piña, 2024).

Embora alguns acordos tenham sido firmados nos últimos anos, como a expansão da *joint venture* de processamento de petróleo Sinovensa e a colaboração nos setores espacial e de telecomunicações, observamos que a parceria sino-venezuelana enfrenta desafios significativos devido às dificuldades estruturais e conjunturais na produção e exportação de petróleo. Para a Venezuela, "a lacuna entre seu potencial e sua realidade petrolífera cada vez mais problemática é tanto um sinal quanto um sintoma dos problemas econômicos, sociais e políticos mais profundos que o país enfrenta" (Ferchen, 2014, p. 1-2). Além desses fatores, como mencionado

[94] Wang Yi: The Venezuelan Issue Should Be Settled by the Venezuelan People Through Dialogues and Negotiations. Consulate-General of the People's Republic of China in Lagos. Disponível em: <http://lagos.china-consulate.gov.cn/eng/zgyw/201907/t20190704_7143400.htm> Acesso em 02/06/2024

no Capítulo 1, as reservas dessa região consistem principalmente em petróleo pesado e extrapesado, o que indica uma elevada concentração de carbono. Consequentemente, isso implica que os custos de extração, transporte e refino do petróleo venezuelano são significativamente mais altos, assim como os custos ambientais, quando comparados com outros tipos de petróleo.

Diante da conjuntura descrita, torna-se evidente que Nicolás Maduro está inserido em um cenário doméstico e internacional notavelmente distinto daquele de Hugo Chávez, herdando não apenas o projeto político de seu predecessor, mas também as complexas dificuldades socioeconômicas e políticas que marcaram o regime chavista. Apesar da ausência de novos empréstimos desde 2015 e das sucessivas tentativas do governo de Maduro para garantir financiamento adicional em Pequim, é fundamental ressaltar que a China não cessou completamente o apoio financeiro ou diplomático à Venezuela. Em vez disso, as interações mais recentes entre os dois países têm se concentrado na renegociação da dívida existente, na tentativa de mitigar a deterioração dos níveis de produção de hidrocarbonetos e na manutenção das remessas de petróleo destinadas ao pagamento da dívida. Além disso, o governo chinês tem se abstido de reconhecer publicamente os desafios tanto na situação interna da Venezuela quanto nas relações sino-venezuelanas.

Contrariando expectativas, o governo chinês tem substancialmente reforçado seus compromissos diplomáticos com a Venezuela. Em setembro de 2023, Nicolás Maduro realizou sua primeira visita à China em cinco anos, com o objetivo de renovar os laços com Pequim, às vésperas do início da corrida eleitoral para as eleições de 2024. Durante a visita, os líderes dos dois países anunciaram a elevação das relações a uma parceria estratégica “para qualquer situação” — um título reservado a poucos parceiros diplomáticos da China, como a Rússia. Com essa nova designação, a Venezuela tornou-se o primeiro país latino-americano a alcançar esse nível de parceria com o país asiático. Na ocasião, o presidente Xi Jinping afirmou que “o estabelecimento de uma parceria estratégica para qualquer situação entre a China e a Venezuela atende às expectativas comuns dos dois povos e está em conformidade com a tendência geral do desenvolvimento histórico”. Maduro, por sua vez, destacou que “a criação dessa parceria estratégica tem um significado histórico e certamente marcará o início de uma nova era nas relações bilaterais”[95]. Essa evolução reforça a importância da Venezuela na estratégia diplomática chinesa, sublinhando o compromisso contínuo de Pequim com Caracas, mesmo diante das adversidades econômicas e políticas que o país andino enfrenta.

[95] Xi e Maduro anunciam elevação dos laços China-Venezuela. Xinhua News, 14 set. 2023. Disponível em: <https://portuguese.news.cn/20230914/c18c355ad611417cb7ab834f3410b7ba/c.html> Acesso em: 01/08/2024

Como mencionado anteriormente, a análise realizada nesta dissertação se encerra no final de 2023. No entanto, enquanto este trabalho está sendo escrito, em 28 de julho de 2024, Nicolás Maduro foi reeleito para seu terceiro mandato consecutivo, estendendo seu governo por mais seis anos. Com 51,2% dos votos, o sucessor de Chávez que representa o Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), torna-se o presidente mais longevo da história da Venezuela, consolidando a força do chavismo no país. Novamente, o processo eleitoral venezuelano é marcado por denúncias e os resultados foram contestados pela oposição, com alegações de fraude eleitoral sustentadas por países como Estados Unidos, Argentina, Chile e Uruguai, que não reconheceram Maduro como vencedor. Por outro lado, a China, que desempenhou um papel crucial na estratégia de Maduro durante a campanha presidencial de 2023 (Piña, 2024), prontamente reconheceu o resultado das eleições. Em 30 de julho de 2024, o presidente Xi Jinping enviou uma mensagem parabenizando Nicolás Maduro por sua reeleição como Presidente da República Bolivariana da Venezuela[96]. Esse cenário corrobora o argumento de que o governo chinês continua a fortalecer e elevar os vínculos político-diplomático com a Venezuela a novos patamares, embora com uma abordagem mais cautelosa em relação aos retornos econômicos da parceria estratégica sino-venezuelana.

Como destacado nos estudos de Song, Borquez e Muñoz (2020), a explicação teórica das ações da China com base na perspectiva materialista, que vê a criação de redes de parceria estratégica apenas como uma garantia de suprimento e segurança, não retrata o quadro completo da realidade. Portanto, a predominância da explicação da parceria sino-venezuelana em termos do fornecimento de petróleo revela uma lacuna significativa na literatura. Ao se concentrar exclusivamente na cooperação energética, grande parte das explicações teóricas existentes não capturam toda a complexidade dessa relação. Compreender essa complexidade torna-se essencial para explicar a continuidade da parceria, mesmo diante dos desafios impostos.

[96] Xi Jinping Sends Congratulatory Message to Nicolás Maduro Moros on His Reelection as Venezuelan President. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 30 jul. 2024. Disponível em: < https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/zyxw/202408/t20240801_11464750.html > Acesso em: 01/08/2024

CONCLUSÃO

Desde o fim da Guerra Fria, o sistema internacional e as relações entre os Estados passaram por transformações profundas. Essas mudanças refletem uma nova lógica de coexistência que prioriza questões de economia política internacional sobre as tradicionais preocupações com segurança, promovendo a cooperação em detrimento do conflito. Esse cenário impulsionou a necessidade de uma redefinição do conceito de alinhamento estratégico, destacando a cooperação baseada em consenso e negociações, em vez de táticas coercitivas. O surgimento de um novo modelo de parcerias internacionais exemplifica essa transição.

Nesse contexto, a geoeconomia emerge como uma abordagem central para analisar como grandes potências, como Rússia e China, utilizam práticas econômicas sistematicamente para influenciar mercados globais e moldar o sistema internacional. Conforme apresentado por Blackwill e Harris (2016, p. 20), a geoeconomia pode ser definida como o uso de meios econômicos para atingir objetivos geopolíticos. No caso da China, essa abordagem está presente em seu modelo de cooperação internacional, que se caracteriza pela formação de alianças complexas e uma maior capacidade de engajamento global. Isso evidencia o papel crescente das ferramentas econômicas na promoção de interesses estratégicos, sendo as parcerias estratégicas um instrumento essencial na nova dinâmica de globalização e governança global.

Desde a virada do século XXI, a China estabeleceu uma presença notável na América Latina. Com uma abordagem multifacetada, o país asiático tornou-se um importante parceiro diplomático, comercial, investidor e credor de destaque em diversos países latino-americanos, incluindo a Venezuela. As mudanças nos mercados globais de petróleo e gás no início dos anos 2000 abriram caminho para a implementação da estratégia *Going Global* (2000), que possibilitou à China ampliar sua presença internacional e estabelecer redes mais complexas de cooperação. No contexto da América Latina e do Caribe, especialmente após a Guerra do Iraque em 2003, observou-se uma expansão significativa dos investimentos chineses na região. Esse movimento fez parte de um esforço conjunto do governo chinês e das companhias petrolíferas estatais (NOCs) para a aquisição de novos blocos e reservas de hidrocarbonetos no exterior.

“Relativamente recém-chegada à América Latina” (Zhao, 2008, p. 212), a rede de parcerias estabelecida por Pequim consolidou-se como um mecanismo central para fortalecer suas relações e assegurar um papel mais sólido e ativo na região. Como parte da estratégia chinesa de diversificação de mercados de exportação e fornecimento de recursos naturais e commodities estratégicas, essas parcerias foram essenciais para a construção de acordos

estratégicos subsequentes com países como Argentina, Brasil, Chile, Equador, México, Peru e Venezuela, ampliando a inserção geopolítica e econômica da China na ALC.

No caso da Venezuela, o papel do país transformou-se rapidamente com a descoberta das maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo em seu território. A magnitude dessas reservas fez do petróleo o principal eixo da trajetória política, econômica e produtiva venezuelana. Por décadas, o petróleo não apenas forneceu uma fonte crucial de receita estatal, mas também serviu como um instrumento estratégico para promover os objetivos de política externa da Venezuela. A construção de laços com a China é um exemplo claro disso, com o petróleo desempenhando um papel fundamental na consolidação e alavancagem da parceria bilateral ao longo dos anos 2000.

Como parte da estratégia de política externa da Era Chávez, a Venezuela buscou reduzir a dependência do mercado de petróleo dos Estados Unidos, aumentando o número de exportações para países asiáticos, como China e Índia. Diante desse cenário, enquanto a China emergiu como um potencial parceiro comercial no setor de energia, fornecedor de serviços e insumos, e um aliado ideológico em assuntos geopolíticos, a Venezuela foi considerada pelo governo chinês como um parceiro estratégico para a diversificação das fontes geográficas de fornecimento de petróleo, dando início ao estabelecimento de um modelo de cooperação único na América Latina. O encontro de interesses entre os dois países, tornaram a Venezuela a maior beneficiária de empréstimos chineses na América Latina e no Caribe.

Os dados apresentados no Capítulo 2 revelam que, entre 2007 e 2015, a Venezuela recebeu aproximadamente 60 bilhões de dólares em empréstimos garantidos por commodities, pagos por meio de exportações de petróleo, caracterizando o modelo de empréstimo *loan-for-oil deals*. O Banco de Desenvolvimento da China (CDB), junto com o FONDEN, desempenhou um papel crucial na cooperação energética sino-venezuelana, sendo responsável pelo financiamento do Fundo Conjunto Sino-Venezuelano com um montante de aproximadamente US$ 55 bilhões.

Com a alta dos preços do barril de petróleo, o comércio entre os dois países também alcançou proporções surpreendentes. O comércio bilateral entre China e Venezuela atingiu aproximadamente US$ 24 bilhões em 2012, comparado aos US$ 589,12 milhões em 2001, marcando um recorde histórico e multiplicando-se 40,5 vezes em apenas 11 anos. Observamos também que mais de 500 acordos foram assinados entre os dois países desde a chegada de Chávez ao poder em 1999 até 2017. Dentre eles, 300 foram firmados durante as 17 Comissões Mistas de Alto Nível realizadas entre 2001 e 2023, abrangendo mais de 25 setores econômicos, incluindo áreas estratégicas como hidrocarbonetos, mineração, telecomunicações, moradia e

defesa. Em termos de nível de parceria estratégica, como resultado do rápido avanço da cooperação entre China e Venezuela, em 2014 os laços foram elevados a uma Parceria Estratégica Abrangente, o segundo nível mais alto nas relações bilaterais.

Desde o início da parceria, a China tem empregado instrumentos econômicos para alcançar seus objetivos estratégicos na Venezuela. Inicialmente, esses instrumentos se consolidaram como ferramentas diplomáticas essenciais. No início do século, o interesse principal do governo chinês era fomentar oportunidades de negócios de longo prazo, garantir contratos para as empresas estatais, exportar maquinário e utilizar commodities, especialmente o petróleo, como garantia para os empréstimos concedidos. Tal estratégia chinesa de se posicionar como parceiro estratégico, oferecendo empréstimos e financiamentos direto, especialmente no setor de energia, refletiu uma abordagem sofisticada que visava diversificar os mercados de importação de petróleo, reduzir a vulnerabilidade energética da China e expandir seu alcance geopolítico sem recorrer a confrontos militares diretos. Como resultado, observamos a construção de diversas parcerias estratégicas caracterizadas por altos volumes de empréstimos e financiamentos voltados para a exploração de recursos naturais, como o caso da Venezuela. Essa estratégia priorizou não o retorno financeiro imediato, mas a segurança dos interesses nacionais da China a longo prazo.

Essas iniciativas não só fortaleceram a aliança estratégica entre China e Venezuela, como também evidenciaram a crescente importância da cooperação energética como um pilar central das relações bilaterais, conforme amplamente discutido na literatura. Contudo, o agravamento da crise econômica na Venezuela, impulsionado pela queda nos preços internacionais do petróleo, deterioração das refinarias, declínio na produção e exportação de petróleo bruto, dificuldades no pagamento das dívidas com a China e outras instabilidades domésticas, causaram um impacto severo no comércio bilateral. Esta conjuntura comprometeu a capacidade da PDVSA de manter os elevados níveis de exportação previamente acordados, especialmente após o endurecimento das sanções unilaterais impostas pelos Estados Unidos.

As dívidas venezuelanas com a China tornaram-se ainda mais problemáticas devido ao fato de que o pagamento está vinculado ao preço do petróleo bruto no mercado, combinado com os elevados custos de produção, impostos e royalties que a PDVSA deve arcar. Portanto, embora os empréstimos concedidos pelo Banco Chinês de Desenvolvimento à Venezuela não tenham implicações legais diretas, a estrutura estabelecida para a gestão desses empréstimos e as características específicas dos acordos baseados em petróleo, juntamente com os fatores mencionados, criam condições que tornam o pagamento da dívida insustentável a longo prazo.

Ademais, a partir de 2017, os bancos chineses interromperam a concessão de novos empréstimos ao país. Os grandes projetos de investimento financiados com esses empréstimos em setores estratégicos, como hidrocarbonetos e eletricidade, não alcançaram as metas de produção esperadas, e grande parte dos encontros e acordos firmados nos últimos anos têm sido marcados por sucessivas renegociações da dívida. Assim, conforme a China tem enfrentado dificuldades em cobrar os empréstimos concedidos à Venezuela, nos últimos anos o país vem reestruturando os termos dos acordos: estendendo prazos de vencimento, concedendo períodos de carência maiores e reduzindo as cotas de remessa de petróleo. Em 2022, a Venezuela representou apenas 3% das importações totais de petróleo da China, que direcionou 56% de suas compras para o Oriente Médio.

Nesse sentido, embora o petróleo tenha se consolidado como o elemento central da parceria estratégica entre China e Venezuela ao longo das últimas duas décadas, as dificuldades relacionadas à gestão econômica, a instabilidade política, e a crise humanitária e social que afetam o país andino têm criado um ambiente de crescente incerteza para os interesses chineses. Além disso, a disparidade entre o potencial produtivo e a realidade da produção petrolífera venezuelana, aliada à complexidade das reservas de petróleo pesado e extrapesado na Bacia do Orinoco — de difícil acesso e com custos de exploração ambientalmente elevados —, e relativamente baixa dependência chinesa das importações de petróleo venezuelano, especialmente quando comparada a outros fornecedores globais agravam ainda mais a situação.

Como resultado deste cenário, observamos uma postura de desengajamento econômico cauteloso por parte da China em relação à Venezuela. Este comportamento reflete as complexidades inerentes à parceria sino-venezuelana, na qual, apesar dos esforços contínuos da China para proteger seus interesses estratégicos, o país enfrenta desafios crescentes para sustentar e maximizar os benefícios dessa relação bilateral. Isso ocorre em meio a uma transição energética global e ao acesso de Pequim a reservas de petróleo mais baratas. Ainda assim, é importante ressaltar que, apesar das sucessivas renegociações das dívidas venezuelanas, da crescente instabilidade política, econômica e social na Venezuela, e da postura mais cautelosa da China em relação aos investimentos econômicos, Pequim continua empregando ferramentas diplomáticas e políticas para fortalecer a parceria estratégica.

Em 2023, Xi Jinping anunciou a elevação das relações bilaterais a uma parceria/associação estratégica “para qualquer situação” — um status reservado a poucos parceiros, como a Rússia. Esse movimento reflete o fortalecimento da cooperação bilateral e a expansão da colaboração em assuntos internacionais, demonstrando que, apesar dos desafios, a China permanece comprometida com sua relação com a Venezuela, como uma forma de manter

sua presença estratégica na região. A demonstração mais recente desse compromisso foi evidenciada durante as eleições presidenciais de 2024, quando Xi Jinping reafirmou prontamente seu apoio e reconhecimento à reeleição de Nicolás Maduro. Essa postura reflete a continuidade do apoio chinês, similar ao ocorrido em 2019, quando a China, embora não tenha concedido novos empréstimos, manteve seu respaldo ao regime venezuelano durante a crise política envolvendo o líder da oposição, Juan Guaidó.

Ao longo da pesquisa, observou-se que a China tem utilizado uma ampla rede de parcerias estratégicas para expandir sua influência global, e a relação com a Venezuela constitui apenas uma parte dessa estratégia multifacetada. A parceria sino-venezuelana deve, portanto, ser compreendida dentro de um contexto mais amplo de cooperação internacional, onde a China busca ampliar sua influência e atingir metas geopolíticas e econômicas de longo prazo. Diante dessa conjuntura, torna-se fundamental integrar a dimensão geoestratégica para uma compreensão mais profunda da parceria estratégica entre China e Venezuela na nova fase das relações bilaterais.

Embora essa relação se manifeste em diversas esferas — econômica, diplomática, cultural, militar e política —, com destaque para a implementação de instrumentos de cooperação e financiamento bilaterais, a relevância geoestratégica da Venezuela no Caribe, aliada à oportunidade de ampliar sua influência em uma região historicamente dominada pelos Estados Unidos, pode ser interpretada como uma estratégia de alavancagem geopolítica por parte da China.

Nesse sentido, ao analisar as diferentes dimensões da parceria estratégica sino-venezuelana, com ênfase nos interesses geoestratégicos e geoeconômicos chineses, entendemos que os recentes compromissos político-diplomáticos e os acordos de renegociação da dívida por parte de Pequim com a Venezuela sinalizam uma intenção da China em consolidar sua principal parceria no Grande Caribe, posicionando-se estrategicamente em relação à hegemonia dos Estados Unidos na região.

ANEXOS

Anexo 1 - Visitas oficiais de alto nível entre China e Venezuela (1974-1999)

Mês	Ano	Descrição
Fevereiro	1981	Visita oficial do Ministro das Relações Exteriores, Alberto Zambrano Velasco, à República Popular da China
Março	1981	Visita da delegação da Assembleia Popular da China à República da Venezuela
Abril	1981	Visita do Vice-Ministro das Relações Exteriores da China, Zhang Wen Jing, à República da Venezuela
Agosto	1981	Visita do Vice Primeiro-Ministro do Conselho de Estado e Ministro das Relações Exteriores da República Popular da China, Huang Hua, à República da Venezuela
Outubro - Novembro	1981	Primeira visita oficial do Presidente da Venezuela, Luis Herrera Campins, à República Popular da China
Agosto	1984	Visita do Conselheiro de Estado e Ministro das Relações Exteriores, Wu Xueqian, à República da Venezuela
Março	1985	Visita do Conselheiro de Estado, Gu Mu, à República da Venezuela
Junho	1985	Visita da delegação parlamentar liderada pelo vice-presidente do Comitê Permanente do Congresso Popular Chinês, Huang Hua, à República da Venezuela
Novembro	1985	Primeira visita de Estado de um chefe de governo chinês à Venezuela pelo primeiro-ministro Zhao Ziyang, recebido pelo presidente venezuelano Jaime Lusinchi
Outubro	1991	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Armando Durán, à República Popular da China
Maço	1994	Visita do Vice Ministro das Relações Exteriores, Liu Huaqiu, à República da Venezuela
Junho	1995	Visita da delegação parlamentar liderada pela Deputada Yang Zhenya, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Popular Nacional, à República da Venezuela
Março	1996	Visita do Secretário Geral do Conselho de Estado, Luo Gan, à República da Venezuela
Novembro	1996	Visita do Premier Li Peng à República da Venezuela, recebido pelo Presidente venezuelano, Rafael Caldera
Fevereiro	1997	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Miguel Ángel Burelli Rivas, à República Popular da China
Março	1997	Visita do Vice-Presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Qian Zhengying, à República da Venezuela
Setembro	1997	Visita da delegação do Ministério de Supervisão da China à República da Venezuela
Maio	1999	Visita do Ministro do Diretor Geral do Ministério das Relações Exteriores, Carlos Bivero, à República Popular da China

Fonte: Elaboração própria com base nas informações divulgadas por Molina Medina (2018) e pelo Centro Venezolano de Estudios sobre China (2019)

Anexo 2 - Comissões Mistas de Alto Nível China-Venezuela (CMAN), 2001-2018

Sessão	Ano	Local	Destaques	Total de acordos
I CMAN	2001	Pequim	Assinados 6 acordos de cooperação foram assinados, os primeiros assinados no âmbito da CMAN. Estes incluem: o **Memorando de Entendimento sobre Cooperação Energética Decenal (2001-2011)**[97], que visa propor linhas de cooperação entre os dois países no setor de hidrocarbonetos, especialmente em termos de financiamento, assistência técnica e comércio de petróleo bruto; o Memorando de Entendimento entre os dois países para Cooperação Agrícola a Longo Prazo; a Carta de Intenções para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação.	6
II CMAN	2002	Caracas	Acordo de Cooperação Econômica para a aquisição de equipamentos médicos de raios X; Contrato comercial para a construção de habitação social entre o Ministério da Infra-estrutura da Venezuela e a empresa chinesa COMPLANT; Carta de Intenções para o desenvolvimento de um Projeto Agrícola Integral entre a Shenzhen China-Venezuela Agricultural Investment Co; Ltd.	3
III CMAN	2004	Pequim	Aacordos de cooperação sobre questões econômicas e tecnológicas, construção de infra-estrutura e aumento dos laços energéticos entre os dois países. Nesta ocasião, foi destacada a declaração na qual a **Venezuela reconhece o Status da China como Economia de Mercado**.[98]	11
IV CMAN	2004	Caracas	Acordos de cooperação nas áreas de tecnologia, economia e habitação, bem como a cooperação entre os estados venezuelanos e as províncias chinesas. Entre esses acordos estão: o Memorando de Entendimento entre o BANDES e o CDB; o contrato comercial para a construção de moradias entre o Ministério do Poder Popular para Habitação e Habitat e a CITIC Constrution Co. Ltd. e o Memorando de Entendimento para Cooperação Mútua entre os Estados de Anzoátegui, Montagua e a Província de Shandong.	8
V CMAN	2006	Pequim	Foram assinados múltiplos acordos de cooperação nas áreas de comunicação e informação, turismo, petróleo, tecnologia, mineração e assuntos sociais. A PDVSA avançou em projetos de expansão com a assinatura de 12 acordos energéticos. Os documentos foram assinados em uma cerimônia realizada no Grande Palácio do Povo, em Pequim. Durante o evento, foi reafirmado o compromisso das empresas petrolíferas de ambos os países com o desenvolvimento conjunto de atividades	28

[97] No original: *Memorándum sobre la Cooperación Energética Decenal (2001-2010).*

[98] 'Estos acuerdos fueron fortalecidos entre el 28 y 29 enero de 2005 con la visita oficial del Vicepresidente de la República Popular China Zeng Qinghong por invitación del Vicepresidente de la República Bolivariana de Venezuela José Vicente Rangel. El día 29 en presencia del presidente Chávez y el vicepresidente Zeng fueron firmados 21 documentos de cooperación entre los que destacaron el memorándum de entendimiento sobre el fortalecimiento de los trabajos de la Comisión Mixta de Alto Nivel." China y Venezuela: Una Asociación Estratégica Integral. Informe de Relaciones Bilaterales 2018-2019. Centro Venezolano de Estudios sobre China, jul. 2019. p. 25. Disponível em: <https://cvechina.files.wordpress.com/2019/07/china-venezuela-una-asociacic3b3n-estratc3a9gica-integral.pdf>

			upstream e *downstream*[99] no território venezuelano.	
VI CMAN	2007	Caracas	Em fevereiro foram assinados adendos aos contratos entre a CVG-Telecom da Venezuela e a empresa chinesa Huawei, depois em março foram feitos acordos de cooperação e fornecimento de energia. Finalmente, em 6 de novembro, cinco acordos de cooperação foram assinados, incluindo a **criação do** "***Fondo Conjunto China-Venezolano***" (FCCV), responsável por suprir a carência de capital para a implementação de projetos conjuntos, operando como um consórcio financeiro com amplo crédito concedido por duas instituições financeiras: o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Venezuela (FONDEN) e o Banco Chinês de Desenvolvimento (CDB).	5
VII CMAN	2008	Pequim	No dia 24 de setembro, foi encerrada a 7ª CMAN China-Venezuela, onde foram assinados sete acordos de cooperação bilateral alcançados entre as duas partes, entre os quais: a **ampliação do Fundo Conjunto China-Venezuela para 12 mil milhões de dólares**. Os acordos incluíram: o Acordo sobre a Complementação da Cooperação Económica e Técnica na Indústria do Ferro, o Programa de Intercâmbio Educacional 2008-2010, a Lei para a constituição da empresa comum Orinoquia, a carta de intenções entre o Ministério do Poder Popular para os Negócios Estrangeiros e a Huawei Technologies, LTD, entre outros.	26
VIII CMAN	2009	Caracas	Inaugurada em 21 de dezembro, foram discutidos aspectos de cooperação econômica, agrícola, financeira, cultural, energética e mineira, assuntos bilaterais e tecnologia espacial. Entre estes, destacam-se o acordo de exportação de 500 mil barris de petróleo bruto e outros derivados para a China, assinado entre a Petróleos de Venezuela, S.A. e a Petrochina, os aspectos técnicos da construção de uma linha férrea que liga o **trecho Tinaco-Anaco** e a formação de estudantes venezuelanos na China em questões espaciais. Nessa reunião, foi acordado aumentar a proporção de projetos de cooperação bilateral financiados pelo "Fundo Conjunto China-Venezuela", bem como usar o renminbi como moeda para empréstimos e operações de câmbio, formando assim o "Fundo de Longo Prazo para Grandes Volumes"[100] com 20 bilhões de dólares.	29
IX CMAN	2010	Pequim	Em 23 de agosto, os dois países firmaram diversos acordos de cooperação financeira nas áreas de mineração e petróleo. Entre os seis acordos de cooperação assinados estavam o estabelecimento da arquitetura legal de um financiamento de longo prazo e em larga escala para o desenvolvimento de projetos estruturantes envolvendo o Banco de Desenvolvimento da China e o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social da Venezuela (Bandes), um contrato de fornecimento entre a PDVSA e a CNPC e um acordo de cooperação entre a	6

[99] "O upstream compreende as atividades de exploração e produção de petróleo, podendo ser em terra (onshore) ou no mar (offshore). Downstream é um termo usado para definir, essencialmente, as atividades de transporte, comercialização e refino de petróleo e ainda transporte e comercialização de derivados de petróleo." DOS SANTOS SILVA, Cassia Daniele. **Análise do Impacto dos Erros de Previsão no Processo de Planejamento de Produção de uma Empresa Petrolífera**. 2012. Tese de Doutorado. PUC-Rio. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21199/21199_4.PDF>

[100] Principais instrumentos de cooperação e financiamento entre China e Venezuela. Em espanhol: *Fondo de Financiamiento Conjunto Chino Venezolano* (FCCV) e *Fondo de Gran Volumen a Largo Plazo* (FGVLP).

			Corporação Venezuelana da Guiana (CVG) e o Banco de Desenvolvimento da China.	
X CMAN	2011	Caracas	A Comissão resultou na assinatura de acordos de cooperação energética, agrícola, científico-tecnológica, industrial, aeroespacial, cultural e social, totalizando 318 acordos bilateris. Dentre os acordos assinados, destacam-se: a Carta de Intenções entre a Corporación Eléctrica Nacional (Corpoelec) e a China Electric Power, China Gezhouba Group International Engineerin (CGGC) e China Camc Engineering Co. para o **Projeto do Sistema de Transmissão Tocoma-Uribante**, crédito para o financiamento do Plano de Expansão da Produção da Sinovensa[101] no valor de 4 bilhões de dólares, o Memorando de Entendimento entre a PDVSA-CVP e a China Machinery Engineering Corporation (CMEC) para a Construção de Usinas de Combustão Direta à base de Coque[102] e novos financiamentos para o Fundo de Longo Prazo para Grandes Volumes.	9
XI CMAN	2012	Pequim	Na presença dos presidentes da Comissão Mista de Alto Nível, do lado chinês o Presidente da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China Zhang Ping e do lado venezuelano o Ministro do Planejamento e Finanças Jorge Giordani, foram assinados acordos de cooperação nos setores de eletricidade, petróleo e petroquímica. Ambos os países concordaram sobre a importância do ano de 2012 para as relações binacionais devido às conquistas alcançadas, como o lançamento do **Satélite Miranda (VRSS-1)[103]** e o início da construção da refinaria entre as empresas petrolíferas PDVSA e CNPC na província de Zhejiang.	8
XII CMAN	2013	Pequim	Na presença do Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolas Maduro, e do Presidente da República Popular da China, Xi Jinping, foram assinados 27 acordos de cooperação nas áreas de desenvolvimento de infraestrutura, habitação, energia, alta tecnologia, telecomunicações, transporte terrestre, finanças, petróleo, mineração e gás. Entre os acordos mais importantes assinados estão a assinatura do "*Tramo C*" do Fundo Conjunto China-Venezuela no valor de US$ 5 bilhões, que elevou o valor do financiamento para US$ 40 bilhões; o Programa de Intercâmbio Educacional 2014-2016 para a concessão de bolsas de estudo; o Acordo para a construção do terceiro satélite venezuelano (VRSS2)[104] e o Acordo para o	27

[101] Principal empresa chino-venezuelana que opera na Faixa de Orinoco, na Venezuela.

[102] O acordo previa a "construção de uma usina de 900 megawatts no Condomínio Industrial de Junín, uma usina de 300 megawatts no Complexo Industrial José Antonio Anzoátegui e uma usina de 300 megawatts no complexo de refino de Paraguaná, a ser concluída em junho de 2016." VENEZUELA Y CHINA AUMENTAN A 318 EL TOTAL DE ACUERDOS CONJUNTOS. Gobierno Bolivariano de Venezuela en Beijing. 24 out. 2011. Disponível em: <https://venezuela.org.cn/noticias/111124xcman9.html>. Acesso em: 23/01/2024

[103] O Satélite Miranda (VRSS-1) ou Satélite Venezuelano de Sensoriamento Remoto (VRSS-1) é o primeiro satélite de sensoriamento remoto da Venezuela, cujo objetivo é fornecer ao Estado venezuelanos imagens de satélite para apoiar a tomada de decisões em áreas estratégicas, como vigilância de fronteiras, planejamento urbano e agricultura. O satélitecfoi lançado em órbita em 28 de setembro de 2012 em parceria com a China, a partir do Centro de Lançamento de Satélites de Jiuquan, na província de Gansu, no noroeste da China. SATÉLITE FRANCISCO DE MIRANDA LLEGA A 10 AÑOS EN ÓRBITA. Ministerio del Poder Popular para el Ecosocialismo, 28 set. 2022. Disponível em: <http://www.minec.gob.ve/satelite-francisco-de-miranda-llega-a-10-anos-en-orbita/> Acesso em: 03/12/2023

[104] Firmada a assinatura para o desenvolvimento do programa do satélite Antonio José de Sucre (VRSS2), que se somará aos satélites Simón Bolívar e Miranda, visando contribuir para o desenvolvimento da indústria aeroespacial

			estabelecimento de uma **joint venture petrolífera entre a PDVSA e a Sinopec no Bloco Junín 1 do Cinturão Petrolífero do Orinoco**.	
XIII CMAN	2014	Caracas	Em 21 de julho, ambos os presidentes participaram da cerimônia de encerramento da 13ª CMAN China-Venezuela, na qual os dois países assinaram 38 acordos de cooperação nas áreas de energia, finanças, construção de infraestrutura, mineração, agricultura e tecnologia avançada. Entre esses acordos estão: **Acordo de Empréstimo de US$ 4 bilhões para a segunda renovação do "*Tramo A*" do FCCV**; Contrato para o fornecimento de produtos e petróleo bruto para a segunda renovação da "Tramo A" do FCCV, Memorando de Entendimento e **Cooperação Financeira entre o Ex-Im Bank e a PDVSA** para um financiamento de US$ 1 bilhão, entre outros. Os dois lados divulgaram a "Declaração Conjunta da República Popular da China e da República Bolivariana da Venezuela sobre o **estabelecimento da Parceria Estratégica Abrangente"**, que foi feita no âmbito das comemorações do 40º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e a Venezuela.	38
XIV CMAN	2015	Pequim	Entre 31 de agosto e 2 de setembro foram assinados 14 acordos em questões econômicas, energéticas e culturais implementadas por meio de um novo **Plano de Desenvolvimento[105], entre 2015 e 2025**. Foram selados, ainda, o Acordo-Quadro sobre o empréstimo de 5 bilhões de dólares para o setor petrolífero nacional venezuelano, o Acordo-Quadro para a Cooperação em Zonas Econômicas Especiais na República Bolivariana da Venezuela, o Acordo para a instalação do Instituto Confúcio na Venezuela e o Acordo Bilateral visando a transferência de tecnologia na área de telecomunicações e o desenvolvimento econômico de ambos as partes. Esse acordo inclui a **criação de uma indústria de tecnologia avançada e a expansão da joint venture Orinoquia**, apoiada pela multinacional chinesa Huawei desde sua fundação.	14
XV CMAN	2017	Caracas	Em 13 de fevereiro, as duas nações assinaram 22 acordos de cooperação bilateral sobre habitação, petróleo, mineração, indústria, tecnologia e produção, que somaram US$ 2,7 bilhões. Entre os acordos assinados, destacam-se 6 acordos sobre questões petrolíferas[106]: Memorando de Entendimento sobre a participação da PDVSA no projeto de construção da Refinaria Nahai na província de Guangdong; Contrato de engenharia, aquisição e construção de instalações para aumentar a produção de petróleo bruto extrapesado nas instalações da Petrolera Sinovensa, S.A.; Memorando de Entendimento para o **desenvolvimento da *joint venture* Petrozumano, S.A.**; Financiamento concedido pelo Banco de Desenvolvimento da China no âmbito do Fundo Especial para projetos de petróleo; Memorando de Entendimento para o teste de exploração do poço piloto da joint venture Petrourica; Estabelecimento da joint	22

venezuelana. Venezuela tendrá un tercer satélite. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 21 ago. 2014. Disponível em: <http://www.minci.gob.ve/venezuela-tendra-un-tercer-satelite/> Acesso em: 21/11/2023

[105] *Acuerdo Marco para el Plan de Desarrollo Conjunto entre China – Venezuela 2015-2025.*

[106] VENEZUELA FIRMÓ 8 ACUERDOS DE COOPERACIÓN PETROLERA CON CHINA. PDVSA. 14 fev. 2017. Disponível em: http://www.pdvsa.com/index.php?option=com_content&view=article&id=6872:venezuela-firmo-8-acuerdos-de-cooperacion-petrolera-con-china&catid=10&Itemid=589&lang=es> Acesso em: 04/01/2024

			venture venezuelana Remensa; Estabelecimento de uma joint venture entre a PDVSA e Shandong para desenvolver capacidades de manutenção para a prestação de serviços especializados.	
XVI CMAN	2018	Pequim	As duas partes assinaram 28 acordos de cooperação bilateral nas áreas financeira, energética, educacional, agrícola, cultural, aeroespacial, de saúde, ciência e tecnologia, estatística, entre outras. Na presença dos presidentes Xi Jinping e Nicolás Maduro, foram assinados 14 dos 28 acordos, entre eles: Memorando de Entendimento sobre a cooperação no âmbito do **Cinturão Econômico da Rota da Seda Marítima do Século XXI**; Acordo para o financiamento da empresa petrolífera mista Petrozumano, S.A., Acordo para a produção de ouro e ferro na Venezuela e o início do programa de satélites "Guaicaipuro".	28
XVII	2023	Pequim	Declaração conjunta com anúncio da elevação das relações bilaterais para uma "associação estratégica para qualquer situação".	31[107]

Fonte: Elaboração própria com dados do Centro Venezolano de Estudios sobre China (CVEC), PDVSA, MPPRE, MINCI, MINEC, MINCYT.

[107] XVII Comisión Mixta de Alto Nivel (CMAN), representa nueva etapa en relación China – Venezuela. Ministerio del Poder Popular para Ciencia y Tecnología. Disponível em: < https://mincyt.gob.ve/xvii-comision-mixta-alto-nivel-representa-nueva-etapa-relacion-china-venezuela/> Acesso em 28/07/2024.

Anexo 3 - Tabela com as fontes usadas para a pesquisa[108]

Nome	Instituição	Tipo	Descrição
The Observatory of Economic Complexity	OEC	Comércio	Principal ferramenta de visualização de dados do mundo para dados de comércio internacional.
UN Comtrade Database	UN Comtrade	Comércio	Maior repositório de dados do comércio internacional do mundo.
China-Latin America Finance (CLAF) Database	The Dialogue	Empréstimo	Base de dados do Inter-American Dialogue em colaboração com o Global Development Policy Center da Universidade de Boston. Mapeia empréstimos do China Development Bank (CDB) e China Export-Import Bank (Ex-Im Bank) para a AL.
China's Overseas Development Finance (CODF) Database	Global Development Policy Center	Empréstimo	Base de dados de financiamentos chinês para o desenvolvimento no exterior. Abrange o período de 2008 a 2021 e inclui compromissos de empréstimos do China Development Bank (CDB) e China Export-Import Bank (Ex-Im Bank).
China's Global Energy Finance (CGEF)	Global Development Policy Center	Empréstimo	Base de dados que fornece uma estimativa dos compromissos de empréstimo do China Development Bank (CDB) e China Export-Import Bank (Ex-Im Bank) para projetos globais de energia.
AidData's Global Chinese Development Finance Dataset, Version 2.0	AIDDATA	Empréstimo	Base de dados com 13.427 projetos no valor de U$843 bilhões, financiados por mais de 300 instituições do governo chinês em 165 países no mundo entre 2000 e 2021.
AEI China Global Investment Tracker (CGIT)	American Enterprise Institute e The Heritage Foundation	Investimento	Dados de investimentos e construção chinesa mundial (2005 - 2022). O CGIT inclui 3.400 grandes transações nos setores de energia, transporte, imobiliário e outras indústrias
Monitor de la OFDI de China en América Latina y el Caribe (2022)	RED ALC-CHINA	Investimento	Dados gerais de investimento estrangeiro direto na América Latina entre 2000-2022.
Venezuela: OFDI china a nível de empresa (2022)	RED ALC-CHINA	Investimento	Dados de investimentos empresariais chineses na Venezuela entre 2003-2002.

[108] No total, compilamos sete bases de dados: 2 sobre comércio, 3 sobre empréstimos concedidos pelos bancos chineses (CDB e Eximbank) e 2 sobre investimentos. Devido a baixa transparência das informações sobre os termos de empréstimos e insvetimentos, optamos por consultar múltiplas fontes. Nas análises de empréstimos e financiamentos, escolhemos a base do CLAF devido à sua maior confiabilidade e ao menor número de incompatibilidades com as demais fontes (ver Anexo 3). Para as análises de investimentos, decidimos utilizar conjuntamente as bases China Global Investment Tracker e AIDDATA, considerando as limitações individuais de cada uma em relação aos dados disponíveis.

Anexo 4 - Tabela comparativa das bases de dados sobre empréstimos chineses na Venezuela (2007-2016)

Ano	Setor	Destino	Credor	CLAF	CODF	CGEF	Valor
2007	Energia	FCCV Tranche A I	CDB	OK	OK	OK	$ 4B
2009	Energia	FCCV Tranche B I	CDB	OK	N/A	OK	$ 4B
2009	Mineração	CVG Ferrominera Orinoco	CDB	OK	OK	N/A	$ 1B
2009	Energia	Não especificado	CDB	OK	OK	N/A	$ 500 M
2010	Outro	Linha de crédito relacionada ao comércio	CDB	OK	N/A	N/A	$ 589 M
2010	Energia	Cooperação para financiamento de longo prazo em US$	CDB	OK	N/A	N/A	$ 10B
2010	Energia	Cooperação para financiamento de longo prazo em RMB	CDB	OK	N/A	N/A	$ 10B
2011	Energia	FCCV Tranche A II	CDB	OK	OK	N/A	$ 4B
2012	Energia	FCCV Tranche B II	CDB	OK	OK	N/A	$ 4B
2012	Energia	Compra de produtos relacionados ao petróleo	CDB	OK	OK	OK	$ 500M
2013	Energia	Produção da Sinovensa no Orinoco	CDB	OK	OK	OK	$ 4B
2013	Energia	FCCV Tranche C	CDB	OK	OK	N/A	$ 5B
2013	Mineração	Mina de ouro Las Cristinas	CDB	OK	OK	N/A	$ 700M
2013	Infraestrutura	Terminal marítimo de Pequiven (Morón, Porto de Carabobo)	Ex-Im Bank	OK	OK	N/A	$ 391M
2014	Infraestrutura	FCCV Tranche A III	Ex-Im Bank	OK	OK	N/A	$ 4B
2014	Energia	Capital de giro, PDVSA	CDB	OK	OK	OK	$ 1,5B
2015	Energia	FCCV Tranche B III	CDB	OK	OK	N/A	$ 5B

Fonte: Elaborado pela autora com dados do China-Latin America Finance Database, China's Overseas Development Finance (CODF) Database e China's Global Energy Finance (CGEF).

REFERÊNCIAS

AGULLÓ, Juan. Geopolítica de la Venezuela Bolivariana. **Renata Peixoto Oliveira, Silvia García Nogueira y Filipe Reis Melo. América Andina: integração regional, segurança e outros olhares**, p. 97-136, 2012.

ARIBOĞAN, D. U.; BILGIN, M. New Energy Order Politics Neopolitics: From Geopolitics to Energeopolitics. Uluslararası İlişkiler, 5(20), p. 109-131, 2019.

BARROS, Pedro Silva. Chávez e Petróleo: Uma análise da nova política econômica venezuelana. **Brazilian Journal of Latin American Studie**s, v. 5, n. 9, p. 209-237, 2006.

BARROS, Pedro Silva; PADULA, Raphael; SEVERO, Luciano Wexell. A integração Brasil-Venezuela e o eixo Amazônia-Orinoco. 2011.

BARROS, Pedro Silva; PINTO, Luiz Fernando Sanná. A presença dos países do BRICS na Venezuela. 2012.

BELLO, Lourdes María Regueiro. Centroamérica en la disputa geopolítica entre China y Estados Unidos. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 19, n. 37, p. 106-136, 2020. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/172815/163980

BELLO, Lourdes María Regueiro; SUÁREZ, Claudia Marín; SÁEZ, Ruvislei González. Central America and the Caribbean in US–China strategic competition. In: **China-US Rivalry and Regional Reordering in Latin America and the Caribbean**. Routledge, 2024. p. 88-107.

BERG, Ryan C.; BRANDS, Hal. The Return of Geopolitics: Latin America and the Caribbean in an Era of Great-Power Rivalry. **Global Security Review**, Vol. 2 , Article 3, 2022.

BLACKWILL, R.; HARRIS, J. **War by other means**. New York: CFR, 2016

BLANCHARD, Jean-Marc F. Political aspects of Chinese investment in Latin America. Revista tempo do mundo, v. 2, n. 2, p. 35-49, 2016.

CARDONA, Ana María. China en Venezuela: Los préstamos por petróleo. China en América Latina: Estudios Nacionales.**Asociación ambiente y sociedade**, p. 5-37, 2016.

CAO, Wensheng; BLUTH, Christoph. Challenges and countermeasures of China's energy security. **Energy Policy**, v. 53, p. 381-388, 2013.

CASTILLO, Charles Giuseppi. China y Venezuela: Cooperación Económica y otras Alianzas Bilaterales Durante la Era Chávez. **Revista Tempo do Mundo**, n. 24, p. 403-434, 2020.

CENTRO Venezolano de Estudios sobre China. China y Venezuela: Una Asociación Estratégica Integral. Informe de Relaciones Bilaterales 2018-2019. Jul. 2019.

CHANG-LIAO, Nien-chung. China's New Foreign Policy under Xi Jinping. **Asian Security**, v.12, n.2, p.82-91, 2016.

CHENG, Joseph Yu-Shek; ZHANG, Franklin Wankun. Chinese foreign relation strategies under Mao and Deng: a systematic and comparative analysis. **Kasarinlan: Philippine Journal of Third World Studies**, v. 14, n. 3, p. 91-114, 1999.

CHENG, Joseph Yu-Shek. Latin America in China's contemporary foreign policy. Journal of Contemporary Asia, v. 36, n. 4, p. 500-528, 2006.

CHENG, Joseph YS; SHI, Huangao. Sino-Venezuelan Relations: Beyond Oil,—. **Issues and Studies**, v. 44, n. 3, p. 99-147, 2008.

CODAZZI, Agustín. **Resumen de la geografía de Venezuela**. H. Fournier y compia, 1841.

COELHO, André; ROSA, Beatriz; MENDES, Edson. **MADURO, CHAVISMO E BOLIVARIANISMO: CONTINUIDADE OU RUPTURA?**. DESIGUALDADE & DIVERSIDADE (PUCRJ) , v. 21, p. 136-154, 2021.

CUNHA, Aline Tedeschi da. Parcerias estratégicas da China, sua lógica dual e seus frames: abordagem interativa sobre o papel internacional chinês. 2018. Tese de Doutorado. Disponível em:<https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/cunha_at_do_mar.pdf> Acesso em: 20/01/2023.

CUNILL, Pedro. **Venezuela: opciones geográficas**. Fundación Eugenio Mendoza, 1990.

DE STANGE, Ana Soliz. The triangular relation between China, the United States and Venezuela. In: **China-Latin America and the Caribbean**. Routledge, 2021. p. 126-139.

DE CASTRO, Therezinha. AMÉRICA DO SUL: VOCAÇÃO GEOPOLÍTICA. **Revista da Escola Superior de Guerra**, n. 38, p. 165-188, 1999.

DE CONTI, Bruno Martarello; MOZIAS, Petr. A “Iniciativa do Cinturão e Rota”: Desafios e Oportunidades para a China e para o mundo. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Interacionais Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, p. 212, 2020.

DE SOUZA, André Luiz Coelho Farias. INSTABILIDADE POLÍTICA E DEMOCRACIA NA VENEZUELA–DE CARLOS ANDRÉS PÉREZ A HUGO CHÁVEZ. Boletim do Tempo Presente, n. 07, 2015.

DE PAIVA, Marcos Caramuru. China-EUA: uma leitura da trajetória da disputa pela hegemonia. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, n. 2, p. 53-69, 2022. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/29>

DO, Thuy T. China's rise and the ‘Chinese dream’ in international relations theory. **Global Change, Peace & Security**, v.27, n.1, p.21-38. 2015.

ELY, L. Exploração e mineração na Amazônia venezuelana. Revista IHU On-Line, São Leopoldo, 3 out. 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/572251-exploracao-e-mineracao-na-amazonia-venezuelana>. Acesso em: 12/07/2024

FALLER, Admiral Craig S. Posture statement of Admiral Craig S. Faller Commander, United States Southern Command. **Senate Armed Services Committee, 2020**. Disponível em: <https://www.armed-services.senate.gov/imo/media/doc/Faller_01-30-20.pdf> Acesso em: 22/06/2024

FENG, Zhongping; JING, Huang. China's Strategic Partnership Diplomacy. ESPO Working Paper No. 8, 2014. Available at SSRN: https://ssrn.com/abstract=2459948. or http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2459948

FERCHEN, Matt. As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração?. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. Supl., p. 105-130, 2011.

FERCHEN, Matt. Crude Complications: Venezuela, China, and the United States. **Carnegie-Tsinghua Center for Global Policy, October**, v. 23, 2014.

FERCHEN, Matt. **China-Venezuela relations in the twenty-first century: From overconfidence to uncertainty**. Washington, DC: United States Institute of Peace, 2020.

FIORI, José Luis; VATER, M. C.; PADULA, R. Dimensões estratégicas do desenvolvimento brasileiro: Brasil. **América Latina e África: convergências geopolíticas e estratégias de integração. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos**, v. 3, 2013.

GALLAGHER, Kevin P. and MYERS, Margaret. Down But Not Out: Chinese Development Finance in LAC, 2017. Washington: Inter-American Dialogue. China-Latin America Report., 2018. Disponível em: <https://www.thedialogue.org/wp-content/uploads/2018/03/Chinese-Finance-to-LAC-2017-Updated-1.pdf>

GALLAGHER, Kevin P. and MYERS, Margaret (2020) "China-Latin America Finance Database," Washington: Inter-American Dialogue. Disponível em: https://www.thedialogue.org/map_list/

GE, Su. Transformation of international structure and China's diplomatic strategy. China International Studies, Vol. 53, July/August, pp.5-25, 2015. Disponível em: <https://www.ciis.org.cn/english/COMMENTARIES/202007/t20200715_2716.html>. Acesso em: 26/03/2024

GERDEL, Aymara. Venezuela y China: 3 lustros de Asociación Estratégica. In: Centro Venezolano de Estudios sobre China, nov, 2017a. Disponível em: <https://cvechina.org/wp-content/uploads/2017/11/artc3adculo-005-venezuela-y-china-3-lustros-de-asociacic3b3n-estratc3a9gica.pdf>

GERDEL, Aymara. Venezuela: ¿ Aliado Estratégico Integral o Amenaza Extraordinaria e Inusual?. In: Centro Venezolano de Estudios sobre China, dez, 2017b. Disponível em: <https://cvechina.org/wp-content/uploads/2017/12/articulo-010.pdf>

GRAU, Pedro Cunill. APERTURA A GEO VENEZUELA. **Academia Nacional de la Historia (Venezuela). Boletín de la Academia Nacional de la Historia**, v. 91, n. 361, p. 33, 2008.

GRAU, Pedro Cunill. LA REGIÓN HISTÓRICA EN VENEZUELA. **Academia Nacional de la Historia (Venezuela). Boletín de la Academia Nacional de la Historia**, v. 89, n. 355, p. 51, 2006.

GRINSZTEJN, Cândido; TEIXEIRA, Vinicius Modolo. A Segurança Energética da China em perspectiva: uma abordagem geopolítica. **Revista Intellector**, Ano XV, Volume XVI, No 31, Rio de Janeiro, 2019

HA, Hoang Thi. The ASEAN-China Comprehensive Strategic Partnership: What's in a Name?. **ISEAS Perspective**, n. 2021/157, 2021. Disponível em: <https://www.iseas.edu.sg/articles-commentaries/iseas-perspective/2021-157-the-asean-china-comprehensive-strategic-partnership-whats-in-a-name-by-hoang-thi-ha/>. Acesso em: 10/01/2023.

HERNÁNDEZ, Igor; MONALDI, Francisco. Weathering collapse: An assessment of the financial and operational situation of the venezuelan oil industry. **CID Working Paper Series**, 2016. Disponível em: <https://www.hks.harvard.edu/centers/cid/publications/faculty-working-papers/venezuelan-oil-industry>

HIRATUKA, Celio. Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global e impactos sobre a AL. **Texto para discussão, Unicamp**, n. 339, 2018.

HOLSLAG, Jonathan. Geoeconomics in a globalized world: the case of China's export policy. **Asia Europe Journal**, v. 14, p. 173-184, 2016.

International Energy Agency, Overseas Investments by Chinese National Oil Companies, **IEA**, Paris, 2011. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/overseas-investments-by-chinese-national-oil-companies>

International Energy Agency. Oil Market Report, June 10, 2010. OECD, Paris, 2010. Disponível em: https://iea.blob.core.windows.net/assets/c8c659da-ec0f-43ae-b4ef-a9105ad238d6/OMR_2010.pdf

JAEGER, Bruna Coelho; BRITES, Pedro Vinicius Pereira. Geoeconomics in the light of International Political Economy: a theoretical discussion. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, p. 22-36, 2020.

JIANG, Shixue. Una mirada china a las relaciones con América Latina. **Nueva Sociedad**, v. 203, p. 1-18, 2006.

JIANG, Shixue. China's New Leadership and the New Development of China-Latin America Relations. **China Quarterly of International Strategic Studies**, v. 1, n. 01, p. 133-153, 2015.

JIANG, Shixue. **Is Venezuela the New U.S-China Battleground?**. China Focus, 2019. Disponível em: <https://www.chinausfocus.com/peace-security/is-venezuela-the-new-us-china-battleground> Acesso em: 05/04/2024

JISI, Wang. China's search for a grand strategy: a rising great power finds its way. **Foreign Affairs**, p. 68-79, 2011.

JÚNIOR, Augusto WM Teixeira. Geopolítica e Postura Estratégica dos Estados Unidos na Crise da Venezuela. **Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica**, v. 15, n. 1, p. 7-24, 2020.

KAPLAN, Robert. **A Vingança da Geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica**. Elsevier. 2013. ISBN: 978-8535270952.

KAPLAN, Stephen B.; PENFOLD, Michael. China-Venezuelan economic relations: Hedging Venezuelan bets with Chinese characteristics. **Wilson Center Executive Report: Economics and Globalization**, 2019.

KOTZ, Ricardo Lopes; OURIQUES, Helton Ricardo. A Belt and Road Initiative: uma análise sobre a projeção global da China no Século XXI. **Estudos Internacionais**, v. 9, n. 2, p. 96-113, 2021.

KOSINSKI, D. S.; BARCELLOS, J. M. V.-B. A "Geoeconomia" como instrumento da Geopolítica? Uma análise dos casos dos Estados Unidos e da China. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 564–595, 2020. DOI: 10.30612/rmufgd.v9i18.12397. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/12397. Acesso em: 2 jun. 2024.

XIANG, Lanxin,. An alternative Chinese view. In: **China's Expansion in the Western Hemi/sphere: Implications for Latin America and the United States. Washington, DC: Brookings Institution**, p. 44-58, 2008.

LEUNG, Guy CK. China's oil use, 1990–2008. **Energy policy**, v. 38, n. 2, p. 932-944, 2010.

LI, He. China's growing interest in Latin America and its implications. J**ournal of Strategic Studies**, v. 30, n. 4-5, p. 833-862, 2007. doi:10.1080/01402390701431972

LI, Sisi et al. Estimating the long-run crude oil demand function of China: Some new evidence and policy options. **Energy Policy**, v. 170, p. 113244, 2022.

LI, Quan; YE, Min. China's emerging partnership network: what, who, where, when and why. International Trade, Politics and Development, p. 66-80, 2019. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/ITPD-05-2019-0004/full/html>. Acesso em 10/01/2023.

LI, Raymond; LEUNG, Guy CK. The integration of China into the world crude oil market since 1998. **Energy Policy**, v. 39, n. 9, p. 5159-5166, 2011.

LÓPEZ, Ernesto Domínguez. Venezuela, Cuba and United States: Power and Geopolitics in the Great Caribbean. In: **Venezuela–Dimensions of the Crisis: A Perspective on Democratic Backsliding**. Cham: Springer International Publishing, 2023. p. 169-195.

MALAGRIDA, Carlos Badía. **El factor geográfico en la política sudamericana**. Estab. tip. de J. Ratés, 1919.

MARINHO, F. A. C. Ascensão chinesa e reconfiguração da disputa central de poder contemporânea: Consenso de Pequim e posicionamentos da Política Externa Brasileira para a

articulação do processo de integração sul-americano. **Carta Internacional**, *[S. l.]*, v. 14, n. 3, 2019a. DOI: 10.21530/ci.v14n3.2019.955. Disponível em: https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/955. Acesso em: 17 jul. 2024.

MARINHO, Frederico de Almeida Castro. **Brasil e o hegemon: estruturação sistêmica das disputas de poder, inserção e cooperação internacional em movimentos de concentração polar e de desconcentração multipolar.** 2019. 260 p. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019b. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/teses/2019/FREDERICO%20DE%20ALMEIDA%20CASTRO%20MARINHO.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2024.

MARTINS, Fernanda de Castro Brandão. A CRISE DE 2008 E A MUDANÇA DA POSTURA CHINESA NO SISTEMA FINANCEIRO E MONETÁRIO INTERNACIONAL. **6º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais**, 2017.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de; CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 35, p. 28-42, 2015.

MEDINA, Norbert Molina. Los orígenes de la presencia diplomática venezolana en China: El Consulado General en Shanghai (1936–1938). **Interacción Sino-Iberoamericana/Sino-Iberoamerican Interaction**, v. 1, n. 1, p. 147-162, 2021.

MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO. **Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007**. Caracas: MPD, 2001. Disponível em: <https://mppp.gob.ve/2023/11/07/plan-nacional-de-desarrollo-economico-y-social-de-la-nacion-2001-2007/>

MEDINA, Norbert Molina; ORAA, Francisco Soto. Venezuela and the US–China dispute. In: **China-US Rivalry and Regional Reordering in Latin America and the Caribbean**. Routledge, 2024. p. 214-232.

MOLINA MEDINA, Norbert. Venezuela y el reconocimiento de la República Popular China en la ONU. **Universidad de Los Andes**. ISSN 1856-9927. Mérida. Enero-Diciembre, Nº 9, p. 20-46, 2015.

MOLINA MEDINA, Norbert. Las relaciones diplomáticas Venezuela–China (1943–1974). **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo**, v. 11, n. 21, p. 67-91, 2016.

MOLINA MEDINA, Norbert. Las relaciones diplomáticas Venezuela-China (1974-1999). **Humania del Sur**, v. 13, n. 25, 2018.

MONTEIRO, Leonardo Valente. Revisionismos de relações com os Estados Unidos e suas variáveis nos governos progressistas da América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 1, p. 177-196, 2014.

MYERS, Margaret; GALLAGHER, Kevin. Cautious Capital: Chinese Development Finance in LAC, 2018. Washington: Inter-American Dialogue. China-Latin America Report., 2019. Disponível em: <https://www.thedialogue.org/wp-content/uploads/2019/02/Chinese-Finance-in-LAC-2018-2.pdf>

MYERS, Margaret; GALLAGHER, Kevin. Scaling back: Chinese development finance in LAC, 2019. **Washington: Inter-American Dialogue. China-Latin America Report**, 2020. Disponível em: <https://www.thedialogue.org/wp-content/uploads/2020/03/Chinese-Finance-to-LAC-2019.pdf>

MYERS, Margaret; RAY, Rebecca. Shifting gears: Chinese finance in LAC 2020. **Inter-American Dialogue and Boston University Global Development Policy Center**, 2021. Disponível em: <https://www.thedialogue.org/wp-content/uploads/2021/02/Chinese_Finance_LAC_2020.pdf>

MYERS, Margaret; RAY, Rebecca. What Role for China's Policy Banks In Lac?. **Inter-American Dialogue and Boston University Global Development Policy Center**, 2022. Disponível em: <https://www.thedialogue.org/wp-content/uploads/2022/03/Chinas-policy-banks-final-mar22.pdf>

MYERS, Margaret; MELGUIZO, Ángel; WANG, Yifang. "New Infrastructure": Emerging Trends in Chinese Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean. **Inter-American Dialogue and Boston University Global Development Policy Center**, 2024. Disponível em: < https://www.thedialogue.org/wp-content/uploads/2024/01/Emerging-Trends-in-Chinese-Foreign-Direct-Investment-in-LAC.pdf >

NADKARNI, Vidya. **Strategic partnerships in Asia: Balancing without alliances**. Routledge, 2010.

NIU, Haibin. A New Era of China-Latin America Relations. **A. Sebin, L. Martínez & H. Ramanzini (coords.), América Latina y el Caribe y el nuevo sistema internacional: Miradas desde el Sur: Anuario de la Integración regional de América Latina y el Gran Caribe**, n. 11, p. 39-51, 2015.

NOGUEIRA, Isabela. O Estado na China. **OIKOS** (Rio de Janeiro), v. 20, n. 1, 2021.

NOGUEIRA, Isabela; FONA, Letícia Eloi Meira. A TRANSIÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA DA "ASCENSÃO PACÍFICA" PARA O "SONHO CHINÊS" À LUZ DO DEBATE TEÓRICO DE RI NA CHINA. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, v. 47, n. 255, p. 86-108, 2022.

NOGUEIRA, José Manuel Freire. América do Sul: uma visão geopolítica. **IDN Cadernos**, 2015.

NORDIN, Carl F.; PEREZ-HERNANDEZ, David. **Sand waves, bars, and wind-blown sands of the Rio Orinoco, Venezuela and Colombia**. USGPO; For sale by the Books and Open-File Reports Section, US Geological Survey, 1989.

NUNES, Ticiana Amaral. A relevância estratégica da Venezuela a partir da perspectiva da segurança energética chinesa. **Papel Político**, v. 25, 2020.

OCAMPO, José Antonio; BASTIAN, Eduardo F.; REIS, Marcos. The myth of the 'Latin American decade'. PSL Quarterly Review, v. 71, n. 285, 2018.

OURIQUES, Helton Ricardo. As relações econômicas entre América Latina e China: uma perspectiva sistêmica. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 45, 2015.

PADULA, Raphael. O debate geoestratégico nos Estados Unidos: o lugar da Eurásia, do Hemisfério Ocidental e do México. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 24, n. 2, 2018.

PANIZZA, Francisco. La Marea Rosa. Análise de Conjuntura OPSA, n. 8, 2006.

PAULINO, Luís Antonio; PIRES, Marcos Cordeiro. A competição entre Estados Unidos e China e o Governo Biden. Trabalho e Geopolítica Global, p. 47, 2021.

PALACIOS, Luisa. Latin America as China's Energy Supplier. In: **China's Expansion in the Western Hemisphere: Implications for Latin America and the United States. Washington, DC: Brookings Institution**, p. 170-189, 2008.

PASCAL, Larry B. Developments in the Venezuelan hydrocarbon sector. **Law & Bus. Rev. Am.**, v. 15, p. 531, 2009.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. **Carta Internacional**, v. 8, n. 2, p. 100-115, 2013. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/113/72>

PECEQUILO, C. S.; CARMO, C. A. do. A China, o Sistema Internacional e o Sul: Ascensão Pacífica? / China, the International System and the South: peaceful rise?. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, SP, v. 3, n. 1, p. 31–69, 2014. DOI: 10.36311/2237-7743.2014.v3n1.p31-69. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/3549. Acesso em: 17 maio. 2024.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. O século dos desequilíbrios. Universidade Federal De São Paulo, Publicações, 2016. Disponível em: https://dci.unifesp.br/publicacoes-dci/entreteses/eed12-o-seculo-dos-desequilibrios. Acesso em: 17 jul. 2024

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Os Estados Unidos de Joe Biden: Um Breve Balanço Interno e Externo (2021/22). **Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais**, 2022. Disponível em: https://www.ufrgs.br/nerint/os-estados-unidos-de-joe-biden-um-breve-balanco-interno-e-externo-2021-22/#_ftn7. Acesso em: 17 jul. 2024

PEDROSO, Carolina Silva. A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DA VENEZUELA NO SÉCULO XXI. In: **América do Sul: geopolítica, arranjos regionais e relações internacionais. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**, 2022, pp. 234-249. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Carolina-Pedroso/publication/378522646_A_IMPORTANCIA_GEOPOLITICA_DA_VENEZUELA_NO_SECULO_XXI/links/65de85acc3b52a1170fc41d3/A-IMPORTANCIA-GEOPOLITICA-DA-VENEZUELA-NO-SECULO-XXI.pdf>

PIÑA, Carlos Eduardo. Chinese Financing in Venezuela (2000-2017). Conditions, Challenges and Policy Proposals"In: PETERS, Enrique Dussel. **China's Financing in Latin America and the Caribbean. Conditions and Challenges**. México, D.F., Universidad Nacional Autónoma de México, 2019, pp. 211-229.

PIÑA, Carlos Eduardo. Chinese OFDI in Venezuela (2000–2017): Conditions, challenges and policy proposals. **Red Académica China-América Latina y El Caribe**, 2018.
PIÑA, Carlos. China, el silencioso aliado que protege el poder de Maduro. CADAL (Centro para la Apertura y el Desarrollo de América Latina), 22 jul. 2024. Disponível em: <https://www.cadal.org/publicaciones/articulos/?id=16601 > Acesso em: 29/07/2024

PIRES, M. C.; NASCIMENTO, L. G. The Monroe Doctrine 2.0 and US-China-Latin America Trilateral Relations. **International Organisations Research Journal**, p. 202-222, 2020.

POH, Angela; LI, Mingjiang. A China in transition: The rhetoric and substance of Chinese foreign policy under Xi Jinping. **Asian Security**, v. 13, n. 2, p. 84-97, 2017.

PU, Xiaoyu. Controversial Identity of a Rising China. **The Chinese Journal of International Politics** 10, n. 2: 131-149. 2017.

REYES VÁZQUEZ, Ángel Luis. Chinese Pragmatism in the International Relations: the case of Venezuela. **Comillas Journal of International Relations**, n. 21, 2019, pp. 31-52.

RÍOS, Xulio. China y Venezuela: una amistad con reparos. **Observatorio de la política China**, p. 1-10, 2009. Disponível em: <http://www.ceid.edu.ar/biblioteca/2009/xulio_rios_china_y_venezuela_amistad_con_raparos.pdf> Acesso em: 23/02/2023

RODRIGUES, Bernardo Salgado. O pouso do dragão na América do Sul: uma análise dos China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean e do projeto da Nova Rota da Seda. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 19, n. 37, p. 78-105, 2020.

ROSA, B.; NUNES JÚNIOR, E. Revirando a Venezuela: os pilares e os desafios do governo Nicolás Maduro. **MUÑOZ, E.; COELHO, A.; VILLAMAR, M. Sulatinidades: debates do GRISUL sobre a América Latina. Rio de Janeiro: UNIRIO**, p. 85-100, 2019.

SANTORO, Maurício. China in Latin America in the 21st century. **Ибероамериканские тетради**, v. 8, n. 3, p. 24-34, 2020.

STALLINGS, Barbara. The US-China-Latin America triangle: implications for the future. **China's expansion into the western hemisphere: Implications for Latin America and the United States**, p. 239-40, 2008.

SCHOLVIN, Sören; WIGELL, Mikael. Power politics by economic means: Geoeconomics as an analytical approach and foreign policy practice. **Comparative Strategy**, v. 37, n. 1, p. 73-84, 2018a.

SCHOLVIN, Sören; WIGELL, Mikael. Geo-Economics as Concept And Practice in International Relations. **FIIA Working Paper 102**, 2018b.

SENHORAS, Elói Martins; GAMA NETO, Ricardo Borges. Petróleo como arma de poder: Uma contextualização da petrodiplomacia venezuelana nas relações internacionais. **Boletim Meridiano**, v. 47, 2009.

SERBIN, Andrés. **Chávez, Venezuela y la reconfiguración política de América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

SILVA, Fabrício Pereira da. Quinze anos da onda rosa latino-americana: balanço e perspectivas. **Observador on-line**, v. 9, n. 12, p. 01-28, 2014.

SONG, Gouyou, Song; BORQUEZ, Andrés; MUÑOZ, Felipe. Rethinking Strategic Alignments: China and the Building of Wide-ranging and Multidimensional Networks. **China: An International Journal**, v. 18, n. 4, p. 1-26, 2020.

STRÜVER, Georg. International alignment between interests and ideology: The case of China's partnership diplomacy. **German Institute of Global and Area Studies Working Paper**, n. 283, 2016.

SUN, Hongbo. Energy cooperation between China and Latin America: The case of Venezuela. In: **Secure Oil and Alternative Energy**. Brill, 2012. p. 213-243.

SVOBODA, Ondřej. War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft _ By Robert D. Blackwill and Jennifer M. Harris. **Croatian International Relations Review**, v. 26, n. 86, p. 183-186, 2020

TO, Emma Miriam Yin-Hang; ACUÑA, Rodrigo. China and Venezuela: South-South Cooperation or Rearticulated Dependency?. **Latin American Perspectives**, v. 46(2), p. 1-15, 2018.

TYUSHKA, Andriy; CZECHOWSKA, Lucyna. Strategic partnerships, international politics and IR theory. In: **States, international organizations and strategic partnerships**. Edward Elgar Publishing, 2019. p. 8-43.

VADELL, Javier; BRUTTO, Giuseppe Lo; LEITE, Alexandre Cesar Cunha. The Chinese South-South development cooperation: an assessment of its structural transformation. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 63, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbpi/a/7bGWCPphHqQZT7wKDg3SLgw/?lang=en

VASQUEZ, Patricia I. China's oil and gas footprint in Latin America and Africa. **International Development Policy | Revue internationale de politique de développement**, n. 11.1, 2019.

VÁZQUEZ, Ángel Reyes. The Sino-Venezuelan Relationship (1974-2020): From Win-Win to an Asymmetric Relationship. **Comillas Journal of International Relations**, n. 21, p. 030-052, 2021.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. A novíssima China e o sistema internacional. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, p. 131-141, 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O caótico século XXI. **Rio de Janeiro, RJ: Alta**, 2015.

WANG, Qiang; LI, Rongrong. Sino-Venezuelan oil-for-loan deal–the Chinese strategic gamble?. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 64, p. 817-822, 2016.

WANG, Yi: The Belt and Road Initiative Becomes New Opportunity for China-Latin America Cooperation. Embassy of the People's Republic of China in Seychelles. 18 set. 2017. Disponível em: <https://www.mfa.gov.cn/ce/cesc//eng/zgyw/t1494844.htm>

WEBER, Leonardo Albarello. Duas décadas de bolivarianismo na Venezuela (1999-2019). **América do Sul no século XXI**, 2020.

WENZE, Xie; HUI, Li. A visão de desenvolvimento da china 2020-2050 e as perspectivas para as relações com a América Latina. **Revista Tempo do Mundo**, n. 24, p. 53-76, 2020.

WIGELL, Mikael. Conceptualizing regional powers' geoeconomic strategies: neo-imperialism, neo-mercantilism, hegemony, and liberal institutionalism. **Asia Europe Journal**, v. 14, p. 135-151, 2016.

WILKINS, Thomas S. Russo–Chinese strategic partnership: A new form of security cooperation?. **Contemporary Security Policy**, v. 29, n. 2, p. 358-383, 2008.

XING, Li; VADELL, Javier. International order transition and China–US rivalry: Implication for Latin America and the Caribbean. In: **China-US Rivalry and Regional Reordering in Latin America and the Caribbean**. Routledge, 2024. p. 1-16.

XU, Shicheng. Las diferentes etapas de las relaciones sino-latinoamericanas. **Nueva Sociedad**, v. 203, p. 102-113, 2006.

XU, Yanran. **China's strategic partnerships in Latin America: Case studies of China's oil diplomacy in Argentina, Brazil, Mexico and Venezuela, 1991 to 2015**. University of Miami, 2015.

YANG, Hee-Yong; LEE, Seungho. China's engagement with Latin America and its implications for soft balancing against the United States. **Asian Perspective**, v. 44, n. 4, p. 587-615, 2020.

YU, Lei. China's strategic partnership with Latin America: a fulcrum in China's rise. **International Affairs**, v. 91, n. 5, p. 1047-1068, 2015.

YUE, Shengsong. Towards a global partnership network: Implications, evolution and prospects of China's partnership diplomacy. **The Copenhagen Journal of Asian Studies**, v. 36, n. 2, p. 5-27, 2018.

ZAMORA, Héctor. Venezuela y Colombia. In: BROUILLETTE, Benoit et al. Geografía de América Latina: métodos y temas monográficos. **Colección UNESCO: Programas y métodos de enseñanza**, 1975. p. 313-348. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000015641?posInSet=3&queryId=N-EXPLORE-ea7cc4ee-ac33-4b11-b08f-df8303cb0258> Acesso em: 15/02/2024

ZHAO, Suisheng. Chinese Foreign Policy under Hu Jintao: The Struggle between Low-Profile Policy and Diplomatic Activism. **The Hague Journal of Diplomacy**, v. 5, p.357-378, 2010

ZHANG, Jian. China's new foreign policy under Xi Jinping: towards ‘Peaceful Rise 2.0’? **Global Change, Peace & Security**, v.27, n.1, p.5-19, 2015.

ZOU, Gaolu; CHAU, Kwong Wing. Short-and long-run effects between oil consumption and economic growth in China. **Energy policy**, v. 34, n. 18, p. 3644-3655, 2006.